



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciência
Escola Superior de Desenho Industrial

Pedro Biz Eschiletti

**Codesign como compostagem com uma comunidade agroeco-lógica na
Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2022

Pedro Biz Eschiletti

**Codesign como compostagem com uma
comunidade agroeco-lógica na Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
Graduação em Design, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Barbara Peccei Szaniecki

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/G

E74 Eschiletti, Pedro Biz

Codesign como compostagem com uma comunidade agroeco-lógica na Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro / Pedro Biz Eschiletti. – 2022.

197 f.: il.

Orientadora: Barbara Szaniecki.

Tese (Doutorado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior em Desenho Industrial.

1. Agricultura urbana - Teses. 2. Ecologia agrícola - Teses. 3. Desenho industrial - Teses. I. Szaniecki, Barbara. II Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Escola Superior em Desenho Industrial. III. Título.

CDU 7.05::631.95

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Biz Eschiletti

**Codesign como compostagem com uma comunidade agroeco-lógica na Serra da
Misericórdia, Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Design, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 15 de julho de 2022.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Barbara Szaniecki (Orientadora)
Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ

Profa. A Dra. Zoy Anastassakis
Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ

Prof. Dr. Gabriel Schvarsberg
Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ

Profa. Dr. Salvador Andres Schavelzon
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Maria Cristina Ibarra Hernández
Universidade Federal de Pernambuco

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

À minha família querida, que eu amo tanto e que me apoia de todas as formas possíveis. Agradeço a Conceição Eschiletti, Maria Beatriz Biz, Homero Eschiletti, Regina Eschiletti, Fernando Eschiletti, Edson Biz, Rafael Ramos, Doris Engel, Tibério Bagnati, Gabriel Engel, Amira Houdali, Lucas Engel e Letícia Becker.

Agradeço à minha orientadora, Barbara Szaniecki, por me acompanhar nessa longa trajetória com tanta dedicação, ensinamentos, compartilhamentos e leituras.

Aos meus parceiros da Serra da Misericórdia. Um agradecimento especial à Ana Santos e ao Marcelo Silva pela parceria incansável e dedicada na luta pela agroecologia na favela. Agradeço às parceiras e aos parceiros do Arranjo Local Penha, Dona Josefa, Evelin Dias, Diego Costa, Ricardo Devita, Yuri Lopes, Leonardo Pereira e Samuel Barros. Agradeço às funcionárias e professoras do EDI Maria de Lourdes Ferreira por abrir um espaço para trabalhar com educação ambiental com as crianças da creche.

Às colegas do Laboratório de Design e Antropologia (LaDA). Agradeço pelas trocas, pelo apoio, amizade e tantas cervejas críticas e carnavais: Bibiana Serpa, Cassia Mota, Diego Costa, Flavia Secioso, Ilana Paterman, Imaíra Portela, Liana Ventura, Marina Siritto, Mariana Costard, Nilmar Figueiredo, Paula Camargo, Pedro Themoteo, Philippe Anastassakis, Sâmia Batista e Talita Tibola. Agradeço às coordenadoras do LaDA, Zoy Anastassakis e Barbara Szaniecki. Um agradecimento especial à Talita Tibola pela colaboração na escrita desta tese.

Aos companheiros do Espaços Verdes. Agradeço ao Carlinhos, Diego Costa, Flávia Soares, Heitor Varvaki, Isabella Pedreira, Marcia Fregolon, Miguel Moreira, Lucas Nonno, Pedro Alexandre, Pedro Biz, Pedro Themoteo, Pedro Zohrer, Stephanie Lima e as professoras Barbara Szaniecki e Zoy Anastassakis.

Aos meus amigos e amigas de todas as horas. Agradeço aos amigos do Rio, Eric Draeger, Amanda Viana, Florian Hess, Bete Julião e Stephanie Vilasboas.

Agradecimento à Magaly Ferrari e a Laura Loyola pela revisão tão cuidadosa desta tese.

À Escola Superior de Desenho Industrial – Esdi. Agradeço a todos os professores e funcionários, que fazem essa escola ser tão frutífera.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro ao longo do trabalho.

A maternidade

Soa diferente para uma mãe solo
Para uma mãe preta, pobre, favelada

Já parou pra pensar?

Precisamos dar conta

E estar sempre pronta

Criar nossas crias

Cuidar do nosso lar.

Sem amparo, sem estrutura

E quem cuida de mim?...

Cuido da madame

Cuido dos seus filhos

Lavo, passo, aspiro, refaço

Sobe, desce, limpa, passa

Seca, seca

Nos mínimos detalhes

Cozinho os melhores pratos

Mas fico de lado....

Sonhando voltar a plantar

Sim, sou a última a comer

Sofro no silêncio

Mas sempre feliz

Pois as sobras que me restam

Que por um triz nesse trem cheio

Não azedam

Arrumo bonito no prato

Como se fosse o 1º pedaço

Pra deixar meu rebento feliz.

Ana Santos

RESUMO

BIZ, Pedro. **Codesign como compostagem com uma comunidade agroeco-lógica na Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro**. 2022. 197 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese de doutorado tem como objetivo analisar o lugar do designer no desenvolvimento de uma rede de agricultores na Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro. Pretende-se entender qual o papel do *designer* e como ele articula o seu conhecimento projetual especializado e como a sua experiência contribui para a criação dessa rede. A pesquisa acompanha a formação de uma rede de agricultores na Serra da Misericórdia, chamada “Arranjo Local Penha”, e como ela se projeta em mundos alternativos agroecológicos, de bem viver, relacionais e participativos. Esta tese é principalmente elaborada a partir das experiências de campo na Serra da Misericórdia durante os anos de 2017 a 2021 e tem como base teórica o trabalho do antropólogo Arturo Escobar, sobretudo sua pesquisa sobre autonomia e design como caminho para alcançar pluriversos. No capítulo 1, apresento a minha trajetória, desenvolvo a ideia de agricultura urbana para além do plantar, sobre o que é sustentabilidade, por que essa noção continua atrelada ao desenvolvimentismo e discuto algumas possibilidades de sustentabilidade com envolvimento a partir das noções de bem viver, *design* para autonomia e para transição, *design* participativo, pesquisas já realizadas em favelas do Rio de Janeiro e como as linhas do *making* podem enlaçar as lutas do *commoning*. No capítulo 2, começo a descrever a minha aproximação e os primeiros experimentos na Serra da Misericórdia. Apresento o que é a Serra da Misericórdia e quais significados e representações ela adquire para os grupos ambientais que a protegem e como estes se formam ambientalistas, destacando a luta da organização não governamental, a ONG CEM. O CEM foi um dos organizadores do Arranjo Local Penha, rede de parceiros que mobiliza a agricultura urbana para a promoção da soberania alimentar na Penha. A partir de Escobar, analiso tanto na construção da Serra da Misericórdia como do Arranjo Local Penha, como as comunidades fazem *design* de si um fazer em rede, nunca isolado. Mais do que uma comunidade, uma unidade comum, um composto em redes instáveis que se fazem e refazem e viram juntas outra coisa muito fértil. No capítulo 3, abordo a minha participação na terceira fase do Arranjo Local Penha, na qual será formada uma rede de agricultores produtores de mudas de plantas na Serra da Misericórdia. Apresento a proposta do projeto que foi submetida a um edital de financiamento da Faperj e que viabilizou a realização da rede. Do desenho do projeto para sua realização, a rede foi atravessada por questões locais, do território e dos seus habitantes, e globais, como a pandemia de Covid-19. No andamento desse processo, meus colegas e eu aprendemos ver os problemas como parte do trabalho e não como obstáculos. Mas, para isso acontecer, nossa ação demandou um grande envolvimento, um fazer parte dessa comunidade/composto. Por fim, proponho que o codesign que realizamos assemelhou-se ao processo de compostagem.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Agroecologia; Design para autonomia; Design ontológico; Serra da Misericórdia.

ABSTRACT

BIZ, Pedro. **Codesign as composting with an agroecological community in Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro.** 2022. 197 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This doctoral thesis aims to analyze the role of the designer in the development of a farmer's network at Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro. It is intended to understand the role of the designer and how they articulate their specialized design knowledge and how their experience contributes to the creation of this network. The research follows the formation of a network of farmers in Serra da Misericórdia, called “*Arranjo Local Penha*”, and how it projects itself in alternative agroecological, “bem viver”, relational and participatory worlds. This thesis is mainly elaborated from field experiences in Serra da Misericórdia during the years 2017 to 2021 and is theoretically based on the work of the anthropologist, Arturo Escobar, especially his research on autonomy and design as a way to reach pluriverses. In chapter 1, I present my trajectory, I develop the idea of urban agriculture in addition to planting, about what sustainability is, why this notion remains linked to developmentalism and I discuss some possibilities of sustainability with involvement from the notions of “bem viver”, design for autonomy and transition, participatory design and research already carried out in favelas in Rio de Janeiro, and how the lines of making can link the struggles of commoning. In chapter 2, I begin to describe my approach and the first experiments in Serra da Misericórdia. I present what Serra da Misericórdia is and what meanings and representations it acquires for the environmental groups that protect it and how they form environmentalists, highlighting the struggle of the non-governmental organization, the NGO CEM. CEM was one of the organizers of Arranjo Local Penha, a network of partners that mobilizes urban agriculture to promote food sovereignty in Penha. Based on Escobar, I analyze both in the construction of Serra da Misericórdia and the Arranjo Local Penha, how communities design themselves, a work in a network, never isolated. More than a community, a common unit, a compound in unstable networks is made and remade and become together another very fertile thing. In chapter 3, I discuss my participation in the third phase of the Arranjo Local Penha, in which a network of farmers producing seedlings in Serra da Misericórdia will be formed. I present the project proposal that was submitted to a financing notice from Faperj and that made the realization of the network possible. From the design of the project to its realization, the network was crossed by local issues, the territory and its inhabitants, and global issues, such as the Covid-19 pandemic. During this process, my colleagues and I learned to see the problems as part of the work and not as obstacles. But for that to happen, our action required a great deal of involvement, to be part of this community/compost. Finally, I propose that the co-design we carried out resembled the composting process.

Keywords: Urban agriculture; Agroecology; Design for autonomy; Ontological design; Serra da Misericórdia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Um retrato da rede do Arranjo Local Penha 2017-2019.....	15
Figura 2. Jornada do pesquisador.....	21
Figura 3. Cronologia de atuação na Serra da Misericórdia.....	22
Figura 4. Primeira composteira. Na foto, Marcia Fregolon apresentando a composteira para um colega.....	26
Figura 5. Primeiro esquema da proposta do Espaços Verdes.....	27
Figura 6. Poema para campanha de compostagem coletiva da Esdi.....	28
Figura 7. Ilustração dos seis modelos desenvolvidos.....	37
Figura 8. Esboço da dinâmica da rede de agricultores elaborada durante o workshop.....	38
Figura 9. Indicadores socioeconômicos e ambientais globais, de 1750-2000.....	51
Figura 10. No centro da zona norte do Rio de Janeiro existe uma serra verdejante conhecida por suas favelas e pelos estrondos diários da pedreira que a corrói.....	80
Figura 11. Nascente na Serra da Misericórdia.....	81
Figura 12. Colônia de férias agroecológica na Serra da Misericórdia.....	82
Figura 13. Vaca e bezerro cruzando a favela Terra Prometida.....	83
Figura 14. Serra da Misericórdia e seu entorno.....	84
Figura 15. Complexos de favelas na Serra da Misericórdia.....	85
Figura 16. Carta da Serra da Misericórdia.....	88
Figura 17. Mineração na Serra da Misericórdia.....	89
Figura 18. Placa na entrada da APARU pelo Engenho da Rainha.....	89
Figura 19. Ana e Marcelo em um mutirão de reflorestamento da Serra da Misericórdia.....	91
Figura 20. Novas favelas em formação na Serra da Misericórdia.....	93
Figura 21. Vista de satélite das novas favelas em formação na Serra da Misericórdia.....	94
Figura 22. Localização das ONGs CEM e Verdejar na Serra da Misericórdia.....	95
Figura 23. Primeiro desenho da rede de agricultores.....	100
Figuras 24. Ana Santos, Camille Moraes, Diego Costa, Samuel Barros e Susana Alegria realizando uma oficina de agroecologia com os professores da Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos...	103
Figura 25. Esquema do projeto Faperj.....	105
Figura 26. Os agricultores do Arranjo Local Penha na Serra da Misericórdia.....	107
Figura 27. Fases do Arranjo Local Penha.....	108
Figura 28. Primeiro encontro no EDI.....	111
Figura 29. Horta no primeiro ano no EDI.....	112
Figura 30. Helena na Horta do EDI.....	113
Figura 31. Um dos painéis criados pelas crianças para o evento.....	115
Figura 32. Esboço do planejamento de atividades para 2019.....	117

Figura 33. Ações se intensificam em 2019.....	118
Figura 34. Esquema de montagem dos vasos de copo de iogurte.....	119
Figura 35. Plantio de sementes em copos e caixas de leite.....	120
Figura 36. Canteiro de tomate cereja plantado pela turma do professor Pablo.....	121
Figura 37. Samuel e as crianças regando o canteiro sob supervisão da professora.....	122
Figura 38. Anos mais tarde a receita do suco verde foi publicada no Instagram do Arranjo Local Penha.....	123
Figura 39. Plano Anual de educação ambiental EDI Maria de Lourdes e as atividades realizadas durante 2019.....	124
Figura 40. Algumas redes do CEM.....	128
Figura 41. Etapas de execução da proposta com respectivo cronograma de atividades.....	132
Figura 42. Marcelo distribuindo mudas na Penha.....	133
Figura 43. Fluxograma dos viveiros.....	134
Figura 44. Locais visitados.....	135
Figura 45. Montagem dos três viveiros.....	136
Figura 46. Roda de conversa durante a oficina no LivMundi 2019.....	139
Figura 47. Selfie com os participantes da oficina e a composteira.....	140
Figura 48. Rotina de compostagem do EDI à Arena Dicro.....	141
Figura 49. Misturando resíduo orgânico e matéria seca.....	142
Figura 50. Adicionando matéria seca sobre a leira.....	143
Figura 51. Samuel explicando sobre compostagem durante a oficina.....	146
Figura 52. Visita à casa da Josefa.....	147
Figura 53. Chamada no Instagram para o mutirão.....	150
Figura 54. Dona Josefa recebendo o pessoal e apresentando sua horta.....	150
Figura 55. Diego e Samuel revezando na montagem do viveiro.....	151
Figura 56. Colocação das telas do viveiro.....	152
Figura 57. Hora do almoço coletivo.....	153
Figura 58. Foto de encerramento do mutirão.....	154
Figura 59. Viveiro do Telhado Verde, gerenciado pelo Ricardo e Yuri.....	156
Figura 60. Viveiro do CEM.....	157
Figura 61. Instalação do viveiro e primeira sementeira.....	159
Figura 62. Evelin preparando composto para repicar as mudas.....	161
Figura 62. Cards de Instagram sobre cuidados na pandemia.....	164
Figura 63. Campanha de doação no Complexo da Penha.....	165
Figura 64. Feira solidária durante a pandemia.....	166
Figura 65. Plano versus ação do Projeto Arranjo Local Penha.....	168
Figura 66. Evolução das postagens acompanhando a melhoria do serviço.....	169
Figura 67. Ampliação do viveiro do CEM.....	171

Figura 68. Encontro do Arranjo Local Penha.....	172
Figura 69. Incrementos no processo do Arranjo Local Penha de 2020 a 2021.....	173
Figura 70. Rotina de coordenação da rede de agricultores.....	175
Figura 71. Conciliação entre empreendimento social e econômico.....	177
Figura 72. Fluxograma do vendedor.....	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REPENSANDO O DESIGN A PARTIR DE UM LABORATÓRIO DE AGRICULTURA URBANA E SUSTENTABILIDADE	25
1.1. A trajetória do Espaços Verdes na Esdi	25
1.1.1 Design micelial	31
1.1.2 Workshop “Sementes Urbanas”: primeira parceria do Espaços Verdes com o CEM	34
1.1.3 O vínculo paralelo no Laboratório de Design e antropologia	39
1.2 O que é agricultura urbana?	41
1.2.1 Agroecologia na cidade	43
1.2.2 Agricultura urbana para além do plantio	45
1.3 Sustentabilidade e desenvolvimento	49
1.3.1 Vocação moderna do design	49
1.3.2. Da grande aceleração à invenção do desenvolvimento	51
1.3.3 Da crise da modernidade ao desenvolvimento sustentável	53
1.3.4 Desenvolvimento sustentável e o design para sustentabilidade	56
1.3.5 Inovação social	57
1.4 Sustentabilidade com envolvimento	59
1.4.1 Ecologia política	60
1.4.2 Design para transição	61
1.4.3 Autonomia e design	63
1.4.4 Menos dolce vita e mais bem viveres	65
1.4.5 Design participativo	68
1.4.5.1. Práticas participativas em favelas do Rio de Janeiro	70
1.4.6 Seguir as linhas do making	75
1.4.7 Seguir as lutas do commoning	77
2 SERRA DA MISERICÓRDIA: APROXIMAÇÃO E PRIMEIROS EXPERIMENTOS	80
2.1 A Serra da Misericórdia	80
2.1.1 Os primeiros ambientalistas	86
2.1.2 A formação ambientalista do CEM	90
2.1.3. O mundo misericordiano	94
2.2 As três fases do Arranjo Local Penha	97
2.2.1 Primeira fase: Rede Tamo Junto na Penha	98

2.2.2. Segunda fase: a perda da sede da rua Angra dos Reis	101
2.2.3 Terceira fase: Programa de Apoio ao Empreendedorismo de Impacto Socioambiental do RJ 2018 da Faperj	104
2.2.4 Infraestruturação do Arranjo na gestão dos commons da Serra da Misericórdia	107
2.3 Primeiras ações no EDI Maria de Lourdes	110
2.3.1 A festa da creche	114
2.3.2 Um plano de aula em dois anos	117
2.4 Toda comunidade pratica o design de si mesma	125
2.4.1 Comunidade ou composto?	127
3 CODESIGN COMO COMPOSTAGEM	130
3.1 Primeiros passos da rede de agricultores de mudas	130
3.1.1 Planejamento	130
3.1.2 Implementação	135
3.2 Compostagem e mutirão para a construção de viveiros	137
3.2.1 Da composteira na Arena Dicro à cozinha da creche	137
3.2.2 Mutirão na Dona Josefa	146
3.2.3 Aprendizados improvisados do viveiro da Evelin	155
3.3 O design na gestão de empreendimento social em tempos emergenciais	163
3.3.1 Pandemia	163
3.3.2 Retomada e redesenho do projeto	167
3.3.3 A logística das vendas	172
3.3.4 Vendas de mudas	178
3.4 Toda pessoa ou coletivo é praticante de seu próprio saber	180
3.5 Nem individual, nem coletivo; nem projetado, nem improvisado: o codesign como compostagem	181
3.5.1 Tempo do processo	185
3.5.2 Fazer semiaberto	185
3.5.3 Menos intervenção e mais interação	186
3.5.4 Processo é um compromisso de vida	187
3.5.5 Politizar o processo do design	188
4 CONCLUSÕES	190
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

Lembro-me da primeira vez que fui ao Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), na Penha, lá por 2017¹. A sede era na rua Angra dos Reis. Meu futuro colega de doutorado, Diego Costa, que recém havia entrado no doutorado, na Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), me convidou para uma reunião do SPG² do grupo de produtores orgânicos da Rede Carioca de Agricultura Urbana, no qual o CEM fazia parte. Nunca tinha ido à Penha. Fui até a Central, peguei o trem para Saracuruna e desci na estação da Penha. Dali peguei um mototáxi direto para a sede da ONG, como era identificado o CEM. A moto andava na contramão, furava sinais e ia costurando entre os carros, sempre com a buzina na mão, como aquelas imagens do trânsito na Índia. Parecia que todos estavam acostumados a dirigir desse jeito por ali. Ao me aproximar, avistei uma placa que dá boas-vindas a quem chega na Serra da Misericórdia. Subi as escadas e entrei pela varanda, onde seria a reunião. Já havia alguns participantes, e os cumprimentei, acenando. Ana Santos logo me recebeu, oferecendo café da manhã. Na bancada, havia algumas frutas e batata-doce cozida. “Batata-doce?”, pensei. Havia uma diferença naquela refeição que dizia muito sobre a forma de atuação do CEM e sobre o que futuramente eu me envolveria. Aos poucos, foram chegando agricultores de todas as partes do Rio, integrantes de uma grande rede de produção e troca, bem como de luta pela agricultura urbana a partir da agroecologia. Eu ainda não sabia, mas, naquele dia, estava começando o meu envolvimento em um dos nós da comunidade de agricultura urbana do Rio de Janeiro.

A convivência e participação nessa comunidade foi o que me instigou a pesquisar mais a fundo como a aproximação entre agroecologia e *design* pode contribuir para ações de agricultura urbana em favelas. Sendo assim, esta pesquisa é sobre a formação de uma rede de agricultores na Serra da Misericórdia e como ela se projeta em mundos alternativos agroecológicos, de bem viveres, relacionais e comunitários. Essa rede vem sendo formada ao longo de cinco anos, encabeçada pela ONG CEM, a partir do que se chamou “Arranjo Local Penha”.

¹ Foi exatamente no dia 30/1/2017, recorda Diego Costa.

² Sistema Participativo de Garantia (SPG) é uma forma de autorregulação e controle da produção de orgânicos por agricultores familiares fora do agronegócio. Os próprios agricultores são responsáveis por fiscalizar seus pares para garantir a certificação de produtores orgânicos. Ver:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes/projeto-mercados-verdes-e-consumo-sustentavel/guias/guia-spg-para-producao-e-comercializacao-de-produtos-organicos>.

Essa é uma estória de luta pela soberania alimentar, pela autonomia comunitária, contra o racismo ambiental, pelo direito das mulheres e por uma forma de viver ancorada em preceitos feministas, uma luta pelo direito de as pessoas terem controle sobre suas próprias vidas e sonharem um mundo diferente para o lugar onde habitam.

Apesar da centralidade do Arranjo Local para este trabalho e das questões de pesquisa terem começado a ser formuladas a partir dos primeiros contatos com o CEM, a possibilidade de aproximar *design* e agricultura urbana antecede esse encontro. No final do ano da conclusão do meu mestrado, iniciei, entre estudantes e funcionários da Esdi, um projeto chamado “Espaços Verdes”³, cujo objetivo era responder, por meio do *design*, a questões internas da Esdi, levando em consideração as demandas latentes locais, as restrições e as práticas de *design*, compartilhadas pelos professores e estudantes. O ponto de partida foi o recolhimento das folhas das árvores da escola, para fazer compostagem e usar o adubo nos jardins e em uma horta futura. Com o decorrer dos anos, o Espaços Verdes se tornou um laboratório de design para agricultura urbana e sustentabilidade.

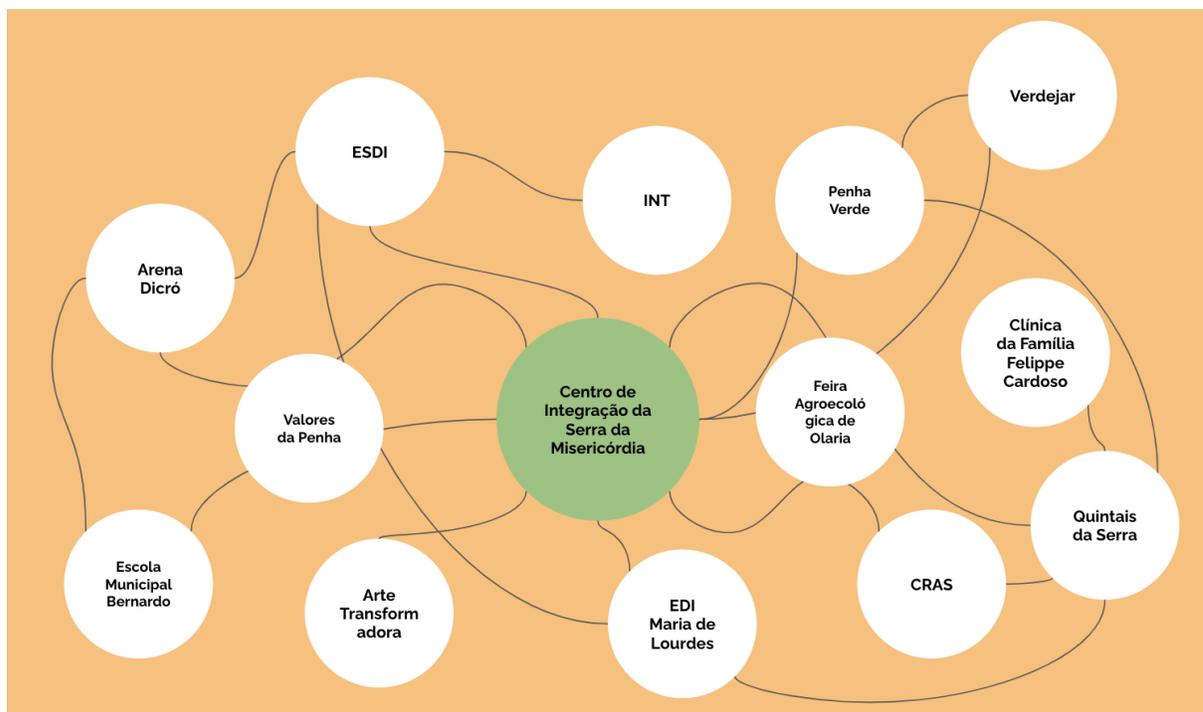
O Arranjo Local Penha começou como uma rede de parceiros, organizada pelo CEM, visando promover a soberania alimentar e agricultura urbana no Complexo de Favelas da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. A iniciativa procurou envolver diversos atores sociais para promover ações de agricultura urbana, impulsionando o debate a respeito da alimentação saudável e agroecologia no território. O que movia a rede era pensar e realizar coletivamente ações a partir do diálogo com os moradores e identificar como a agricultura urbana poderia melhorar a comunidade⁴. Assim, foram desenvolvidas atividades, tais como: oficinas, vivências, palestras, mutirões e articulações nas redes e outros movimentos.

Com o passar dos anos, a noção de Arranjo Local Penha foi mudando, assim como a sua forma de atuar, crescendo e tornando-se uma rede de agricultores na Serra da Misericórdia (Figura 1).

³ Para saber mais sobre o Espaços Verdes, ver o artigo *Design micelial. Uma proposta para agricultura urbana a partir dos projetos do Laboratório Espaços Verdes da Esdi-UERJ* (BIZ et al., 2018).

⁴ Utilizo o termo “comunidade” no sentido daquilo que é comum a um grupo. Entretanto, não utilizo o termo “comunidade” como sinônimo de favela. Dentro de uma favela, podem existir muitas comunidades.

Figura 1. Um retrato da rede do Arranjo Local Penha 2017-2019



Fonte: Do autor (2019)

Esta pesquisa é elaborada a partir das minhas experiências na Serra da Misericórdia, das trocas e dos aprendizados com a culinária, ativista e agricultora, Ana Santos, das pesquisas elaboradas em parceria no Laboratório de Design e Antropologia da ESDI, bem como das leituras do trabalho do antropólogo Arturo Escobar, sobretudo sua pesquisa sobre autonomia e design como caminho para alcançar pluriversos.

Utilizei a teoria de Escobar sobre design ontológico, design para autonomia e, por fim, design para o pluriverso para entender como essa comunidade está se formando e como tem sido a experiência de alguns designers nesse processo. Escobar lança uma pergunta que serve de base para o que pretendo responder nesta tese:

pode o design, entendido ontologicamente, desempenhar um papel construtivo na transformação de formas arraigadas de ser e de fazer até filosofias do bem viver que, finalmente, dotem os seres humanos para uma existência mutuamente enriquecedora entre si e com a Terra? (ESCOBAR, 2016, p.13).

Em seu livro *Autonomia y diseño*, Escobar especulou essa possibilidade em uma construção teórica muito consistente, porém não apresentou casos reais de como o designer poderia

efetivamente atuar nesse processo. A pergunta de Escobar nos inspira a fazer outra não muito distante. Ao invés de questionar a possibilidade de o designer desempenhar um papel construtivo, questiono como os designers podem desempenhar um papel construtivo na transformação de uma comunidade, com base no bem viver e na agroecologia?

A pergunta não evoca apenas ações que o designer pode desempenhar, mas também a sua postura sobre a ação e o que é possível aprender sobre os modos como a própria comunidade constrói a sua vida. Além disso, indaga-se como os designers e parceiros da comunidade interagem para construir mundos comunais.

Segundo Escobar (2016), o design tem potencial para fortalecer mudanças ontológicas rumo a modos de vida pluriversais. O conceito de design ontológico⁵ se sustenta na ideia de que estamos criando formas de ser e de fazer ao projetar ferramentas (ESCOBAR, 2016). Ou, de outro modo, quando projetamos nosso mundo, o nosso mundo nos projeta. Para o autor, o design ontológico estaria na base de propostas para transição rumo à sustentabilidade, fazendo, assim, a transição da ontologia moderna de um "só mundo a um pluriverso de configurações socio-naturais" (ESCOBAR, 2016, p. 27). Nesse sentido, fazer design para o pluriverso se converte em um processo para reimaginar e reconstruir mundos locais.

Escobar (2016), partir de Tony Fry, nos fala como o ideal de modernidade⁶ pelo desenvolvimento se tornou desfuturizante⁷. O ato de desfuturizar, conforme Fry (2020), é a negação de mundos futuros, um produto, fruto da maneira pela qual estamos construindo o mundo até então. Contraditoriamente, o que capacita o designer a imaginar outros mundos tem origem dentro de uma tradição modernista, patriarcal e tecnocrática que impõe, sobre mundos já existentes, um modo de viver cada vez mais homogêneo pelas estruturas do capitalismo e globalização. Sendo assim, para nutrir a potencialidade pluriversal do design, é preciso sua reorientação, afastando-se das

⁵ O conceito de design ontológico foi proposto por Terry Winograd e Fernando Flores na década de 1980 (ESCOBAR, 2016).

⁶ Kothari et al. (2019) resumem o que se chama modernidade: a visão mundial dominante que emergiu na Europa desde a transição da Idade Média para o Renascimento até o recente período moderno e sua consolidação no final do século XVIII. Dentro dessas práticas culturais e instituições, há uma crença no indivíduo independente do coletivo e na propriedade privada, no livre mercado, no liberalismo político, no secularismo e na democracia representativa. Outra característica chave da modernidade é o "universalismo" — a ideia de que todos nós vivemos em um único e agora globalizado mundo e, criticamente, a ideia de que ciência é a única verdade confiável e prenúncio do progresso (KOTHARI et al., 2019, p. XXII)

⁷ *Defuturing* (2020, p. XII) é um tipo de ferramenta conceitual, uma nova filosofia para o design, elaborada pelo designer e filósofo Tony Fry, para definir o insustentável e identificar como isto leva o futuro embora.

tradições nas quais surgiu e dentro das quais funciona de forma cômoda, para um conjunto de práticas em sintonia com a dimensão relacional da vida (ESCOBAR, 2016).

Acredito que a mudança ontológica que o design precisa promover é beneficiada pela agroecologia, capaz de ser catalisadora de processos que conduzam à autonomia comunitária, respeitando a liberdade, as vivências e as identidades culturais dos envolvidos. Entendo por autonomia a capacidade de gestão das suas próprias vidas, valorizando os saberes e aprendizados de sua comunidade. Os designers, então, poderiam fornecer ferramentas que auxiliam práticas voltadas ao estímulo da autonomia, assim como colocar seu corpo em campo como um agente "temporário" dessa comunidade na construção da autonomia.

Escobar iniciou uma trama, ensaiando uma maneira de fazer design de orientação ontológica, para contribuir com a formação de mundos comunais. O que ele não apresentou em sua proposta foi o impacto da teoria na atuação do designer. Com essa pesquisa, me proponho a puxar esses fios e a tramar mais um pouco essa teia de vida. A partir desta pesquisa, realizada na Serra da Misericórdia, inspirada não apenas no desenvolvimento teórico de Escobar, mas também nas experiências do Espaços Verdes e do Laboratório de Design e Antropologia, vou apresentar algumas aproximações de realização dessa teoria.

Eu já pesquisava sobre agricultura urbana dentro da Esdi pelo laboratório Espaços Verdes e nós, alunos, percebemos cada vez mais a necessidade de olhar para fora dos muros da escola, entendendo a importância da universidade abrir suas portas e sair para conversar com a sociedade. Acreditava que designers e principalmente universitários (professores, pesquisadores e estudantes) poderiam ter uma participação mais ativa no traçado de relações em busca de mais cidadania, qualidade de vida e valorização da cultura local.

O envolvimento de designers em processos de transformação social de uma favela no Rio de Janeiro abre uma discussão relevante sobre o papel do designer na sociedade, tendo em vista a sua corresponsabilidade no desenvolvimento desse sistema em desequilíbrio. Sobretudo se acreditarmos na possibilidade de transformação positiva que este profissional pode proporcionar não somente para usuários, como também para todos os humanos e além, para a Terra, nossa casa comum.

As favelas se justificam como um lugar para realizar a pesquisa tanto pela gravidade dos problemas que as afetam quanto pela potência de organização comunitária autônoma para enfrentar esses problemas. Ao mesmo tempo que encontramos a necessidade urgente de melhorias das

moradias precárias, da baixa renda familiar, da falta de acesso à comida de verdade⁸, das condições sanitárias e da violência da guerra ao narcotráfico, também reconhecemos que a favela sempre foi um lugar de luta por melhores condições de vida de uma população excluída que não pode esperar por ajuda do Estado ou da benfeitoria privada. A maior parte do que está ali é resultado da organização de moradores em associações locais, mutirões e da liderança de alguns moradores e organizações não governamentais, tais como o CEM. Uma das contribuições desta pesquisa é fazer uma ponte entre a academia e o morro⁹, cruzando o abismo do asfalto, para manter um canal de comunicação pluridimensional que fomente a troca e aproxime mundos que deveriam ser muito mais próximos do que são.

Desta forma, a pergunta que guia esta pesquisa é: como um designer pode contribuir para a formação de uma comunidade de agricultores urbanos na Serra da Misericórdia? A partir desta pergunta, separo, por capítulos, as perguntas específicas:

Capítulo 2: Serra da Misericórdia, aproximações e primeiros experimentos

- Como a comunidade se organiza? Como os moradores solucionam os problemas do seu cotidiano?
- Como uma ONG, na favela, articula agroecologia e soberania alimentar, para construir um território de bem viver na favela?
- Como um designer, recém-chegado, foi lidando com tudo isso?
- Qual é a relação entre o designer e seus conhecimentos específicos e a comunidade com outros conhecimentos?
- Qual postura deve ou pode ter um designer em projetos agroecológicos em favela?

Capítulo 3: Codesign como compostagem

⁸ “Comida de verdade” é uma expressão que a Ana usa para falar de alimentos que nutrem: verduras, legumes, frutas, em oposição aos industrializados, elaborados basicamente com farinha que, apesar de saciar a fome, não oferecem nutrientes para uma boa alimentação.

⁹ “Morro e asfalto” é uma expressão popular, para separar a favela das áreas urbanas amparadas por uma infraestrutura.

- O que os designers podem aprender com as ações de agricultura urbana na favela? A comunidade já vivia no improviso/na improvisação?
- Como designers podem contribuir? No momento de formatação de projetos, mas também de reformulação do próprio projeto frente às circunstâncias?
- Conclusão: por que fazer design na favela é tão diferente? Qual é a relação entre projeto e improviso?

Meu objetivo com esta pesquisa, portanto, é investigar como designers podem contribuir para a formação de uma comunidade de agricultores urbanos na Serra da Misericórdia. Sendo assim, entender qual o papel do designer, como ele articula o seu conhecimento projetual especializado, como a sua experiência contribui para a criação dessa rede e, ao mesmo tempo, como ele aprende a fazer design a partir de suas vivências em comunidade. Os objetivos específicos são:

- Analisar como um designer articula o seu conhecimento projetual especializado com os conhecimentos da comunidade;
- Analisar qual a postura do designer em processos de agricultura urbana agroecológicos;
- Descrever quais aprendizados para o designer podemos aprender pelos modos que a comunidade constrói as suas vidas
- Analisar como é a interação entre designer e parceiros da comunidade para construir mundos.

Utilizei observação participante como método de pesquisa. Com o desenrolar do projeto, fui me envolvendo com a comunidade e propondo intervenções, as quais poderia descrever a partir de uma prática de design por correspondência (INGOLD, 2016). Portanto, esta é uma pesquisa realizada por meio do design na intersecção entre o design e a antropologia.

A pesquisa de campo tem uma centralidade nesta pesquisa, pois é pelo campo que moldo minhas reflexões, confrontando-as com a teoria e não o oposto. As questões de pesquisa emergiram das vivências e não da intenção da pesquisa, que foi se transformando ao longo do período de doutorado.

Além de pesquisador, sou um dos voluntários do projeto. Por meio da pesquisa, pretendo analisar minha própria experiência como designer durante esse processo comunitário entre 2017 e 2021, na região da Serra da Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro.

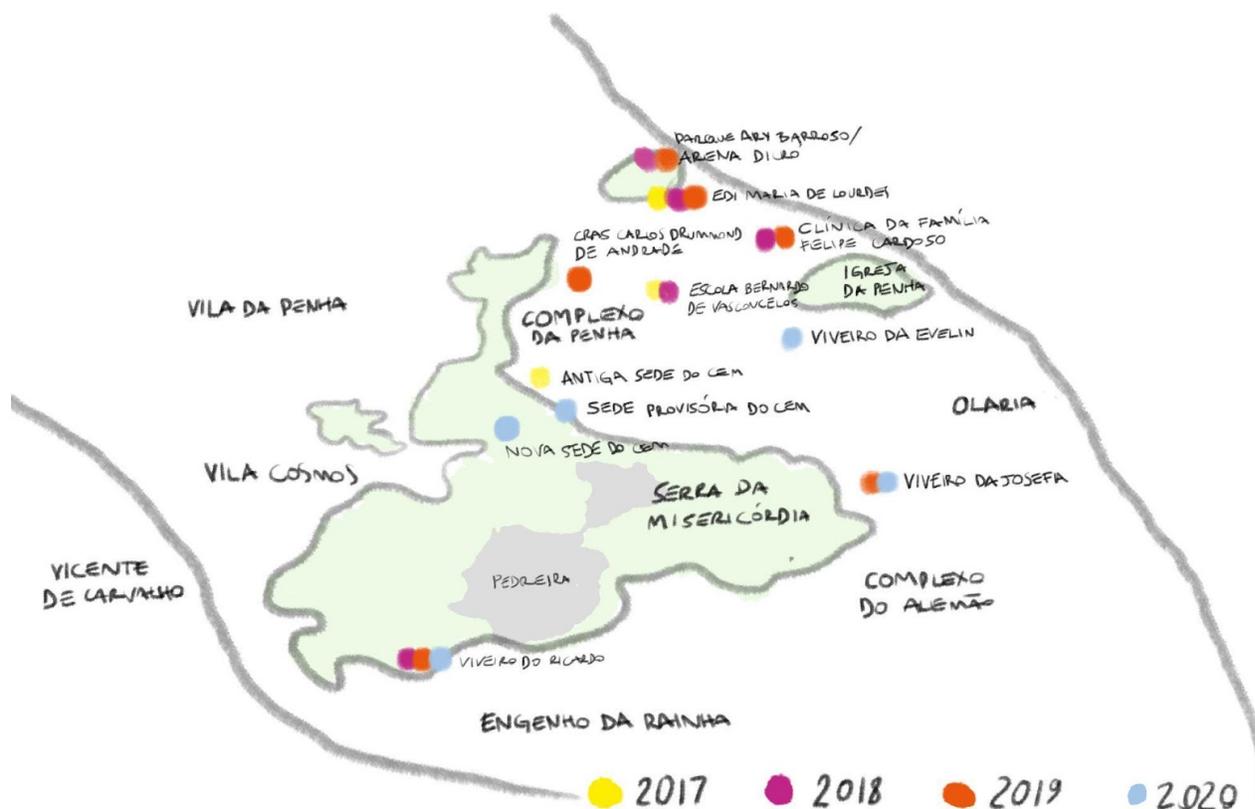
Para formular a pesquisa, coletei materiais do campo a partir da transcrição de *lives*, conversas de Whatsapp, documentos armazenados no *Google Docs*, anotações em diários de campo, publicações em redes sociais, entrevistas, além da minha experiência de mais de cinco anos no Arranjo Local da Penha. A seguir, na Figura 2, apresento a jornada do pesquisador e, na Figura 3, a cronologia de atuação na Serra da Misericórdia.

Figura 2. Jornada do pesquisador

2017	2018	2019	2020	2021
Visita ao CEM - encontro SPG	Primerio ano no EDI	Fomos selecionados no Edital Faperj. Verba chega do meio do ano.	Colônia de férias (oficina de colagem)	Vendas continuaram
Workshop sementes urbanas	30/7 - Dinâmica de planejamento da atividades na Escola Bernardo com Camille e Diego	Retorno do CEM a Penha	PANDEMIA	Pedro deixa de vender mudas
Visitas aos parceiros do ALP	Oficina de pão na roda de mulheres	Segundo ano no EDI	Campanha Favela sem corona	Mudança do modelo de articulação dos viveiros
10/12 - Participação no Leopoldina Orgânica. Evento sobre agroecologia na praça da Penha	Submissão do projeto Faperj	Instalação viveiros CEM, Josefa e Ricardo	Vakinha para cestas básicas	
CEM perde a sua sede		22/07 - Distribuição de mudas nos 100 anos da Penha a convite do CRAS.	Campanha água é direito	
		Livmundi - oficina de compostagem	Vendas do arranjo local Penha	
		Oficina compostagem	Lada live	
		Encontro agroecologia em Campo Grande	Agosto - Retomada das visitas nos viveiros	
		24/9 ~ 1/10 - Oficina de cultivo de plantas no CRAS Carlos Drummond, para turma de jovens e turma de adultas.	Instalação viveiro Evelin	
		Visitas a candidatos a receber viveiros	Construção da cisterna	
		Oficina de substrato	Construção da nova sede do CEM	
		Oficina de semente	Celebração dia das crianças	
			Encontro de quintais - oficina de compostagem	

Fonte: Do autor (2022)

Figura 3. Cronologia de atuação na Serra da Misericórdia



Fonte: Do autor (2021)

Proponho discutir teorias e práticas do design antropologia, sustentabilidade e agroecologia, a partir de ações projetuais em contextos, tempos e locais específicos. Nesse sentido, esta pesquisa está inserida no campo do design antropologia (GUNN et al., 2013), abordagem de pesquisa em que o pesquisador se propõe a se envolver em campo junto com aqueles que seriam os "pesquisados". A pesquisa é abertamente subjetiva, considerando que o corpo do pesquisador afeta e é afetado pelo campo, e não é possível separar, isolar, filtrar a experiência vivida de um objeto pesquisado.

As reflexões desta pesquisa serão elaboradas a partir da ação e do desenho dessas ações, ou seja, vou apresentar a formação dessa comunidade, utilizando métodos de design para fazer pesquisa. Para tal, é necessário entender tanto as macro quanto as micro relações, levando em conta aspectos sociais, técnicos, políticos e culturais, buscando “a representação das controvérsias e das

muitas partes interessadas” (LATOURE, 2014, p.). O autor propõe que o designer seja capaz de agrupar pelo desenho, de simular, de materializar, de aproximar, de modelar o que é uma coisa em toda a sua complexidade (LATOURE, 2014). Nesse caso, é preciso traçar relações, desde as políticas públicas sobre soberania alimentar, hortas urbanas, ao reconhecimento da agricultura urbana como uma potência de resistência e subsistência local.

Para atingir os objetivos, este estudo está dividido em 3 capítulos. No capítulo 1, apresento a minha trajetória até chegar nesta pesquisa, as experiências e as teorias que apoiaram a discussão. Desenvolvo a ideia de agricultura urbana, apoiada pela agroecologia, defendendo que este tipo de agricultura vai além do plantar, já que passa a disputar o tipo de cidade que se deseja viver. Em seguida, discuto o que é sustentabilidade e por que essa noção continua atrelada ao desenvolvimentismo, não conseguindo implantar medidas efetivas de redução do impacto ambiental. Apesar de a sustentabilidade ter problemas, ainda é um modelo necessário nas discussões sobre a defesa de todos os seres. Para a sustentabilidade ser mais efetiva, ela demanda mais envolvimento em vez de desenvolvimento. A partir daí, apresento as noções de bem viver, design para autonomia e para transição, design participativo e pesquisas já realizadas em favelas do Rio de Janeiro e como as linhas do *making* podem enlaçar as lutas do *commoning* para um fazer de design com mais envolvimento.

No capítulo 2, começo a descrever a minha aproximação e os primeiros experimentos na Serra da Misericórdia. Antes de tudo, conto qual a minha visão sobre essa região, chamada “Serra da Misericórdia”, quais significados e representações ela adquire para os grupos ambientais que a protegem e como estes se formam ambientalistas a partir das lutas e do afeto a esse território. Destaco, dessa história, um dos grupos ambientalistas, o CEM, organização parceira desta tese, dirigida por Ana Santos e Marcelo Silva, cuja trajetória está diretamente ligada aos aprendizados e aos fazeres na Serra da Misericórdia nas redes de agricultura urbana do Rio de Janeiro e de outros lugares. O CEM foi um dos organizadores de mais um nó dessa rede, o Arranjo Local Penha, que mobiliza moradores e instituições da Penha, a partir da agricultura urbana para a promoção da soberania alimentar. Divido o Arranjo Local Penha em três fases, entre as quais participei em duas. Nesse capítulo, analiso meus primeiros passos no Arranjo Local Penha, trabalhando como educador ambiental de crianças no EDI Maria de Lourdes, e como essa aproximação cautelosa foi importante no desenrolar da minha participação na Serra da Misericórdia. Por fim, a partir de Escobar, analiso tanto na construção da Serra da Misericórdia como do Arranjo Local Penha, como as comunidades

fazem design de si, um fazer em rede, nunca isolado. Mais do que uma comunidade, uma unidade comum, um composto em redes instáveis que se fazem e refazem e viram juntas outra coisa muito fértil.

No capítulo 3, abordo a minha participação na terceira fase do Arranjo Local Penha, na qual foi formada uma rede de agricultores produtores de mudas de plantas na Serra da Misericórdia. Apresento a proposta do projeto que foi submetida a um edital de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e que viabilizou a realização da rede. Do desenho do projeto para sua realização, a rede foi atravessada por questões locais, do território e seus habitantes, e globais, a pandemia de Covid-19. Durante esse processo, fui aprendendo a lidar com os problemas e entendendo-os como parte do trabalho em vez de obstáculos. Nessa experiência, as ações demandaram um grande envolvimento, um fazer parte dessa comunidade/composto. Por fim, proponho que o codesign que realizamos assemelhou-se ao processo de compostagem.

1 REPENSANDO O DESIGN A PARTIR DE UM LABORATÓRIO DE AGRICULTURA URBANA E SUSTENTABILIDADE

1.1. A trajetória do Espaços Verdes na Esdi

Antes de abordar o campo da pesquisa em si, é importante trazer a vivência na qual comecei a elaborar aproximações entre design, agricultura urbana e sustentabilidade. A partir de 2014, a Esdi passou por uma fase turbulenta, devido às crises governamentais que impactaram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, causando muitos protestos e gerando um movimento de resistência. Na Esdi, nós, estudantes, professores e funcionários, ficamos muito tempo parados em um primeiro momento e, em um segundo momento, quando a crise se agravou, iniciamos uma experimentação sobre a sua gestão, ou seja, outras formas de se organizar, fazer e pensar o design, imaginar e produzir outros futuros para a escola.

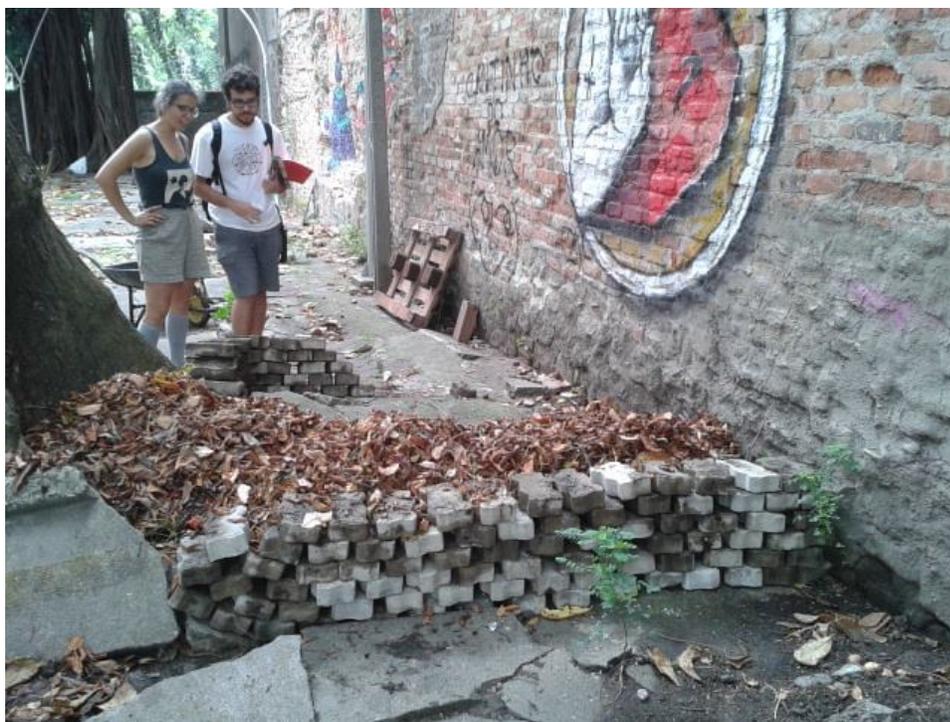
A motivação, para criar um laboratório de agricultura urbana e sustentabilidade, nasceu pela crescente precarização da educação pública do Rio de Janeiro, que levou a Escola Superior de Desenho Industrial a problemas de manutenção em sua estrutura. Desde o ano de 2014, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro vinha passando por um período de dificuldades, devido ao atraso e ao não pagamento dos seus funcionários e professores, ao corte de verbas de custeio e de terceirizadas. Entre greves e protestos, germinaram na Esdi diversas manifestações de ocupação e manutenção, com o objetivo de manter a escola aberta, funcional e atendendo à sociedade com seu ensino superior gratuito e de qualidade.

Nesse período, eu estava cursando o mestrado na Esdi, pesquisando sobre revistas digitais para tablet. A insatisfação com a minha pesquisa, associada ao gosto pelo cultivo de plantas, fizeram-me buscar outros caminhos para pensar o design. Juntamente com outros parceiros, encontrei na agricultura urbana a possibilidade de associar o modo de pensar e aprender projetual para um fim socioambiental. Em 2015, em parceria com a Márcia Fregolon, estudante na época, e Carlinhos, zelador da Esdi e grande incentivador da agricultura urbana da escola, fundamos o Espaços Verdes (EV), um laboratório de design para agricultura urbana.

A partir das carências e de outras possibilidades mais sustentáveis, percebemos que poderíamos pensar na própria Esdi, para estudar design e, ao mesmo tempo, projetar e até implementar cenários alternativos para a escola. Uma das primeiras iniciativas do grupo foi separar e armazenar as folhas que caem das árvores e que eram jogadas no lixo junto com todos os outros

resíduos sólidos. Assim, além de reduzir o volume de resíduo descartado, o qual seria transportado para aterros sem a devida separação, passamos a processar as folhas a partir de compostagem, transformando-as em adubo. Paralelamente, iniciamos a revitalização de uma área abandonada e degradada, transformando-a em espaço de convivência e horta para cultivo de alimentos orgânicos e plantas alimentícias não convencionais. O adubo das folhas compostadas foi utilizado para refazer o solo pobre e compactado da área da horta (Figura 4).

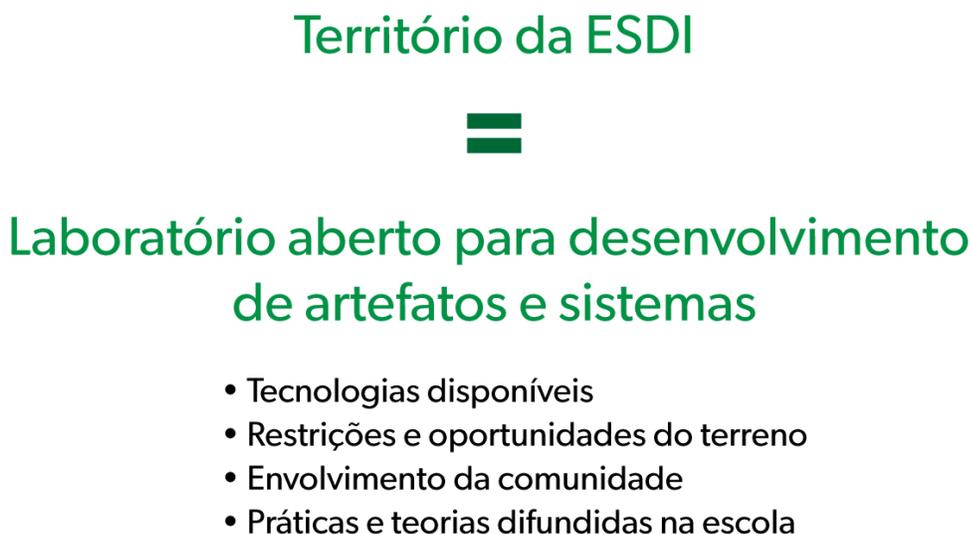
Figura 4. Primeira composteira. Na foto, Marcia Fregolon apresentando a composteira para um colega



Fonte: Acervo Espaços Verdes

As ações do Espaços Verdes foram dirigidas para o projeto e desenvolvimento de artefatos, sistemas e serviços para espaços de cultivos de alimentos em cidades. Tais ações poderiam ser tanto a comunicação, *kits DIY*, equipamentos, ferramentas, sistemas de irrigação, compostagem, mobiliário, canteiros, leiras, viveiros e, até mesmo, a própria área da horta. As possibilidades projetuais eram grandes e não se limitavam necessariamente a questões sustentáveis ou se relacionavam com a agricultura diretamente. O grupo tinha como princípio usar o território da escola como um laboratório para pensar e realizar projetos.

Figura 5. Primeiro esquema da proposta do Espaços Verdes

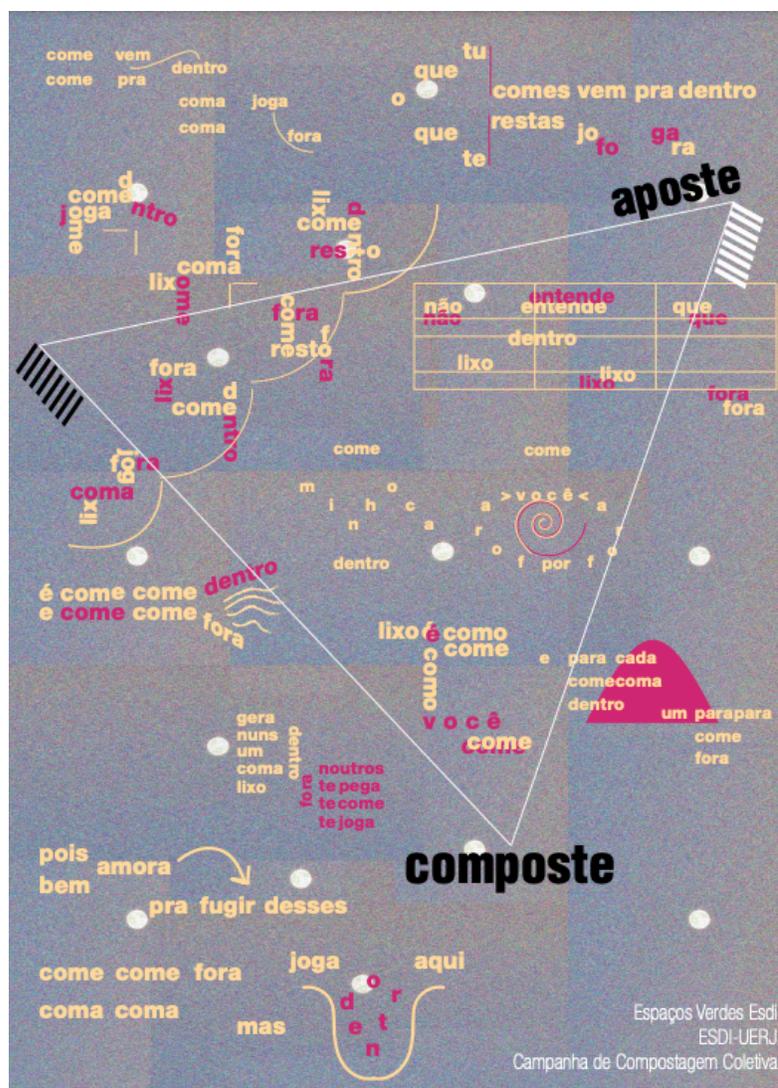


Fonte: Acervo Espaços Verdes

No Espaços Verdes, não havia uma metodologia própria ou única que orientasse os projetos. Parte do processo era experimentar diferentes métodos de acordo com a necessidade de cada projeto. O processo de trabalho, projeto e aprendizado do Espaços Verdes, era baseado na experimentação do fazer e na reflexão sobre esse fazer, assim como nas trocas do grupo que costuma trabalhar de forma integrada, compartilhando informações por canais de comunicação colaborativos. Ao longo de quase cinco anos, o grupo elaborou artefatos, criou campanhas de compostagem, organizou grupos de estudos, workshops, mutirões, refeições coletivas, eventos temáticos, inspirou poemas, desenvolveu pesquisas, participou de disciplinas da graduação com o tema da agricultura urbana, elaborou artigos, dissertação de mestrado, plantou, colheu e vendeu hortaliças, entre outras coisas.

O EV era um laboratório não oficial, sem nenhum registro dentro da universidade ou órgãos de pesquisa e nem foi dirigido por um professor, como exige o regimento de laboratórios, tampouco era um grupo fechado de pessoas. O EV existiu na ação de pessoas interessadas em trabalhar sob a sua denominação, ou seja, estava aberto ao interesse de quem quisesse trabalhar em projetos que tivessem relação com design para a agricultura urbana (Figura 6)

Figura 6. Poema para campanha de compostagem coletiva da Esdi



Fonte: Autoria Stephanie Lima, ex-aluna da graduação, Acervo Espaços Verdes (2015)

O andamento das atividades do grupo movia-se junto com as circunstâncias da escola, com a disponibilidade e vontade dos participantes. A partir de 2016, diante de uma greve que paralisou a Esdi por quase seis meses, começou um movimento chamado “Esdi Aberta”, no qual professores, funcionários, alunos e ex-alunos se mobilizaram, de diferentes formas, para enfrentar a precarização das universidades estaduais, imposta pelo governador da época, Luiz Fernando de Souza, o Pezão.

Naquele ano, a recém-eleita diretoria da escola, formada pela Diretora Zoy Anastassakis e pelo Vice-diretor Marcos Martins, iniciaram uma série de tentativas de descentralização da administração. Anastassakis relata que essas medidas contribuíram para a

instalação de um novo ambiente dentro da escola, uma vez que seus componentes passaram a falar e agir com e pela direção, ampliando, horizontalizando e descentralizando os cuidados não apenas com a administração ordinária, mas, sobretudo, reunindo propostas, ensaiando e pondo em prática ideias e projetos inéditos e outros antigos (ANASTASSAKIS, 2020, p. 41-42).

Com essas ações, a diretora percebeu que a multiplicação da onda de cuidado seria capaz de reativar um sentido de comunidade na escola (ANASTASSAKIS, 2010). A partir daí, "emergiram diversas experimentações em torno de modos alternativos de abertura e manutenção das atividades" (ANASTASSAKIS, 2020, p. 47).

A AEXDI (Associação do alunos, ex-alunos e professores da Esdi), o Colaboratório (Laboratório gráfico colaborativo), o Movimento Esdi Aberta (nome da campanha do conjunto de ações coordenadas entre associação, a Escola e todas as manifestações independentes) e o Espaços Verdes (Laboratório de Design para Agricultura Urbana e Sustentabilidade) são alguns exemplos dessas manifestações que proporcionara a renovação nos usos do espaço e nos processos de habitação na escola, entre estudantes, alunos, funcionários, ex-alunos e 'amigos' (ANASTASSAKIS, 2020, p. 47).

Da experiência do Esdi Aberta, Anastassakis analisa como essa manifestação pelo design foi feita a partir de um design outro diferente daquele difundido nas salas de aulas, ainda tão inspirado na tradição moderna. Anastassakis descreve esse

como um design ctônico¹⁰, um design de seres ctônicos, que não estão mais preocupados em projetar, senão em responder com atenção, desenvolvendo, assim, as suas próprias habilidades de resposta em tempos de precariedade. Uma prática de design que, através dessa busca contínua por deslocamento e mudança, esforça-se para manter continuamente em experimentação (ANASTASSAKIS, 2020, p. 63).

A experiência vivida, nesse caso, foi fundamental, pois essa maneira de fazer vivenciada desencadeou vários pensamentos e reflexões, os quais não teriam como vir de outro lugar senão da vivência. Os sonhos futuristas de um mundo melhor são imaginações da tradição moderna de design.

¹⁰ Ctônico é uma referência a seres monstruosos da mitologia grega que Donna Haraway (2016) utiliza como representação dos seres que habitam o Chthuluceno, uma era imaginada em contraponto ao Antropoceno. Esses seres monstruosos, ao contrário dos deuses do Olimpo, são frutos da terra e vivem dela, Haraway emprega outro termo grego, "simpoesis", fazer com, para argumentar que é como esses seres que vivem juntos, ligados à terra, lidam com os problemas no presente, ou seja, é a maneira como deveríamos ser e agir diante das crises ambientais.

A reação sobre a escola "amplia o debate sobre a noção de futuro como elemento tradicionalmente entendido como fundamental para a caracterização do exercício de projeto na prática profissional de design", conforme Anastassakis (2020, p. 60). O projeto em design teria a ver, então, com as ideias de previsão, prescrição e predição.

Assim, as respostas que ensaiamos na Esdi, operadas em meio a intensos processos de experimentação e improvisação, parecem indicar transformações fundamentais nas ênfases temporais que orientam o exercício do design, uma vez que, mais do que planejar artefatos ou formas de comunicação com vias a uma implementação em um tempo futuro, é preciso tomar uma atitude de responder em tempo presente (ANASTASSAKIS, 2020, p. 61).

Na retomada das atividades de aula em 2017, alguns eventos importantes marcaram o Espaços Verdes. O envolvimento do laboratório com a pós-graduação da Esdi provocou a primeira entrada de novos participantes, como Diego Costa, Pedro Themoteo e Flavia Soares, pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Design da Esdi (PPDESDI), trazendo um viés de pesquisa para dentro do laboratório. O segundo foi a participação desses estudantes na disciplina "Design Antropologia", organizada pela Professora Zoy Anastassakis e nas disciplinas "Mundos Máquinas e Maquinismos" e "O design e o político", organizadas pelas professoras, Barbara Szaniecki e Talita Tibola. Alguns participantes do Espaços Verdes faziam também parte do Laboratório de Design e Antropologia, organizado pelas mesmas professoras. A fundamentação teórica e as discussões em aula foram essenciais para os projetos que foram realizados a seguir. As leituras de Ingold, Haraway e Escobar, tão importantes para esta tese, começaram nessas disciplinas.

Ao longo de cinco anos, contribuíram com o Espaços Verdes: Carlinhos, Diego Costa, Flávia Soares, Heitor Varvaki, Isabella Pedreira, Marcia Fregolon, Miguel Moreira, Lucas Nonno, Pedro Alexandre, Pedro Biz, Pedro Themoteo, Pedro Zohrer, Stephanie Lima e as professoras, Barbara Szaniecki e Zoy Anastassakis.

As inspirações e as construções desse laboratório foram muito importantes na elaboração teórica e prática deste estudo. A base preparatória para a vivência com o Arranjo Local Penha estava sendo trabalhada e pensada dentro da escola. Os aprendizados daquele período transformaram a minha forma de fazer design e de fazer pesquisa. Nesse sentido, Anastassakis, ao resumir o que o Esdi Aberta nos proporcionou, reverbera sobre o meu e o nosso fazer, enquanto espaços verdes:

Ao assumir que podemos construir porque habitamos, esse modo simpoiético de pensar e fazer design não resolve nenhuma crise, nem sequer propõe soluções alternativas. Mas, reivindicando, vai recuperando em nós, a capacidade de viver e morrer bem com a diferença e, assim, corresponder (ANASTASSAKIS, 2020, p. 63).

Nos propomos a pensar outros mundos possíveis dentro de uma tradicional escola de design, trabalhando em correspondência (INGOLD, 2016) com as crises do presente (HARAWAY, 2016). Essa experiência, segundo Escobar (2016), poderíamos caracterizar como "ontológica", a qual nos mostrou outras possibilidades de fazer design, educação e comunidade.

1.1.1 Design micelial

Toda a experiência do Espaços Verdes, no seio da Esdi, é pautada pela crítica ao design moderno, industrial, que já não cabe mais no modo que precisamos viver. Passa-se para o ideal moderno, de projetar a Terra, para uma noção de design que inclui outros seres, agindo participativamente em diferentes escalas para plantar, cuidar e cultivar, refazendo o tecido urbano a partir de uma concepção mais orgânica, mais selvagem, em contraposição ao modelo de urbanização industrialista. De certo modo, e de uma maneira bastante literal, era isto que estávamos nos propondo a fazer.

Em dado momento, alguns participantes do EV sentiram a necessidade de refletir a respeito do que estavam fazendo naquele âmbito e, coletivamente, escreveram um artigo, contando a trajetória do laboratório de design para agricultura urbana e sustentabilidade, destacando que um codesign¹¹ sustentável, para atender às demandas da agricultura urbana, passa por uma especulação sobre a possibilidade de um design em conjunto com todas as formas de vida, denominado “design micelial” (BIZ et al., 2018). Na primeira elaboração conceitual sobre as aproximações entre design e agricultura urbana, chamamos de “codesign” com não humanos (THEMOTEO; BIZ; COSTA, 2017) e depois atualizamos para “design micelial”, a fim de evitar a dicotomia humano/não humano. O termo “micelial” deriva de micélio, a parte vegetativa dos fungos. A representação metafórica de um

¹¹ Codesign, abreviação de design colaborativo, é um modo de projetar que envolve diferentes atores no processo de investigação e criação de artefatos, processos e ambientes. Outro termo para designar esse campo de design é design participativo e que nessa pesquisa são termos equivalentes. De origem escandinava, o design participativo tinha o objetivo de inserir trabalhadores no desenvolvimento das tecnologias de informação que começavam a ser implantadas no ambiente de trabalho (ROBERTSON; SIMONSEN, 2013). Segundo Ibarra, o design participativo "dá suporte a uma aprendizagem mútua entre os diferentes participantes, gerando uma reflexão na ação coletiva. Nesse sentido, os designers aprendem a realidade dos usuários ao mesmo tempo em que os usuários estão dedicando-se à articulação de seus objetivos e ao aprendizado das formas pelas quais é possível atingi-los" (IBARRA, 2018, p. 114).

emaranhado de vida simbiótica, o micélio, é uma espécie de “atualização” (INGOLD, 2012) da imagem do rizoma, proposta por Deleuze e Guattari (2004). O rizoma é um tipo de caule que se ramifica e, em cada segmento, possui uma gema que, quando cortada, pode constituir uma nova planta. Já o micélio é um emaranhado de hifas que se espalham por um substrato e entram em simbiose com vegetais, animais, bactérias e outros fungos (BIZ et al., 2018).

A partir dos conceitos de correspondência, proposto pelo antropólogo Tim Ingold (2016), e de simpoiesis, formulado pela filósofa e bióloga Donna Haraway (2016), buscamos um design mais empático a todas as formas de vida que se organizam em torno de um fazer com todos e que não tem designers como protagonistas, mas, sim, como colaboradores em projetos sempre em processo.

O antropólogo Tim Ingold propõe que cada ser vivo deve ser considerado como um agrupamento de linhas que, ao se reunir aos outros, forma uma malha. Em cada nódulo dessa malha, está “o caminho no qual forças contrárias de tensão e fricção compartilham do processo generativo” (INGOLD, 2016, p. 10). O autor propõe o termo “correspondência” para se referir a essa afiliação como o “processo no qual seres ou coisas literalmente respondem uns aos outros ao longo do tempo” (INGOLD, 2016, p. 14). Três princípios norteiam essa correspondência e estão ligados entre si: hábito, agenciamento e atencionalidade.

O hábito é o movimento de agir, enquanto é “agido”. Durante uma ação, a experiência vivida não é uma mudança imposta pelo exterior, contudo, uma transformação que vem do interior. Sendo assim, a agência não é dada por antecipação da ação, mas sempre uma formação e transformação dentro do ato em si. Nesse sentido, a agência deve ser pensada no gerúndio, como agenciamento (*agencing*), pois não acontece antes, porém, enquanto a ação acontece. A correspondência está entre e ao longo da ação entre seres que se transformam e são transformados nesse caminho. No processo de troca, aquele que está agenciando ora age e ora sofre a ação, em um jogo de tensão e de diferença, de correspondência. O último princípio propõe que, antes de agirmos segundo nossas intenções, agimos com atenção às coisas do mundo. A atenção que Ingold (2016) propõe está no cruzamento da representação mental de um objeto com o objeto em si. São as transformações internas que decorrem da ação, ao se confrontar com a realidade vivida.

O designer, assim, é um designer cauteloso (LATOURET, 2008) que não se vê como um *deusignner*, no entanto, como mais uma trama nesse fluxo de materiais, operando no tempo em que os nós se enlaçam. O agricultor, Ernst Götsch, grande difusor de sistemas agroflorestais, com a técnica

que ele chama de agricultura “sintrópica”¹², se considera um dos agentes da floresta e não o seu criador, ainda que possa dizer que projeta o seu arranjo e desenvolvimento. A vida na floresta constitui-se por seres de todas as escalas, condições climáticas e geológicas, que são tão ou mais responsáveis pelo crescimento da floresta quanto aquele humano disposto a plantá-la. Se o agente humano for tirado desse processo, sem adicionar outro que agrida a floresta, esta se reconstituirá sozinha, apenas em um tempo mais longo.

O convívio mútuo é uma peça-chave para Haraway (2016). Portanto, seríamos mais um “com-posto”, nem masculino, nem humano, mais *húmus sapiens*, conscientes da “responsa-habilidade” dos nossos atos. Reconhecer que a vida no planeta não depende apenas de humanos lança outras perspectivas sobre como podemos enfrentar juntos as questões ambientais que têm nos preocupado tanto. Ao assumir que, nós humanos, não temos a capacidade de resolver todos os problemas sozinhos, “percebemos os outros como parte dos nossos projetos e nós, como parte dos projetos desses outros” (THEMOTEO; COSTA; BIZ, 2017, p. 5).

Em uma horta, por exemplo, as plantas crescem, atraem moscas que, por sua vez, atraem aranhas, as aranhas atraem pássaros, que atraem gatos. Na terra, temos micro-organismos, minhocas, gôngolos, fungos e bactérias, compostando, fermentando e transformando pedaços orgânicos em matérias comestíveis para outros seres. Em projetos agroecológicos, nenhum desses seres é considerado praga, ao contrário da agricultura do agronegócio – que elimina tudo que pode atrapalhar a produtividade –, como outros seres que ali habitam e que transformam esse lugar em um sistema equilibrado. A contribuição desses seres é tão importante quanto o manejo responsável da plantação, e esse equilíbrio orgânico codependente e contínuo é uma grande potência simpoiética.

Nesse contexto, o design é mais um fio em uma trama em fluxo, operando no tempo em que os nós se enlaçam. “Tanto Haraway quanto Ingold defendem uma relação horizontal entre seres em que o fazer é compartilhado, entrelaçado, atento, responsivo e responsável” (THEMOTEO; COSTA; BIZ, 2017, p. 6), em que o corpo e o ambiente participam de uma mesma coisa, o fluxo da vida. A partir disso, podemos considerar que o projeto não é linear e o resultado não é acabado, mas construído em uma ação coletiva em atenção e transformação com o ambiente.

Destaco três princípios do design micelial: tempo, agência distribuída e interdependência.

¹² Para saber mais sobre agricultura sintrópica: <https://agendagotsch.com/pt/>.

1.1.2 Workshop “Sementes Urbanas”: primeira parceria do Espaços Verdes com o CEM

O Espaços Verdes foi um ponto de convergência de designers e pesquisadores interessados na agricultura urbana. Conheci Diego um pouco antes dele entrar no doutorado da Esdi, em 2017. Ele já estava envolvido no movimento de agricultura urbana, pois sua pesquisa de mestrado foi sobre a agricultura urbana no CEM e, na mesma época, conduzia uma empresa de consultoria, a Cariru Agricultura Urbana em parceria com um colega biólogo. Antes mesmo de ser aprovado no doutorado, já havia começado a participar dos mutirões do Espaços Verdes. Sua chegada ao Espaços Verdes, no final de 2016, foi um ponto de mudança importante do laboratório, pois começamos a ampliar a horta, a pensar em pesquisas, organizar mutirões todas as semanas e eventos, divulgando nosso trabalho.

No Espaços Verdes, já conversávamos sobre a importância de extrapolar os muros da Esdi, com as experiências que estávamos produzindo no laboratório. Em dado momento, decidimos que estava na hora de ultrapassar os muros da Esdi e começar a plantar em outros quintais e que a favela era um lugar de urgência, porque, se as crises que vivemos na Esdi, decorridas da falência do Estado, foram muito fortes, a ausência estatal é uma constante desde a formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro. Aproximar o Estado da favela pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e de designers da Esdi cumpria um desejo de colaborar para transformar um ambiente ainda muito carente.

Nessa época, Diego me convidou para participar de uma reunião do SPG¹³ na sede do CEM. Foi a partir daí que comecei a me aproximar do CEM. Voltei à Penha mais algumas vezes naquele ano, acompanhando atividades da ONG, que recém começava a formar o Arranjo Local Penha. Em 2017, Diego Costa, que já estava no doutorado e trabalhava no Instituto Nacional de Tecnologia, propôs fazermos um workshop, com o intuito de projetar viveiros para a formação de uma rede de produtores de mudas na Penha, pois foi uma demanda identificada no CEM durante o seu mestrado. Na realização de atividades de promoção da agricultura urbana na Penha, o CEM observou que as mudas de plantas, usadas como material pedagógico das atividades, despertavam a atenção dos moradores. Ana Santos nos conta que "andar pela rua com uma bandeja de mudas é certeza de chegar atrasado ao seu destino".

¹³ Menciono esse evento no primeiro parágrafo desta tese.

Não há quem não pare e tente adivinhar qual espécie está plantada na bandeja, pedindo uma muda, perguntando se é fácil plantar, contando alguma história antiga da época em que morava na roça ou para perguntar: “tia, o que é isso?”. Andar com uma bandeja de mudas é uma ótima maneira de puxar uma conversa. Foi a partir dessas observações que surgiu a ideia de promover o plantio de mudas nos quintais, terraços e instituições da favela. Não é fácil achar mudas não ornamentais na cidade. E, se achar, não é barato. Dito isto nos perguntamos: por que não produzir nos quintais e nos espaços ociosos? (COSTA et al., 2018, p. 1).

Na época, Diego estava trabalhando em um projeto com tecnologias assistivas no Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e, por conta do trabalho, não conseguia fazer o doutorado direito. Então, ele buscou uma maneira de trazer a sua pesquisa de doutorado para dentro do INT, convidando o CEM, a Esdi e o INT para realizarem um *workshop* para projetar viveiros. O projeto, realizado em 2017, teve sete encontros com profissionais e estudantes de design, moradores da Penha, e mais duas apresentações de resultados (COSTA et al., 2018). As atividades do *workshop* foram baseadas nos conceitos de Laboratório de Design (HALSE et al., 2010) e inovação social para sustentabilidade (MANZINI, 2008; 2018), em uma abordagem participativa e sensível ao território para o qual se projeta, promovendo a troca de conhecimento e a colaboração de todos, com a finalidade de desenvolver um projeto que fizesse sentido à comunidade.

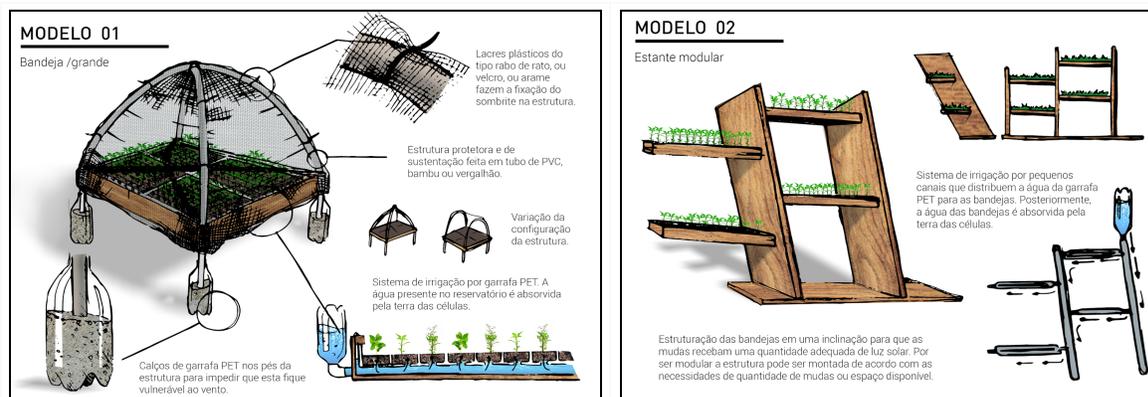
O conceito de laboratório de design foi proposto por Halse et al. (2010) no livro *Rehearsing the Future* e se estrutura em uma série de workshops que, quando unidos com os trabalhos dos participantes durante e entre os workshops, tornam-se “um espaço compartilhado de exploração no qual todos os participantes podem se comprometer” (HALSE et al., 2010, p. 19). Entre os eventos, os participantes retornam aos contextos de suas vidas profissionais e privadas e têm a oportunidade de repensar o que foi encenado na colaboração” (HALSE et al., 2010, p. 20). Portanto, consideramos importante projetar a partir da noção de laboratório, “para garantir as condições nas quais o que é gerado possa crescer sem ser contestado de forma dura pelo frequente ambiente adverso das realidades do dia a dia” (HALSE et al., 2010, p. 19)

Uma das diferenças dos laboratórios para outras práticas de design é sua orientação ao processo, tomando uma certa abertura sobre as ferramentas e métodos. Em cada laboratório de design, essas ferramentas e métodos têm que ser moldadas e afiadas pelas questões e considerações dos participantes. Assim, se promovermos um Laboratório de Design com um conjunto de ferramentas padrão, iríamos (no melhor dos casos) alcançar resultados padronizados, já predispostos nessas ferramentas empregadas. Cada experiência deve criar o seu próprio repertório de ferramentas e métodos (HALSE et al., 2010, p. 21).

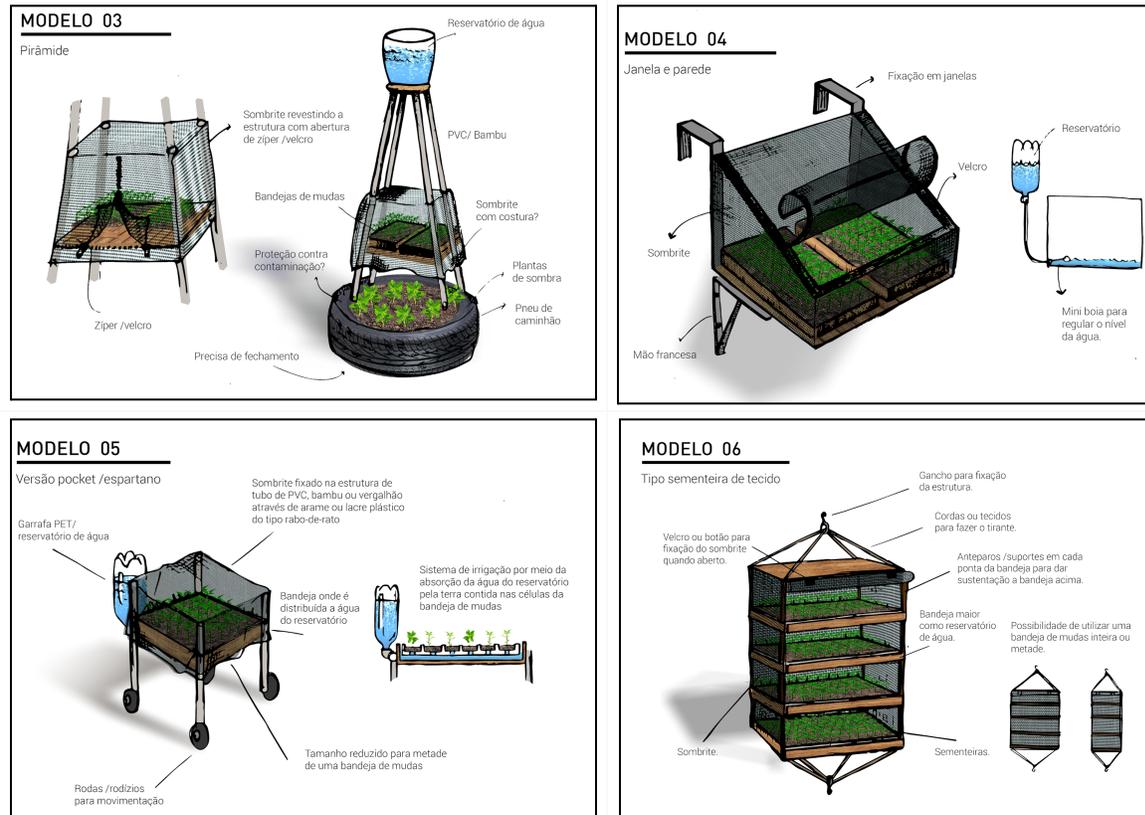
Em consequência, os experimentos, produzidos nos workshops, não são conclusivos, mas constantemente desenvolvidos. O entendimento que o projeto não é conclusivo, ou seja, não tem um fim ou não se encerra ao final do laboratório, foi importante em ações que não visam entregar soluções prontas à comunidade. O que se pretendeu foi desenvolver junto, gradualmente, o projeto, para garantir que o engajamento e a assimilação sejam consistentes.

Uma das premissas assumidas foi que todas as iniciativas seriam desenvolvidas em conjunto, integrando os atores no planejamento, na concepção dos equipamentos para o plantio, na sua construção, divulgação, multiplicação e nas ações para futura replicação do projeto. Ficou acordado que todo o processo de desenvolvimento e conhecimento gerado fosse de livre acesso para qualquer um que se interessasse por ele. Tais premissas foram viabilizadas com a utilização de uma ferramenta on-line de organização e gestão de projetos chamada “Trello”. Essa é uma ferramenta que permite o compartilhamento de ideias, esboços, imagens, textos, livros e *links*. Os membros também podem lançar comentários no material disponibilizado e adicionar os seus próprios materiais. Ademais, os não membros da equipe possuem acesso a todo material¹⁴.

Figura 7. Ilustração dos seis modelos desenvolvidos



¹⁴ Todo material referente ao workshop está disponível no link: <http://bit.ly/2Ocrono>.

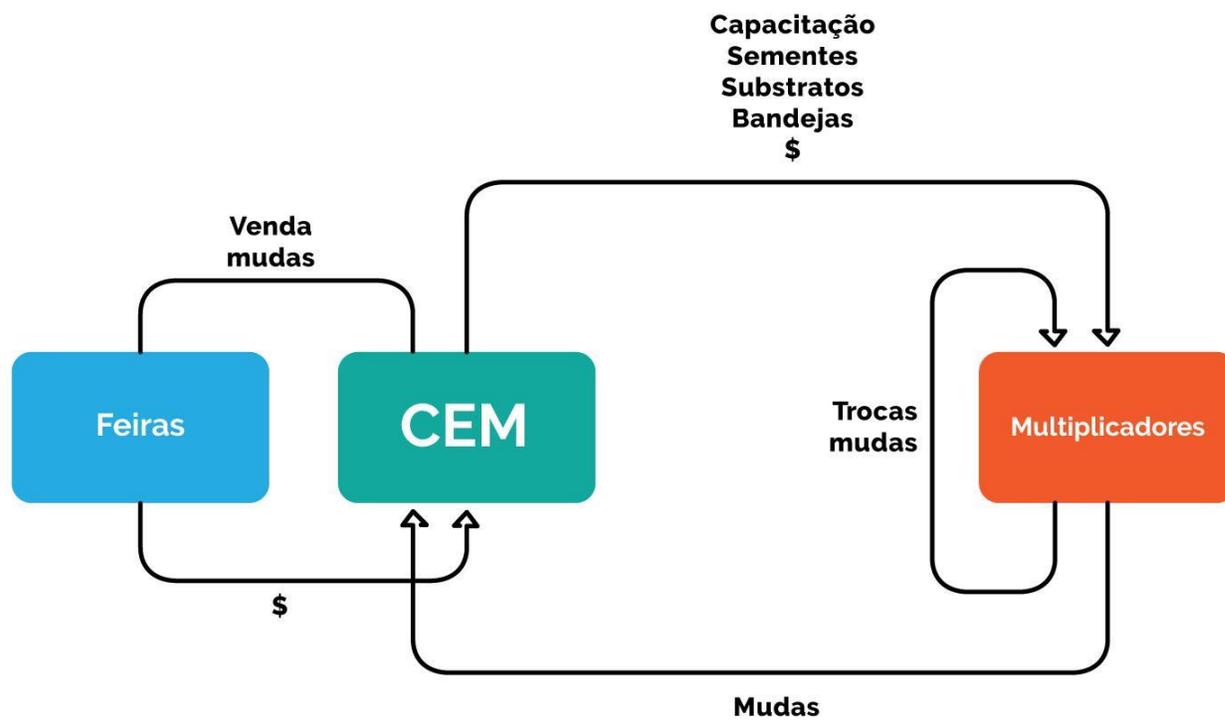


Fonte: Costa et al. (2018)

O Workshop Sementes Urbanas (WSU) foi o primeiro passo para a rede de produtores de mudas. Já tínhamos diversas alternativas de desenhos e um esboço de como funcionaria a dinâmica da rede. Desse modo, tivemos a oportunidade de testar um processo de design junto com moradores, em um formato aberto e participativo.

Ao realizarmos um workshop aberto, em formato de laboratório, observamos que a participação do grupo aumentou à medida que os encontros aconteciam. Em particular, a participação dos moradores foi mais intensa após a visita ao Complexo da Penha, onde eles guiaram o grupo pelo território. A dinâmica do workshop mudou de acordo com o seu desenvolvimento. A contribuição dos designers passou por uma abordagem menos intervencionista e mais atenta ao que o grupo desenvolvia, o que demandou um cuidado com as ferramentas utilizadas e evitou inibir as ideias que se conectavam com o repertório e as experiências dos participantes (COSTA et al., 2018, p. 11).

Figura 8. Esboço da dinâmica da rede de agricultores elaborada durante o workshop



Fonte: Do autor (2017)

A preocupação do designer, mediador do workshop, era de ser menos intervencionista, justamente para evitar o controle de um especialista sobre o desenvolvimento dos viveiros, possibilitando que os próprios participantes desenvolvessem suas habilidades projetuais, de acordo com o seu repertório cultural, além do olhar e da capacidade crítica de projeto.

Outro destaque é para a mudança que ocorreu depois da visita à Penha. O workshop aconteceu no INT e não na Penha, ou seja, os participantes que não eram do bairro só fizeram contato com o território durante um dos encontros. A percepção da importância de conhecer e atuar no local foi crucial para entender que as nossas ações, dali em diante, precisavam acontecer na Penha. Não era possível projetar algo para um território sem que os participantes conhecessem! A visita estava planejada, porém não se imaginava como ela seria fundamental para o projeto. Os estudantes de design que participavam, que nunca tinham ido à Penha, entenderam melhor as condições do território.

A estrutura conceitual dos laboratórios de design funcionou muito bem para o WSU. A experimentação de uma dinâmica aberta, orientada ao processo e interativa trouxe muitos aprendizados que foram levados a todas as fases do Arranjo Local Penha.

1.1.3 O vínculo paralelo no Laboratório de Design e antropologia

Ao mesmo tempo que participava do EV, comecei a me integrar nas ações do Laboratório de Design e Antropologia da Esdi (LaDA). A partir das experiências, aprendidas no Laboratório de Design e Antropologia, trago práticas e conceitos de Design Antropologia que foram basilares na maneira que me dispus a enfrentar esta pesquisa, tendo em vista uma perspectiva mais ampla de atuação e a busca pelo envolvimento em mundos alternativos agroecológicos, assim como uma sensibilidade investigativa e propositiva em um contexto delicado, como uma comunidade de favela que luta pela agricultura urbana e soberania alimentar.

O primeiro contato com o campo foi durante o mestrado, ainda em 2013, na primeira disciplina de Design e Antropologia, ministrada pela prof. Zoy Anastassakis. A proposta da disciplina teve um caráter bastante introdutório sobre antropologia e as suas aproximações com o design. O LaDA estava recém começando a se desenvolver e as primeiras pesquisas do laboratório são dessa época.

Coordenado pelas professoras e pesquisadoras Zoy Anastassakis e Barbara Szaniecki, o Laboratório de Design e Antropologia (LaDA) investiga modos alternativos para a prática de projeto em design, enfatizando as questões sociais, públicas e políticas que envolvem o exercício de projeto. Com foco nas abordagens “participativas” e “colaborativas”, as pesquisadoras do LaDA entendem design como ciência social e, por isto, investem no diálogo com as demais ciências sociais e, mais especificamente, com a antropologia.

A aproximação entre design e antropologia vem sendo uma construção de mão dupla na qual as duas disciplinas vêm se apropriando de conceitos e práticas para ampliação de seus campos de atuação. Essa conversa interdisciplinar tem sido tão frutífera que um novo campo de conhecimento vem se formando, o denominado “Design Antropologia”¹⁵.

Serpa e Costard definem Design Antropologia como um

¹⁵ Em inglês denomina-se “*Design Anthropology*”.

campo híbrido de produção de conhecimento com práticas próprias de pesquisa, experimentais e improvisatórias, além de posicionamento intervencionista, na busca de um engajamento dialógico entre profissionais e cidadãos para a cocriação de alternativas possíveis para o presente e o futuro (SERPA; COSTARD, 2020, p. 16).

O interesse do design pela antropologia começou pelo uso de métodos etnográficos para a pesquisa sobre usuários de produtos (SERPA; COSTARD, 2020). Profissionais de mercado se apropriaram de métodos etnográficos em um nível superficial sobre as técnicas e teorias antropológicas, para entender o uso de produtos e o comportamento de pessoas em suas vivências cotidianas.

Com o tempo, o interesse do design pela antropologia começou a ser abordado de maneira mais crítica, pondo em questão a prática projetual e a sua relação com os atores envolvidos, assim como o “papel profissional frente aos desafios sociais contemporâneos” (SERPA; COSTARD, 2020, 15). Pela outra ponta, a antropologia se aproximou do design com interesse por um “modo inquisitivo de estar no mundo, em que o compromisso com a observação e a descrição esteja conjugado a um engajamento propositivo no sentido de uma transformação desse mesmo mundo” (SERPA; COSTARD, 2020, p. 16). O que vem sendo discutido é uma mudança de olhar de ambos os lados.

Portanto, não se trata apenas de empregar superficialmente práticas da antropologia, como a etnografia, para fazer pesquisa com usuários, mas, sim, de entender como aconteceu essa aproximação com o design em um primeiro momento. O designer atento, com um olhar minucioso, é capaz de se colocar no lugar do outro. Já, para os antropólogos, a contribuição está na lógica propositiva do designer. Na possibilidade de imaginar novos cenários e agir, não ser apenas um observador que se coloca como “passivo” em campo.

A aproximação entre as disciplinas indica uma mudança “em uma direção que pode combinar a preocupação de interpretar o mundo criticamente com a intenção de mudar o mundo para melhor” (ANUSAS, 2016). Enquanto a antropologia está mais preocupada em descrever o passado, o design projeta-se para o futuro. A interseção dos dois é uma busca pelo presente de certa forma (ANUSAS, 2016). Fazer design no presente talvez seja um dos grandes desafios dessa intersecção.

Outro ponto de convergência está no trabalho de campo, no qual é possível estabelecer um diálogo entre as disciplinas, já que ambas trabalham para pessoas e suas relações com a vida.

O trabalho de campo Design Antropologia é o esforço colaborativo entre designers e antropólogos estudando, conceituando, e experimentando com relações potenciais entre pessoas, práticas e coisas [...], que envolve constantes reflexões e reconceituações. Não é somente prover descrições detalhadas de práticas de usuários como combustível para a imaginação dos designers sobre futuros produtos, mas sim sobre explorar e trabalhar com conceituações e reenquadramentos das relações entre pessoas e coisas, a fim de aumentar o potencial de criação de designers e usuários (KJÆRSGAARD; OTTO, 2012, p. 189).

É no campo que me interessa pensar, ou seja, em uma posição para o designer diferente e mais profunda do que a sua atuação no mercado. Fazer parte de um projeto social que busca desenhar novos cenários com uma comunidade demanda uma percepção mais sensível, uma atuação menos impositiva e um envolvimento simbiótico entre designers, parceiros, moradores, plantas, animais, terra etc.

Discussões em torno do que vem sendo chamado Design e Antropologia oferecem à pesquisa um conjunto teórico e prático que se desenvolve na interrelação entre as duas disciplinas, cujas contribuições não beneficiam um ou outro lado, mas ambos por caminhos e interesses diferentes, além de um possível terceiro caminho que não é nem um nem outro e também não são os dois ao mesmo tempo. As incertezas e inconsistências desses núcleos em desenvolvimento levantam questões sobre a compartimentalização do saber em “caixas” fechadas, isoladas, que terminam por peneirar a leitura do mundo, não captando detalhes de sua complexidade, relevantes para entendermos outros mundos e outras formas de viver possíveis, ainda não criadas ou diferentes do modelo que temos hoje. A essas incertezas, somam-se aquelas de outro campo, e uma delas é a agricultura urbana, tal como veremos a seguir.

1.2 O que é agricultura urbana?

De modo simples e direto, diria que a agricultura urbana (AU) é qualquer tipo de cultivo agrícola na cidade. Para mim, a sua delimitação é, principalmente, geopolítica. A agricultura urbana não precisa ser ecológica para ser praticada. É possível chamar de “agricultura urbana” o cultivo de alimentos com práticas que usam agrotóxicos ou qualquer outra prática do agronegócio. A agricultura urbana não tem escala – de um vaso de plantas na varanda a um grande terreno baldio. Também, não serve somente para comer ou vender, pode servir para relaxar ou se divertir. Dito isto, apesar da definição bastante abrangente, encontramos na literatura algumas outras características que a qualificam como uma atividade contemporânea importante para as cidades.

Outra maneira de ver a agricultura urbana é por sua diferença da agricultura rural. Com efeito, Costa cita que esta se diferencia da agricultura rural pelo "contato direto com o consumidor, a proximidade dos centros de distribuição, o acesso a serviços de Internet, telefonia, transporte público, aos centros de pesquisa, o fácil acesso às novas tecnologias" (COSTA, 2016, p. 103). Isto é, caracteriza-se pelo uso da infraestrutura da cidade e a integração ao sistema econômico e ecológico urbano (LIMA et al., 2019).

Para Portilho (2021), agricultura urbana vai além do plantar, é multidimensional e considera

a produção, a transformação e a prestação de serviços ligados às atividades agrícolas e/ou seus produtos (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo), pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) e beneficiados voltados ao autoconsumo, trocas, doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes) (PORTILHO, 2021, p. 147).

A agricultura urbana não é um fenômeno novo nas cidades, apesar de vir crescendo diante de uma redução da qualidade de vida nas cidades e de uma busca por mais verde. Segundo De Paula (apud PORTILHO, 2021, p. 147), plantar na cidade é uma maneira de "equacionar os dilemas da própria vida urbana". Hespanhol cita alguns fatores:

o crescimento da população urbana e a intensificação da urbanização; o aumento dos índices de pobreza nas cidades; o encarecimento dos preços dos alimentos; o agravamento dos problemas ambientais; e a crescente preocupação de uma parcela da população com a qualidade dos alimentos consumidos. Houve também a emergência de uma miríade de movimentos que defendem, sob diferentes justificativas, a ocupação dos espaços ociosos nas cidades por meio da prática da agricultura urbana (HESPANHOL apud PORTILHO, 2021).

Nesse sentido, a agricultura urbana pode ser reconhecida como uma importante atividade na reconfiguração de áreas urbanas e produção de um arranjo urbano mais sustentável (MANCEBO, 2016). Sua prática responde a diversas questões relacionadas a uma transição ecológica e diminuição dos efeitos do aquecimento global, promovendo a gestão de áreas verdes, com maior participação comunitária, o aproveitamento do lixo orgânico, o reuso da água, a redução do impacto das inundações, ressignificando as relações sociais entre a vizinhança, a promoção da educação ambiental e alimentar, a diversificação das fontes alimentares, a melhoria do acesso a alimentos frescos e nutritivos, a geração de renda, entre outros (DUBBELING, 2014; FAO, 2014; HENK et al., 2013; ARRUDA, 2011; HENK; DUBBELING, 2008).

Considerando que as cidades estão impreterivelmente ligadas às mudanças climáticas, visto que são elas as principais geradoras de gases responsáveis pelo efeito estufa, a AU se apresenta

como uma importante estratégia de combate ao aquecimento global. Ademais, as populações pobres das cidades são as mais afetadas pelo desequilíbrio climático e, neste sentido, a AU é considerada uma estratégia não apenas de diminuição dos impactos das cidades no aquecimento global, como também, um instrumento para tornar as comunidades pobres mais resilientes (MANCEBO, 2016; DUBBELING, 2014).

Além de potencializar aspectos produtivos e ecológicos, a AU tem um importante papel no que diz respeito à promoção da diversidade social e cultural (SANTANDREU; LOVO, 2007), dado que a sua relação com uma cidade mais sustentável não se trata apenas da geração de comida e ecologização, mas, também, da inclusão e do pertencimento dos cidadãos. Assim, a AU pode restabelecer “a inclusividade do tecido urbano em vez de apenas criar parques, áreas verdes ou prédios inteligentes” (MANCEBO, 2016, p.13).

1.2.1 Agroecologia na cidade

Por si só, a agricultura urbana pode trazer benefícios para a cidade e os seus habitantes, sobretudo quando a sua prática está ligada a valores e objetivos ecológicos. Acredito que uma das melhores abordagens para alcançar tais objetivos é a agroecologia.

A agroecologia é um conjunto de saberes e práticas que aproxima a agricultura e a ecologia, buscando relações sinérgicas entre o cultivo agrícola e a maneira como outras formas de vida se comportam para manter os sistemas em equilíbrio. Ela fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas quanto dos princípios, segundo os quais eles funcionam, e como as comunidades dominam o seu cultivo (ALTIERI, 2004).

O objetivo da agroecologia é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criam, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas. [...] A preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2004, 23-24).

A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e das atividades do seu próprio desenvolvimento (ALTIERI, 2004). Assim, propõe uma associação do conhecimento científico com o saber local,

"permitindo a implantação de sistemas agrícolas com biodiversidade ecológica e diversidade cultural" (RIBEIRO et al., 2017, p. 20).

As populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de solução e aprendizagem cultural, que lhes permitem captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações (RIBEIRO et al., 2017, p. 20).

Ao reconhecer que o saber local é tão importante quanto o saber científico e que a sua associação traz mútuos benefícios, a agroecologia não é apenas um conjunto de conhecimentos úteis, mas se configura como prática social.

É um campo de conhecimento que promove manejo ecológico de recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. [...] A Agroecologia pode ser entendida como uma disciplina científica, como uma prática agrícola ou como um movimento social e político (SANTOS, 2017, p. 92-93).

Nesse sentido, agroecologia é um conceito empregado tanto para o desenvolvimento de um cultivo alinhado ao ambiente e a posturas mais ecológicas, quanto para a defesa de territórios verdes que ainda não foram tomados pela lógica do capital e os seus desejos de desenvolvimento. Os aspectos sociais da agroecologia são considerados como uma forma de pensar, ocupar, viver e resistir. Essa noção, pensando a partir dos termos de Haraway (2016), carrega uma responsabilidade e um fazer simpoiético inerente.

De maneira bastante direta, podemos dizer que os agentes que defendem e praticam a agroecologia estão promovendo uma transição cultural na agricultura do campo rumo a modos de vida mais ecológicos e justos, apontando caminhos para o que Escobar (2016) desenvolveu teoricamente pensando no design. Os discursos agroecológicos para transições já são uma realidade que servem de inspiração para desenvolver metodologias que articulam design e agricultura urbana.

Podemos reconhecer uma aproximação da noção de design autônomo de Escobar (2016) com os conceitos de agroecologia: as ferramentas de participação são disponibilizadas para que a comunidade possa ampliar o trabalho, a sinergia com os processos naturais, associados à agricultura, e o reconhecimento que os camponeses são criadores do seu próprio fazer é a base da experiência vivida no território.

Agroecologia, como campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades redirecionem a co-evolução social e ecológica nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL et al., 2009, p. 899 apud LIMA et al., 2019, p. 315).

As autoras justificam a escolha dessa definição, para não reduzir a agroecologia a uma técnica de cultivo. Para elas, "a definição é dada para não cair em reducionismos que acabam por não englobar as possibilidades de uma transição agroecológica. E, mais ainda, para não apartá-la dos processos sociais, das disputas e conflitos que ocorrem nos territórios" (LIMA et al., 2019, p. 315).

Associamos a agroecologia às teorias e práticas da transição necessária. Nesse sentido, a agricultura se revela uma forma de resistência e de luta pelo tipo de cidade que queremos habitar. Uma contraposição a quem cobre a cidade de asfalto e vidro, ou seja, a busca é por uma cidade mais verde, mais próxima de outros seres, que valoriza uma alimentação saudável, sem veneno, uma distribuição de alimentos mais justa, assim como valoriza aqueles que vivem do que plantam.

1.2.2 Agricultura urbana para além do plantio

Os centros urbanos movimentam economias, consomem mundos, entretanto não produzem os mundos que consomem (POULOT, 2020), terminando por esgotar outros. E se as cidades fossem capazes de produzir o seu próprio mundo para consumir? Sendo mais claro, e se as cidades fossem capazes de cultivar o seu próprio alimento? A agricultura urbana é movimento global em resposta àqueles que cobrem a cidade de asfalto e vidro, afastando-nos do solo, da vegetação, dos animais e do ar.

Esse movimento é encontrado no Rio de Janeiro em regiões periféricas, em favelas, em terrenos baldios de bairros nobres, em programas da prefeitura, formando uma grande teia, tanto informal, de habitantes e instituições mobilizadas, como formal, como a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). As ações vão desde a ocupação de espaços ociosos para plantar e mercados locais mais justos aos produtos, à disputa pelo reconhecimento das zonas rurais do Rio de Janeiro no plano diretor da cidade, mobilizada pela Rede CAU. Ainda, encontramos iniciativas, como o Hortas Cariocas, projeto da prefeitura do Rio de Janeiro que desenvolve a agricultura urbana nas favelas; o Favela Orgânica, no morro da Babilônia, plantando, educando e beneficiando alimentos de forma integral; a manifestação em defesa da Aldeia Maracanã, quebrando o asfalto para poder plantar durante o processo de remoção, entre tantos outros exemplos. Nas favelas, a

agricultura urbana pode ser um caminho para buscar a diminuição da pobreza, da fome e para melhorar a qualidade da alimentação, das condições de habitação e trabalho. Por isso, a defesa da agricultura urbana nas grandes cidades representa uma disputa pelo modelo de cidade que queremos viver. Acredito que a agricultura urbana pode ser entendida como uma forma de resistência, principalmente se orientada pelos princípios da agroecologia.

Uma das grandes difusoras da agroecologia no Rio de Janeiro é a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Fundada em 2009, durante o II Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, "a Rede CAU atua reivindicando e disputando o campo das Políticas Públicas, o Planejamento Urbano que fortalece os agricultores urbanos" (LIMA et al., 2019, p. 238). Entre as ações da Rede CAU estão o fomento à transição dos agricultores para a agroecologia, a troca de saberes, sementes e cuidados, a produção ausente de agrotóxicos e opressões e a aproximação com o consumidor pela venda direta nas feiras. "A defesa do direito de morar e plantar é a defesa também de um modo de vida, indo além do economicismo e da concepção de 'progresso'" (LIMA et al., 2019, p. 238).

Um aspecto importante, fruto dessas ações, é a promoção da saúde a partir do acesso à comida de qualidade, isto é, uma diversidade de alimentos não industrializados e livres de agrotóxicos. Isto significa tanto ao plantar quanto pelo incentivo ao acesso direto ao produtor e à rede de trocas que permite que esse alimento não alcance apenas pessoas com maior poder aquisitivo. Para Ana Santos, isso é soberania alimentar e não apenas o acesso à comida, mas a possibilidade de escolher como e o que se quer comer.

Soberania alimentar é, antes de tudo, conseguir dizer ‘não’ aquilo que é imposto a mim na alimentação. O que tá no mercado. Se condicionar a comer como eles querem, usar o medicamento que eles querem. Eu acredito que soberania não está ligada somente a alimentação, mas às escolhas que a gente faz na vida. É poder escolher. Eu a vida toda tomei café da manhã com raízes (batata e aipim) e quando você vai morar sozinho as pessoas criticam o seu modo de se alimentar porque ele não aparece no comercial de margarina. Antes de tudo é importante você saber de onde você veio. A via campesina, a agroecologia, falam em soberania alimentar pelo respeito à natureza, aos humanos, mas falando no pessoal, olhar pra trás e ver que minhas avós foram muito fortes. A gente plantava porque era caro e a gente via isso como parte das nossas vidas. Hoje para muita gente plantar precisa de dinheiro. Muda a lógica. Soberania alimentar está ligada à ancestralidade, ao resgate de onde você veio e de poder ter outras escolhas.¹⁶

A agricultura urbana com enfoque agroecológico, além do direito a plantar, se pauta pelo respeito aos saberes e aos conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero, pelo uso de tecnologias apropriadas e por processos participativos (PORTILHO, 2019, p. 148).

No Rio de Janeiro, a agroecologia ganha sentidos de comunidade, de luta e de um modo de se viver. Por uma vida mais alinhada à terra, plantando o que se come, curando por meio de plantas medicinais, valorizando saberes locais, movimentando economias mais justas, plantando e compartilhando com a comunidade. "Entende-se que, a partir da Agroecologia, a AU pode suscitar transições no cotidiano, ressignificando o direito à cidade também enquanto direito de plantar" (LIMA et al., 2019, p. 239).

Nas favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, a agricultura urbana se manifesta como uma realidade exemplar de sua potência de resistência e transformação das cidades. Arruda (2011), pesquisando sobre o impacto da agricultura urbana no Rio de Janeiro, conclui que a agricultura urbana permite que as famílias mais vulneráveis tenham uma alimentação fresca e diversificada e ainda consigam comprar outros produtos com o excedente da produção. Para Santana (2019), a agricultura urbana, praticada por grupos tradicionais e quilombolas no Maciço da Pedra Branca, zona oeste do Rio de Janeiro, é um ato político de resistência, um processo constante de afirmação de identidade, reelaboração e ressignificação do existir com tradições rurais no espaço urbanizado, imposto pelo planejamento das cidades. Quando associada à agroecologia, essa prática fica ainda mais potente. Como explica Recow (2017), a agroecologia tem sido usada para restaurar uma área degradada, criar um espaço público produtivo e incentivar a inclusão socioeconômica, por exemplo, na Favela de Manguinhos no Rio de Janeiro.

¹⁶ Entrevista do dia 22 de março de 2022.

Outra característica a ser destacada é a valorização das mulheres a partir da agroecologia. A agricultura urbana é um movimento mobilizado principalmente por mulheres e, muitas vezes, suas ações são invisibilizadas, por não serem consideradas um trabalho e nem gerarem renda para a família. Na verdade, elas movimentam uma economia que não é percebida nem tampouco valorizada. Portilho (2021), ao apresentar o protagonismo das mulheres na promoção da soberania alimentar no Arranjo Local Penha, afirma que a agricultura urbana agroecológica é multidimensional e vai além do plantar.

Assim, estou falando aqui de geração de renda e subsistência, afirmação das identidades culturais, soberania alimentar e restauração de áreas degradadas. Concordo com Portilho quando afirma que a agricultura urbana vai além do plantar. Na Serra da Misericórdia, para o Arranjo Local Penha e o CEM, entende-se agricultura urbana como forma de resistência e destacamos os aspectos da agricultura urbana para além do plantar.

A agricultura urbana não apenas é base para uma alimentação mais saudável como também é uma possível fonte de geração de recursos e de transformação socioambiental. A agricultura urbana requer cuidados e, por sua vez, gera cuidado na sociedade. Para além do plantio e da colheita em si, a alimentação produz comunidade ao longo das refeições. É quando se compartilha a comida e a conversa. É o momento onde se conta histórias e se discute o cotidiano. O que é posto à mesa não é apenas o alimento e sim, sobretudo, uma partilha do sensível por meio dos sabores e sabedorias compartilhados.¹⁷

A ONG CEM apresenta diversas maneiras de empregar a agricultura urbana para além do plantio, tais como: promoção da soberania alimentar; articulação, construção e participação de redes de agricultura urbana; educação ambiental agroecológica para crianças e adultos; encontro de quintais da vizinhança; emancipação da mulher a partir do feminismo, sororidade e empreendedorismo com base na alimentação (cozinha como trincheira de luta); xepa e feiras solidárias; mutirões; defesa de territórios verdes na Serra da Misericórdia; resgate de saberes apagados pela vida urbana, tais como receitas, consumo de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e bioconstrução.

Uma das maneiras dos discursos pluriversais e de bem viver ganharem formas de resistência nas grandes cidades é pela agricultura urbana e agroecologia. No caso do CEM e de outros grupos ambientalistas de uma região específica da Zona Norte do Rio de Janeiro, essa consciência se manifesta sob o nome de “Serra da Misericórdia”. Ancorados nos ideais de bem viver e em uma busca por autonomia, palavras repetidas inúmeras vezes por Ana Santos: "quem tem terra para

¹⁷ Publicado em postagem no Instagram do Arranjo Local Penha: https://www.instagram.com/p/B1wP_8TpaNi/.

plantar, admirar os pássaros, não precisa viver mal, comer mal e morar mal". Resgatar valores da terra, nesse caso, significa uma ruptura com o mundo produzido pela modernidade, uma possibilidade de construir uma vida urbana que se afasta do modelo capitalista dominante.

1.3 Sustentabilidade e desenvolvimento

Desde a década de 1970, as discussões sobre o impacto da ação humana começaram a ganhar ecos globais no contexto de grandes manifestações contraculturais. A resposta dada pelas grandes instituições e governos foi o desenvolvimento sustentável, uma maneira de conciliar o funcionamento da máquina do desenvolvimento e a garantia de recursos naturais para as próximas gerações, para que estas tenham os mesmos direitos de explorar o planeta como os seus pais.

A partir daí, o discurso da sustentabilidade ganhou projeção e tornou-se o termo de qualquer ação que buscasse alternativas para os modos de vida que degradam o meio ambiente. Muitos designers embarcaram nessa aventura de tentar salvar o planeta e, ao mesmo tempo, participar de processos que seguem com a exploração de recursos e consumo. Não poderia ser diferente, porque salvar o mundo sempre foi um mote muito comum de se ouvir em discursos de design. O que nunca nos questionamos foi: qual mundo o design estava tentando salvar?

Nesta seção, discuto o que é sustentabilidade e por que essa noção não oferece caminhos eficazes para a redução do impacto ambiental. Mesmo assim, a sustentabilidade ainda é um modelo necessário nas discussões ambientais. Para a sustentabilidade ser mais efetiva, acredito que é preciso mais envolvimento, em vez de desenvolvimento. A partir daí, apresento as noções de bem viver, design para autonomia e transição, design participativo e pesquisas já realizadas em favelas do Rio de Janeiro, e como as linhas do *making* podem enlaçar as lutas do *commoning*, para um fazer um design com mais envolvimento.

1.3.1 Vocação moderna do design

O design é, sem dúvida, uma tecnologia política fundamental da modernidade, afirma Escobar (2016). A prática do design desempenhou um papel muito importante na formação do mundo moderno, pois estava empenhada em melhorar bens produzidos em massa e a qualidade de vida das pessoas pelo uso de novos materiais e técnicas. O autor prossegue afirmando que o design

está ligado às decisões sobre o tipo de vida que vivemos e os mundos, questões normativas pouco discutidas pela academia, dada a sua predileção pela neutralidade (ESCOBAR, 2016, p. 50).

O design tem tido uma existência cômoda e celebrada dentro do que usualmente chamamos, de uma forma despreocupada, a 'era moderna'. Esta era, no entanto, é uma complexa constelação de processos que co-evoluem, incluindo uma episteme particular, um conjunto de formas sociais (entre as que o capitalismo e a colonialidade ocupam um lugar preponderante) e uma arquitetura ontológica estruturada em torno aos dualismos fundadores de natureza e cultura e ocidente/não-ocidente. Esta formação onto-epistêmica e social está na base do design (ESCOBAR, 2016, p. 70).

A colonização de mundos tornou-se invisível por baixo de práticas projetuais que planejavam modos de viver para uma sociedade em ascensão, a partir da Revolução Industrial, de trabalhadores fabris, letrados e consumidores. Gradualmente, outros modos de vida foram perdendo espaço diante da velocidade que essa sociedade precisava devorar territórios, vidas e culturas para se sustentar. Esse é o mecanismo no qual ainda nos situamos e que parece ter chegado perto de um desfiladeiro, onde conseguimos ver o que já foi devastado e o pouco que ainda falta para isso acontecer.

Escobar (2016) toca em um ponto importante: a prática de design moderno escondeu suas intenções uniformizadoras atrás de um discurso de neutralidade. Entre esses discursos está uma das mais famosas definições do propósito do design, apresentada por Herbert Simon, de que o "design está preocupado em como as coisas deveriam ser". Mais recentemente, Ezio Manzini (2018) atualiza essa frase afirmando que design é uma cultura e uma prática sobre como as coisas deveriam ser, para alcançar as funções e os significados desejados.

Ambas as afirmações colocam o design como uma prática de imaginação de futuro, que está sempre buscando uma condição melhor para quem a busca dentro desse sistema projetual. As duas afirmações colocam o designer como um pensador do futuro, que nunca está satisfeito com o presente. O próprio sentido do design está em incansavelmente perseguir um futuro, e este sentimento ansioso acelera a vida e atropela aqueles que não estão insatisfeitos em como as coisas são nem têm a mesma pressa para mudar o que aqui está.

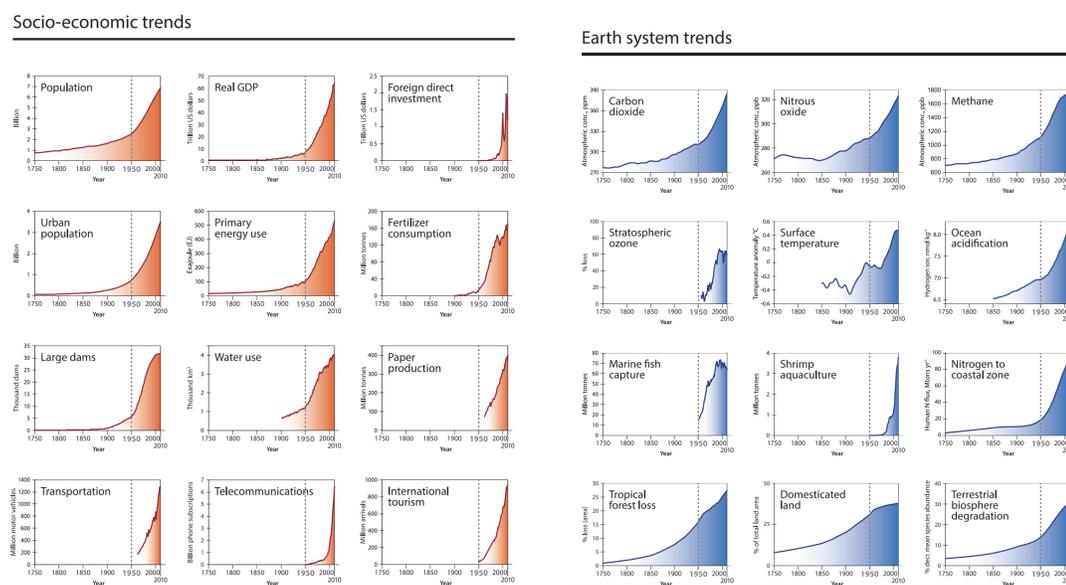
Ainda, podemos pensar que, segundo os enunciados, os designers e outras categorias vinculadas ao projeto, diferentemente de outras pessoas, é que sabem (ao menos buscam) como as coisas deveriam ser. Não seria isso muita responsabilidade para uma categoria que serviu aos desejos de uma classe dominante moderna? Será que esses poucos terráqueos designers conseguem mesmo produzir as respostas sobre como as coisas deveriam ser para todas as vidas em todos os mundos?

Acredito que não, a menos que se esteja dentro desse sistema ontoepistemológico moderno. E é por isso que o design falha ao buscar alternativas por meio da sustentabilidade.

1.3.2. Da grande aceleração à invenção do desenvolvimento

Embora ainda existam muitos incrédulos e negacionistas, é cada vez mais difícil não reconhecer os impactos dos seres humanos sobre o planeta. Pesquisas econômicas apontam para mudanças significativas de diversos indicadores a partir da metade do século XX, uma curva de crescimento exponencial, fazendo coincidir o crescimento da população humana com um aumento do uso de recursos ambientais (STEFFEN et al., 2015).

Figura 9. Indicadores socioeconômicos e ambientais globais, de 1750-2000



Fonte: Steffen et al. (2015)

Esse fenômeno foi apelidado de “grande aceleração”. As consequências dessa aceleração não resultam apenas em mudanças climáticas de longo prazo, como também, para efeitos imediatos, a poluição que podemos sentir no presente e que impacta os seres mais frágeis da teia da vida. Estamos falando das quantidades de químicos tóxicos, mineração, poluição de lagos e rios, simplificações de ecossistemas, vasto genocídio de pessoas e outras criaturas, em padrões

sistemicamente interligados, como indica Donna Haraway (2005). Quem sofre hoje são as populações – humanas e não humanas – que ficam à margem da sociedade moderna, que não têm condições de comprar os confortos do modo de vida capitalista ou que não querem viver esse estilo de vida: populações faveladas, indígenas, quilombolas, animais silvestres, exilados etc.

Esse período vem sendo chamado de “antropoceno” e indica que teríamos entrado em uma nova era geológica, sucessora do Holoceno, cujo principal agente de transformação é o humano. Mesmo que pensadores não neguem o impacto negativo que os humanos vêm causando, não há um consenso sobre a denominação dessa era e se, de fato, estamos em uma nova época, e apontam outros discursos possíveis. A filósofa, Donna Haraway, prefere pensar que o antropoceno não é uma era, mas, sim, uma fronteira entre eras, e o que o caracteriza é a perda de refúgios, formados durante o Holoceno, que serviram para inúmeras espécies.

É importante destacar que "antropo" é o ser que vem esgotando o planeta. Como ativistas indígenas, camponeses e afrodescendentes da América Latina costumam dizer, a crise contemporânea é uma crise de um modelo de civilização moderna, capitalista e ocidental (ESCOBAR, 2016; ACOSTA, 2016). Sendo assim, a raiz do problema está na estrutura da sociedade ocidental, na maneira como ela se desenvolve e não em uma circunstância dos acontecimentos do último século. Aqui reside um dos problemas do termo “antropoceno”, apontado tanto por Latour (2016) quanto por Haraway (2016). Esse fenômeno não é fruto de todos os seres humanos. Não é justo atribuir essa responsabilidade a povos que convivem em relações harmônicas com os seus ambientes, inclusive defendidos por Escobar (2016), como a inspiração para mudarmos o rumo da vida na Terra. Ou até mesmo das pessoas inseridas dentro dessa estrutura moderna capitalista de vida, cuja condição de vida é uma imposição do modelo vigente. O planeta está pagando a conta por um modo de vida, controlado por uma fração dominante de humanos. Esse é um modelo de vida que se materializou no "*American Way of Life*" estadunidense depois da Segunda Guerra Mundial, mas que perpassa hoje também o crescimento imparável da industrialização chinesa. Ou seja, não é um problema apenas da direita, é também da esquerda, assim como é privada, mas também, estatal. O que une a todos se chama “desenvolvimento”.

O ideal de desenvolvimento vem conduzindo essa grande aceleração. É um projeto de poder dos povos colonizadores que impôs ao mundo como único caminho uma aceleração pela produção e consumo. Aqueles que não seguem essa fórmula, que não conseguem seguir ou não querem seguir, são povos subdesenvolvidos. Segundo Wolfgang Sachs (apud KOTHARI et al., 2019), a Era do

Desenvolvimento começou em 20 de janeiro de 1949, no primeiro discurso do então recém-eleito presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, mencionando, pela primeira vez, a expressão "áreas subdesenvolvidas", referindo-se à origem de mais da metade da população mundial (KOTHARI et al., 2019; ACOSTA, 2016).

Hoje diríamos (ontologicamente) que as políticas públicas e a planificação do desenvolvimento, assim como grande parte do que se denomina design, são tecnologias políticas fundamentais da modernidade e elementos chave na constituição moderna de único mundo globalizado. [...] o chamado subdesenvolvimento da Ásia, África e América Latina era, na realidade, uma complexa invenção discursiva que teve lugar a princípios da segunda pós-guerra e cujas consequências todavia estamos vivendo. Hoje diria que o desenvolvimento foi um dos experimentos sociais mais funestos dos últimos setenta anos — um grande design que se converteu em pesadelo (ESCOBAR, 2016, p. 15).

Segundo essa concepção, o crescimento econômico demandaria a eliminação de modos de vida e culturas não alinhadas à aceleração produtiva. O desenvolvimento seria uma espécie de receita universal, encontrada pelos países ricos e desenvolvidos. Bastaria aos subdesenvolvidos abrir mão de seus modos de vida e adotar uma série de medidas que buscassem o desenvolvimento para alcançar a prosperidade tal qual os países ricos. Assim, os principais agentes da modernidade buscam destruir qualquer mundo que não caminhe na mesma direção que a sua, para fundar um novo mundo sob uma ordem de progresso.

1.3.3 Da crise da modernidade ao desenvolvimento sustentável

Quando a expectativa que essa promessa do capitalismo traria bem-estar para todos não se concretizou, diversos movimentos, em todo mundo, começaram a emergir contra as forças de poder do Estado e do mercado. A década de 1960 é marcada pelo surgimento de diversos movimentos contraculturais e antimodernistas que não mais suportavam o discurso universalizante. Vozes ressoantes gritavam por direitos das mulheres, dos negros (como os Panteras Negras), do fim às guerras, pela liberdade de expressão, pela preservação do meio ambiente, como o Movimento Estudantil e Operário de maio de 1968, na França. A modernidade entra em crise, dando espaço para novas narrativas e preocupações que pareciam locais, mas eram compartilhadas em diversas partes do planeta, mostrando sinais de que um novo arranjo estava se delineando. Esse movimento trouxe consigo uma percepção em nível planetário dos impactos sobre o meio ambiente pelo capitalismo.

Por um longo período, acreditou-se que a natureza era uma fonte de recurso inesgotável a serviço do ser humano. Até a década de 1970, não havia preocupação ambiental global, até começar a serem notadas mudanças climáticas que davam indícios de um desequilíbrio do planeta. Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira conferência, para alertar o mundo dos sérios impactos ambientais que o desenvolvimento desenfreado estava causando. Da conferência, resultou a Declaração de Estocolmo, atentando para “a necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano” (ONU, 1972).

Uma das propostas, para conter a destruição do planeta, era desacelerar as ações desenvolvimentistas no mundo todo. A proposta não foi bem-vista pelos chamados “países subdesenvolvidos”. Depois que os grandes países desenvolvidos haviam explorado e produzido o suficiente para acumular riquezas, a ordem era que as fábricas parassem no mundo inteiro. Não pareceu uma proposta justa. Embora o sonho do progresso pela via do desenvolvimento e do capitalismo ainda permeasse o imaginário dos países ditos “da periferia”, discursos universais e homogêneos não conseguiam realizar esse sonho, e os países em desenvolvimento continuariam no “terceiro mundo”.

No mesmo período, começou um debate, que dura até hoje, sobre possíveis alternativas ao modelo econômico que vinha sendo construído. Em 1968, o Clube de Roma incitou uma reflexão urgente sobre um desenvolvimento atento ao meio ambiente, sem perder a ênfase econômica, o qual passou a ser conhecido como “desenvolvimento sustentável”. Nesta mesma década, Félix Guattari (GUATTARI, 1989) sustentava que as ecologias são, no mínimo três – a ambiental, a social e a psicológica – sem predomínio de uma dimensão sobre a outra, incitando uma complexidade para além das abordagens dicotômicas, características do pensamento moderno.

A Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, organizada pela ONU, publicou, em 1987, o relatório *Nosso futuro comum* (*Our Common Future*), coordenado por Gro Harlem Brundtland (MANZINI, 2008; WCED, 1987). Nesse documento, constava, pela primeira, vez o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como "o desenvolvimento que procura satisfazer às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p. 54). A ideia de progresso continua presente, entretanto adiciona-se o princípio de responsabilidade em relação ao futuro, para “garantir

às gerações futuras pelo menos o mesmo espaço ambiental que atualmente temos à nossa disposição" (MANZINI, 2008, p. 23).

Uma das primeiras críticas ao conceito foi a de não indicar como deveria ser um modelo sustentável (MANZINI, 2008, p. 22). Quais são as necessidades dessa geração que vive hoje? Se garantir as necessidades das gerações de hoje é complicado, garantir aquelas das próximas gerações é ainda mais. Sobretudo porque os impactos ambientais vão além dos humanos e perpassam outras formas de vida das quais não foram questionadas as necessidades. Como deixa bem claro o título de *Nosso futuro comum*, o futuro a ser construído continua sendo único para a Terra e nos moldes do desenvolvimento.

Acontecimentos como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, trouxeram esperança e conquistas e, ao mesmo tempo, duras críticas às propostas globais de mudança frente à crise ambiental. As promessas não cumpridas dos ideais de desenvolvimento sustentável chegaram no auge

com a decepcionante reunião para comemorar o vigésimo aniversário da Cúpula da Terra, conhecida como Rio+20 celebrada no Rio de Janeiro em 2012, onde governos do Norte e as organizações internacionais apresentaram a noção de economia verde como a panaceia em direção a meta, sempre esquiva, do desenvolvimento sustentável (ESCOBAR, 2016, p. 61).

Essa meta, sempre esquiva, continua se atualizando, ampliando promessas. Os oito objetivos para o desenvolvimento sustentável, prometidos para 2015, não foram cumpridos. Sem avançar sequer um deles, os objetivos foram ampliados para 17, e a meta empurrada para 2030. A agenda da ONU para o meio ambiente e outras instituições mundiais é baseada na mesma base epistemológica que vem causando grandes danos ao planeta, ou seja, insuficiente para enfrentar o problema em sua estrutura. Como aponta Escobar (2016), o ideal do desenvolvimento sustentável é contraditório porque "os interesses do desenvolvimento e as necessidades da natureza não são harmonizáveis sobre os modelos econômicos convencionais" (ESCOBAR, 2016, p. 61). A concepção vaga do conceito é resultado de uma não intenção de renunciar ao projeto de desenvolvimento. O que exatamente buscava-se sustentar se não o próprio ideal de desenvolvimento?

1.3.4 Desenvolvimento sustentável e o design para sustentabilidade

Como essa questão repercutiu no campo do design? O tema da sustentabilidade começa a ser discutido no campo do design a partir da publicação do livro *Design para o mundo real*, em 1971. Nele, o designer austríaco Victor Papanek, colocava o design dentro dos movimentos ambientalistas da contracultura. Papanek (1971) nos alertava para a ação do designer nos processos industriais e as consequências nefastas da produção de massa tanto em termos sociais quanto ambientais. O autor tece duras acusações sobre designers incitarem um consumo desnecessário que gerava, por sua vez, uma degradação ambiental desenfreada.

O livro foi um dos primeiros a falar sobre os impactos ecológicos e sociais do design para o mundo. Ao apresentar uma visão antropológica do design, colocou as pessoas em seus contextos e modos de produzir suas vidas como ações de design, Papanek (1971) ataca o discurso modernista do especialista que domina a técnica, detém o conhecimento e leva a verdade das coisas a partir dos materiais que projeta. Ao reconhecer que as pessoas projetam a sua própria vida, o autor afirma que estas conseguem encontrar caminhos muito mais alinhados ao seu ambiente do que as soluções uniformizadoras da modernidade, que devastavam mundos e culturas pela produção e consumo em escala.

Hoje a aproximação entre design e questões ambientais, comumente chamado de “design para sustentabilidade”, é um campo que busca atender às necessidades do desenvolvimento sustentável por meio da prática, ensino e pesquisa (MANZINI; VEZZOLI, 2002). Inicialmente, esse subcampo do design focou em aspectos da sustentabilidade, orientados ao desenvolvimento de produtos – *ecodesign*, biomimética, *cradle to cradle* etc. Hoje, entretanto, lida com questões, como o papel e participação dos usuários, comunidades e atores que compõem os sistemas sociais complexos – sistema, produto, serviço, design para inovação social, design para transição etc. (CESCHIN; GAZIULUSOY, 2016).

É possível registrar a base dessa mudança no Norte Global e, em particular, na Europa desde o início dos anos 2000. Tratava-se de uma resposta às contínuas mudanças globais em tecnologia, sociedade e sistemas ambientais, pelo reconhecimento de praticantes de design, ou seja, de que seu papel não é somente fazer produtos industriais (GUNN, 2020, p. 2).

Os preceitos do design para sustentabilidade deveriam ser valores éticos de qualquer prática de design, e não um campo próprio para ações que busquem a sustentabilidade. No entanto, o que vemos é uma prática que não consegue se distanciar suficientemente de modos tradicionais, que ainda se encontra circunscrita na mesma base epistemológica.

Os modos de fazer do design, incluindo aqueles supostamente orientados para a sustentabilidade, continuaram circunscritos à ideia de desenvolvimento sustentável e, portanto, não superaram os modos de produção capitalista que trazem tantas ameaças ambientais e sociais ao planeta. Esses designers não conseguiram provocar mudanças significativas em seu modo de atuação a ponto de fomentar mudanças no modo que produzimos e consumimos. Ainda, no pior dos casos, os discursos da sustentabilidade foram cooptados por empresas apenas para promover uma falsa noção de preocupação ambiental, conhecida como *green washing*¹⁸ (POLLAN, 2006), com a intenção de vender produtos para consumidores preocupados com os impactos ambientais do consumo.

Sustentabilidade "não significa a manutenção das relações humanas e ambientais em um estado estável, mas a possibilidade de dar continuidade aos caminhos da vida" (INGOLD, 2016, p. 4). Essa abordagem, tanto para o design quanto para a pesquisa, demanda repensar as relações com a natureza, matéria e pessoas em relações emergentes (GUNN, 2020). Não há como pensar um design sustentável sem repensar o modo de fazer e a quem ele serve. Na mesma linha, Szaniecki (2019, p. 633) afirma que um caminho para o design seguir nessa trilha requer uma simbiose entre sustentabilidade e humanidade por meio de práticas simpoiéticas.

1.3.5 Inovação social

A inovação social é definida por Ezio Manzini (2018, p. 25) “como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendem a necessidades sociais e, ao mesmo tempo, criam novas relações ou colaborações sociais”. Essa inovação pode ser um produto, processo de produção ou tecnologia (bem como a inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma ideia, uma legislação, um

¹⁸ *Green washing* indica a injustificada apropriação de virtudes ambientalistas por parte de organizações (empresas, governos etc.) ou pessoas, mediante o uso de técnicas de marketing e relações públicas. Para saber mais: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Greenwashing>.

movimento social, uma intervenção ou alguma combinação entre eles (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008).

As soluções de inovação social propõem modelos cujas polaridades (público/privado, local/global, consumidor/produtor, necessidade/desejo) não são bem definidas (MANZINI, 2016, p. 12). Os protagonistas não são instituições ou especialistas, mas, sim, as próprias pessoas buscando oportunidades para melhorarem suas vidas em redes de apoio. A rede envolve também instituições e especialistas para alcançar esses objetivos.

Uma das diferenças em relação à inovação “convencional”, segundo Manzini (2018), é o foco de atuação na resolução de problemas sociais, vistos como não tratáveis pelos caminhos já existentes, tais como desigualdade e epidemias. A inovação busca romper com os modelos econômicos vigentes e formar novos modelos, baseados "em motivações e expectativas de uma multiplicidade de atores" (MANZINI, 2018, p. 27). A inovação social ainda é distinta da inovação “convencional” tanto em termos de resultados quanto nas formas de relação, pois traz novas formas de cooperação e colaboração entre os envolvidos.

O design, para a inovação social, deve ser interpretado como uma atividade que tem a finalidade de encorajar a inovação radical, orientada para a sustentabilidade (MANZINI, 2008). Essas atividades incluem qualquer projeto que o designer “possa iniciar, impulsionar, apoiar, fortalecer ou replicar a inovação social” (MANZINI, 2013). Para buscar soluções sustentáveis, Manzini (2008) estabelece como pré-condição mudar a perspectiva de projetar um objeto ou produto para o alcance de resultados, ou seja, o projeto não está focado em construir um artefato ou sistema específico, mas em alcançar algum fim, a partir daquilo que foi projetado.

Visando a alcançar esse fim, é preciso imaginar alternativas que experimentem diferentes combinações de produtos, serviços, conhecimentos, habilidades organizativas e papéis desempenhados por atores, ampliando a rede de demandas que envolvem uma possível solução. O que tradicionalmente era o resultado final do trabalho do designer passa a ser um meio para alcançar novos arranjos sociais.

Como explica Manzini (2018, p. 19), sistemas distribuídos para comida e agricultura são a terceira onda de inovação. Duas vertentes convergem nessa onda: a primeira é motivada pela dependência da agricultura por químicos e petróleo e promove comidas locais para fazer o sistema mais resiliente. A segunda é baseada na qualidade da alimentação e da agricultura. A percepção

dessas vertentes indica que pessoas em todo planeta vêm sofrendo problemas comuns face a cada vez maior integração dos sistemas econômicos.

Assim, o design humanitário abriu caminho para replantar o desenvolvimento e a redução da pobreza por meio de inovação e do design. Designers profissionais, com enfoque colaborativo de design, realizam intervenções apropriadas com os pobres, e nestas eles participam como clientes em um processo de inovação (MANZINI, 2018). A chamada “inovação social”, nesses contextos, é a reificação da maneira como as pessoas precisam driblar as dificuldades para fazerem suas vidas no dia a dia. Os processos vividos são embalados, sintetizados em fórmulas, catalogados e organizados como processos reproduzíveis e comercializáveis.

A participação nesses esquemas, todavia, funciona dentro de um conhecimento colonizador de políticas do desenvolvimento. A aplicação da expertise e da tecnologia ocidental, para resolver os problemas do desenvolvimento, privilegia soluções estrangeiras, tecnológicas e usualmente comerciais em vez da ação política local (ESCOBAR, 2016). Por outro lado, para o autor, um design de consciência social pode criar figuras de desenvolvimento alternativo dentro do aparato existente, reconhecer a ordem e a complexidade de qualquer projeto de mudança e recomendar o proceder com cautela (ESCOBAR, 2016).

Manzini (2018) observa as significativas movimentações sociais em redes de colaboração que acontecem no dia a dia e as classifica dentro de uma noção de design. A capacidade de fazer design das suas próprias vidas nada mais é do que a própria necessidade de sobreviver em movimento.

1.4 Sustentabilidade com envolvimento

Os discursos pelo desenvolvimento sustentável e as práticas de design, elaboradas a partir dele, como mostramos anteriormente, falham em trazer alternativas efetivas para evitar que a intervenção humana no planeta continue a gerar catástrofes cada vez mais agudas. É um design que continua a serviço do desenvolvimento. Precisamos, desta forma, de outros designs para outros modos de vida.

1.4.1 Ecologia política

Um campo que vem estudando outras formas possíveis de integração com todos os seres vivos e não vivos é a ecologia política. Ela se caracteriza por um ecletismo teórico e "incorpora muitas ideias do construtivismo (a natureza é histórica e culturalmente construída) e segue prestando a atenção na produção social da natureza pelo capital em condições de globalização" (ESCOBAR, 2016, p. 82).

Talvez a categoria que melhor abriga essas diversas tendências seja o giro ontológico, que se voltou notavelmente para a geografia, antropologia e teoria política durante a última década. O que define este giro é a atenção a uma série de fatores que dão forma ao que conhecemos como realidade, mas que é pouco abordado na academia (objetos e coisas, não humanos, matéria, emoções, espiritualidade). O que reúne esses elementos tão díspares é a vontade de romper as separações normativas, fundamentais para o regime moderno da verdade, entre sujeito e objeto, mente e corpo, razão e emoção, vivo e inanimado, humano e não humanos, orgânico e inorgânico. Esse conjunto de perspectivas pode ser chamado de pós dualismos (ESCOBAR, 2016, p. 82)

Entre os pontos mais importantes da ecologia política pós-dualista, estão a crítica à "separação entre natureza e cultura, e a ideia de que existe apenas uma natureza a que correspondem muitas culturas" (ESCOBAR, 2016, p. 83).

A desconstrução dessa divisão começou na década de 1980, com trabalhos de Ingold, Strathern, Descola, Haraway, Law e Latour, Viveiros de Castro, entre outros. As tendências acadêmicas contemporâneas mais recentes, no entanto, fazem um esforço para reconectar a natureza e cultura dos humanos e não humanos através de uma rica variedade de propostas e investigações teóricas e etnográficas. Esta conexão pode tomar forma de visualização de redes, assemblages, naturoculturas ou socionaturezas, ou composições de mundos mais que humanos, sempre no processo de serem criados por todo tipo de atores e processos. Ontologias relacionais são conceitos chave nesse sentido. (ESCOBAR, 2016, p. 83).

A ruptura dos dualismos modernos, como natureza/cultura, humanos/animais, morro/asfalto, é um ponto-chave para começarmos a desmanchar os nós que nos trouxeram às questões ambientais e civilizacionais que praticamente todos nesse planeta enfrentam hoje. Para refazer as redes, teias, micélios de vida que nos enroscam, precisamos pensar e agir juntos. A perspectiva pós-dualista trazida a partir desses autores, sobretudo, Ingold e Haraway, estabelece as bases para a elaboração de um design para a sustentabilidade que não sirva ao desenvolvimento, mas, sim, ao envolvimento de todas as maneiras para mantermos vivos, juntos e bem.

1.4.2 Design para transição

Vivemos um momento ainda não muito bem compreendido em que nossa missão é reinventar o ser humano, integrando-o com todos os sistemas vivos, segundo teóricos, como Arturo Escobar (2016) e Ezio Manzini (2015). Esse lugar almejado não é algo que se pode chegar, mas que precisa ser criado por nós. Nesse sentido, é a capacidade de imaginar e criar outros mundos que aproxima teorias e práticas de design dos discursos de transição. Para se imaginar outros mundos a partir do design, é preciso, primeiro, imaginar outras formas de fazer design, visto que este ainda está muito vinculado ao modelo desenvolvimentista.

Os discursos para transição têm adquirido força nos últimos anos (ESCOBAR, 2016; IRWIN, 2018; MANZINI, 2018). Defende-se a importância de ir além dos limites institucionais e epistêmicos existentes para alcançar transformações significativas. Esses discursos partem da noção de que as crises ecológicas e sociais contemporâneas são inseparáveis do modelo social dominante dos últimos séculos. Nesse contexto, destaca-se que o desenvolvimentismo se apresenta como um dos principais discursos e aparatos institucionais que estruturam a insustentabilidade e a eliminação de futuros: a desfuturação (FRY, 2020; ESCOBAR, 2016). Para teóricos da transição, como Arturo Escobar (2016), Ezio Manzini (2018) e Terry Irwin (2018), nossa missão é reinventar o ser humano, integrando-o a todos os sistemas vivos.

Segundo Irwin (2018), as abordagens habituais de design para sustentabilidade tendem a enquadrar os problemas em contextos espaço-temporais estreitos e não oferecem uma forma efetiva, para identificar todos as partes interessadas e seus conflitos, que podem levar décadas para serem resolvidos. A abordagem do design para transição, por outro lado, “baseia-se em abordagens das ciências sociais para entender as raízes sociais de *wicked problems*¹⁹ e colocar as preocupações das partes interessadas e do codesign no coração dos processos de resolução de problemas” (IRWIN, 2018, p. 152).

Na base de propostas para transição para a sustentabilidade está o design ontológico, como esclarece Escobar (2016). O conceito de design ontológico foi proposto por Terry Winograd e Fernando Flores na década de 1980. A ideia central é que, ao projetar ferramentas (objetos,

¹⁹ *Wicked problems* é uma expressão cunhada por Rittel e Webber (1973), para definir problemas complexos, que dependem de muitos fatores e não possuem soluções certas na medida em que estas estabelecem novos problemas. Segundo Del Gaudio (2015), são problemas no nível de sistema, também conhecidos como “*societal problems*”, “*planning problems*”, “*public policy issues*” e “*policy planning*”.

estruturas, políticas, sistemas, discursos), estamos criando formas de ser (ESCOBAR, 2016). Ou, de outro modo, quando projetamos nosso mundo, o nosso mundo nos projeta. Como o design está vinculado ao modelo desenvolvimentista, para se imaginar outros mundos a partir dele, é preciso, primeiramente, imaginar outras formas de fazer design.

O fundo político cultural desse design para o pluriverso vem das ideias de decrescimento, *commons*, convivialidade, além de diversas práticas de transição, vindas no Norte Global. As do Sul Global inspiram os debates e lutas pelo bem viver, sobre os direitos da natureza, as lógicas comunais e as transições civilizatórias (ESCOBAR, 2016). O antropólogo Arturo Escobar (2018) analisa como os designers podem contribuir para escapar dessa armadilha do desenvolvimento pelas teorias da transição.

A escola de design para transição da universidade Carnegie Mellon, na qual Escobar foi professor até 2018, se baseia em um modelo estruturado em quatro áreas. Na primeira delas, o enfoque do design está orientado para criar visões de futuros sustentáveis, a partir da criação de ferramentas e métodos, para facilitar o debate acerca de futuros alternativos (ESCOBAR, 2016, p. 176). A segunda área incorpora teorias de mudança social, sendo a teoria dos sistemas vivos uma das que são fundamentais para estabelecer uma conceituação relacional dos âmbitos de vida em termos de estruturas aninhadas (do lugar ao planeta), cada um com sua própria dinâmica de auto-organização em torno de redes colaborativas. Essa conceituação coloca a transição como uma imaginação que evita a hierarquização escalar que dá muito peso ao global e pouco ao local. As iniciativas de transição são de baixo para cima, revertendo a hierarquia, com ênfase na realocização e recomunalização (ESCOBAR, 2016).

A terceira e quarta área são específicas do design. A terceira refere-se à atitude mental e postura do designer, implicando a ética e a prática do design em direção a uma imaginação não dualista, ligada ao conceito de relacionalidade (ESCOBAR, 2016, p. 180). Já a quarta área contempla novas formas de projetar. Tornar os designers conscientes dos gastos ambientais que a profissão causa em seu processo de criação, colocando em risco, até mesmo, a vida de outros humanos (ESCOBAR, 2016). A necessidade de novos hábitos poderia incluir a “alfabetização ecológica e uma nova atenção à materialidade, repensar a inovação e o pensamento de design mais além da consultoria voltada para negócios até tipos transformadores de inovação social” (ESCOBAR, 2016, p. 181).

Pelas teorias de transição, podemos apreender que as transformações que almejamos construir no Arranjo Local da Penha não partem apenas da ação, mas dos discursos que orientam essa ação, assim como da própria abordagem de design que condiciona os mundos que queremos imaginar. Como já mencionado anteriormente, são as narrativas de defesa ambiental que demarcam a Serra da Misericórdia como território de luta. A comunidade cria os mundos que deseja viver e luta para que eles existam.

1.4.3 Autonomia e design

A visão de design autônomo que Escobar (2016) propõe deve ser vista em relação às lutas ontológicas em defesa dos territórios e aos mundos-vida relacionais das comunidades. A elaboração de uma teoria do design para a autonomia tem, em seu alicerce, modos de vida de povos indígenas e afrodescendentes que vivem em relações mais harmoniosas com a vida na Terra e resistiram, e ainda resistem, às imposições de valores dos colonizadores (ESCOBAR, 2016). O que está em jogo é a superação de um modelo de desenvolvimento eurocêntrico, colonizador, uniformizador e redutor, para um mundo mais diversificado e complexo, que caibam outros mundos.

Por autônomo, Escobar vale-se do que Maturana e Varela (1980) chamam de “autopoiesis”, um sistema vivo encontra o seu caminho até o momento seguinte, atuando adequadamente a partir de seus próprios recursos. São sistemas operacionalmente fechados, mas abertos e adaptáveis, existindo em condições de instabilidade longe do equilíbrio. De acordo com Escobar, a autonomia, nesses termos, é chave para entender que os movimentos sociais podem sofrer mudanças estruturais e se modificar em resposta às interações com o entorno, porém mantendo uma organização básica, com o objetivo de se preservar como unidade (ESCOBAR, 2016).

A autonomia “é um processo cultural, ecológico e político, que tem uma dimensão decididamente territorial e baseada no lugar” (ESCOBAR, 2016). Ela responde, a partir de âmbitos de ação autônomos do Estado e novos arranjos institucionais, à conjuntura atual de destruição dos mundos comunais por parte da globalização neoliberal. A dimensão territorial se deriva e (re)constrói territórios de resistência e diferença, como movimentos negros e indígenas em muitas partes da América, como menciona Escobar (2016).

O design autônomo deriva dos seguintes pressupostos (ESCOBAR, 2016, adaptação da p. 210):

1. Toda comunidade pratica o design de si mesma: design natural, ontológico²⁰, em vez do conhecimento especialista exterior.
2. Toda pessoa ou coletivo é praticante de seu próprio saber: como as pessoas entendem a sua realidade e não praticam o conhecimento de outros (especialistas).
3. O que a comunidade projeta é, em primeiro lugar, um sistema de investigação ou aprendizagem sobre si mesma: é a comunidade que investiga sua própria realidade e processos de codesign.
4. Cada processo de design implica um enunciado de problemas e possibilidades: o resultado deve ser uma série de cenários e possíveis caminhos para a transformação das práticas ou criação de outras novas.
5. Este exercício pode envolver a construção de um modelo de sistema que gera o problema de preocupação comunal: o resultado é o projeto de uma série de tarefas, práticas organizacionais e critérios para avaliar o desempenho da tarefa de investigação e design.

O que o design autônomo se propõe é fazer com que as pessoas sejam mais sensíveis e receptivas às inquietudes recém articuladas da coletividade (ESCOBAR, 2016, p. 211). Assim, a abordagem de um problema é a expressão da preocupação da comunidade e dos designers com relação a uma condição que a preocupa.

Na proposta teórica do design para autonomia, Escobar (2018) reforça a posição de luta que o design pode exercer na formação de coletividades de resistência, situadas no sistema hegemônico vigente. É uma abordagem de baixo para cima que fornece subsídios teóricos e éticos para a articulação de um design em uma comunidade em formação. O entendimento da autonomia, sob a perspectiva da teoria dos sistemas vivos, suporta uma abordagem de design que comporta desvios e atravessamentos que poderão acontecer ao longo do processo, tanto por articulações internas quanto externas. Ou seja, é um projeto mais orgânico em que o caminho vai sendo construído na medida que ele é trilhado.

A autonomia tem uma dimensão decididamente territorial e baseada no lugar. Ela provém da (re)construção de territórios de resistência e diferença, como movimentos negros e indígenas (ESCOBAR, 2018). Para Escobar (2018), autonomia é outro nome para dignidade e convivialidade para as pessoas. A autonomia é uma teoria e prática da inter existência e inter ser, um design para o

²⁰ Quando as normas são estabelecidas pelas práticas culturais tradicionais. São endógenas e se modificam historicamente (ESCOBAR, 2016, p. 197).

pluriverso. A capacidade de as comunidades criarem e manterem a sua autonomia depende da capacidade de coordenar esforços em muitos níveis. Deve acontecer na conjunção de uma autonomia local e uma rede planetária aberta a interconexão operativa (ESCOBAR, 2016, p. 201). A proposta não é excludente, nem pressupõe um retorno aos modos de vida do passado, porém utiliza o conhecimento e os avanços tecnológicos da sociedade liberal e os subordina ao comunal. Ainda, não é um chamado para uma nova hegemonia, mas para o fim de uma hegemonia de qualquer sistema, visando a abandonar os universais da modernidade e entrar no pluriverso da interculturalidade (ESCOBAR, 2016).

1.4.4 Menos *dolce vita* e mais bem viveres

O *vivir bien* é a primeira noção vinda do modo de pensar indígena e de um projeto político antropológico propriamente indígena que foi assumido por filosofias latino-americanas e por projetos nacionais, como na Bolívia (SCHAVELZON, 2015, p. 27). O *vivir bien* da Bolívia e o *buen vivir* do Equador são conceitos que derivam do *aymara sumaj qamaña* e do *sumak kawsay* e *quechua* (SCHAVELZON, 2015, p. 181).

Algumas traduções dos termos, descritas por outros autores, seriam riqueza de vida, saber viver a vida, atitude, estar cheio de grande coração e bem morrer. David Choquehuanca traduz *sumaj qamaña* como vida plena (SCHAVELZON, 2015, p. 182). Para Viveiros de Castro, *vivir bien* é viver de acordo com nossas próprias determinações, o que pode incluir lutas, socos, um golpear do porrete na cabeça, uma ou outra fechada, enfim, o que faz parte da vida humana. "*Vivir bien* é, a meu entender, autonomia, para usar outra palavra grega" (CASTRO apud SCHAVELZON, p. 28).

Na América Latina, a luta por autonomia não é apenas uma crítica à democracia formal, mas uma vontade de construir uma forma de autogoverno diferente, ancorada na vida das pessoas, uma luta por libertação para além do capitalismo e por um novo tipo de sociedade em harmonia com outros povos e culturas (ESCOBAR, 2016, p. 197). Entre esses movimentos, podemos citar: o bem viver (ACOSTA, 2016), desenvolvido na Bolívia e no Equador.

O bem viver é uma "filosofia em construção e universal que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio²¹, mas que está presente nas mais diversas culturas" e significa "viver em

²¹ Bem viver é a tradução de *buen vivir*, no Equador, ou *vivir bien*, na Bolívia, e também *sumak kawsay* (*kichwa*), *suma qamaña* (*aymara*) ou *nhandereko* (guarani) (ACOSTA, 2016).

aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos ‘parte’ dela e que não podemos continuar vivendo ‘à parte’ dos demais seres do planeta" (ACOSTA, 2016, p. 14).

Está entre nós, no Brasil, com o teko porã dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do ubuntu – “eu sou porque nós somos”. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na minga ou mika andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé. Está na Carta Encíclica *Laudato Si’* do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum (ACOSTA, p. 14).

Ou seja, é processo de uma matriz comunitária, inspirada por povos que vivem em harmonia com a natureza e com seus territórios, que englobam o lugar, os recursos e os modos de vida. Para alcançar o bem viver, é necessário superar o modelo de vida desenvolvimentista que coloca a economia e o humano em primeiro lugar e reconhecer que todos os ecossistemas e seres vivos possuem um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não tem qualquer utilidade para os humanos (ACOSTA, 2016). O conceito de “bem viver” foi inserido na última constituição do Equador, que reconheceu o meio ambiente como um ente. O bem conhecer é um movimento de base participativa, com o objetivo de tornar o conhecimento livre e acessível para todos, buscando romper com a lógica intelectual e da mercantilização do conhecimento.

Segundo Schavelzon (2015), *vivir bien* seria um horizonte desejado, porém, distante. Distinguindo-se do viver melhor, associado à década liberal passada, que se configurava, sem dúvida, como um "viver melhor possível, tentando alcançar um *vivir bien*" (SCHAVELZON, 2015, p. 18). O *vivir bien*, de acordo com Schavelzon (2015), está relacionado ao bem-estar social e aos confortos da sociedade de conforto, a *dolce vita*, como mencionou Acosta.

Países latino-americanos, com fortes raízes indígenas, preservadas até hoje, tais como Equador e Bolívia, tiveram importantes conquistas para o bem viver, ao promover reformas na constituição nacional que incluem premissas do bem viver, reconhecendo os direitos da natureza.

A revolução cidadã equatoriana e a revolução democrática e cultural boliviana, convocaram as assembleias constituintes onde a esquerda, o progressismo, os camponeses e os indígenas tinham lugar para pensar um modelo que deixasse atrás a época batizada como a larga noite liberal (SCHAVELZON, 2015, p. 21).

No Brasil, o conceito de bem viver ganha outras noções a partir de experiências agroecológicas. Para o CEM, o bem viver chega dos intercâmbios, quando Ana Santos vai entender

e ver, na prática, territórios que trabalham com experiências em agroecologia. "Quando eu vou pra Bahia, quando eu vou pro Sul, Porto Alegre, pro quintal da dona Juju em Magé e da forma que elas se relacionam". Para Ana Santos²², o bem viver, aprendido a partir das trocas, é um aprendizado empírico, transmitido pelas vivências e experiências de parceiros que já vivem da agroecologia. Não é um bem viver teorizado e institucionalizado, como descreve Acosta.

A família da minha mãe sempre plantou. Quando criança eu passeava entre um bananal no quintal. Era o grande marco, grandes memórias quando o aipim ia cozinhar, quando ficava pronta a banana, quando minha avó ia raspar a casca de caju como se fosse um bife. Eu olhava e ficava muito admirada. Fez todo sentido pra mim quando encontro a agroecologia e entendo-a como bem viver porque é algo que me faz bem, que eu vivo bem, que eu vivo fora do sistema que me aprisiona, com o alimento que me aprisiona, com as formas de viver que me aprisionam. Então depois que eu fui lendo o que você escreveu e fui buscar outras coisas e fui conversar com a Patrícia Veiga, eu falei, putz cara. Isso é teoria. Eu tô falando de um sonho, de uma forma de viver e já foi escrito por alguém. Já foi uma determinante²².

Apesar de vir das vivências agroecológicas e não, da raiz de povos latino-americanos, a noção de bem viver, apresentada por Ana, compartilha uma vivência com raízes na terra e distante de um modelo de vida que não permite que as pessoas tenham autonomia.

E a articulação com as mulheres ela trabalha muito isso. Eu não tinha formação política tão forte. O Marcelo fala que a questão política é a questão inicial. Pra mim nunca foi inicialmente. E entender que bem viver é autocuidado, é bem-estar, é cuidado coletivo, é uma questão política. A gente começa a se dar conta quando o nosso passado e a nossa história fazem sentido. De fato, não é falar aquela frase: eu agradeço aos que vieram antes de mim. Por quê? Falando mesmo mais de um sentimento da palavra em si. E o fato que fez a gente atravessar e entender a agroecologia pra mim foi o cuidar de si²².

Como tentei mostrar, bem viver não é um conceito universal, e nem poderia ser. Assim, precisamos falar em bem viveres para abraçar as diversas noções que se correlacionam ao termo desde os Andes à costa atlântica e a todos os cantos desse continente. Bem viveres, por si, é ontológico e não pode se resumir a um modo de viver específico. Cada povo tem seu bem viver, mesmo este tenha sido construído a partir das inúmeras conexões que nos aproximam e afastam. Em oposição, utilizei a expressão *dolce vita*, ou viver melhor (Acosta, 2016), representando um padrão de qualidade de vida que se esforça por ser globalizante e universalizante, construído a partir da noção de desenvolvimento. Não precisamos condenar a *dolce vita*, ainda precisamos dela para sobreviver com sanidade nesse sistema ordenado pelo capital, mas precisamos de um olhar mais atento e respeitoso aos bem viveres. Apagar a *dolce vita* não seria muito diferente dos apagamentos culturais de povos que promovem o bem viver. Não podemos cometer os mesmos erros se quisermos

²² Descrito em entrevista no dia 10/03/2022.

fazer diferente. Menos *dolce vita* já e mais bem viveres é um bom começo para aprendermos a conviver com todas essas formas de vida.

1.4.5 Design participativo

O design participativo (DP), de acordo com Robertson e Simonsen (2013), surge na Europa, como resultado da demanda da população por uma maior participação na tomada de decisões, influenciado pelos diversos movimentos sociais, políticos e de direitos sociais, ocorridos entre os anos 60 e 70. De origem escandinava, o DP tinha o objetivo de inserir trabalhadores no desenvolvimento das tecnologias de informação que começavam a ser implementadas no ambiente de trabalho. A experiência desses trabalhadores era relevante para o projeto de interface e interação, já que seriam eles que iriam usar os novos equipamentos e eram eles que dominavam os processos de trabalho. O engajamento de trabalhadores no processo foi possível pelo desenvolvimento de novos métodos, ferramentas e técnicas de design que permitiam a todos os envolvidos no projeto imaginar novas visões de futuro (ROBERTSON; SIMONSEN, 2013).

Conforme Robertson e Simonsen (2013), o design se debruça sobre a tarefa de imaginar e projetar futuros para pessoas e sociedades reais. Existe uma base ética subjacente ao design participativo que reconhece a responsabilidade do design com os mundos que cria e as vidas daqueles que os habitam. Para os autores, as pessoas que costumam desempenhar uma atividade específica têm uma maior propriedade sobre a noção de como é realizada (ROBERTSON; WAGNER, 2013). Logo, deve haver uma postura ética em relação ao respeito às expertises dos envolvidos e ao direito que eles têm de apresentar as suas atividades a outros.

O DP dá suporte a uma aprendizagem mútua entre os diferentes participantes, gerando uma reflexão na ação coletiva (IBARRA, 2018). Nesse sentido, os designers aprendem a realidade dos usuários, ao mesmo tempo em que os usuários estão dedicando-se à articulação de seus objetivos e ao aprendizado das formas pelas quais é possível atingi-los. Esse apoio à aprendizagem mútua é reforçado pela afirmação de Eriksen (2012) sobre o codesign, destacando que é uma prática de design que funciona com o outro, e não apenas para o outro. Assim, entende-se que há uma troca de conhecimentos, envolvida no processo.

Com o passar dos anos, o campo se expandiu para atuação sobre outros domínios profissionais e na pesquisa acadêmica, desenvolvendo-se novos métodos e ferramentas para exploração, simulação e reflexão coletiva de cenários futuros.

O codesign se dá essencialmente no engajamento que acontece em eventos (oficinas, mutirões, encontros e outras formas), realizados continuamente, para criar possibilidades novas em ambientes sempre atravessados por funcionalidades que tendem a negá-las, a rejeitá-las. Nesses eventos, o modo de trabalho é exploratório, colaborativo e criativo. Então, o resultado de um evento se torna o ponto de partida para a preparação do próximo em um processo contínuo e em aberto. É importante que o designer envolva continuamente pessoas com perfis e expertises diferentes, a fim de garantir que assuntos e pontos de vista diversos sejam considerados. Seu papel passa, assim, a incorporar a facilitação dos processos de codesign que engajem diversas pessoas, de modo ativo, no processo de design. É este espaço de colaboração, a partir do design, que torna possível o progressivo desenvolvimento de uma abordagem compartilhada de questões e o amadurecimento de propostas criativas. O desafio do designer, portanto, é a criação de encontros sinérgicos em que todas as pessoas envolvidas mobilizem seus conhecimentos e competências coletivamente. Por último, é preciso salientar que esses encontros e eventos têm como objetivo ensaiar futuros possíveis para as comunidades em formação.

Nesse sentido, a experiência participativa é capaz de conferir certa autonomia aos participantes, incrementando as habilidades dos indivíduos, para agir sobre os seus problemas e transformar a sua própria realidade. Nessas abordagens, o papel do designer é sensivelmente redirecionado de um controle de projeto e apresentação de propostas para uma atuação mais próxima a de um mediador, provocador ou desencadeador de processos que envolvam ativa e diretamente o público em questão (BINDER et al., 2015). O papel dos não-designers envolvidos no processo também sofre uma significativa mudança, os quais passaram a ser compreendidos mais como parceiros, colaboradores e coprojetistas do que como usuários. Ventura (2018) esclarece que, nesse contexto, os papéis passam a ser mais flexíveis e amplos. Assim, a experiência participativa pode trazer certa autonomia, ao incrementar as habilidades dos indivíduos, para agir com o propósito de transformar a sua própria realidade (SANDERS; STAPPERS, 2008).

1.4.5.1. Práticas participativas em favelas do Rio de Janeiro

Estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas vivem em favelas em todo o mundo²³. A migração de áreas rurais para as urbanas vem ocorrendo cada vez mais rápido e sem nenhuma política ou

²³ United Nations. 2019. *The Sustainable Development Goals Report*. United Nations, New York.

planejamento urbano, resultando no crescimento de assentamentos informais, como favelas. Na maior parte desses lugares, a população foi historicamente abandonada ou negligenciada por governantes, não sendo reconhecida como parte das cidades e, conseqüentemente, não recebendo melhorias de infraestrutura, tais como saneamento básico, água tratada, recolhimento de resíduos, acesso à transporte e energia.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal instituição governamental de análise estatística sobre a população brasileira, a denominação oficial para favelas é “aglomerado subnormal”.

Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades (IBGE, ano)²⁴.

Essa definição do IBGE engloba uma série de comunidades como uma coisa só, unidas pela característica comum de serem lugares necessariamente pertencentes a outras pessoas, públicas ou privadas. Nem o direito à própria moradia é reconhecido, mesmo no caso de pessoas que estão ali há anos, às vezes, gerações. É surpreendente que uma instituição federal tenha essa visão que condena uma série de habitações pela possível irregularidade de sua ocupação. A partir de uma visão institucional como essa, não é à toa que a infraestrutura pública não se esforça em chegar nesses locais.

Já para quem observa a favela de dentro, sabe que ela possui especificidades que vão muito além de uma ocupação. Para o Observatório de Favelas, favela é um território que é parte integrante da cidade e que se distingue pelas seguintes características:

²⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 2 de janeiro de 2022.

insuficiência histórica de investimentos imobiliários, financeiros e de serviços por parte do Estado e do mercado formal; estigmatização sócio espacial, por parte de moradores de outras áreas da cidade; edificações de tipo autoconstruído que não observam os parâmetros definidos pelo Estado; apropriação social do território, principalmente para fins de moradia; alta densidade das habitações; indicadores educacionais, econômicos e ambientais inferiores em comparação à média da cidade; elevada presença de desemprego e de emprego informal; alta densidade demográfica; ocupação de áreas urbanas caracterizadas por um elevado grau de vulnerabilidade ambiental; grande concentração de negros e descendentes indígenas; baixa soberania estadual em comparação com outras áreas da cidade; alta incidência de situações de violência; relações de vizinhança caracterizadas por intensa sociabilidade e forte valorização das áreas comuns como um lugar de convivência.

Para os fins desta pesquisa, usaremos essa definição de favela que pontua, de modo mais amplo, os aspectos culturais, históricos, ambientais e demográficos. Um ponto importante é a menção de um aspecto positivo das favelas na definição acima. Apesar de todas as dificuldades, entraves e desafios, a favela é um lugar de convivialidade, de luta, de resistência, de um povo trabalhador que construiu e organizou sua morada.

Assim como não acredito ser possível generalizar a favela como um aglomerado subnormal, também não é possível generalizar favelas como um lugar comum, devido ao contexto histórico e social específico de cada lugar e, por isto, não podemos falar sobre codesign a partir de outra posição que não seja a localizada. Partindo de uma base teórica que compreende a América Latina desde as suas veias, para práticas verdadeiramente "imersas no contexto" de trabalho "com" e não "para" os habitantes das favelas, apresento algumas pesquisas que já apontaram as características de serem realizados projetos que envolvem colaboração e participação na favela.

As ações coletivas em favelas existem antes dos codesigners que tentam resolver problemas e acabam criando novos. Montuori (2018) defende que a habilidade dos residentes de inventar soluções alternativas para todo tipo de problema é uma das principais características das favelas, a ponto de afirmar que as favelas são "a mais consistente expressão material de formas inovadoras, coletivas e solidárias de lutas populares pelo direito da cidade" (BARBOSA; DIAS, 2013, *apud* MONTUORI, 2018, p. 85).

Nós, designers, de modo geral, estamos tão distantes desse contexto, temos tanto a aprender sobre práticas participativas de moradores de favelas, enquanto fazemos nossas pesquisas de campo. Assim, defendo não ser possível teorizar o codesign em favelas antes do trabalho de campo e de uma perspectiva de design que vem de fora.

Nessa perspectiva, a pesquisa de doutorado de Chiara Del Gaudio (2014) investiga a ação de designers que atuam em contextos sociais de conflito e marginalizados, para promover e

potencializar processos locais de inovação social por meio de experiências participativas e de design estratégico. A pesquisa, realizada na favela da Maré, identificou duas questões que podem influenciar o processo de design, obstaculizá-lo ou até impedi-lo. Em primeiro lugar, o tempo, como um elemento determinante no desenvolvimento de projeto. O que está em jogo são as divergências temporais entre o designer e o processo de design, o contexto e os parceiros de projeto. A autora sugere que deveria haver uma etapa de preparação dos participantes antes das atividades, a fim de que todos entendam como funciona um projeto participativo e o que vão fazer. É uma espécie de alinhamento da cultura de design entre participantes, instituições parceiras e designers, para aproximar os tempos de cada um. Nessa proposta, de certa forma, prevalece o tempo do designer, que inclui, dentro do seu método, um espaço de ajuste dos participantes. Será que não deveria ser o contrário? Nessa etapa, o designer deveria se aproximar do tempo dos participantes?

Em segundo lugar, é a influência das forças contextuais, exercidas pelos atores locais, baseadas em interesses e agendas internas, sobre as ações do designer e a sua relação com a estrutura da rede de projeto. Como resultado, a autora constata que os fatores contextuais podem influenciar processos participativos para inovação social. A ação do designer pode ser beneficiada, se considerar os fatores contextuais desde o início.

Por fim, Del Gaudio (2014) conclui que as metodologias e ferramentas, desenvolvidas até então, não são suficientes para a ação. O autor avalia que as ferramentas de design para inovação social, e o design participativo, não são universais, como normalmente recebemos em design kits²⁵. *Toolkits* para inovação social se disseminaram em quantidades. Caixas de ferramentas prontas, para atender a qualquer demanda, não dão conta, por si próprias, da complexidade das questões. É preciso criar ferramentas, abordagens e métodos específicos para cada lugar e cada pesquisa. As ferramentas precisam ser adaptadas à situação da favela a ser pesquisada.

Em outra pesquisa, que teve como tema experiências de codesign na Maré, a designer Bruna Montuori (2018) reconhece que dar mais atenção às particularidades da metodologia do projeto impede trocas participativas mais engajadas e condizentes com a vida das pessoas envolvidas. Ou seja, os métodos participativos não conseguem acompanhar a dinâmica de troca do processo de participação, e o designer precisa saber sair do roteiro e abraçar práticas locais. Para a autora, é imprescindível reconhecer essas práticas, e os modos de fazer são imprescindíveis, a fim de que

²⁵ Caixa de ferramentas de design, pronta para serem usadas em qualquer circunstância.

processos colaborativos em design não fiquem fadados a trocas superficiais ou deixem de incorporar a capacidade de continuação do processo por parte dos atores ou parceiros locais (MONTUORI, 2018).

Montuori (2018) sugere que adotar um viés relacional no design exige que as práticas participativas sejam constantemente revisitadas criticamente e que a busca por um design, baseado nos aspectos culturais brasileiros, cariocas e mareenses, não seja interrompida (MONTUORI, 2018).

Por isso, trata-se de migrar de uma prática de design padronizada e rigorosa para uma colaboração flexível e intuitiva na qual nos deixamos aprender com o contexto e as pessoas de acordo com o interesse coletivo e a capacidade de engajamento social, ainda que esta seja uma tarefa difícil e nem sempre óbvia (MONTUORI, 2018, p. 222).

Para Montuori (2018), colaborar no design é cooperar, aprender, improvisar, corresponder, intuir, articular e refletir sobre os usos e as formas de fazer, incluindo abrir mão de abordagens e suas etapas, a fim de preservar e cultivar vínculos e parcerias (MONTUORI, 2018). Preservar vínculos é mais importante que os métodos e as ferramentas. Não seria a preservação de vínculo uma ferramenta de design?

Duas experiências, ambas realizadas em 2013, antecedem a criação do Laboratório de Design e Antropologia da Esdi: uma parceria com a ONG Agência Redes para Juventude para o desenvolvimento de cartografias e identidades visuais para 18 projetos em seis favelas pacificadas e um acordo com o Sebrae para o desenvolvimento de projetos de design no Morro dos Prazeres, próximo à Esdi. Essas duas parcerias foram fundamentais para dar início a processos colaborativos de design em comunidades do Rio de Janeiro.

A cidade foi um dos primeiros espaços que o LaDA se propôs a atuar, acompanhando um movimento recente de atuação do design na cidade, como um espaço de experimentação criativa para revitalização de áreas deterioradas e o desenvolvimento de novas fronteiras da metrópole (ANASTASSAKIS; SZANIECKI, 2014). Em contraste com os megaeventos e megaprojetos que tomaram o Rio de Janeiro na última década, causando grandes impactos (negativos e positivos) na cidade, o LaDA buscou uma atuação entre professoras e estudantes da Esdi juntamente com moradores de favelas. Assim, propondo-se a um design menos moderno, mais cauteloso, nos termos de Latour, mais envolvido com o micro do que o macro, experimentando com mais tempo de atuação, no lugar e com as pessoas. Ainda, dá tempo para o imprevisível se manifestar, que é o fazer

no dia a dia das pessoas e que não pode ser ignorado nem atropelado pelos esforços de controlar o tempo pelo design.

E é de fato interessante esse contraponto entre 'projeto' e 'imprevisível' porque o projeto moderno, sustentado por saberes & fazeres como os do design, arquitetura e urbanismo, sempre teve como principal objetivo controlar o tempo, controlar o imprevisível, tornar as nossas vidas absolutamente previsíveis (SZANIECKI; ANASTASSAKIS, 2014, p. 9).

Ao se permitirem fazer design com mais tempo, mais envolvimento e mapeamento do lugar, experimentaram outros propósitos ao design. Trata-se de imaginar, ocupar e redesenhar, mais do que projetar.

Em outra pesquisa do LaDA, realizada com o Arranjo Local Penha sobre sua experiência da roda de mulheres da Clínica da Família, pesquisando as aproximações entre *design* e saúde, a designer e doutoranda Camille Moraes (2021) conclui que o papel do designer está em conectar aquilo que não está conectado e nas lutas de quem faz junto, nesse caso, junto com o design, na busca da manutenção do SUS e das garantias da saúde como direito social.

Para Moraes (2021), o design se apresenta como uma ferramenta que auxilia o reforço da democracia, trazendo novas possibilidades de inclusão para a população que está à margem da sociedade. Assim, a autora propõe um "nutrir com" que, pelas práticas simpoiéticas de design, tece uma rede de afetos por meio deste, nutrindo autonomia, democracia, saúde e autocuidado.

O que observo sobre essas experiências é uma maneira de fazer design mais atenta ao território, ao contexto e às pessoas. Uma preocupação com as relações em andamento antes de qualquer solução projetual que visualize futuros. Uma intenção menos controladora dos designers e mais aberta ao imprevisível.

O tempo foi a questão mais enfatizada entre as pesquisas. Tanto o tempo de dedicação durante campo como o de realização do projeto. Ao reivindicar mais tempo para a realização, enfatiza-se o processo.

As autoras defendem a especificidade de realizar práticas colaborativas e sociais na favela. Em suma, as características de tais práticas são: entender as divergências de tempo, compreender as agendas e os interesses que envolvem os parceiros e participantes, preservar vínculos, estar atento ao território e aberto ao imprevisível.

1.4.6 Seguir as linhas do *making*

Na busca por uma atenção ao território e uma abertura ao imprevisível, encontro as linhas de Ingold (2014). A crítica ao modelo hilemórfico de projeto já havia sido realizada por Deleuze e Guattari, mas aqui a retomo a partir de Ingold, com o intuito de pensar processos de envolvimento, como alternativa a projetos de desenvolvimento que articularam neoliberalismo com neodesenvolvimentismo.

Ingold (2014) se interessa pelo *making* – um fazer – e diz: nós estamos acostumados a pensar no *making* como um projeto, ou seja, em um modo de atuar no mundo a partir de uma ideia daquilo que pretendemos realizar na cabeça, utilizando materiais adequados à realização na mão. Nesse sentido, o projeto se realiza quando os materiais assumem determinada forma. Dizemos, então, que produzimos um artefato e, assim, um monte de ferro torna-se uma lança, assim como um bloco de pedra é transformado em escultura. O conjunto de artefatos é entendido como “cultura material” de certa época ou região. Ingold (2014) cita Julian Thomas, para explicar a concepção de cultura material, ou seja, é "o resultado de projetos através das quais substâncias naturais se tornaram culturais" (*apud* Ingold 2014, p. 20). Essa teoria é conhecida como hilemorfismo: do grego *hylé* (matéria, materiais) e *morphe* (forma). Segundo Ingold (2014, p. 20), “quando, no fazer dos artefatos (*in the making of artefacts*), produtores impõem formas internas às suas mentes sobre um mundo material externo a elas, é o hilemorfismo que está em ação”.

Em suma, o hilemorfismo indica basicamente um fazer por meio da submissão da matéria – materiais ou massas – às formas – ideias ou ideologias. O autor, por sua vez, se interessa por um fazer que seja um processo de crescimento (INGOLD, 2014, p. 20-21), e não um projeto, questionando a relação “ideias” *versus* “materiais” (forma *versus* matéria), que pode se estender à relação cultura *versus* natureza. A dicotomia da lógica hilemórfica é como uma “fotografia” de um fluxo de vida que carrega consciência e materiais em paralelo, trocando relações incessantemente. No fazer hilemórfico, o projeto reduz a vida a um extrato desse fluxo incessante, um corte que atravessa e interrompe processos vitais. Já o *making*, um processo de crescimento, que significa não fazer cortes nesse fluxo, mas mover-se no fluxo, seguindo as linhas. Nesse sentido, é preciso pensar o *maker* como um dos participantes de um mundo de materiais. Segundo o autor, esses materiais são aquilo com o qual ele tem que trabalhar e, no processo do *making*, se juntam ou se separam, atentos ao que pode emergir. Desse modo, as ambições do fazedor são mais humildes do que as do

projetista, pois, ao impor seus designs em um mundo pronto e que espera recebê-los, o máximo que o *maker* pode fazer é intervir em um processo de mundo que já está em andamento (INGOLD, 2014, p. 21) e, assim, permitir a emergência de formas do mundo vivo ao redor de nós – nas plantas e nos animais, nas ondas da água, na neve e na areia, nas pedras e nas nuvens – acrescentando o seu próprio ímpeto às forças e energias em jogo.

Ingold (2014) traz, como exemplo, a diferença entre uma escultura de mármore e a formação de uma estalactite. A diferença entre elas não é o fato de uma ser fabricada e a outra não. A diferença é que, na história da escultura de mármore, primeiro veio um pedreiro com força e ferramentas para extrair um bloco de mármore e depois, um artista com delicadeza e outras ferramentas para obter uma forma desse bloco. Ora, as características do bloco de mármore e do formão de metal contribuíram para a emergência da forma da estátua do mesmo modo que as soluções aquosas da caverna contribuíram para a formação da estalactite. Ao fazer essa comparação, Ingold (2014) se afasta de uma concepção de vida que foca na ação do humano sobre materiais e mundos passivos. A própria estátua, ao ser exposta à luz do dia e à ação da chuva, segue se formando e deformando. Em suma, para além do modelo hilemórfico no qual a ideia ou imagem mental se impõe à matéria (um fazer lateral), existem processos morfogenéticos ou geradores de formas nos quais forças e materiais correspondem (um fazer longitudinal).

Onde Ingold quer chegar com isso? Primeiro, ele está tentando nos dizer que a vida se move em sua diversidade e em fluxo contínuo. Em outro, o autor definiu esse termo como correspondência, como um jogo em que estamos sempre agindo enquanto agem sobre nós, atentos ao mundo que nos responde de volta (INGOLD, 2016). No modelo moderno e hilemórfico, o projeto busca antever uma ação, e esta ação, por mais que seja prevista em projeto, só se realiza em seu fazer. No caminho do projeto, existe um processo, e é nele que a vida é feita. Trata-se de um fazer com, e não de um fazer para. Ingold (2016) nos chama a atenção para outra questão: esse fazer, que é um processo, é também coletivo, porque se faz com as coisas e os seres envolvidos, ou seja, nós somos uma parte desse processo, e não a parte mais importante de um projeto. É preciso estar atento a outras dimensões de vida além da humana.

Não se trata da defesa de organismos em detrimento dos artefatos. Não se trata da defesa do projeto pequeno, micro ou local em detrimento do grande, macro ou global tal como hidrelétricas ou estádios de futebol, ou de qualquer outro “artefato”, destinado a aumentar a produção ou a proporcionar diversão. Trata-se realmente de uma outra possibilidade de estar no mundo e de agir

com ele. A ideia moderna de projeto e de desenvolvimento sempre esteve e segue atrelada ao hilemorfismo. Uma pré-concepção de mundo, imposta por decisões políticas, baseadas em um certo modelo de pensamento que a realiza, por sua vez, atravessa diversos modos de vida, sem sequer questioná-las. Mas nada disso é possível sem um *making* político.

1.4.7 Seguir as lutas do *commoning*

O que as linhas do *making*, entendido como processos de crescimento alternativos a projetos de desenvolvimento, tem a ver com as lutas *commoning*? (SZANIECKI, 2018a; SZANIECKI; BIZ, 2020). Por que é tão importante fazer essa ponte? Antes, é bom definirmos o que estamos chamando de *commoning*. São processos de gestão de recursos comuns e governanças coletivas. Parte da noção dos economistas, como Elinor Ostrom, Amy R. Poteete e Marco A. Janssen (2010) sobre os *commons*, ou comuns, que sugere que estes são arranjos colaborativos auto-organizados nos quais a ação coletiva está em jogo para preservar recursos compartilhados. Nos últimos anos, o conceito de *commons* foi empregado para descrever o número crescente de iniciativas no qual o compartilhamento de recursos e a colaboração têm um papel primordial (SERAVALLI, 2018). Os primeiros *commons*, observados por Ostrom (2010), foram recursos naturais, e depois outros pesquisadores começaram observar a gestão comum de outras coisas: conhecimento (HESS; OSTROM, 2007), cidade (SZANIECKI, 2016; SERAVALLI, 2018), gestão de resíduos (MEIRA, 2017) etc. Sendo assim, *commoning* se refere ao processo de iniciação e sustentação desses recursos compartilhados e os seus valores e usos coletivos (LODATO, 2018, p. 4).

Os *commons* têm aumentado a discussão não apenas sobre sistemas de regras e procedimentos estáveis, mas para os processos continuados de *commoning*. Essa perspectiva enfatiza a vivacidade dos comuns e como os comuns se realizam nas interações do dia a dia e negociações entre pessoas e entre pessoas e recursos (SERAVALLI, 2018).

É um pouco difícil fazer a passagem das linhas do *making* para as lutas do *commoning* a partir de Ingold (SZANIECKI, 2018b). Sua proposta de um fazer em correspondência é certamente política, entretanto o conceito de correspondência parece “driblar” a efetividade dos conflitos. Quando questionado²⁶ acerca da dimensão política, o autor responde que a falta de conflito é uma crítica que lhe fazem com frequência, mas que, em sua opinião, não pode haver descontinuidade sem antes haver continuidade e, portanto, não é possível construir um processo de vida social a partir de

²⁶ Importante salientar que essas reflexões se baseiam em uma entrevista para a revista Multitudes #68.

descontinuidades. A resposta fica mais interessante quando, com um exemplo, afirma que o que é continuidade para uns é descontinuidade para outros:

Suponhamos que eu represente o exército sul-africano e que, enquanto tal, eu construa uma rodovia através do território de caçadores-coletores indígenas, impedindo-os de seguir seus caminhos costumeiros. Essa rodovia é uma continuidade para mim (o exército) mas ela interrompe o mundo deste povo indígena (INGOLD apud SZANIECKI; BIZ, 2021, p. 133).

Por que a linha de uma pessoa se torna uma barreira para outra? Porque a primeira pessoa tem poder, assim esta questão se torna política: algumas linhas são mais fortes que outras. Certas linhas permitem a continuidade da vida para alguns, mas bloqueiam ou interrompem a vida dos outros. Substituamos “exército sul-africano” por “governos latino-americanos” e sintamos nosso problema.

Ingold (2007) conclui sua resposta, fazendo referência ao seu livro *Uma breve história das linhas*, mas sentimos falta de uma maior reflexão sobre poder, não tanto sobre "o que é o poder?", mas, sim, "como opera o poder?" justamente, porque ele, Ingold, é capaz de observar os fluxos das linhas às lutas em diálogo com Foucault, por exemplo. Contudo, não deixa de trazer algumas reflexões interessantes sobre o comum, a partir de noções de Roberto Espósito (MULTITUDES, 2017): para que os indivíduos possam levar uma vida em comum, é preciso que eles sejam diferentes. Logo, todos e cada um pode dar algo ao comum. A vida em comum é uma forma da diferença, ou melhor, um processo de diferenciação. Também há reflexões interessantes sobre democracia, a partir de John Dewey (1916). Para Dewey (1916), a democracia é uma forma de vida em comum. Não se trata de andar para trás à procura de algo que teríamos em comum e que poderíamos então desenvolver, mas, sim, de avançar para encontrarmos juntos aquilo que nenhum de nós poderia ter imaginado no começo do caminho. Muito interessantes as reflexões de Ingold (2007) a partir de Espósito e Dewey (1916), ainda assim nossa questão é a seguinte: é possível ir além do modelo hilemórfico em direção a processos morfogenéticos no que diz respeito a projetos econômicos e políticos? Lembrando que Ingold (2014) se interessa por um *making* na antropologia, nas artes, na arquitetura, e nós estamos procurando instigar um *making* econômico-político com design no contexto latino-americano. Trazemos uma inquietação a partir de um fazer que procura sair da submissão da matéria à forma, ideia ou imagem mental, e abrir uma relação de correspondências e conversas entre materiais e forças. Já bastante presente no campo do design,

ainda que de forma experimental, perguntamos: por que não trazer essas relações entre materiais e forças para as relações entre representantes e representados, entre governos, partidos e movimentos?

As possibilidades de *commoning* passam diretamente pelos conflitos e pela política. Não falamos apenas de disputas de poder, porém da prática política: de políticas públicas, legislação e execução. Grandes projetos privados, articulados com os poderes públicos, afastam essas possibilidades. Negar um fazer plural, compartilhado e colaborativo, faz parte desse projeto moderno de sociedade, focado no crescimento desenfreado, na massificação e no lucro, sem qualquer cuidado com outros anseios da população. Ostrom, Poteete e Janssen (2010) apontam três ensaios que serviram de referências às políticas públicas: a tragédia dos comuns, o dilema do prisioneiro e a teoria da ação coletiva. Essas obras serviram de justificativa para gestores e economistas, para aplicar políticas de privatização ou, no sentido inverso, de estatização de recursos naturais. Entretanto, Ostrom, Poteete e Janssen (2010), por uma vasta pesquisa em todo mundo de gestão, compartilhada de recursos naturais, demonstraram que os *commons* não são uma tragédia. A negação aos direitos dos comuns foi um projeto político que se espalhou pelo mundo inteiro e que está ligado ao projeto de desenvolvimento, enquanto as lutas do *commoning* são a negação da tragédia, reivindicando que esses *commons* sejam reconhecidos como um modo de viver possível. Não é apenas – o que não é pouca coisa – buscar viver de modo comum, como também lutar e produzir esse direito.

2 SERRA DA MISERICÓRDIA: APROXIMAÇÃO E PRIMEIROS EXPERIMENTOS

2.1 A Serra da Misericórdia

Nesta seção, discuto como a construção narrativa da Serra da Misericórdia representa mais o trabalho dos ambientalistas que a defendem do que propriamente esse lugar. Essa narrativa é um conto de luta por um espaço para plantar e pela preservação ambiental. Sem a noção de Serra da Misericórdia, as áreas verdes e montanhosas perdem o seu caráter ambiental e ganham contornos de terreno para habitação e exploração mineral. Assim, a significação do território é também uma forma de habitar e, ao passo que essa narrativa é tecida no tempo de envolvimento ambiental no território, é a própria que direciona caminhos de construção da relação entre a comunidade e a Serra da Misericórdia. Assim, considero uma narrativa fundante para a formação dessa comunidade agroecológica e um partido ontológico ao processo de design que envolveu o Arranjo Local Penha.

Figura 10. No centro da zona norte do Rio de Janeiro existe uma serra verdejante conhecida por suas favelas e pelos estrondos diários da pedreira que a corrói



Fonte: Allan Lucas

Existem diversas formas de dar nome a um lugar. Conseqüentemente, quando se dá um nome, estabelece-se uma rede de sentidos e significados para aquela demarcação territorial. Demarcação essa que pode ser física, como uma cerca; imaginária, como uma fronteira; e tantas outras formas de dizer onde um lugar começa e termina. Quando ativistas ambientais chamam a região de Serra da Misericórdia e não com o nome de um bairro, favela ou zona, estão demarcando um território para lutar pelos seus recursos comuns²⁷ e pela construção de um território de bem viver, como defende Ana Santos.

Figura 11. Nascente na Serra da Misericórdia



Fonte: Borges (2017)

Aprendi com a Ana Santos a importância de me situar no espaço. Quando comecei a participar mais ativamente das ações do Arranjo Local Penha, percebi que havia um conflito de discursos. Ana Santos sempre falava na Serra da Misericórdia. O Arranjo Local ficava na Penha, e as suas ações aconteciam na Penha juntamente com os moradores da Penha. Todo mundo conhecia a

²⁷ Comuns ou *commons* são entendidos como arranjos colaborativos auto-organizados nos quais a ação coletiva está em jogo para preservar recursos compartilhados (OSTROM POTEETE; JANSSEN, 2010). Nos últimos anos, o conceito de *commons* foi usado para descrever o número crescente de iniciativas no qual o compartilhamento de recursos e a colaboração tem um papel primordial (SERAVALLI, 2018).

Penha, enquanto a Serra da Misericórdia não era muito falada, nem mesmo por aqueles que ali moram. “Por que será que ela fala tanto em Serra da Misericórdia?”, eu me perguntava. Demorei a entender. O tempo e a convivência me fizeram perceber que, por trás daquele discurso, havia uma intenção de luta por um modo de vida diferente, cuja base é a melhoria da qualidade de vida local pela preservação ambiental e pelo uso agroecológico dos recursos locais.

Ao falar da Serra, e não da Penha, me situo em outro lugar. Um lugar verde, uma área de proteção ambiental, repleta de velhas nascentes, uma mata remanescente, com hortas, criação de porcos, galinha, cavalo e gado, tal como em áreas rurais. O povo, que diz habitar a Serra, quer plantar, vive da terra e luta para protegê-la, e isto diz muito sobre o tipo de vida que se quer ter.

Figura 12. Colônia de férias agroecológica na Serra da Misericórdia



Fonte: CEM (2020)

Por isso, defendo ser a Serra da Misericórdia, mais do que uma demarcação geológica, uma construção narrativa do espaço (DE CERTEAU, 1998). É uma posição política sobre que tipo de lugar em que se deseja viver. É a reivindicação de um território a ser envolvido a partir da

agroecologia, do resgate de raízes aterradas, pela intenção de viver do que se cultiva e de proteger esse bem comum que é a terra, o solo.

A Serra da Misericórdia é delineada no imaginário e na luta dos ambientalistas da região e, ao mesmo tempo, o seu entendimento, como ambientalistas, ganha sentido por defenderem esse lugar. A serra não é apenas um lugar, uma narrativa de espaço, um território, mas também, as lutas e as construções que a constituem, todas as formas de vida que a habitam, humanas e não humanas, além das interações e interrelações entre todas estas, uma narrativa de tempo, de bem viver. Uma rede, uma teia, um micélio de conexões que não habitam somente aquele espaço, como ainda, de outros lugares e seres que, por afinidade, envolvimento e diferença, também contribuem para a constante formação da Serra da Misericórdia. É uma grande pilha quente de composto, capaz de processar muita coisa e fazer tudo virar lama de novo. Lama que alimenta o solo, as plantas e refaz vida.

Figura 13. Vaca e bezerro cruzando a favela Terra Prometida



Fonte: Autor (2020)

A agroecologia é um dos caminhos dessa mobilização social. Tanto o Verdejar quanto o CEM elaboraram uma agroecologia "misericordiana", e isto não poderia ser diferente. Não é

possível pensar em uma agroecologia universal, pois é, nas relações entre moradores, seus saberes, suas práticas, o CEM, a própria Serra da Misericórdia e tudo que a representa e constitui, que a agroecologia mais floresce.

Quem já ouviu falar na Serra da Misericórdia? Quase ninguém. Conhecemos a região como Complexo da Penha, Complexo do Alemão, Vila Kosmos, a pedreira, a Igreja da Penha etc. Quem fala sobre a serra é um grupo de ambientalistas. Não só fala, como também a defende. A luta pela Serra começou na década de 1990 por algumas organizações da região, entre elas o Verdejar Socioambiental, inspiração do CEM, para lutar por esse espaço.

Figura 14. Serra da Misericórdia e seu entorno



Fonte: Data Rio (2020)

O que é afinal esse lugar? Do ponto de vista geográfico, a Serra da Misericórdia é um maciço, localizado entre as baixadas de Inhaúma e Irajá, o quarto maior maciço do município do Rio de Janeiro. Borges (2017) registra que essa cadeia de montanhas tem 43,9km² de extensão, cuja dimensão adotada é a que está documentada na Carta da Serra da Misericórdia, mas encontrou em outros textos a extensão de 35km² (GUIA, 2016). É uma cadeia montanhosa que faz divisa com a

Baía de Guanabara e os maciços da Tijuca, de Gericinó e da Pedra Branca. Os rios que atravessam a Serra fazem parte da Microbacia da Baía de Guanabara e das sub-bacias dos rios, Irajá, Ramos e Canal do Cunha, todos em situação avançada de poluição (BORGES, 2017, p. 113). A Serra da abrange 26 bairros, entre estes os complexos de favelas do Alemão, Penha, Juramento e Sapê (GUIA, 2016).

Figura 15. Complexos de favelas na Serra da Misericórdia



Fonte: Guia (2016)

Por um lado histórico, destacam-se uma série de desigualdades sociais e descasos ambientais cometidos nesta região. O local era delimitado no início do século XX pelas “freguesias” de Irajá e Inhaúma e Engenho Novo, que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro com alimentos (SIMAS, 2007; VEIGA, 2017). Ainda, no início do século passado, reformas urbanas contribuíram para mudar a configuração dessa região, passando a abrigar, além das atividades agrícola e industrial, como criatórios de animais, pastos, abatedouros e curtumes (BORGES, 2017), os chamados “usos sujos” (GUIA, 2016) do centro da cidade.

Atualmente, a Serra abriga a atividade de mineradoras que iniciaram as suas atividades na década de 1940, quando empresas se instalaram em pequenos sítios (alguns irregulares), para extrair pedra para uso na construção civil. A atuação das pedreiras modificou a paisagem local, aterrando nascentes, devastando a mata nativa e destruindo morros. Ao longo de mais de 70 anos de exploração do território, as consequências diretas para a população local são a poluição do ar (por meio da emissão de fragmentos de pedras), a poeira e o barulho, provenientes de detonações diárias e o abalo das edificações do entorno (BORGES, 2017).

Além da mineração, Berges (2017) afirma que é possível assinalar os seguintes usos da Serra: "o narcotráfico, a criação de animais por moradores das favelas, a circulação de grupos religiosos pela mata, a moradia (regulada ou não, pelo Estado), a atuação de ativistas socioambientais" (BORGES, 2017, p. 115) e a agricultura urbana, presente nos quintais, pela resistência de moradores, vindos do interior da cidade e de outros estados.

2.1.1 Os primeiros ambientalistas

Diferentes grupos definem a Serra da Misericórdia a partir das questões que mais os atingem. Em entrevista ao *Rio on Watch*, Edson Gomes, o cofundador do Verdejar, afirma que a Serra da Misericórdia

ganha uma importância socioambiental muito estratégica na cidade porque é a última área de Mata Atlântica em toda a Zona Norte da cidade". Localizado dentro da Área de Planejamento 3 (AP3)²⁸ – uma designação de planejamento urbano que está contida a Zona Norte, a zona mais populosa do município com mais de 2,5 milhões de habitantes.²⁹

A afirmação de que a Serra da Misericórdia é a "última área verde da Zona Norte" reverbera nos discursos de Verdejar Socioambiental³⁰ e do CEM, estabelecendo um motivo preservacionista para a região. Em sua dissertação sobre o Verdejar Socioambiental, Eduardo Simas (2007) enfatiza como os discursos sobre a preservação ambiental da Serra da Misericórdia contribuíram para a construção do imaginário desse espaço, assim como de um tipo de ambientalismo próprio que ele denominou "misericordiano".

²⁸ Para ver no MAPS das divisões administrativas da prefeitura: <http://bit.ly/1gaQpSY>.

²⁹ Reportagem do Rio on Watch, Cadê o Parque Municipal da Serra da Misericórdia?. <https://rioonwatch.org.br/?p=16172>.

³⁰ Associação da sociedade civil sem fins lucrativos localizada no Bairro Engenho da Rainha. Ver: <https://www.verdejar.org/quem-somos>.

O movimento socioambiental na Serra da Misericórdia teve início na década de 1990, entre outros fatores, pela chegada à região de Luiz Poeta, personagem importante para a história do lugar. Ele fundou, em 1997, o grupo Verdejar Socioambiental, situado no bairro do Engenho da Rainha, e passou a dialogar com outros coletivos e entidades sobre a manutenção da vida em um território deveras marcado pela exploração e pela violência (BORGES, 2017, p. 115)

Nos anos 2000, os grupos ambientalistas da região organizaram o 1^a Seminário da Serra da Misericórdia e lançaram a Carta da Serra da Misericórdia, uma proposta da sociedade civil para o estabelecimento da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) na região, assinada pelo Verdejar, Conselho comunitário de saúde do Complexo do Alemão (CONSA), Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL), Bicuda Ecológica e Os Verdes. A articulação desse grupo fez com que, no dia 16 de novembro de 2000, o município do Rio de Janeiro, pelo Decreto Municipal nº 19.144/2000, fosse instituída a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) da Serra da Misericórdia, cuja tutela ficaria a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Em 2010, a APARU Serra da Misericórdia foi descaracterizada pelo Decreto Municipal nº 33.280/2010, flexibilizando parâmetros de preservação ambiental e ocupação do solo, ao torná-la apenas um parque urbano (MORELATO, 2019).

A visão daqueles que a protegem é muito diferente daquela dos donos da pedreira, dos agentes do município ou mesmo de moradores. Para a prefeitura, a Serra é um documento arquivado, mais uma burocracia municipal. Na época da criação da Área de Proteção Ambiental Urbana (APARU), em 2000, a prefeitura criou um grupo de trabalho para formação do conselho gestor, com o objetivo de criar um plano de manejo da região. O grupo de trabalho durou 180 dias e acabou sendo extinto (ARRUDA, 2007).

A Serra foi denominada “APARU” a pedido dos grupos ambientais locais, depois, foi alterada a denominação para “Parque Municipal”, e pouco foi feito para cumprir com essas denominações. A decisão de mudar a designação da Serra da Misericórdia de APARU para Parque Municipal teve como objetivo diminuir a responsabilidade ambiental sobre a região. A prefeitura estava com verba direcionada para construção do parque da Serra da Misericórdia e desistiu desse investimento quatro anos depois do decreto de sua criação.

Figura 16. Carta da Serra da Misericórdia



Fonte: Verdejar (2001) <https://www.verdejar.org/carta-da-serra>

Em 16 de dezembro de 2010 o Prefeito Eduardo Paes assinou o Decreto 33.280 criando o Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia, na região da Leopoldina, na Zona Norte do Rio. Em 2012, o projeto recebeu um investimento de R\$15 milhões, dos quais cerca de R\$11 milhões vieram da fundação socioambiental da Caixa Econômica Federal. [...] Os recursos para a construção do parque foram garantidos durante a Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012. [...] Em uma carta datada 28 de março de 2014, o prefeito Eduardo Paes e o Secretário Municipal de Habitação Pierre Batista escreveram para o superintendente regional da Caixa Tarcisio Luiz Dalvi a afirmação que o Parque Leopoldina não seria construído, justificando a promessa não cumprida, de seis centros recreativos, com a criação de um solitário parque de ciclismo.³¹

³¹ Publicado no Rio on Watch, por Ava Rose Hoffman, tradução por Roseli Franco, 28/08/2015. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=16172>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

Figura 17. Mineração na Serra da Misericórdia



Fonte: Fotografia Bruno Itán

Para as pedreiras que continuam em atividade, a Serra é um campo de exploração. A LafargeHolcim, principal empresa ainda em atividade na região, assume que a pedreira causa sérios impactos ambientais, entretanto explorá-la é um mal necessário para um bem maior (SIMAS, 2007), bem este que seria fornecer pedra para a construção civil. O discurso da empresa alinha-se ao do desenvolvimento, alimentado por um sistema capitalista que, na realidade, tornou-se sempre mais insustentável.

Figura 18. Placa na entrada da APARU pelo Engenho da Rainha



Fonte: Do Autor

2.1.2 A formação ambientalista do CEM

O CEM é uma ONG, localizada na Serra da Misericórdia, coordenada por Ana Santos e Marcelo Silva. Começou os seus trabalhos em 2011, no complexo da Penha, por meio de dois grupos, Ana e Marcelo, e um grupo de artistas. Na época, a sigla CEM significava Centro de Educação Multicultural e tinha como objetivo criar um parque na Serra da Misericórdia. Nesse período, o CEM era também uma produtora cultural que agenciava os artistas do coletivo. Borges (2017) conta que nem Ana nem Marcelo tinham envolvimento em questões ambientais e sociais.

Ele, 42 anos, foi criado em Irajá, trabalhou 16 anos na área da Computação, estudou Filosofia e Psicologia por conta própria, seguiu por dois anos no curso de Cinema e, conforme me contou, sentia “um vazio” impossível de entender. Ela, 36, cresceu em Nilópolis, desde muito jovem atuou como “explicadora” na Baixada Fluminense, ensinou as irmãs e as sobrinhas a ler e escrever, foi arrimo de sua família, alimentou sempre o sonho de ser professora, mas acabou trabalhando com finanças (BORGES, 2017, p. 116).

O coletivo começa o reflorestamento da Serra da Misericórdia com técnicas de plantio tradicionais. Quando os artistas saíram do CEM, Ana e Marcelo se aproximaram dos ambientalistas do Verdejar (BORGES, 2017, p. 117). O contato com a agroecologia só começou depois da participação em um curso de Agrofloresta e Bioconstrução no Verdejar, durante o Rio+20, em 2012.

O CEM nasce de um sonho de preservar a serra da misericórdia. Mas como o grupo era muito misto, pois tinha muitos artistas, a gente entendia que essa linguagem era através da multiculturalidade. Mas como o Marcelo colocou. Mesmo o CEM tendo mudado de nome e colocado a agroecologia no caminho, a Serra da Misericórdia sempre foi o objetivo central do grupo de artistas, muito influenciado pelo Luiz Poeta, do Verdejar.³²

Ana Santos enfatiza que a descoberta de que "existe meio ambiente na favela" – citando o título da dissertação de Simas (2017) – "foi muito provocador no sentido que é possível uma transformação social a partir da questão ambiental". E a partir daí, as ações socioculturais e educativas do CEM passaram a envolver questões socioambientais.

³² Fala da Ana Santos e do Marcelo, registrada em entrevista em 10 de março de 2022.

Figura 19. Ana e Marcelo em um mutirão de reflorestamento da Serra da Misericórdia



Fonte: Acervo CEM, autoria Allan Lucas (2013)

Da aproximação com o Verdejar, e depois com a Rede Carioca de Agricultura Urbana, Ana e Marcelo entendem que o trabalho deveria seguir pela agroecologia. A partir daí, o CEM passou a fazer parte do movimento de agricultura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Em um documento sobre a trajetória do CEM, registra-se a importância da participação na Rede CAU.

Uma aproximação com a Rede Carioca de Agricultura Urbana e a Articulação Estadual de Agroecologia (AARJ) estimulou o avanço do plantio no espaço, e uma identidade enquanto movimento de agroecologia na favela foi constituída. A Rede nos formou e transformou nossa atuação no território, onde o caráter político se torna essencial como parte fundamental ao trabalho.³³

O sonho de um meio ambiente na favela começa a se expandir em comunidade e tornar-se uma luta política pelo direito de plantar, de se alimentar com comida de verdade e morar com dignidade. Com o tempo, o CEM tornou-se referência em plantio urbano e preservação ambiental na comunidade e passou a ser procurado por escolas, creches, unidades de saúde e moradores que tinham interesse em plantar e trabalhar o tema da saúde pelo viés da Soberania Alimentar e

³³Disponível em:

https://docs.google.com/document/d/1PfchLO6r9awX5tY7vAWfB-_rAzaJM1tX-S0tFhXeZ8k/edit?usp=sharing. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

Nutricional. O trabalho do CEM é direcionado para a soberania alimentar e educação ambiental, proteção da área verde e cultivo de um sistema agroflorestal (SAF)³⁴. Pela localização da antiga sede, próxima da entrada da área verde pelo lado da Penha, a casa e o SAF serviam como barreira das ocupações e por estarem próximos dos ocupantes. Sim, isso já estava acontecendo, conseguiam conversar e orientar a respeito da importância da preservação ambiental, de uma alimentação de verdade, de plantar para comer etc.

Em 2015, a organização obteve a certificação de produtores orgânicos, conferido pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), devido à articulação com a Rede CAU e parceria com a Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO). Ana explica que, atuando em rede, eles começaram a entender as dificuldades de acesso à comida saudável, principalmente na favela. “Quando a gente trabalha e se envolve em redes, percebemos o que é possível. E o sonho deixa de ser só seu para impactar o lugar onde você vive”, completa.³⁵

Com esse passo, o CEM integrou a feira de Olaria, comercializando seus alimentos e de parceiros, como a banana e o aipim da AgroVargem (Associação dos Agricultores Familiares de Vargem Grande). Nessa caminhada, eles chegaram ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município do Rio (Consea-Rio), representando o segmento de movimento urbano. Assim, se engajaram em diversas frentes de trabalho no campo da agroecologia para aprender e partilhar.

O CEM ocupou por sete anos uma casa, cedida por um dos proprietários da pedreira, mas, uma vez que esta foi vendida para o "movimento"³⁶. No final de 2017, o CEM perdeu sua sede e resolveu sair da Penha. Mesmo não estando na Penha, o trabalho continuou, contudo o modo de atuação teve que mudar.

³⁴ Segundo Macedo (2013) "um sistema agroflorestal, também denominado agrofloresta ou agrossilvicultura, é uma forma de uso da terra, onde árvores ou arbustos são utilizados em conjunto com a agricultura e/ou com animais numa mesma área [...]. No sistema agroflorestal procura-se imitar o que a floresta faz normalmente, ou seja, deixar o solo sempre coberto pela vegetação e com muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras. Esse jeito de se fazer agricultura, tem produção diversificada que favorece a recuperação da produtividade dos solos degradados por meio da utilização de espécies arbóreas leguminosas que adubam naturalmente o solo, reduzindo a utilização de insumos externos e, com isso, diminuindo os custos de produção e aumentando a eficiência econômica da unidade produtiva" (MACEDO, 2013, p. 13).

³⁵ Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1n2oXIP6pbz2C9DfIt3pF2kJ3i8Ni9Zk_M7LYwgfVCY/edit?usp=sharing. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

³⁶ "Movimento" é uma das maneiras de chamar as organizações narcotraficantes. O motivo do CEM perder a sede não teve relação com o movimento. O dono da pedreira vendeu a casa para o movimento, quebrando o contrato com o CEM. Como a sede foi vendida para o movimento, não havia maneiras de reivindicar a permanência no local, dado quem manda na favela é o movimento e não o Estado, pelas suas leis.

Figura 20. Novas favelas em formação na Serra da Misericórdia



Fonte: Do autor (2019)

Quando o CEM retorna à Serra da Misericórdia, em 2019, a área verde que vinha sendo protegida e manejada pela ONG está em processo acelerado de ocupação. Quem faz a divisão dos terrenos na favela é o movimento, e não há mecanismos para lutar contra as decisões deste, pois não existem vias democráticas de luta na favela que não sejam arbitradas pelo próprio movimento. Primeiro, o CEM se instala em uma casa alugada na rua Aymoré, muito próxima da antiga sede. Depois, recebe um terreno próximo às redes de alta tensão da Light, e começa a construção da nova sede. A partir daí, o CEM está mobilizado no apoio às ocupações que começam a ganhar forma de novas favelas.

Figura 21. Vista de satélite das novas favelas em formação na Serra da Misericórdia



Fonte: Satélite (2019)

2.1.3. O mundo misericórdiano

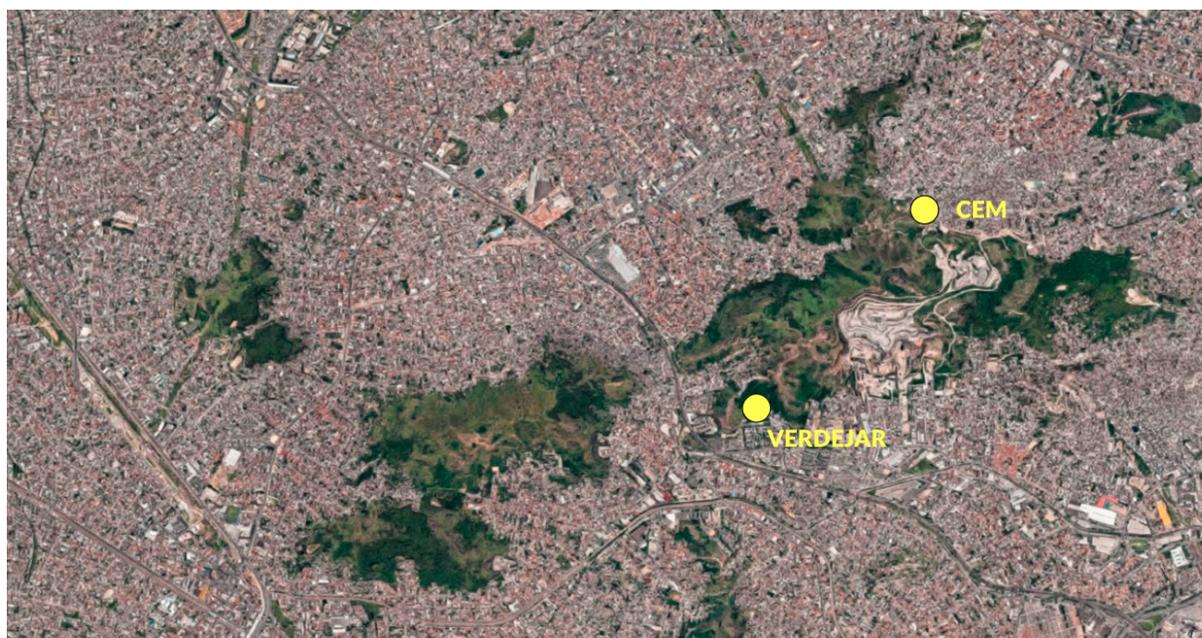
Uma das conclusões de Simas (2007) é a de que há uma troca entre o Verdejar e a Serra. Nesse sentido, a Serra é definida pelo Verdejar, ao mesmo tempo que o Verdejar se define a partir da Serra, ou seja, a visão ambientalista particular desse grupo está em processo nessa relação mútua. Sem a Serra da Misericórdia, não haveria uma causa ambiental pela qual lutar, e essas organizações não se mobilizariam. Ao mesmo tempo, a manutenção dessa área verde, denominada “Serra da Misericórdia”, não teria quem a defendesse, evitando que fosse completamente engolida pelas pedreiras e construções de casas.

Assim como a Serra da Misericórdia ganha reconhecimento e cuidado pelos ambientalistas, os ambientalistas se constituem, crescem e aprendem a partir dela – da movimentação de Luiz Poeta e os seus companheiros, à formação agroecológica do CEM. Ana e Marcelo, como mencionamos, quando chegaram à Serra da Misericórdia não tinham conexões com a agricultura urbana e agroecologia. Essa aproximação aconteceu com o tempo, com as trocas, a experiência, as vivências, a luta e a participação em redes.

Ao ler a dissertação, percebi que os textos sobre a Serra, que circulam pela Internet e redes sociais, se repetem ao longo do discurso de muitos parceiros, sendo o Verdejar seu principal difusor. O CEM ecoou esses discursos que descrevem a Serra pela visão do Verdejar, mas constituindo uma organização e narrativa singulares. No Verdejar, evitar ocupações que desmatem mais a floresta prejudica aqueles que já habitam e não trará qualidade àqueles que viriam a habitar. Entende-se, assim, que a preservação de recursos naturais é importante para a qualidade de vida (SIMAS, 2007).

O CEM não discorda dessa questão. A luta pela Serra da Misericórdia é também inspirada pelas trocas com os participantes do Verdejar. A luta contra os grileiros, que acontecia no lado do Verdejar, ao menos enquanto o Verdejar estava ativo, no lado da Serra onde o CEM ficava, foi “imparável”, nada poderia deter esse processo. O trabalho passa a ser outro, de trabalhar junto com os moradores dessa favela, tentando garantir melhor qualidade de vida e disseminar a importância da valorização ambiental e cultural de uma vivência agroecológica. As visões do Verdejar e do CEM sobre habitar a Serra ganham contornos diferentes, mas sempre em relação e emergência diante dos atravessamentos constantes.

Figura 22. Localização das ONGs CEM e Verdejar na Serra da Misericórdia



Fonte: Do autor

Esse movimento de constituição identitária entre ambientalistas e seu território de luta e, em oposição àqueles que querem destruí-lo, forma uma trama ontológica situacional.

O ambientalista se faz pela Serra, enquanto a Serra forma o ambientalista. A Serra existe como última área verde da Zona Norte, no entanto o lugar que esses ambientalistas desejam viver ainda está em construção, em disputa, em luta. O mundo possível, o qual os ambientalistas querem construir, continua sendo um outro mundo possível, moldado no presente, no dia a dia, nas lutas diárias. Não está em um papel, em um arquivo do município, tampouco nas dinamites das pedreiras.

Para ambientalistas da Serra, essa construção é parte de sua própria formação ontológica. A preservação da Serra da Misericórdia é um projeto ontológico, como Escobar (2016) descreve. O mundo que vem sendo projetado nesse lugar projeta os modelos de viver de quem o habita. Simultaneamente, inspira outros modos de viver dentro da rede que a envolve.

Em um aspecto mais amplo, essa ontologia é parte de uma ontologia maior, que é a do agricultor urbano do Rio de Janeiro. A rede de agricultores constitui um pluriverso de modos de viver agrícolas na cidade.

Em esboços anteriores desta tese, fizemos a provocação de que a Serra da Misericórdia não existia. A provocação não tinha a intenção de não reconhecer esse território, mas, ao contrário, mostrar como este território, que é percebido como "última área verde da Zona Norte", ou seja, um lugar em que a natureza estaria preservada das ações humanas, se constitui a partir de uma perspectiva histórica e cultural. Uma disputa de diversas forças para delimitar, imaginar e habitar esse lugar.

A natureza é histórica e culturalmente construída. Natureza é cultura. A dicotomia natureza/cultura não deve ser entendida como uma oposição e, sim, como interdependência. A fronteira fica borrada, eis que a cultura se forma a partir da natureza e vice-versa. Não são mundos separados e distantes, mas um só mundo no qual cabem diversos mundos em interação. Uma colcha de retalhos cultural de seus habitantes, uma maneira de morar em consonância com animais, plantas, solidariedade, comunidade, a partir da agroecologia, do feminismo, contra o racismo, de afetos, de saberes locais e saberes desenhados em rede. Uma busca por um bem viver particular, misericordiano. Isso reforça a ideia de que a Serra da Misericórdia só existe como uma construção histórica e cultural das forças que estão em disputa no território.

A Serra da Misericórdia representa um mundo constituído por ambientalistas, moradores, parceiros, instituições e redes que lutam contra as forças que fazem a favela ter uma visão tão

pejorativa. Buscam mostrar uma visão diferente sobre a favela e que o bem viver é um direito de todos.

Pensar em outros mundos e outras ontologias não é dizer que essas são melhores que a ontologia modernista. Afirmar isso seria cair na mesma armadilha de assumir uma posição hierárquica de dominação. O caminho, como explica Costa (2018), é reconhecer a legitimidade de todas as ontologias e conviver com elas. É, sobretudo, um exercício de imaginação de outro mundo possível que é articulado no presente, em correspondência com as circunstâncias, com as pessoas, com a vida se desenrolando.

Não é um resgate de um passado rural romântico, entretanto, de um presente muito vivo e realista que vê na agroecologia e, mais ainda, na agricultura urbana, uma maneira de disputar modos de viver na cidade, que coloca em jogo o tipo de cidade que queremos viver. Não é diante do passado, da pobreza do campo que muitos fugiram em busca de oportunidade nas grandes cidades, mas é diante das presentes consequências nefastas de viver às margens dessa sociedade, desprovida de assistência estatal e privada.

Esse é um mundo muito presente, vivido e construído no presente. Um mundo que, a partir das vivências e aprendizados em rede, constitui-se como singular. A invenção de uma cultura própria misericórdiana (SIMAS, 2017) não poderia surgir nem em outro lugar, nem por outras pessoas, pois é fruto desse lugar, dessas pessoas e de todos os seres que o habitam, em relação entre si e com o exterior. É também pela diferença que se constitui essa cultura.

2.2 As três fases do Arranjo Local Penha

O Arranjo Local Penha se formou por caminhos tortuosos, marcados por obstáculos e mudanças de rumo inesperadas. Avaliamos que o Arranjo Local Penha teve três fases e atuou de forma diferente em cada uma delas. O ponto de convergência foi a presença do CEM em todas elas, enquanto o foco das ações e a abrangência da rede de parceiros foi mudando em cada. Esta pesquisa apresenta as três fases, porém eu atuei na segunda e na terceira fase.

2.2.1 Primeira fase: Rede Tamo Junto na Penha

Em 2012, diante da percepção de que um dos maiores problemas locais estava relacionado à ausência de espaços de encontro e diálogo, moradores, diretores de instituições locais e outros parceiros se uniram para pensar sobre ações coletivas na Penha, formando a rede Tamo Junto na

Penha. Essa rede reunia moradores e instituições, como a Arena Dicro, a Creche da Chatuba, o CRAS Carlos Drummond de Andrade, o projeto Arte Transformado, o CEM, entre outras.

A REDE COMUNITÁRIA TAMO JUNTOS NA PENHA é uma rede colaborativa no Complexo da Penha, formada por moradores, um conjunto de instituições públicas e privadas que visa estimular o desenvolvimento local com ações coletivas que geram trocas sociais, culturais e ambientais dentro do bairro através de encontros mensais, parcerias efetivas e eventos.³⁷

Em abril de 2012, o grupo organizou o I Fórum da Rede Comunitária da Penha – “Tamo Junto” – ocasião em que os representantes de diferentes instituições tiveram a oportunidade de apresentar o seu trabalho, desenvolvido no Complexo da Penha. A partir desse encontro, ficou definido que encontros mensais aconteceriam em rodízio na sede das instituições parceiras. Esse modelo de encontro tinha o objetivo de facilitar a comunicação e as trocas sobre as ações em andamento no território e “trazer o morador, quem ainda passa muito aperto na favela, seja pela violência ou serviços de má qualidade”.³⁸

Ana Santos esclarece que, com o passar do tempo, pelas condições precárias da favela, a rede acabou tornando-se uma “rede de problemas”: “Essa rede tratava de questões locais, tais como ‘A clínica da família não tá funcionando...’, Só que dentro da comunidade a gente tratar de questões locais em rede acaba se tornando uma rede de problemas. E a gente não conseguia avançar muito”.

Nesse período, o CEM já estava em contato com a ASPTA³⁹, que começava um projeto de “Arranjos Locais”⁴⁰, a fim de fortalecer regiões com agricultura urbana na cidade, e convidou o CEM, para organizar um arranjo local na Penha. Como já havia uma rede organizada e que estava enfraquecida, o CEM convocou, em 2016, uma reunião no Parque Ary Barroso e propôs que o grupo passasse a se chamar “Arranjo Local Penha” e assumisse como eixo de trabalho a agricultura urbana e a agroecologia.

O plano era conseguir tratar outras questões que já vinham atravessando a rede, com a agroecologia como tema central, e tendo o apoio da ASPTA. O parque Ary Barroso, onde fica a

³⁷ Citação registrada no documento RELEASE — Ary em movimento, do acervo digital do CEM. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/0B0rCmjaqBDagUXNUQVBzUEJFX00/edit?usp=sharing&ouid=111639545013897152650&resourcekey=0-gGsGCM5n_cOmLGsUnyiaioA&rtpof=true&sd=true.

³⁸ Citação descrita no perfil da página da Rede Tamo Junto, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/redecomunitariadapenha>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

³⁹ ASPTA é associação de direito civil, sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

⁴⁰ Arranjos Locais, de acordo com a ASPTA, “tal como definido pelo Programa de Agricultura Urbana/AS-PTA, refere-se aos espaços de reuniões e encontros entre os diversos atores participantes, que juntos promovem estratégias de ação que impulsionam o debate sobre alimentação, saúde e agroecologia no território” (PORTILHO, 2019, p. 37).

Arena Dicró, foi definido como palco das atividades por sua importância histórica, ambiental e como opção de lazer da população na região. Em 2015, a rede organizou um evento para ocupar o parque Ary Barroso, denominado “Ary em Movimento”. Observo que, no documento de apresentação do evento, a justificativa para sua realização traz a mesma ideia de “última área verde da Zona Norte” que ambientalistas empregaram na defesa da Serra da Misericórdia.

Atualmente, o Parque Ary Barroso é uma das únicas áreas verdes da Região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro, e está localizado nas proximidades das favelas que compõem o Complexo da Penha e do Alemão, além dos bairros da Penha e Penha Circular.⁴¹

Ao propor a mudança de nome da rede para “Arranjo Local Penha” e de seu objetivo, o CEM assume o protagonismo por começar a pautar as atividades do grupo. Outra atividade que integrou o Arranjo Local Penha foram os encontros na Clínica da Família Felipe Cardoso, no CEM e na Clínica do Grotão, com a equipe da NASF — Núcleo de Assistência à Família. Em parceria com a nutricionista, Cíntia Moura, Ana, Maria Costa, Diego Costa, Mariana Portilho ou Elisa, passam a participar das reuniões com a proposta inicial de trabalhar soberania alimentar nutricional pelo viés da saúde (PORTILHO, 2019).

Nesse mesmo período, Diego Santos já frequentava o CEM, devido à realização de sua pesquisa de mestrado. Entre muitos encontros e trocas, foi concebida a rede de agricultores de mudas, que se chamava “Quintais da Serra”, a qual descrevi mais adiante como a terceira fase do Arranjo Local Penha. Em um documento de apresentação da proposta e um esboço de como ela funcionaria, observo que o conceito encontra-se muito próximo daquele que efetivamente foi realizado.

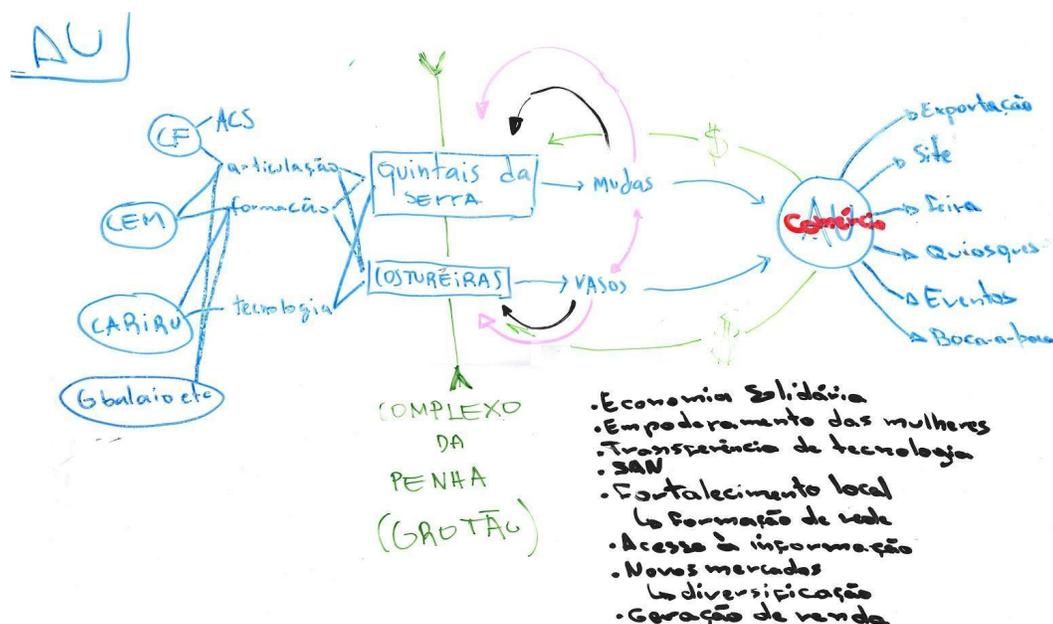
Considerando a vulnerabilidade social, ambiental e econômica do Complexo da Penha e a dificuldade de acesso a alimentos de qualidade, de baixo custo e livres de agrotóxicos, a presente proposta, fruto da articulação entre o CEM, a Clínica da Família Felipe Cardoso, o projeto Arranjos Locais da ONG AS-PTA e o coletivo Cariru de Agricultura Urbana, visa a promoção da agricultura e economia solidária nesse território, contribuindo para o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional, da geração de renda e fortalecimento comunitário dessa população, através da realização do projeto ‘Quintais da Serra: Produção, beneficiamento e geração de renda no Complexo da Penha’.⁴²

⁴¹ Citação registrada no documento RELEASE — Ary em movimento.

⁴²Disponível

https://docs.google.com/presentation/d/1krIA38HWt_XcSnogHn8EFo4Mw89gkDSeDnhx1y9T8SM/edit?usp=sharing.

Figura 23. Primeiro desenho da rede de agricultores



Fonte: Elaborado por Diego Costa e Ana Santos (2016)

O projeto começou a ser construído ainda na primeira fase do Arranjo Local Penha pela Ana, Marcelo, Diego e o Adriano⁴³. Surgiu da percepção de que era difícil acessar mudas de boa qualidade na cidade, principalmente, na favela, e, sempre que o CEM aparecia com mudas na Penha, trazia muitas memórias e desejos aos moradores. Lembranças de um passado na roça, da família que plantava, do conhecimento das plantas etc. A intenção de fomentar agricultura urbana na favela demandava a matéria-prima da agricultura: as plantas!

Meu envolvimento no Arranjo Local Penha começou na sequência dessas ações com parceiros locais. A convite do Diego Costa, visitei uma das reuniões do SPG da rede CAU em 2017, no CEM e comecei a acompanhar as atividades do Arranjo Local Penha. Participei de um evento, chamado “Leopoldina Orgânica”, da roda de mulheres da clínica da família, ensinando a fazer pão. Visitei a escola Bernardo de Vasconcelos com Diego e Ana, tentando estabelecer uma pauta para a retomada de atividades na Escola, visitamos a EDI Maria de Lourdes e o CRAS com o mesmo propósito. Passei a fazer parte do Arranjo Local Penha como mais um dos parceiros desta rede.

⁴³ Botânico e ex-sócio do Diego na Cariru.

Em maio de 2017, Diego propôs o “Workshop Sementes Urbanas”, dando continuidade ao projeto dos viveiros. A partir de setembro de 2017, depois desse workshop, Ana, Diego e eu começamos a estudar maneiras de implantar os viveiros. Estávamos visitando os parceiros do Arranjo Local Penha, para entender como poderíamos trazer o tema da agricultura urbana nas atividades e, ao mesmo tempo, avaliando possíveis candidatos para receberem os viveiros. Ana vinha cobrando respostas minhas e do Diego para a implementar os resultados do workshop, mas não tínhamos recursos financeiros para construir viveiros nem como nos dedicarmos exclusivamente ao Arranjo Local Penha de maneira voluntária.

No final daquele ano, o CEM ficou sem sede e tudo mudou. Sem recursos e sem sede, os viveiros deixaram de ser prioridade, e todas as ações na Penha se direcionaram a manter o CEM ativo pelas atividades de promoção da soberania alimentar, por meio da agricultura urbana agroecológica.

2.2.2. Segunda fase: a perda da sede da rua Angra dos Reis

Em novembro de 2017, o CEM perdeu a sua sede na rua Angra dos Reis, o seu espaço de produção agroecológica e de integração com a comunidade. Isso aconteceu, porque o movimento comprou as terras dos antigos donos da pedreira Nossa Senhora da Penha. O acordo de cessão do terreno que Ana e Marcelo tinham com os donos da pedreira foi quebrado, pegando-os de surpresa. Os dois tiveram que deixar repentinamente a sede que estavam há 5 anos. Esse momento levou Ana a fazer uma série de perguntas bastante difíceis de serem respondidas.

E, sem a sede, como manter a bola em campo sem o campo? Como manter toda essa geração, uma vez que só ganhamos autonomia com a agrofloresta e produtos que eram produzidos na sede: cozinha, viveiro, galinheiro, compostagem, minhocário, cerveja, vivências...? Como manter um espaço aberto, gratuito e de trocas com a comunidade? Como manter os intercâmbios com outros países e estados?

A perda da sede não implicou apenas a perda do espaço físico da ONG. Havia um viveiro e uma agrofloresta sendo formada no entorno. A certificação orgânica, garantida pela rede CAU, também foi perdida, já que o certificado era vinculado à área de cultivo e não, somente, aos agricultores. A sede também era um ponto de cultura para moradores que tinham contato com a agroecologia, realizavam atividades esportivas e culturais, tinham acesso a computadores com Internet. Renunciar a tudo isso, da noite para o dia, foi um processo muito doloroso para Ana e

Marcelo. No calor do momento, eles perderam a motivação para continuar na Penha e se mudaram para o bairro de Vargem Grande, no Sertão Carioca, onde já articulavam parcerias a partir da rede CAU e a comercialização de alimentos na feira orgânica de Olaria.

A proposta foi seguir o ciclo de transformação da comida para alimentar as redes, as culturas, as localidades. Semeamos em outros territórios para ganharmos força e outras autonomias. A produção de alimentos processados foi deslocada para Vargem Grande, Zona Oeste da Cidade, onde atuaram em parceria com a AgroVargem, a Coletiva Hortelã, Mulheres da Zona Oeste, entre outros parceiros locais.

Mesmo assim, eles não haviam desistido da Penha nem queriam abandonar tudo que havia sido construído. Houve um sentimento profundo na Ana e no Marcelo de não deixar aqueles moradores desamparados. Entre 2017 e 2018, o CEM passou a se organizar em conjunto com uma série de atores, individuais ou coletivos, com o propósito de continuar atuando na Penha. Sem sede, as atividades foram realizadas na creche EDI Maria de Lourdes, no CRAS Carlos Drummond de Andrade, na clínica da família Felipe Cardoso, entre outros, e contando com a atuação de parceiros, tais como Diego Santos, Camille Moraes, Mariana Portilho, Patrícia Veiga, Pedro Biz, entre outros. Em uma das reuniões do Arranjo Local, do qual participaram os meus colegas de doutorado da Esdi, Diego Costa (2015) e Camille Moraes (2021), Ana Santos e Mariana Portilho (2019), da ASPTA, decidimos atuar em diferentes lugares ao mesmo tempo e, assim, garantir estar sempre realizando atividades na Penha. Como eu já havia feito um contato inicial com o EDI, escolhi trabalhar lá. Camille ficou na roda de mulheres da Clínica da Família, Diego, na Escola Bernardo de Vasconcelos, e Ana, orbitando entre diferentes lugares.

Nesse período, o CEM atuou em formato de arranjo ampliando o trabalho no território com foco na agricultura urbana, através do fortalecimento da juventude da E.M. Bernardo de Vasconcelos, do coletivo de mulheres usuárias da Clínica da Família Felipe Cardoso, que se transforma num grupo autônomo; dos agentes da saúde da NASF (Núcleo de Assistência da Família); da Arena Carioca Dicró/Parque Ary Barroso; do Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Maria de Lourdes, do CRAS Carlos Drummond de Andrade, do CRAS João Fassarela e chegando mais posterior, da E.M. Brant Horta e do EDI Almir Leite. Já externamente como apoio ao ALP, se aproxima a ESDI — Escola Superior de Desenho Industrial, os Espaços Verdes da ESDI, o INT — Instituto Nacional de Tecnologia, o Projeto de Extensão intitulado “Comunicação, educação e re-existências”/Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, profissionais independentes. Já nas feiras, reformulou-se os produtos de comercialização e ampliou o fortalecimento da Feira Alternativa de Olaria e da Feira Agroecológica na UERJ, representando a Rede CAU. Já na Rede Ecológica, precisou de um tempo para retornar, mas manteve sua participação no projeto da cozinha. O CEM também manteve-se no Conselho de Segurança alimentar e passou a ingressar o conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, da qual tem uma representação junto a Verdejar Socioambiental.

Figuras 24. Ana Santos, Camille Moraes, Diego Costa, Samuel Barros e Susana Alegria realizando uma oficina de agroecologia com os professores da Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos



Fonte: Do autor, julho (2018)

Essa rede de apoio, para manter o CEM ativo no território, foi chamada de “Arranjo Local Penha”. Ana Santos destaca a importância do arranjo com o entendimento de um trabalho articulado e descentralizado que utilizava a agricultura urbana na Penha para discutir e realizar ações sobre diversos temas e, sobretudo, uma capacidade de organização comunitária.

O ineditismo dessa parceria era trabalhar a agroecologia em sua linguagem totalmente intersetorial, onde se entende que a agricultura urbana está para além do plantio, mas também no cultivo das relações. Outro ponto positivo seria a capacidade de articulação que a instituição possui dentro do território através das redes locais, o que possibilitou dar continuidade ao trabalho iniciado em 2012 mesmo sem sede.

De uma rede de instituições e moradores que o CEM fazia parte, para trazer cultura e meio ambiente para a Penha, o Arranjo Local tornou-se uma rede de suporte às ações do CEM no território. Arranjo Local Penha e CEM começaram a se fundir de modo irreversível.

2.2.3 Terceira fase: Programa de Apoio ao Empreendedorismo de Impacto Socioambiental do RJ 2018 da Faperj

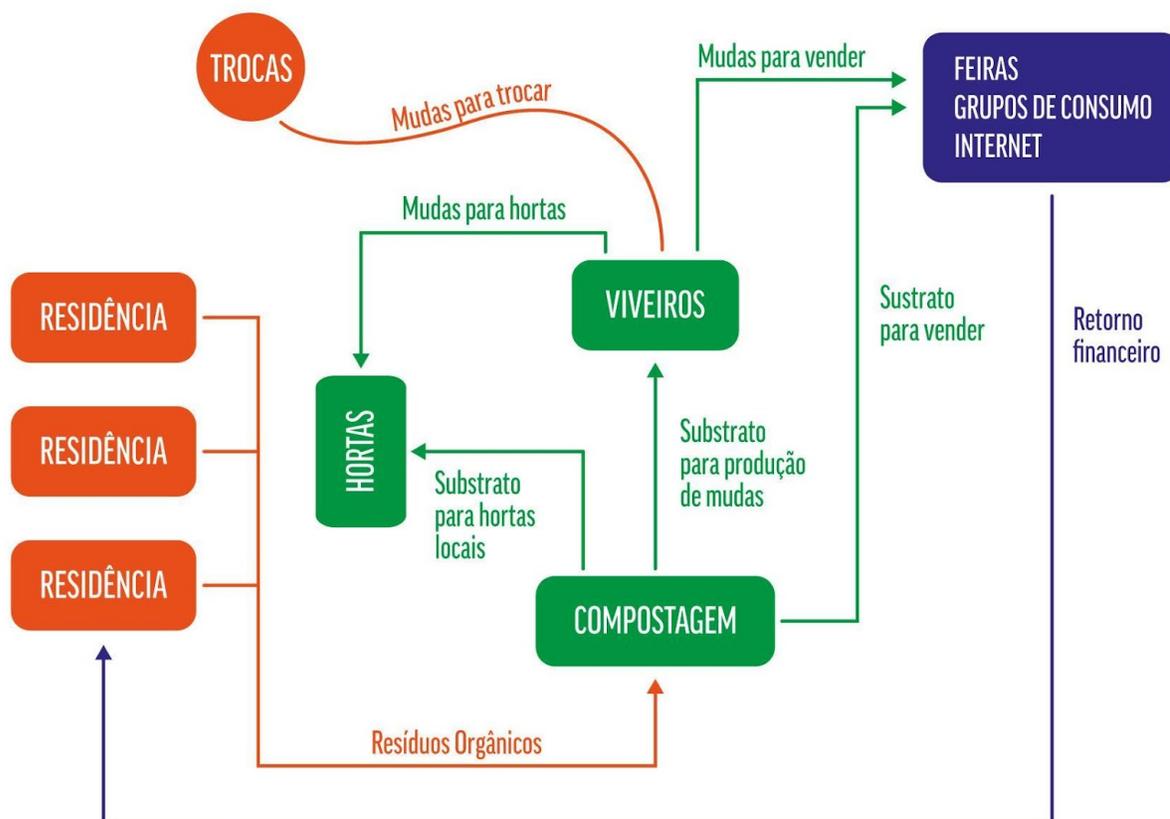
No final de 2018, Ana, Diego e eu submetemos o projeto de construção dos viveiros para um edital de Empreendedorismo Social da Faperj⁴⁴. Terminamos de redigir nos últimos minutos antes do encerramento do prazo. Era um momento muito delicado para a Ana e o Marcelo, pois fazia quase um ano que o CEM não tinha mais sede na Penha, e a distância estava ficando muito ruim para nós.

O projeto vinha sendo construído desde a primeira fase do Arranjo Local Penha. Na primeira fase, foi desenvolvido o conceito, na segunda, projetamos os viveiros, assim como estabelecemos parcerias importantes para o projeto, tendo suporte do INT, da Esdi e da ASPTA. Na construção de uma rede de parceiros que fomentava a agricultura urbana na Penha, também era fundamental pensarmos como iríamos articular parcerias, se havia interesse da comunidade, quais locais seriam possíveis de realizar o projeto etc. Pela experiência que tivemos no Workshop Sementes Urbanas e, ao longo das vivências do Arranjo Local Penha, tínhamos certeza da importância de envolver os moradores desde o início e fazer o projeto no território. Na apresentação do projeto, estava descrita essa preocupação:

⁴⁴ Acesso ao edital: https://siteantigo.faperj.br/downloads/Edital_FAPERJ_N%c2%ba_10_2018_-_Programa_de_Apoio_ao_Empreendedorismo_de_Impacto_Socioambiental_do_RJ.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2022.

[...] a tecnologia social será projetada em conjunto com a comunidade, a partir de uma abordagem colaborativa e participativa, tornando o projeto mais alinhado com os hábitos culturais e interesses da comunidade. A construção dos equipamentos de baixo custo, utilizando a maior parte de recursos disponíveis possíveis, aumenta a viabilidade das tecnologias, visto que elas podem ser replicadas com poucos recursos. Assim, asseguramos que o projeto implantado de baixo para cima e em etapas graduais terá mais efetividade de continuar funcionando no médio e longo prazo (SANTOS, 2018).

Figura 25. Esquema do projeto Faperj



Fonte: Do Autor

O diagrama acima é uma evolução daquele esboçado na primeira fase (Figura 23) e depois no Workshop Sementes Urbanas (Figura 8).

Quando soubemos que o CEM tinha sido selecionado no edital da Faperj, renovamos a esperança do CEM retomar o trabalho na Penha, com muita força. Depois de aprovado, levou algum tempo para entrarem os recursos, que só chegaram em junho de 2019. Enquanto esperávamos, nossas ações com parceiros da Penha começaram a se direcionar para a preparação da rede de

viveiros. Diego e eu estávamos focados inteiramente em fazer a rede de viveiros acontecer; Camille continuou na roda de mulheres da Penha; e Mariana Portilho manteve a ponte entre CEM e ASPTA. Novas parceiras foram chegando, como o Instituto de Nutrição da UERJ e a Fiocruz. Samuel foi integrado no estatuto, como membro do CEM. Foram também realizadas ações nos CRAS, Arena Dicró, EDI Maria de Lourdes, entre outros.

A fase do CEM, atuando distante da Penha, estava terminando, mas o envolvimento dos parceiros continuou. No meio de 2019, depois de um ano morando em Vargem Grande, indo à Penha participar de atividades e ir à feira de Olaria aos sábados, Ana e Marcelo resolvem retornar à Penha, para retomar as atividades com mais contato e intensidade. Além do grande projeto da rede de viveiros que o CEM tinha pela frente, a favela estava crescendo para dentro das áreas verdes, remanescentes da Serra da Misericórdia, de uma forma ainda mais precária e desassistida.

Até instalarmos o primeiro viveiro, a equipe passou por um longo processo de aproximação de possíveis parceiros: conversando com pessoas, doando mudas, para abrir e divulgar o projeto; entregando panfletos; conversando com os parceiros que já existiam no Arranjo Local Penha; fazendo visitas nas casas de moradores. Depois de entender como os viveiros poderiam ser adaptados a cada possível parceiro, é que seriam instalados os viveiros nas casas. A sequência dos acontecimentos da terceira fase, relacionados ao projeto da rede de viveiros, descrevo no capítulo seguinte.

A atuação do CEM, desse momento em diante, não envolvia tão somente a Penha, mas também toda a Serra da Misericórdia. A fim de representar a mudança, a organização assumiu um novo nome um pouco antes do seu retorno à Penha. O CEM, de Centro de Educação Multicultural, passou a se chamar “Centro de Integração na Serra da Misericórdia”.

Figura 26. Os agricultores do Arranjo Local Penha na Serra da Misericórdia



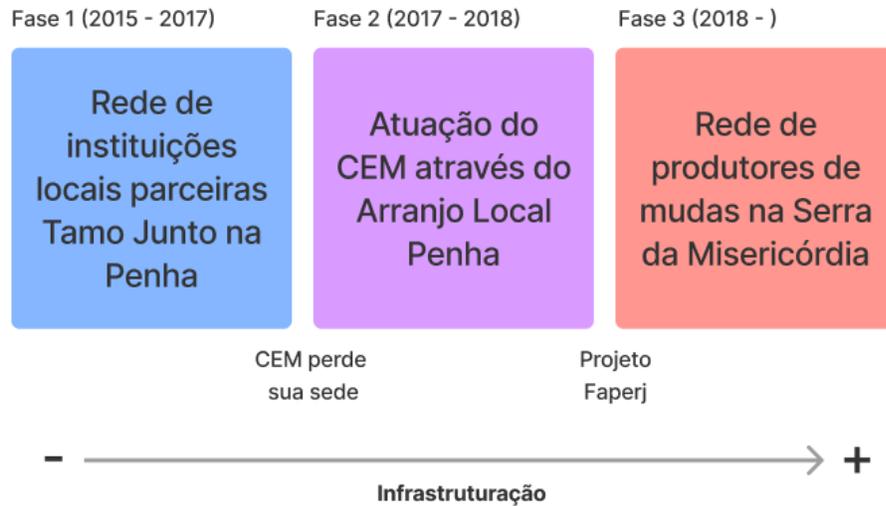
Fonte: Autor

O Arranjo Local Penha não mais envolvia parceiros apenas da Penha, como ainda de toda Serra da Misericórdia. Além do Arranjo Local Penha se confundir com as ações do CEM, foi se tornando um projeto do CEM de uma rede de viveiros, financiado pela Faperj.

2.2.4 Infraestruturação do Arranjo na gestão dos *commons* da Serra da Misericórdia

A primeira fase começou a partir do suporte da ASPTA ao CEM, com o intuito de trabalhar questões agroecológicas, como eixo principal de trabalho, junto com parceiros institucionais locais e moradores da Penha que já faziam parte de outra rede, chamada “Tamo Junto na Penha”. Quando o CEM perdeu a sua sede e repentinamente teve que sair da Penha, começou atuar por intermédio do Arranjo Local Penha de forma descentralizada, marcando o começo da segunda fase da rede. A terceira começa depois que o CEM ganhou um edital de empreendedorismo social, financiado pela Faperj, então o Arranjo Local Penha começou a se caracterizar como um projeto da rede de agricultores de mudas na Serra da Misericórdia.

Figura 27. Fases do Arranjo Local Penha



Fonte: Do autor

Na primeira e segunda fase, o Arranjo Local Penha fazia mais sentido para o CEM, para a ASPTA e para os parceiros que não eram da Penha, como Diego, Camille, Mariana e eu. Contudo, não havia tanta identificação pelos parceiros locais que não se consideravam como arranjo. Esses parceiros não entendiam que eles próprios faziam parte do Arranjo Local, que era mais percebido como o próprio CEM e, às vezes, como uma outra organização que atuava na Penha. Não havia um entendimento claro que um arranjo, em seu significado literal, só existia enquanto rede, no conjunto das ações da coletividade.

Já na terceira fase, quando, na elaboração do projeto para o edital da Faperj, Ana, Diego e eu nomeamos a proposta, como “Arranjo Local Penha”, uma nova configuração com um propósito muito mais específico começou a funcionar com esse nome. Nesse momento, acredito que o Arranjo Local Penha começou a deixar de ser compreendido como uma rede de parceiros, para começar a se institucionalizar como uma rede de agricultores de mudas na Serra da Misericórdia.

Percebo uma diferença clara de percepções sobre o que era o Arranjo Local Penha nessas duas fases. Não conseguíamos criar essa percepção de arranjo entre os parceiros em que todos articulam ações pela agricultura urbana e a soberania alimentar na Penha. Se as iniciativas não viessem do CEM e de seus parceiros externos, o Arranjo não existiria.

Já na terceira fase, o arranjo tinha uma forma mais definida, era uma organização ou um organismo. A partir do nome, e com esses parceiros da terceira fase, foi possível estabelecer uma identificação representando essa coletividade, um arranjo, efetivamente. Trabalhar em correspondência foi fundamental para manter a rede ativa.

A improvisação foi uma característica importante desse processo. O arranjo foi se formando a partir de redes instáveis e sensíveis às contingências locais. Em primeiro lugar, foi pela percepção da Ana Santos de que a rede Tamo Junto precisava de um direcionamento para avançar em questões agudas do território. Em segundo, a perda da sede do CEM foi um ponto muito delicado que demandou uma articulação sociomaterial mais elaborada para se manter ativa, e os designers parceiros puderam contribuir com as suas habilidades. As ações do Arranjo Local Penha foram acontecendo, não contra as dificuldades, mas a partir delas. Conseguir lidar com os problemas, se adaptar, em correspondência pelo imprevisto, foram questões que trouxeram outras dinâmicas, nem melhores nem piores, mas necessárias para continuar em fluxo naquele momento.

Ao longo das três fases do arranjo, percebo uma evolução na formação de estruturas sociomateriais para a gestão comum de um recurso, uma infraestruturação⁴⁵ (LODATO, 2018). Ao longo do tempo, foi sendo construída uma dinâmica de coordenação, cooperação e colaboração entre os participantes para a realização de atividades que se conectavam pela intenção do fomento à agricultura urbana e soberania alimentar na Penha e na Serra da Misericórdia.

Na primeira fase, a ideia do Arranjo Local não vinha da coletividade. Foi uma proposta do CEM sob influência da ASPTA. A mudança não veio do grupo, porém, de fora. A mudança de eixo de trabalho em direção à agricultura urbana deslocava o centro de trabalho comum, que se constituía nos recursos e na cultura da Penha, para um comum que era mais caro ao CEM, a preservação ambiental da Serra da Misericórdia. Enquanto, para o CEM, agricultura urbana, agroecologia e soberania alimentar eram temas centrais do seu trabalho, para a coletividade da rede Tamo Junto, formada também por escolas, creches, centros de assistência social, eram temas secundários. Ao mudar o propósito da rede, os parceiros começaram a deixar de se identificar como coletivo, e as ações ambientais do Arranjo Local Penha passaram a ser cada vez mais promovidas pelo CEM. Na segunda fase, é ainda mais evidente essa dinâmica, só que, desta vez, o CEM se estruturou junto com alguns parceiros, e a maior parte eram pessoas de fora da Penha, para articular essa rede em

⁴⁵ Optei por traduzir o termo “*infrastructuring*” para infraestruturação, para acrescentar ao léxico.

ações locais nas sedes dos antigos parceiros da rede Tamo Junto. A diferença da primeira para a segunda fase, na minha opinião, é que, diante de um outro comum, na Serra da Misericórdia e em um contexto menos favorável, por conta de o CEM não ter mais sede na Penha, foi necessária a elaboração de uma infraestrutura sociomaterial mais robusta, a fim de manter a conexão entre todos os parceiros.

Na terceira fase, o recurso comum que o Arranjo Local Penha geria eram mudas de plantas. A partir das mudas, era possível impulsionar a agricultura urbana na Serra da Misericórdia, mobilizar redes de trocas e gerar renda para a comunidade. A construção dessa rede por mecanismos, desde o início, envolveu todos participantes e, por isto, o engajamento e o reconhecimento, como rede, foram mais fortes.

Assinalo alguns mecanismos que foram importantes ao longo das três fases, para manter a rede articulada: manutenção do contato via redes sociais, atualização das ações, reuniões periódicas de atualização, troca e deliberação entre os participantes. À medida que o Arranjo foi crescendo, demandava-se mais envolvimento dos participantes.

A infraestruturação, nesse caso, foi construída de forma improvisada, com envolvimento, correspondência e vivência dos problemas.

Em 2022, no entendimento que o referido nome não representava esse empreendimento, ele foi alterado para “Sementes Urbanas: produtos agroecológicos”. Retomando o nome, utilizando o *workshop* de design dos viveiros e, com essa mudança, o Arranjo Local simplesmente deixou de existir no imaginário daqueles que realizavam atividades em seu nome e voltou a ser aquilo que a ASPTA havia concebido que fosse – um arranjo de parceiros e ações.

2.3 Primeiras ações no EDI Maria de Lourdes

Meu primeiro contato, protagonizando uma atividade na Penha, foi desafiador. Para começar a realizar atividades, precisei estabelecer vínculos com as pessoas e com o local. A aproximação foi o primeiro impulso transformador e requer um cuidadoso envolvimento para se tecer nós de um processo relacional. Descrevo minha experiência na Escola de Desenvolvimento Infantil Maria de Lourdes Ferreira (EDI), uma creche da prefeitura, localizada na Penha Circular, em frente ao Parque Ary Barroso.

Fazer atividades no EDI foi a minha porta de entrada na Penha. Um modo de me aproximar das pessoas e do território, que começou com a visita frequente para conhecer os lugares, aprender o

nome das pessoas e delas ganhar confiança. O começo do trabalho foi lento, pois demanda tecer vínculos com as pessoas, os lugares, as coisas, visando a entender como tudo se articula. Aos poucos, comecei a aprender, entender e perceber como vivem as pessoas. No momento que eu estava ali em convívio, estabeleci laços, baseados no local, com as condições que ali estavam dadas. Nos atos mais simples, subindo escadarias longas e tortuosas, pegando um mototáxi, conversando com um morador, tomando um suco de laranja na padaria e, em um caso mais extremo, mas não menos cotidiano, me refugiando dentro da creche, ao escutar um tiroteio ao longe.

Figura 28. Primeiro encontro no EDI



Fonte: Do autor

Fui ao EDI pela primeira vez para uma reunião, no final de 2017, articulada pela Ana Santos, com a direção e as professoras, para o intuito de entender como poderia se desenrolar uma parceria com o Arranjo Local Penha. Esse EDI é uma creche privilegiada pela ampla área livre, com árvores, brinquedos, chuveiros e, até mesmo, uma horta que foi construída pelo CEM. Além de apresentar o Arranjo Local e o CEM, queríamos entender quais as demandas elas tinham em relação a um trabalho com agroecologia, e ouvimos, naquele dia, que a melhor opção seria disponibilizar conteúdo sobre o meio ambiente para as professoras prepararem as aulas para as turmas.

Uma vez por mês, eu visitava o EDI. Naquele ano, me dispus a me envolver com a creche. Se eu não impusesse um limite, como voluntário, terminaria assumindo mais compromissos do que poderia arcar, eis que demandas não faltavam, e a incansável Ana estava sempre criando projetos e abrindo caminhos de trabalho.

Figura 29. Horta no primeiro ano no EDI



Fonte: Do autor

Então, direcionei minhas ações no desenvolvimento da horta com as crianças, a começar pela sementeira, pelo cuidado diário, por conhecer o que estávamos plantando e colher frutos. Passei praticamente um ano frequentando a creche, entretanto ainda inseguro em certas ocasiões, sem vontade, com dificuldade de programar atividades com a diretora e as professoras. Também, às vezes, chegava tarde e não fazia atividades ou as realizava muito rapidamente e não conseguia atender às muitas turmas. Faltava um pouco de vontade e confiança. A Penha ainda era "distante" no meu imaginário.

Nesse período, a pessoa de quem mais me aproximei foi a Helena, funcionária da limpeza, que cuidava da horta da creche. Essa não era uma das suas atribuições de trabalho, ela fazia por vontade própria. A relação com o plantar, para ela, vem da mãe que plantava na roça. O gosto pelo cultivo de plantas, para Helena, vem de um elo afetivo com a infância, passado e antepassados. Nos fundos da creche, ela possuía um pequeno espaço improvisado, com mudas plantadas de sementes de sobras da cozinha. Na horta principal, ela regava, plantava algumas coisas e colhia para comer no almoço. Mas, de certa forma, evitava fazer grandes mudanças nos canteiros, pois o sentimento era de que eu coordenava a horta. Ainda que eu tentasse dar a ela os créditos pelo trabalho, incentivá-la a fazer as coisas do seu jeito, existia um sentimento de submissão por sua parte em relação a mim e,

ao mesmo tempo, uma relação de poder em relação às colegas de trabalho. Como ela cuidava da horta e não tinha a colaboração das colegas em sua manutenção, não permitia que elas mexessem nas plantas.

Figura 30. Helena na Horta do EDI



Fonte: Do autor (2018)

Tentei me aproximar de outras funcionárias, principalmente, as da cozinha. Tinha vontade de tentar introduzir um pouco mais de diversidade na alimentação das crianças. Procurei também entender essa possibilidade, acompanhando a rotina das refeições, mas não ousei propor mudanças, por receio de dar trabalho extra para as cozinheiras. Todas as refeições são pré-determinadas pela prefeitura, seguindo cardápio mensal, de acordo com os alimentos disponibilizados pela administração do município. As refeições são baseadas em proteína e carboidrato, carne, arroz e feijão, massa, batata, raramente acompanhadas por uma salada. No caso específico deste EDI, havia um problema na cozinha para armazenar alimentos frescos, já que não havia geladeira suficiente, e os alimentos acabam estragando. Como eu recolhia os resíduos orgânicos para fazer compostagem, diversas vezes, encontrei quantidades enormes de alimentos inteiros jogados fora, porque haviam estragado. Tanto a parte da alimentação quanto do desperdício eram questões, para mim, incômodas

e precisavam ser trabalhadas, enquanto, para as cozinheiras, as coisas eram e seriam assim mesmo, ou seja, tudo seria feito da forma como estavam acostumadas.

Friso isso para destacar que esse era um incômodo meu, não querendo insinuar um descaso com questões ambientais, contudo, para reforçar que qualquer proposta de mudança vindo de fora não era necessariamente uma solução, mas um problema e que ninguém, nem a direção, nem a prefeitura, nem as cozinheiras pediram para mudar ou pensar sobre isso. No fundo, esse é um problema de políticas públicas que vai das condições de trabalho às diretrizes da produção das refeições pelo município. Uma possível pauta para o Consea-Rio, no qual o CEM faz parte e luta pela comida de verdade em diversas esferas.

2.3.1 A festa da creche

No meio de 2018, a diretora da Escola de Desenvolvimento Infantil Maria de Lourdes Ferreira (EDI) me convidou para participar da festa anual. Todo ano a diretora, educadoras e funcionárias organizam uma grande festa para os pais, com apresentações artísticas das crianças, muita comida, sorteio e brincadeiras. O tema do ano era “meio ambiente”, e a diretora me pediu para preparar alguma comida para servir aos pais a partir de reaproveitamento de sobras de cozinha. Pensei bastante no que poderia cozinhar que fosse atrativo para uma festa e que pudesse usar. Não foi muito fácil obter a informação de quais alimentos não eram aproveitados no dia e que, portanto, estariam disponíveis. Pensei, então, que a receita precisaria comportar qualquer tipo de alimento disponível. Concluí que torta fria e bolo seriam boas opções, pois poderia usar cascas e talos de quase qualquer coisa nestes preparos.

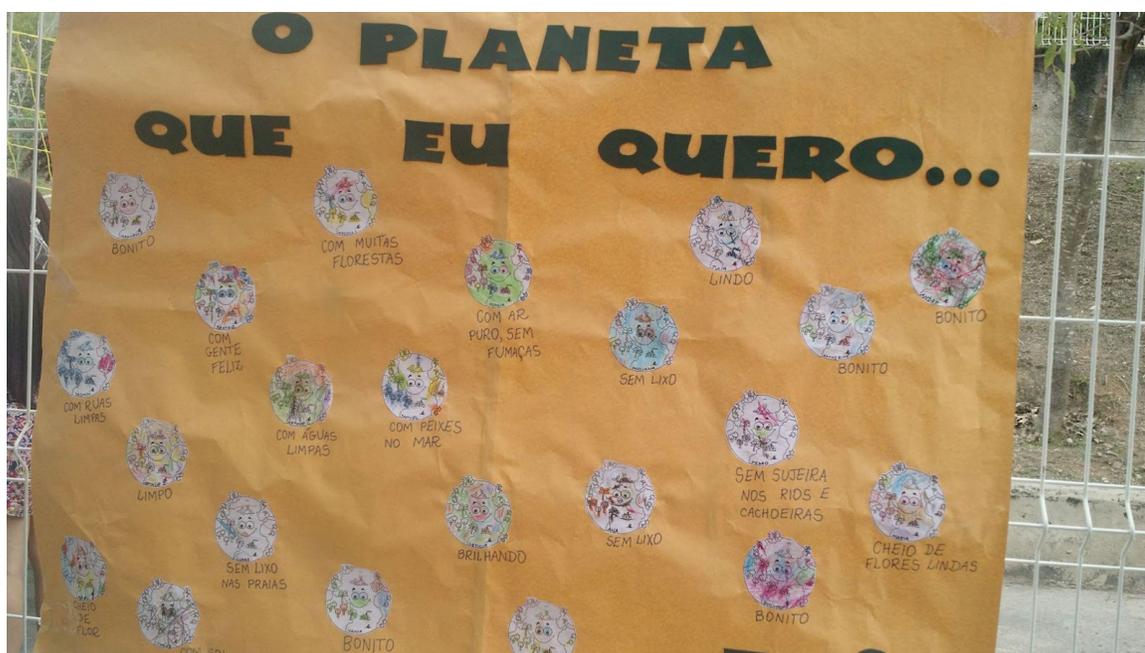
No dia do preparo, chegando à cozinha, as cozinheiras estavam cozinhando os lanches para a festa, e eu terminei atrapalhando o trabalho delas, por ter que revezar o uso dos equipamentos. A situação se agravou pelo meu despreparo e falta de experiência em fazer tortas e bolos. O preparo levou muito mais tempo do que o esperado para ficar pronto, e a diretora teve que levar as travessas dos bolos para assar em casa. No ano seguinte, a diretora me proibiu de preparar qualquer atividade para a festa que envolvesse o uso da cozinha.

No dia da festa, cheguei no meio da manhã ao EDI, os quitutes já estavam sendo servidos. Tinha produzido panfletos, para divulgar as receitas e o projeto do Arranjo Local Penha. Passei a

manhã oferecendo os pratos e divulgando o projeto e as receitas. O bolo teve boa saída, visto que, apesar de abatimado, havia um pretexto para ser diferente, já que utilizava sobras de alimento.

Durante a manhã, fui notando que, apesar do tema ser meio ambiente, tudo era servido em pratos e talheres descartáveis, não havia preocupação em fazer a separação adequada do lixo, e, no fim, a produção de lixo foi enorme. O meio ambiente ficou no discurso, como um tema bonitinho, para crianças dançarem e cantarem, porém, na prática, não se realizou.

Figura 31. Um dos painéis criados pelas crianças para o evento



Fonte: Do Autor (2018)

O meio ambiente continua sendo uma ideia distante, ou seja, as pessoas reconhecem sua importância, porém não percebem que é preciso agir no dia a dia para a sua preservação. É mais ou menos assim que o tema da sustentabilidade é tratado de maneira geral. Na primeira situação, as receitas que eu preparei eram bolos comuns, feitos com ingredientes industrializados, como farinha, açúcar, ovo e fermento, apenas utilizando algumas sobras de alimentos não aproveitados. Tirando a redução de desperdício e o acréscimo de alguns nutrientes aos bolos, todo o resto é convencional e continua sustentando uma cadeia insustentável de alimentos e de práticas alimentares. Na segunda parte, a festa, como um todo, observa-se que há um descolamento entre discurso e prática,

consequentes de um não entendimento de que todos nós estamos e somos parte do meio ambiente e que o nosso modo de vida leva à degradação tanto local quanto de lugares que não são visíveis na cidade, como florestas, rios e a Serra da Misericórdia!

Essa alegoria não é uma crítica às professoras da creche propriamente. Elas prepararam uma festa muito bonita e importante, e, certamente, não é fácil organizar um evento levando em conta essas preparações ambientais. A verdade é que não sabemos bem quais são critérios para termos um evento ecológico. Quando temos que lidar com questões diárias, a sustentabilidade vira um contorcionismo, visto que as estruturas sociais, culturais e econômicas travam ações mais eficazes. Ou as alternativas são difíceis de achar ou são muito caras.

Nas realizações do design para sustentabilidade, isso não é diferente. O primeiro exemplo é uma falha de design ou do designer literalmente, que reciclou alguns ingredientes e adicionou uma receita convencional. O projeto continua usando materiais que exploram recursos naturais, adicionando um "esmalte" sustentável que, muitas vezes, é mera estratégia mercadológica. O segundo caso é um problema da dicotomia entre cultura e natureza, desenvolvida na modernidade, que leva a um "cultural" alimentado por um modelo de sociedade a partir do consumo e da exploração ambiental, para suprir todas as vontades humanas e uma natureza distante a ser dominada e explorada.

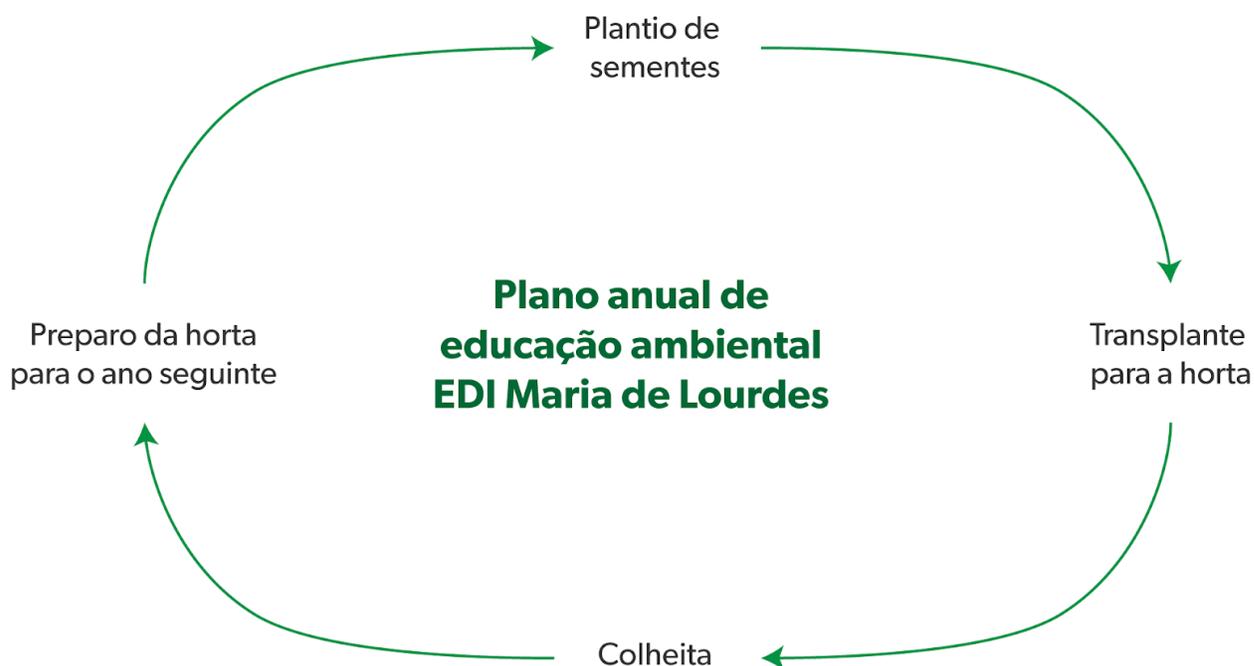
Assim como observamos que a questão alimentar passa por políticas públicas melhores, aqui percebemos outro problema, que é estrutural, e pode ser trabalhado a partir da educação ambiental. Nesse sentido, a creche é o ambiente ideal para começar essa formação ambiental, demonstrando às crianças, desde cedo, que todos somos natureza. Ainda, e isso aprendi com a Ana Santos, que as crianças, além de levarem para a vida, levam para casa esses aprendizados, inspirando toda família.

2.3.2 Um plano de aula em dois anos

No final de 2018, a partir das experiências vividas, elaborei um esboço de como poderia ser minha atuação em 2019 no EDI Maria de Lourdes. A proposta consistia em usar o ciclo da horta como estrutura para realização das atividades. No início do ano, pensei em começar o preparo do solo e o cultivo das mudas; no outono, o plantio das mudas na horta; no final do inverno e ao longo da primavera, fazer a colheita dos alimentos; e, no final do ano, um pouco antes da escola fechar, o desmonte da horta e preparo de uma boa cobertura vegetal para proteger o solo do verão quente e,

para que, no início do próximo ciclo, o solo estivesse adubado para começar o trabalho de novo, com novas turmas de crianças.

Figura 32. Esboço do planejamento de atividades para 2019



Fonte: Do autor (2021)

No ano seguinte, a minha relação com a creche mudou. Já havia completado todas as disciplinas do doutorado, o Arranjo Local Penha havia ganhado um edital da Faperj para implantar viveiros de mudas e composteiras na Penha, e eu estava disposto a aumentar minha disponibilidade para acelerar as atividades. No mesmo período, a diretora entrou em licença maternidade e foi substituída por duas outras. A minha relação com ambas fluiu bem desde o início, em parte pela minha disposição de me envolver mais e também pela disponibilidade delas tanto para ouvir minhas propostas como para demandar atividades. Mantivemos contato via *Whatsapp* em um grupo chamado “EDI Arranjo Local”, no qual fomos construindo juntos um programa semanal de atividades ambientais na creche.

Figura 33. Ações se intensificam em 2019

Fonte: Do autor (2019)

Comecei a ir toda semana à creche. A distância não era mais um incômodo, pois já estava acostumado. Acordava cedo e pegava um ônibus que levava uma hora para chegar. No caminho, ia planejando o que ia fazer, refletindo sobre o meu fazer. Na volta, escrevia o diário do dia, registrando as principais coisas que aconteceram, as impressões e análises da situação.

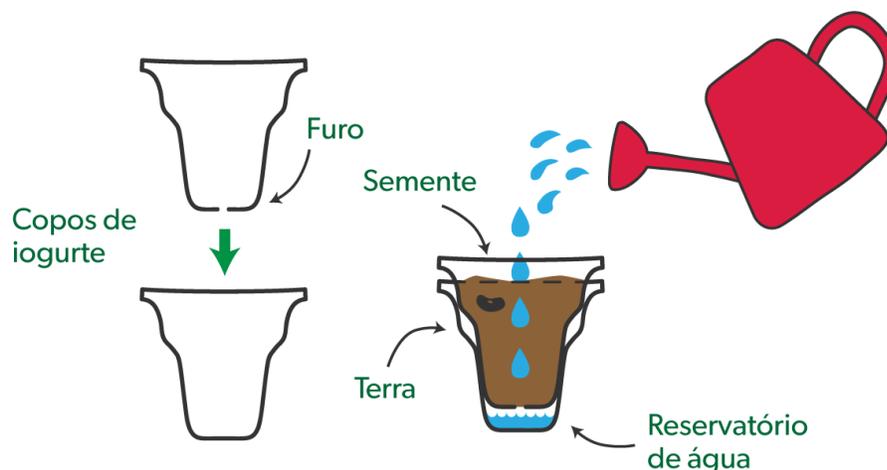
Meu plano era todo ano recomençar a horta, fechando um ciclo e iniciando outro. Assim, as crianças poderiam acompanhar, desde o início, o processo de agricultura. Como a escola fecha durante o verão e não há ninguém que cuide da horta no período mais delicado, este foi mais um motivo para que as coisas fossem feitas dessa maneira. Começaríamos o ano plantando sementes, para produzir mudas, que depois iriam para a horta e fecharíamos o ano preparando o solo. Logo depois da colheita, deixaríamos a terra se regenerando para o início das atividades no ano seguinte.

A primeira atividade do ano foi plantar sementes em copos de iogurte. Escolhi plantar as mudas em copos de iogurte, devido à enorme quantidade de copos disponíveis na creche, também inspirado no já bem difundido cultivo de feijão no algodão em copos de iogurte, muito praticado em

escolas (pelo menos de Porto Alegre, onde passei a infância). Visitei cada sala de aula, propondo a atividade. Com o tempo, fui aprendendo a falar com as crianças. No início, tinha que fazer um esforço muito grande para me comunicar, pois ainda não havia dominado a forma da comunicação para este público.

Cada criança tinha um copo com o seu nome. Junto comigo e as professoras, quatro turmas da pré-escola plantaram diversas sementes, como tomate, manjerição e espinafre da Amazônia. As crianças ajudavam a colocar terra e a semente no copo. Claro que realizavam esta atividade com muita sujeira, terra no chão, na mesa. As crianças queriam fazer tudo ao mesmo tempo e mostrar o que estavam fazendo. Tudo junto!

Figura 34. Esquema de montagem dos vasos de copo de iogurte



Fonte: Do autor (2022)

O “vaso” era composto por dois copos. Um copo dentro do outro, sendo o copo de dentro, furado, criando um reservatório de água entre os copos, para garantir que as mudas tivessem umidade e aguentassem dias sem rega e finais de semana. Os copos ficaram em sala de aula para as crianças e as professoras acompanharem o crescimento das mudas. Instruí as professoras como fazer a rega: molhar todos os dias, conferir se a terra estava úmida (nem encharcada nem seca) e retirar o excesso de água do reservatório. Com o tempo, algumas mudas se desenvolveram, e outras

morreram, o que é normal. A taxa de germinação das sementes nunca é de 100%, e a muda é muito sensível e demanda cuidados constantes.

Figura 35. Plantio de sementes em copos e caixas de leite



Fonte: Do autor (2019)

Nessas ações com as crianças, poderíamos ter nomeado as mudas, o que teria sido bastante importante. Ao mesmo tempo que se proporciona o senso de cuidado, pode-se criar o sentido de posse sobre a planta (e sobre a natureza) e, ainda, causar frustração na criança de ver a sua muda morrer. Sem nome, as plantas seriam de todas as crianças, e o senso de cuidado seria coletivo. Importante destacar que as professoras não tinham o domínio e a prática de cuidar de plantas, e sim de crianças, mais um fator que não contribuía para a sobrevivência das plantas. Sensibilizar as professoras também era uma tarefa desse processo de troca.

No final, tivemos muitas mudas para plantar. O professor Pablo, da turma de tarde, preparou um canteiro e plantou as mudas de tomates que já estavam bem desenvolvidas. Ele tem o hábito de plantar, visto que tem canteiros em casa. Foi ótimo ver o professor tomando a iniciativa. Dando as ferramentas, os professores saberiam melhor que ninguém preparar atividades. A parceria é um processo de aprendizado para todos os envolvidos. Nesse sentido, as crianças têm os primeiros contatos com educação ambiental, os professores ganham novos recursos de atividades em aula, e o educador ambiental aprende como trabalhar com crianças e professores.

Figura 36. Canteiro de tomate cereja plantado pela turma do professor Pablo



Fonte: Do autor (2019)

Eu estava aprendendo a trabalhar com aquelas crianças e as professoras e, ao mesmo tempo, todos nós estávamos aprendendo a lidar com as plantas. Não apenas com crianças, professoras e plantas de modo geral, mas, especificamente, com aquele grupo e as relações que essa conjunção trazia. Aprendemos a lidar com cada turma, cada professor e com os tipos de plantas. Uma muda de tomate, por exemplo, pede diferentes cuidados, diferentemente de uma muda de espinafre da Amazônia. Ainda mais considerando a interação entre cada planta e o seu entorno, o tipo de solo, os insetos, bactérias, fungos e as crianças!

Ainda tínhamos algumas mudas que não haviam sido plantadas. Estávamos chegando perto da festa anual do EDI, e o tema do ano era "fazer o bem sem olhar a quem". No ano anterior, o tema tinha sido "meio ambiente" e preparei bolos, utilizando sobras de alimentos da cozinha⁴⁶, como já havia mencionado. Esse ano elas pediram uma atividade diferente, pois a do ano passado não funcionou muito bem e atrapalhou as cozinheiras. As diretoras sugeriram fazer alguma atividade na horta, para divulgar o nosso trabalho.

⁴⁶ Conteí essa história na seção anterior, sobre a festa da creche.

Figura 37. Samuel e as crianças regando o canteiro sob supervisão da professora



Fonte: Do autor (2019)

Na mesma época, estávamos começando a etapa de sensibilização da comunidade sobre o projeto da Faperj⁴⁷, fazendo oficinas de cultivo de mudas e entregando folhetos sobre o projeto e mudas para a população em diversos eventos locais. Decidi fazer a atividade de doação de mudas no dia da festa. Como as mudas já tinham nomes, cada criança entregou a sua muda para dar de presente à família.

O evento foi uma grande oportunidade para divulgar o projeto na região e conversar com as famílias. Há muitas pessoas interessadas em plantar em casa. Há a avó que planta, as hortas de janela e varanda, as famílias que queriam levar mais mudas de outra variedade para parentes queridos. Crianças brincavam de plantar mais mudas, para levar para casa. Não alcançamos nenhum interessado para o projeto, mas tive a certeza de que as pessoas na região se interessavam por plantar. A atividade foi muito bem recebida por todos – pais, crianças, professoras e funcionárias da creche – e, aos poucos, fui me tornando consultor para assuntos de horta no EDI.

Na semana do desenvolvimento sustentável, propus fazer suco verde para as crianças, aproveitando talos, folhas e frutas. O objetivo da atividade era fazer as crianças interagirem com frutas e verduras e preparar uma bebida diferente e saudável. A ideia inicial era só oferecer uma

⁴⁷ Estávamos procurando moradores interessados em receber um dos viveiros de mudas, para integrar a rede de agricultores que estava sendo formada por nós.

bebida saudável, aproveitando sobras de alimento. Conforme fui realizando a atividade, o discurso foi mudando – de bebida saudável, vitaminada e de sobras, para a importância de experimentar comidas, para saber se cada um gosta ou não. Isso só aconteceu, à medida que a atividade foi sendo repetida em cada turma, conforme a resposta das crianças. O resultado foi muito positivo: algumas crianças detestaram, outras amaram e quase todas experimentaram.

Entretanto, a cada ida ao EDI, a situação era diferente. No início, era mais difícil, mas fui me acostumando a deixar a atividade semiaberta para improvisações, pois já sabia que as condições mudavam: o espaço, os recursos (utensílios, ferramentas, alimentos), assim como a disposição e interação das crianças. Na atividade do suco, por exemplo, mudei de lugar para realizar a atividade. Na parte da manhã, a oficina foi na cantina e, na parte da tarde, na cozinha do segundo piso. À proporção que os ingredientes iam terminando, a receita do suco verde ia mudando.

Figura 38. Anos mais tarde a receita do suco verde foi publicada no Instagram do Arranjo Local Penha



Fonte: Instagram Arranjo Local Penha (2020)

Os laços possibilitaram uma relação mais próxima, e o trabalho continuado permitiu planejar atividades futuras. No final de 2018, já tinha um plano esboçado de como poderia ser o planejamento anual das atividades de educação ambiental na creche. Ao longo de 2019, fui experimentando essas atividades sem um cronograma muito fixo e fazendo acontecer em relação ao que ia acontecendo ao longo das semanas. No final do ano, já elaborava planos de ampliação da horta e a instalação de um dos viveiros do projeto Faperj. Levou dois anos de trabalho e aproximação, para eu ter uma noção mais clara de um plano de atividades na creche. Um plano

construído em muitas idas, muitas trocas e muitas mãos, galhos, patas etc. Só foi, a partir de todo o processo, que consegui elaborar um plano de conteúdo, para atender à demanda das professoras na primeira reunião que tivemos em 2017.

Figura 39. Plano Anual de educação ambiental EDI Maria de Lourdes e as atividades realizadas durante 2019



Fonte: Do autor (2021)

O tempo das relações profundas que resultam em parcerias significativas parece ser mais lento, diluído nos encontros e atividades. O nível de dedicação e presença também são elementos importantes para se destacar. Se, no primeiro ano, não me dedicava com afinco às atividades, no segundo, colhia frutos da minha dedicação. Como meu envolvimento foi aumentando,

proporcionalmente, as relações foram ficando mais complexas. Uma memória relacional ia sendo formada e trabalhada a cada semana.

A agricultura e o meio ambiente tornaram-se assuntos semanais na creche. Minha presença frequente na Penha, realizando atividades agroecológicas com as crianças ou com a compostagem ou os viveiros, começou a ser notada, graças também à divulgação das atividades nas redes sociais. Além do EDI, comecei a fazer atividades na Arena Dicro, que fica em frente à creche, no CEM e no CRAS Carlos Drummond de Andrade.

Poderia sugerir o elemento “tempo” para aqueles que pensam em termos de correspondência, tal como Ingold (2016) propõe. Há uma questão dos tempos que se articulam. Existem diferentes tempos para estabelecer essas relações. As pessoas têm ritmos diferentes. Se, no início, estava tímido e sem confiança, as coisas se moviam em um tempo mais lento (do meu ponto de vista); quando o acelerei, mobilizei minhas relações com mais envolvimento. Paralelamente, o tempo que os outros viviam ali seguiam outros calendários, disposições e envolvimento.

2.4 Toda comunidade pratica o design de si mesma

Já havia uma organização em andamento na Penha, conforme observamos ao longo das seções deste capítulo. Primeiro, uma articulação de ambientalistas em defesa da Serra da Misericórdia e a agroecologia como grande inspiração para suas ações. O CEM se configura a partir dessas mobilizações em rede e começa a formar suas próprias redes de apoio, como o Arranjo Local Penha. A comunidade vai se desenvolvendo, de acordo com as situações. Não tem um projeto delimitado, mas um processo em correspondência, atendendo a um presente, segurando os problemas, uma construção coletiva, composta de muitas linhas que se envolvem.

É difícil definir os limites dessa comunidade, assim como é difícil definir os limites da Serra da Misericórdia. Com base no que apresentei, gostaria de “nuançar” essa afirmação de Escobar (2016), isto é, que toda comunidade pratica o design de si mesma, defendendo a autopoiesis como modo de organização, fechado em si, mas em diálogo com o exterior. A comunidade pratica um design em relação, em rede, para constituir sua identidade e suas formas de trabalho. A própria ideia de comunidade não é bem delimitada. Nos aproximamos então de Haraway (2016), quando critica a ideia de autopoiesis, para sugerir que nosso modo de ser no mundo é simpoiético. Estamos sempre fazendo com, lidando com as emergências diárias, as trocas, as tensões, as fricções, entretanto, sempre abertos e em rede.

A comunidade se constrói também na diferença, na luta. A Serra da Misericórdia dos ambientalistas não é a mesma da pedreira e do município, no entanto se faz na disputa de sentidos. Também se forma pelas parcerias, mas essas não são dadas *a priori* nem determinadas. A identidade é formada pela rede contingente, pela composição que se fez e desfez ao longo do tempo. O Arranjo Local, ao longo de suas três fases, foi se adaptando às chegadas e saídas de parceiros.

O conhecimento especializado também é importante e necessário e pode trazer contribuições à comunidade, desde que atuando em rede. Os designers que chegam nesse processo precisam entender o que está acontecendo, o que as pessoas fazem e como se comunicam. É preciso entender que a rede está sempre lidando com as emergências e precariedades do dia a dia, que o tempo do projeto não é o mesmo do processo. O tempo do projeto não é o mesmo dos parceiros e nem é um tempo linear, sem atravessamentos. O processo demanda envolvimento, comunicação, correspondência, e isto demanda mais tempo. Um designer tem contribuições importantes para essas composições comunitárias, mas não é pelo projeto. É muito mais pelo processo, pela troca, pela vivência.

No momento que designers começaram a fazer parte da construção do Arranjo Local Penha, observo uma influência na articulação do Arranjo que não veio necessariamente da intenção direta de organizar processos coletivos, mas da própria habilidade treinada de designer na realização de ações na Penha. Camille, durante sua pesquisa de doutorado na Roda de Mulheres da Clínica da Família, trouxe ferramentas cartográficas de mapeamento e produção de sentido para ao autocuidado (MORAES, 2021). Diego, com sua experiência em design de serviço e design para inovação social, durante o mestrado, utilizou ferramentas de *business model canvas*, para mapear a atuação do CEM, depois organizou uma oficina para projetar os viveiros de forma participativa, projetou vasos de plantas, junto com Ana que desenhou muitos esquemas de modos de organização do CEM, do Arranjo Local, da rede de viveiros. Eu trabalhei na criação de peças de comunicação e na gestão participativa da construção da rede de agricultores.

O projeto, na terceira fase do Arranjo Local Penha, teve forte influência de processos de design, por designers com muito envolvimento na comunidade, que já conheciam o território, os parceiros e as suas dinâmicas. Esses designers faziam parte dessa comunidade mesmo não sendo da comunidade.

A comunidade é capaz de praticar o design de si mesma, sem dúvida, mas nunca fechada em si mesma. Esse fazer acontece em rede, seja com parceiros de outros lugares, seja com o território, as

plantas e os animais que ali habitam. A potência das ações vem desse fazer entramado, e é o que Ana Santos chama “dos sonhos que sonhamos juntos”.

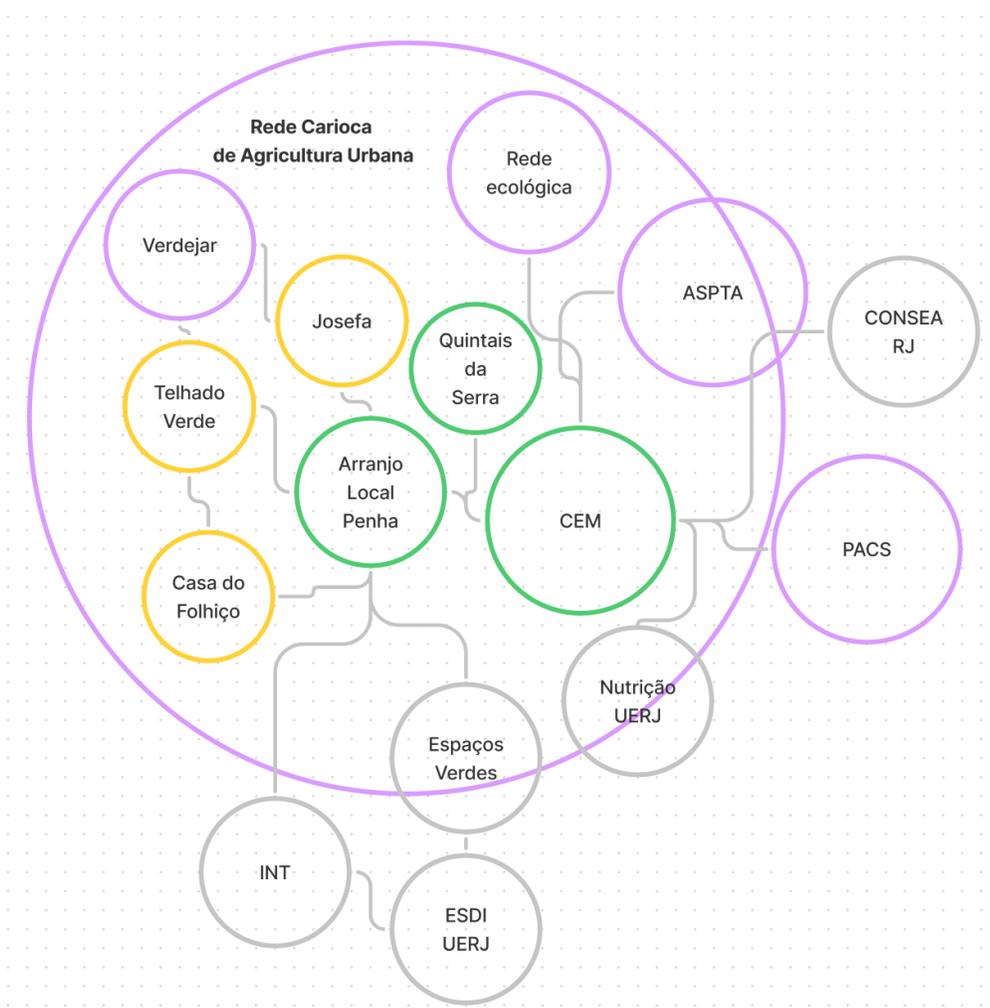
2.4.1 Comunidade ou composto?

O que essas redes proporcionam são arranjos relacionais de um conjunto de parceiros heterogêneos, vindos de diferentes contextos e lugares, com interesses e noções diferentes sobre o que podem ser ações pela agricultura urbana e soberania alimentar na Penha. A comunidade da Serra da Misericórdia é uma rede emaranhada de redes de cooperação, é um ponto de convergência desse emaranhado. Redes são instáveis, voláteis, não tem forma clara, estão sempre em articulação, e as uniões não se dão por contratos ou compromissos, mas por ações, articulações e comprometimento.

Ao falar sobre inovação social em seu último livro, Manzini (2016) afirma que o local é a interface com o mundo todo: um ponto de vista, do mundo como nós vemos de onde nós estamos, e um ponto de ação, uma ação no mundo que nós somos capazes de realizar de onde nós estamos (MANZINI, 2016). Essas inovações movimentam o que Murray (apud MANZINI, 2016, p. 15) denomina “uma economia social”, caracterizadas pelo:

uso intensivo de redes distribuídas para manter e gerenciar relacionamentos, ajudados por banda larga, celular e outros meios de comunicação. Limites borrados entre produção de consumo. Uma ênfase em colaboração e em interações repetidas, cuidado e manutenção em vez de consumo único. Um papel forte para missão e valores (MANZINI, 2016, p. 15).

Figura 40. Algumas redes do CEM



Fonte: Do autor (2022)

Nem todos os atuantes nessa rede habitam a Serra da Misericórdia. Posso dizer que alguns atuantes orbitam a região. São atuantes transitórios que se envolvem em frequências diferentes, vêm e vão por longos ou curtos períodos e não vivem a vida da comunidade no cotidiano, mas participam da luta pela construção desse modo de vida agroecológico. São parceiros que vivem em condições semelhantes ou não.

Vivemos em mundos híbridos em que parte da nossa experiência é mediada por sistemas digitais. Não há como separar mundos físicos dos digitais. O que chamamos de redes são entramados relacionais rizomáticos, miceliais, que não têm começo, nem fim, nem ponta. São nós instáveis que aproximam parceiros em âmbitos locais e virtuais. A distância não é mais um

impedimento para atuação no território, e os parceiros conseguem agir e trocar, mesmo distantes, comunicando-se virtualmente. Cada parceiro é uma rede por si só que forma redes maiores. A rede, formada pelo Arranjo Local Penha, não é apenas territorial. A rede é também virtual e estava unida por propósitos comuns, contudo, por ações e interesses diferentes, e a comunidade se entrelaça virtualmente.

O Arranjo Local Penha foi sendo “compostado” a partir de camadas de interação, relação, ação, com parceiros e espaços de diferentes segmentos, escolas, creches, hospitais, assim como estruturas de ação. A rede de viveiros foi ganhando sentido nesse processo de modo intencional, mas, ao mesmo tempo, orgânico. Não foi somente o nome que estabelece o que constitui o arranjo, porém, a construção de sua infraestrutura, e assim é o caso da Serra da Misericórdia

Retomando a elaboração simpoiética de Haraway (2016), posso dizer que a comunidade é mais um composto do que uma comum-idade. Não há unidade. São as diferenças que fazem esse composto fértil e produtivo. Nessa perspectiva, o conhecimento produzido não é nem especialista nem exterior. Ao mesmo tempo, não é um conhecimento que se produz alheio a conhecimentos especialistas e exteriores. Esses conhecimentos estão sempre em contato e interação, fazendo junto, fazendo cidade, disputando cidade. O especialista, que se propõe a fazer com, precisa entrar no ritmo na comunidade, praticamente entrar na comunidade, fazer parte desse composto.

3 CODESIGN COMO COMPOSTAGEM

3.1 Primeiros passos da rede de agricultores de mudas

3.1.1 Planejamento

Quando começamos um projeto, qualquer que seja, de design, de pesquisa, de vida, buscamos desenhá-lo da forma mais perfeita e organizada. Tudo se encaixa e faz sentido. O método é claro, e os passos, bem encadeados. É uma premissa comum no projeto justamente antever o seu desenvolvimento, para evitar que mudanças desviem demais o curso ou, até mesmo, para que seja possível corrigir o curso, sem grandes perdas. Mudanças costumam ser vistas como problemas, obstáculos a serem superados, para que o desenvolvimento do projeto seja um sucesso. Nessa situação, o designer é um solucionador de problemas, bem ou mal definidos, mas ainda problemas, antevistos, aguardando por soluções em forma de sistemas, produtos ou serviços.

Há pouco espaço para interferências das pessoas envolvidas, para a aplicação repentina de novas ideias e o atravessamento de outro projeto no caminho. E se tudo isso fizesse parte do projeto? Se não fosse entendido como um obstáculo, mas, sim, como uma possibilidade de enriquecimento responsivo do processo? Por que não poderia ser esperado, e desejável, que situações abrissem caminhos que envolvessem outras pessoas e coisas no projeto? Em projetos participativos e comunitários, é fundamental o entendimento de que o processo é mais importante que o resultado. Ou melhor, o projeto é um processo sujeito a todo tipo de atravessamento e as "soluções" são temporárias e inacabadas.

Essa ideia já foi exposta por Ventura (2016) em sua pesquisa de democratização da democracia em espaços públicos a partir do design. O tipo de experiência local e a territorialidade no espaço urbano apontam para a necessidade de constantes transformações e atualizações das práticas e processos projetuais.

Isso significa compreender que o tempo desses processos está numa perspectiva diferente da linear de pressupõe começo, meio e fim. Significa também colher as divergências e contingências do campo de trabalho como aspectos positivos no sentido de nos convocar constantemente uma percepção reflexiva e autocrítica de nossas práticas e processos a fim de construir espaços de diálogos abertos e convidativos e de garantir a participação ampla e democrática de todos os envolvidos (VENTURA, 2018, p. 143).

Ao longo desse período, várias mudanças aconteceram no projeto da rede de agricultores de mudas, algumas delas, por conta da pandemia da Covid-19. Essas mudanças levantaram questões sobre minha abordagem e evidenciaram a importância da correspondência (INGOLD, 2016). Valorizar mais o processo do que o projeto em si implicou mais atenção e responsividade do designer às circunstâncias. Assim sendo, foi possível agir para que tais transformações fossem entendidas como parte do processo, e não como obstáculos a serem superados.

Começamos com um projeto. No final de 2018, Diego, Ana e eu submetemos uma proposta de pesquisa para um edital de fomento ao empreendedorismo social da Faperj. Elaboramos um cronograma com etapas bem delimitadas e com as tarefas, objetivos, metas, desafios, justificativa, embasamento teórico, orçamentos de cada uma e do conjunto dessas etapas. Um projeto feito às pressas, é verdade, entregue literalmente nos últimos minutos do prazo de encerramento, mas que delineava um caminho claro para seguirmos.

Escolhemos uma abordagem participativa para realizar o projeto por entender que, ao envolver os moradores desde o início, teríamos mais chance de compreender a realidade local, as condições de cada um e mais facilidade de criarmos juntos essa rede. Pela experiência metodológica de codesign e dos laboratórios de design, utilizada no WSU, tínhamos o entendimento de que a abordagem colaborativa deveria orientar o projeto como um todo.

A metodologia do projeto foi dividida em quatro etapas: 1) Planejamento/diagnóstico; 2) Implementação; 3) Acompanhamento; e 4) Documentação e continuidade. A primeira etapa, a de proposta do projeto, tinha como propósito nos aproximarmos do território, para conhecer possíveis locais e participantes, a partir de divulgação do projeto em canais de comunicação, bem como as atividades a serem realizadas no projeto. A avaliação do território seria feita a partir de visitas, contando com entrevistas, registros fotográficos, vídeos e mapeamentos cartográficos. Ainda estava prevista a avaliação técnica dos terrenos, a fim de analisar amostras do solo, nível de insolação, ventos e águas. A segunda etapa, a de implementação, previa a seleção dos participantes e a implantação dos viveiros, já inserindo-os na criação dos equipamentos e no modo de funcionamento. Uma vez instalados os viveiros, faríamos um acompanhamento da produção, da logística a comercialização dos produtos.

Esse acompanhamento será feito com encontros semanais na comunidade acompanhando o manejo das mudas, fazendo intercâmbio entre os locais participantes e cursos de qualificação. Os cursos buscam a formação complementar dos participantes com temáticas como, empreendedorismo, economia solidária, formação em feira e mercado, alimentação saudável, culinária, ervas medicinais etc. (SANTOS, 2018, p. 17).

Figura 41. Etapas de execução da proposta com respectivo cronograma de atividades

Meses	ANO 1												ANO 2														
	2019						2020						2021														
	Julho	Agosto	Setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	Prestação de contas FAPERJ	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	Prestação de contas FAPERJ	
1. Planejamento																											
1.1 Divulgação																											
1.2 Sensibilização																											
1.3 Visitas e avaliação																											
1.4 Definir critérios e seleção de beneficiários e locais																											
2. Implementação																											
2.1 Cocriação/ codesign																											
2.2 Compostagem																											
2.3 Preparo do solo e bioremediação																											
2.4 Compras de equipamentos																											
2.5 Construção de produtos																											
2.6 Cursos, oficinas e palestras																											
2.7 Compras de insumos																											
2.8 Primeira sementeira nos viveiros																											
3. Acompanhamento																											
3.1 Acompanhamento da produção																											
3.2 Acompanhamento de biorremediação																											
3.3 Acompanhamento de compostagem																											
3.4 Promoção de Troca de mudas e experiencias																											
3.5 Cursos, palestras e oficinas de negócios																											
3.6 Acompanhamento de comercialização																											
4. Finalização																											
4.1 Documentação																											
4.2 Certificação organica																											
4.3 Artigos																											
4.4 Avaliação																											
4.5 Publicação do site																											

Fonte: Santos (2018)

E assim começamos. A primeira etapa compreendeu uma investigação no território, buscando pessoas interessadas em participar e locais adequados para implantação do projeto. Lançamos, nas redes sociais, uma chamada, fizemos campanhas em eventos do CRAS e do EDI

Maria de Lourdes, entregamos panfletos, distribuimos mudas⁴⁸, no sentido de captar interessados. Listamos algumas pessoas conhecidas que poderiam ter interesse também no projeto.

Figura 42. Marcelo distribuindo mudas na Penha



Fonte: Santos (2018)

Em paralelo, dentro do LaDA, vínhamos desenvolvendo dispositivos de conversação (ANASTASSAKIS; SZANIECKI, 2016), ferramentas desencadeadoras de debates temáticos em que o poder de fala é regulado para oportunizar a manifestação de todos os participantes, fomentando, assim, o diálogo e a democracia. Durante o projeto, empregamos essa noção na etapa de aproximação, utilizando as mudas como um dispositivo de conversação e conexão. Já sabíamos do poder das mudas na favela, pois o CEM já utilizava as plantas como ferramenta de conversa. Ana Santos, diversas vezes, comentou que, para se atrasar para um compromisso, bastava carregar uma

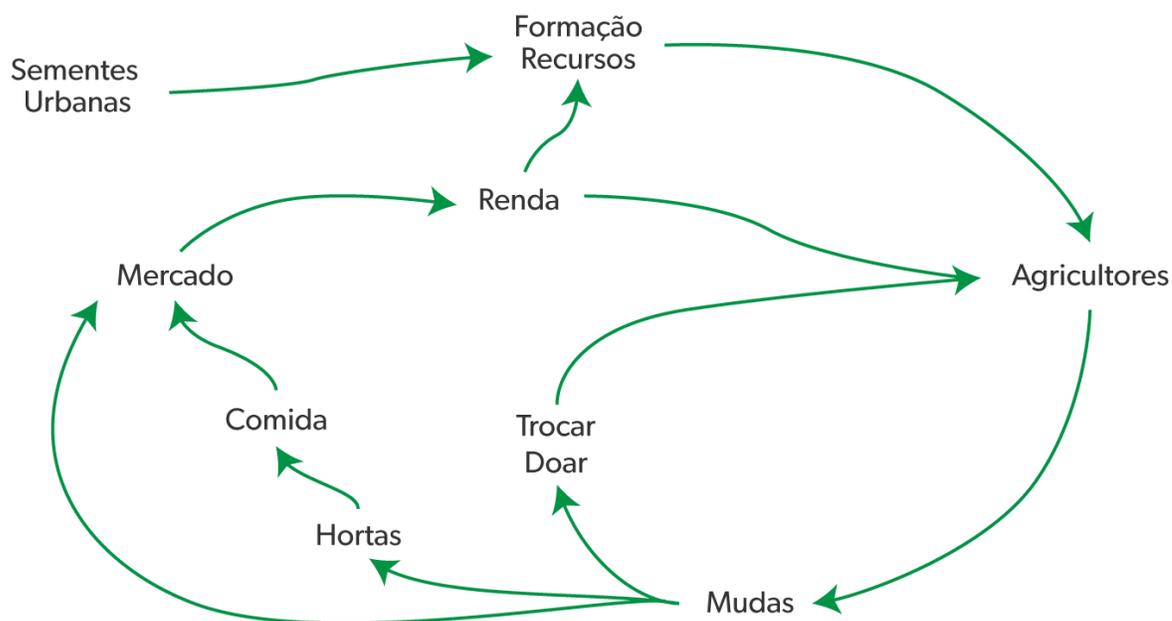
⁴⁸ Conversamos sobre a distribuição de mudas na Live do LaDA: <https://www.youtube.com/watch?v=zrT-Ou58bIo>.

bandeja de mudas pela favela. As pessoas se aproximam para conversar, demonstrar o seu conhecimento sobre as plantas, pegar uma muda para plantar, recordar da vivência da roça ou da infância. Borges, em sua tese, analisando o uso das mudas pelo CEM, afirma que as plantas podem ser mídias.

As plantas também podem ser mídias, mas, talvez, estejam além das mídias. Para o CEM, a chaya foi o veículo condutor da novidade, que deu início ao trabalho de Ana e Marcelo, os fez identificar com a agricultura urbana, se espalhou pela Serra da Misericórdia e depois seguiu para outras partes da cidade. Foi a partir da chaya que os integrantes do CEM decidiram produzir Pancs e consolidaram suas transações junto a grupos do movimento agroecológico (BORGES, 2018, p. 236).

A partir das mudas, queríamos despertar o interesse das pessoas pelo projeto. Distribuímos mais de 500 mudas em diferentes eventos para fazer contato. O interesse pelas mudas gerou, de fato, uma aproximação, muitas conversas e trocas, mas não tivemos o interesse que gostaríamos na participação do projeto.

Figura 43. Fluxograma dos viveiros

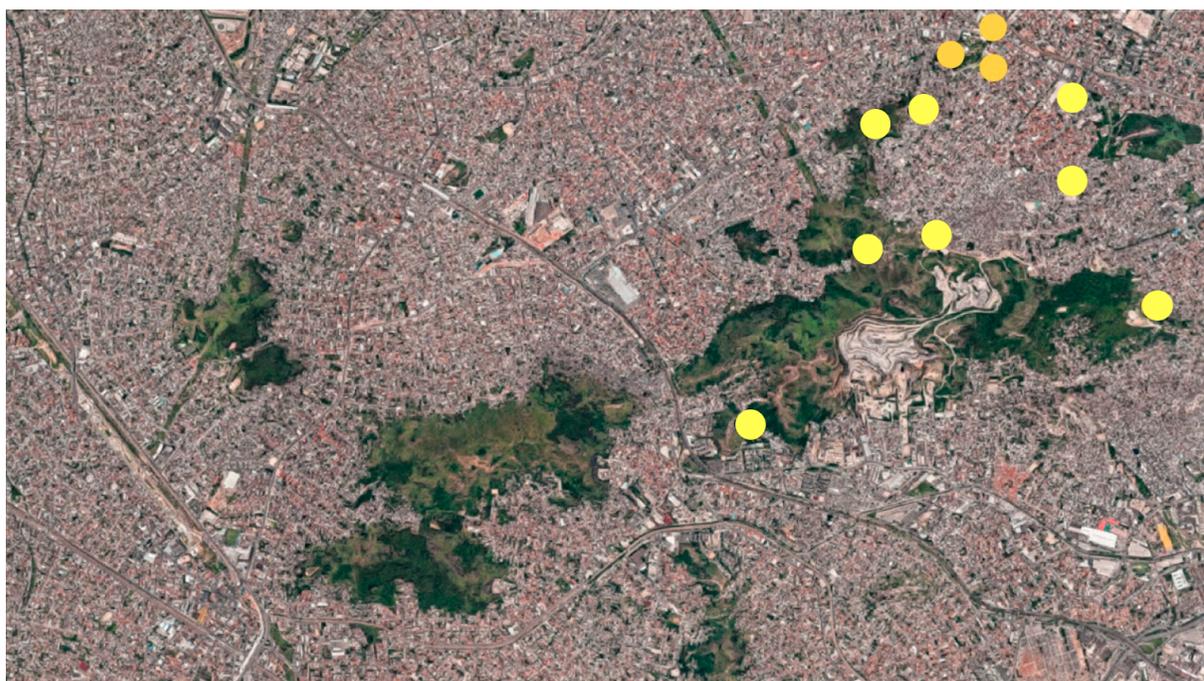


Fonte: Autor (2019)

Os moradores que selecionamos para fazer as visitas e entrevistas eram pessoas conhecidas do CEM, já parceiras da rede “Tamo junto na Penha” e daqueles que integraram o Arranjo Local

Penha. Preparamos um formulário de perguntas em um modelo de pesquisa semiestruturada, com o objetivo de analisar se havia interesse, condições de envolvimento e um local adequado para implantação do projeto. Marcamos as visitas na casa de cada pessoa, filmamos, gravamos e tiramos fotos. Fizemos seis visitas no total.

Figura 44. Locais visitados



Fonte: Autor (2019)

Não realizamos as análises técnicas que gostaríamos. O apoio no INT e da ASPTA, que trariam o suporte técnico de agricultura urbana ao projeto, ficou muito aquém do que havíamos planejado. Lamentavelmente, as instituições mais estruturadas e com mais recursos foram as que menos deram suporte ao projeto.

3.1.2 Implementação

Depois das visitas, Diego, Ana, Marcelo e eu conversamos em diversos encontros, avaliando cada um dos visitados. Não havíamos estabelecido um critério para a seleção, pois a intenção era tentar viabilizar a instalação em todos, salvo aqueles que efetivamente verificamos que não

deveríamos instalar os viveiros. O que conversávamos era sobre a ordem de instalação. A proposta era instalar 10 viveiros, e optamos por começar por aqueles que tinham mais experiência com agricultura. Seleccionamos o Ricardo que já tinha uma área de plantio e trabalhava com hidroponia no Engenho da Rainha, muito próximo da ONG Verdejar, a Dona Josefa, grande articuladora do Morro da Pedra do Sapo, interessada em coleta de resíduos, agricultura, produção de sabão etc. e um, na sede do CEM.

Começamos com três viveiros, o primeiro na sede do CEM, o segundo, no Ricardo e o terceiro, na Josefa. Em paralelo, iniciamos formações sobre manejo de viveiro, tanto para os participantes quanto aberto ao público. O projeto andou vagarosamente ao longo de 2019, mas, no início de 2020, estávamos acelerando e nos preparando para instalar mais viveiros, seguir com as formações e fazer acompanhamento dos agricultores.

Figura 45. Montagem dos três viveiros



Fonte: Autor (2020)

Com os viveiros instalados, iniciamos a formação dos agricultores. Contamos com a participação das técnicas em certificação orgânica do INT para realização das oficinas. A primeira oficina foi a de armazenamento de sementes, que aconteceu na roda de mulheres da Clínica da

Família, e todas as atividades foram abertas e gratuitas. Envolvemos não apenas os participantes do projeto, como também, os moradores da Serra da Misericórdia, pessoas de outros projetos e entusiastas da agricultura urbana. Além de ampliar a divulgação do projeto, começamos a construir mais conexões em nossa rede.

A segunda oficina aconteceu na casa da Dona Josefa, a de produção de substrato. Todos os participantes do Arranjo Local Penha estavam aprendendo juntos a manejar viveiros. Além de prepararmos os agricultores, nós mesmos, enquanto designers/articuladores do projeto, estávamos aprendendo uns com os outros a realizar o acompanhamento dos viveiros. O plano era fazer oficinas na casa dos agricultores, mobilizando a troca no grupo, as interações no local, o aprendizado comum etc. A próxima oficina ocorreria no viveiro do Ricardo, mas, infelizmente, não realizamos mais oficinas por conta do início da pandemia.

3.2 Compostagem e mutirão para a construção de viveiros

3.2.1 Da composteira na Arena Dicro à cozinha da creche

Em junho de 2019, o CEM organizou, pela primeira vez, o Festival LivMundi, na Zona Norte do Rio de Janeiro. O evento sobre meio ambiente reuniu, na Arena Dicro, agricultores, cozinheiros, recicladores, rappers, tanto da Penha quanto de fora em um dia inteiro de oficinas, rodas de conversa e apresentações.

Há alguns meses, Ana Santos vinha falando sobre o festival e pedindo a colaboração de todos. No início, me mantive afastado e não muito interessado em participar. Meu envolvimento começou quando a Ana pediu para eu falar com o Lucas Chiabi, do Ciclo Orgânico, para fazer uma oficina de compostagem. Tentei contato com o Lucas algumas vezes e não obtive resposta. Decidi assumir a atividade como um compromisso com minha pesquisa e com o Arranjo Local Penha e, naquela época, tanto a pesquisa quanto minha responsabilidade no projeto da Faperj era sobre a compostagem. Já pensava em fazer um ecoponto ali na Arena Dicro desde uma conversa com a Rebeca, gestora da Arena, há muito tempo, em uma das reuniões do Arranjo Local Penha.

Fiz a primeira composteira do projeto da Faperj, a qual serviria de piloto para experimentar o manejo e a geração de composto na Serra da Misericórdia. Escolhemos a Arena Dicro por conta do espaço amplo e aberto, arborizado, abundante em matéria seca (folhas e grama seca) e por estar localizada ao lado do EDI Maria de Lourdes. Como eu estava trabalhando pelo Arranjo Local da

Penha, na creche, e seria o responsável pela compostagem, era o lugar mais fácil para começar, além de contar com uma grande quantidade de resíduos da creche para compostar.

No sábado, 1 de junho, dia do LivMundi, fui com Flavia Soares, colega do doutorado e do Espaços Verdes, para a Penha. No caminho, fomos conversando sobre as nossas pesquisas. Chegando à Arena Dicro, o evento já estava quase todo organizado, Ana, Marcelo, Samuel, entre outros, já estavam lá desde cedo, preparando tudo. Em frente à entrada, uma grande mandala demarcava o espaço da roda de conversa e materializava tudo que aconteceria no evento dali em diante. Os participantes eram incentivados a deixar contribuições, textos, fotos, objetos sobre os panos de chita da mandala.

Ana Santos abriu o evento com um discurso forte, de luta, mas também, de esperança, como já é de costume. Na sequência, um grupo de *slam* Penha recitou algumas poesias sobre viver na favela, que é marcado principalmente pela violência. Na sequência, chamei pelo microfone o pessoal para participar da oficina de compostagem e, a pedidos, tive que explicar o que era compostagem e a sua importância ambiental.

A oficina foi realizada nos fundos do edifício da Arena, onde a composteira foi instalada. O lugar era ideal por ter pouca circulação de pessoas, portanto não haveria problemas com odores, visto que estávamos com as composteiras da Esdi que exalavam um odor forte e adocicado da matéria orgânica em decomposição por toda escola.

Já nos fundos da Arena, colocamos cangas e nos sentamos em roda no chão. Apareceram pessoas de diferentes lugares, algumas da Penha, outras das redondezas, umas que já fazem compostagem em casa, outras, com projetos de agricultura urbana, como a horta do Posto 11 e o Verdejar, bem como as interessadas em aprender. A proposta da atividade era abrir uma conversa, para entender qual era a relação dos participantes com o lixo e o interesse em fazer parte de um projeto de compostagem na região.

Depois das apresentações, deixei a cartolina no centro da roda e distribuí *post-its* e canetas, convidando quem quisesse deixar uma mensagem – qualquer coisa. Escrevi a primeira com base em um relato, continuei colocando ideias, conforme os participantes iam falando e, aos poucos, eles iam adicionando também. Em seguida, comecei a falar sobre o conceito de compostagem, os dois tipos mais comuns e quais etapas estão nela envolvidas. Muitos deles estavam interessados em fazer compostagem em casa, e expliquei como fazer em quantidades menores, utilizando baldes.

Figura 46. Roda de conversa durante a oficina no LivMundi 2019



Fonte: Samuel Barros (2019)

No final, a conversa foi mais longa que a prática. O sol já estava baixando quando começamos a montar a caixa de compostagem com *pallets*. Prendemos com arames quatro *pallets*, fazendo um cercado quadrado e, em seguida, começamos a preparar a leira de composto. Enquanto uns juntavam folhas e gravetos, para fazer a cama da leira de composto, outros misturavam matéria orgânica e seca para a massa de composto e ainda outros participantes peneiravam o composto pronto que levei para mostrar todo o ciclo da compostagem e para que cada um pudesse levá-lo para casa. No final, quase todos ficaram em volta da peneira, observando os organismos que saiam do composto como, baratas, minhocas e lacraias. Encerramos a oficina, colocando a massa de composto dentro da caixa e trocando contatos.

Com o contato dos participantes, cogitei criar um grupo de Whatsapp sobre compostagem, a fim de dar continuidade à construção da rede que pretendia tecer. Acho que a minha timidez e um pouco de falta de disposição me impediram de criar esse grupo. Tive receio de criar "mais um grupo de Whatsapp"⁴⁹ e começar, naquele momento, uma rede que não daria conta de gerir, entre outras com as quais já me envolvia na Serra da Misericórdia. Naquele momento, achei melhor começar a compostagem de forma mais devagar, estabelecendo, primeiro, a gestão do composto entre o EDI

⁴⁹ O Whatsapp era uma ferramenta comum de comunicação. Fazer grupos era uma maneira muito fácil fazer contatos, mas, ao mesmo tempo, criava uma "máquina" de produzir mensagens muitas vezes improdutivas que causava incômodo para muitas pessoas.

Maria de Lourdes e a Arena. Ainda, durante o LivMundi, convidei o Samuel que já vinha participando das atividades da creche comigo, para me ajudar na compostagem.

Figura 47. Selfie com os participantes da oficina e a composteira



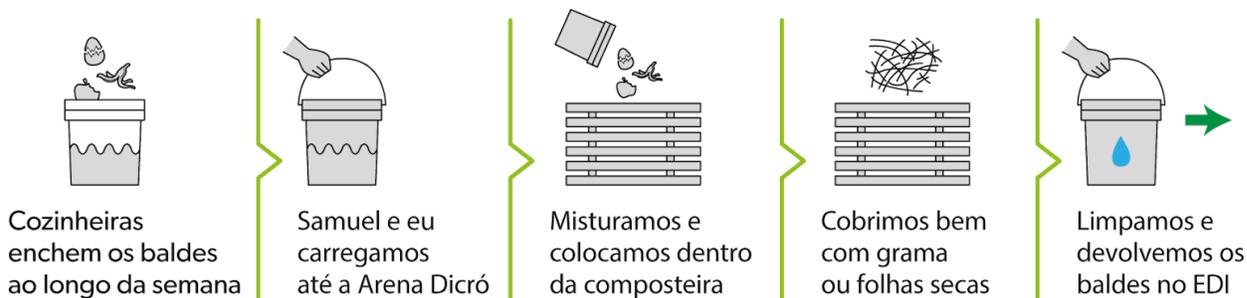
Fonte: Do autor (2019)

Samuel praticamente cresceu acompanhando o CEM. Ele o conheceu enquanto estudava na Escola Bernardo de Vasconcelos, quando a Ana realizava atividades com os alunos da escola pelo Arranjo Local Penha. Por muitos anos, participou de tudo que o CEM fazia e, por isto, a Ana e o Marcelo estavam investindo na sua formação agroecológica, vislumbrando a possibilidade de se tornar um agricultor urbano na Penha e assumir mais responsabilidades no CEM. Ana sempre destacava a parceria do Samuel, o seu crescimento pessoal pelo envolvimento com a agricultura urbana. Ana cuidava muito de Samuel e se preocupava em vê-lo crescer e se desenvolver. Samuel era um jovem tímido, com grande vontade de aprender e se envolver, mas questões de saúde o impediam de sair de casa com frequência. Tentar envolver o Samuel em atividades era a maneira que a Ana, Diego, Marcelo e eu acreditávamos poder ajudá-lo a lidar com essa dificuldade.

Na semana seguinte, Samuel e eu já estávamos compostando o resíduo da creche. Para começar, precisávamos de baldes, para fazer a coleta do lixo orgânico. Samuel e eu marcamos de nos

encontrar na Penha, com o objetivo de procurar baldes nas padarias e bares do bairro. Havia pedido para o Samuel ir sozinho, para não precisar ir até a Penha, contudo ele pediu para irmos juntos, pois ele tinha vergonha de ir sozinho. Indo junto comigo, e depois de ver como eu fazia ao entrar nas lojas, ele se soltou e começou a fazer por conta própria. Porém, depois, quando precisávamos de baldes e eu pedia para ele buscar sozinho, a vergonha voltava. Talvez não fosse só vergonha, não importava a sua motivação, contudo não era sua obrigação fazer isso. Eu preferiria não precisar ir até a Penha para pedir baldes. Gostaria que o Samuel voluntariamente entendesse a necessidade dos baldes para as atividades para eu não precisar me deslocar uma hora de ônibus apenas para isso. Preferiria trabalhar em outra frente, articulando outras linhas para mobilizar e ampliar a rede. Entretanto, nem sempre conseguia demonstrar e mobilizar os outros, como eu gostaria. Mobilizar não é mandar, não é impor, eu não tinha esse poder nem desejava ter. Lidar com as frustrações de trabalhar em colaboração foi importante, porque a organização envolve mobilização.

Figura 48. Rotina de compostagem do EDI à Arena Dicro



Fonte: Do Autor (2022)

Depois de conseguir os baldes, começamos a compostagem dos resíduos orgânicos da cozinha da creche. Toda semana, em geral nas sextas-feiras, pegávamos os resíduos que as cozinheiras haviam selecionado e descartado nos nossos baldes, para levar até a composteira de Arena Dicro. O processo se repetia toda semana. No final do almoço, depois das atividades com as crianças, carregávamos os baldes (dois ou três baldes de 10kg cada) na mão até a Arena Dicro. Chegando lá, enquanto um pegava as ferramentas (pá, ancinho e enxada) no armário da Arena, o outro ia levando os baldes para os fundos do edifício. Despejávamos os resíduos ao lado da composteira e misturávamos com as folhas secas caídas das árvores, para equilibrar a proporção de

matéria seca e úmida. Quando a mistura estava equilibrada, abríamos a parte de cima da leira de composto, retirando a matéria seca que isola a massa em decomposição, e adicionávamos os resíduos. Depois, colocávamos matéria seca sobre a leira novamente, e a compostagem estava pronta. Uma vez por mês, abríamos uma das laterais da composteira para misturar todo o composto, de forma a homogeneizar a decomposição, inserindo as partes da leira ainda pouco decompostas. Depois de lavar os baldes e guardar as ferramentas, levávamos os baldes de volta para o EDI e íamos embora.

Figura 49. Misturando resíduo orgânico e matéria seca



Fonte: Do autor (2019)

Fazer o recolhimento de resíduo foi uma maneira de me aproximar das cozinheiras e da cozinha do EDI. As cozinheiras colaboravam, recolhendo o resíduo, conforme pedíamos. A cada semana ia conhecendo um pouco mais sobre elas, decorando os seus nomes, conhecendo as suas

histórias, observando o que elas descartavam nos baldes, como era a rotina da cozinha, o que as crianças consumiam. Com o tempo, elas foram conhecendo o que eu estava fazendo, pediam dicas sobre plantas, uma delas começou a pedir composto orgânico para a sua horta. A partir da introdução da compostagem, outras conexões foram mobilizadas entre o EDI e a Arena Dicró. A minha ação era não somente uma provocação para a investigação sobre o fazer, mas também, sobre as conexões a respeito desse fazer e do cotidiano que envolve tudo.

Figura 50. Adicionando matéria seca sobre a leira



Fonte: Do autor (2019)

Toda semana, ao repetir esse processo, Samuel e eu ficávamos pensando em como melhorá-lo. Era uma reflexão constante em meio à ação. Conseguimos o carrinho de lixo da creche emprestado, o que facilitou muito o transporte. Dessa maneira, aumentamos a capacidade de recolhimento. Em algumas semanas, chegamos a carregar mais de 40kg de resíduo até a composteira. Ficávamos compostando ideias, melhores técnicas para transportar os resíduos, ferramentas e processos, para manejar a leira de compostagem da Arena com mais eficiência.

Samuel e eu seguimos juntos ao longo desse ano de trabalho de compostagem e, na creche, fomos estabelecendo uma parceria e confiança, dentro dos limites de cada um. No final de 2019, diante de tantos aprendizados, convidei-o para organizarmos uma oficina de compostagem. Com o mesmo intuito do CEM, comecei a incentivá-lo a preparar o conteúdo da oficina de compostagem comigo. Como ele já tinha feito cursos de compostagem e visitado o projeto “Revolução dos Baldinhos”⁵⁰ em Florianópolis, tinha conhecimento e experiência para compartilhar sobre o assunto. Busquei incentivá-lo a realizar tarefas que o colocassem em situações de exposição com pessoas e tomada de decisão, claro, tentando sempre não forçar os seus limites⁵¹. Passamos um mês planejando a oficina entre as atividades no EDI com as crianças e o manejo da composteira na Arena Dicro. Nesse período, procurei questioná-lo sobre como iríamos fazer a oficina, como ele gostaria de organizar o conteúdo e como íamos dividir as tarefas. Ao longo da preparação, ele foi trazendo os materiais que tinha sobre compostagem, planejamos a ordem das falas e o que cada um iria falar. Assim, a oficina foi sendo construída a partir dos nossos conhecimentos e da experiência semanal com a composteira da Arena.

Construímos a oficina juntos e, diferente da situação dos baldes, não foi preciso ficar cobrando a realização das atividades nem dizer o que era preciso fazer, mesmo que eu ainda estivesse na posição de organizador e incentivador. O processo fluiu, mas de forma diferente de outras experiências em que ele tinha mais dificuldade ou falta de interesse de realizar. Aqui há um ponto interessante a ser discutido sobre a dificuldade de mobilizar protagonistas no processo de formação de comunidade e como, muitas vezes, o problema não está na tarefa nem nas pessoas, porém, na falta de entendimento do organizador/mediador/articulador que as pessoas não têm interesse em realizar aquela determinada atividade, mesmo que possa parecer uma ideia capaz de trazer benefícios às pessoas.

Muitas vezes, o organizador trabalha muito mais para que a atividade aconteça do que aqueles que estão colaborando. Afinal, em geral, o sonho é de quem organiza. Nem sempre quem está ajudando sonha junto, mesmo tendo o espírito de colaboração. Além do trabalho de organizar e realizar as ações, é muito importante trabalhar para sonharmos os mesmos sonhos. A oficina de compostagem foi um desses sonhos, compartilhados entre o Samuel, Ana Santos e eu. Não veio do

⁵⁰ Para conhecer o projeto, ver o capítulo “Revolução dos Baldinhos: um caso de *making* e *commoning* como alternativa ao neodesenvolvimentismo (SZANIECKI; BIZ, 2020).

⁵¹ Samuel tem síndrome do pânico, e o trabalho com agricultura urbana o ajudava a lidar com a dificuldade de trabalhar e se socializar.

projeto, da intenção, de uma tecnologia salvadora, mas do processo, das trocas, da colaboração e do envolvimento constante.

O organizador precisa fazer a atividade acontecer e, se precisar de ajuda, tem que mobilizar outras pessoas. Mobilizar parceiros também é uma tarefa que faz parte do trabalho do organizador e articulador. Um designer que se coloca em campo precisa estar ciente de que mobilizar é umas das atribuições esperadas para tecer as redes comunitárias. Essa mobilização vem pelo trabalho, da comunicação e das trocas. É uma via de mão dupla de conhecimento que estabelece envolvimento. Na medida que eu aprendo com outro, e o outro, comigo, estabelecemos contato, e aí conseguimos nos comunicar e compartilhar, além de construir sonhos juntos.

A troca foi tão fundamental para o trabalho e a pesquisa quanto as ações que realizávamos. Todas as nossas ações na Serra da Misericórdia envolviam ação e educação. Enquanto nós, do Arranjo Local Penha, estávamos implantando uma rede de agricultores de mudas e um sistema de compostagem, compartilhávamos nossos aprendizados com moradores e com o público em geral.

Acredito na capacidade de mobilização e transformação a partir das relações, do convívio, das trocas e dos aprendizados do dia a dia. Dessa maneira, é possível provocar uma mudança muito mais significativa, pois o envolvimento convida ao invés de impor qualquer processo.

Figura 51. Samuel explicando sobre compostagem durante a oficina



Fonte: Do autor (2019)

O ato da compostagem semanalmente serviu para diversos propósitos. Além da compostar os resíduos e produzir composto fértil para alimentar as hortas da Serra da Misericórdia, estávamos aprendendo a fazer a compostagem no local, transmitindo nossos aprendizados à comunidade e refletindo sobre como poderíamos melhorar aquela experiência, aperfeiçoando a logística e as ferramentas, bem como tecendo redes com os parceiros. Compostar virou sinônimo de um fazer conjunto, gradual, correspondente, simpoiético, de experiências, aprendizados, relações e conexões.

3.2.2 Mutirão na Dona Josefa

O viveiro da Josefa foi o segundo que instalamos na Serra da Misericórdia, o primeiro foi o do CEM. Josefa foi uma das moradoras, visitadas no início do projeto, e a escolhida por ser uma ativista ambiental local, pelo interesse no cultivo e por ter um bom espaço para construção de viveiro e horta.

A conhecemos no Verdejar Socioambiental, ONG na qual ela atua há muitos anos. Essa senhora recifense mora com os netos em uma casa de dois quartos no morro da Pedra do Sapo, favela que integra o Complexo do Alemão e faz vizinhança com o bairro de Olaria. É daquelas senhoras que possuem muitos netos, nem todos são realmente netos, mas que estão sempre circulando à sua volta. Além dos afazeres de uma avó, é uma importante ativista socioambiental na região. Seu trabalho está principalmente vinculado à reciclagem de resíduos, incentivando a comunidade a fazer a separação e coleta adequada. Possui vínculo com catadores e faz a coleta seletiva de resíduos sólidos em sua rua e ainda coleta óleo de cozinha usado para fazer sabão, que doa e vende. Mobilizou muitas cestas básicas para a vizinhança durante a pandemia de Covid-19, chegando a doar parte da sua cesta básica, quando faltavam alimentos aos vizinhos. Como se não bastasse, essa inquieta senhora está sempre pesquisando coisas sustentáveis, como composteiras domésticas, fogão solar e biodigestores. Para fazer todas essas coisas, ela conta com uma grande rede solidária, vinda de diversos cantos da cidade: Verdejar, CEM, ASPTA, Rede Favela Sustentável, Formiga Preta, entre outros.

Figura 52. Visita à casa da Josefa



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B3euDzjpQJe/>

Optamos pela montagem do viveiro em mutirão. Assim, era possível envolver a comunidade, trocar conhecimentos e experiências, reunir mais pessoas interessadas no projeto e divulgar as ações do Arranjo Local Penha. Apresentamos, nesta seção, como essa atividade se desenrolou no viveiro da Dona Josefa, discutindo essas aproximações entre codesign, mutirão e a construção da autonomia.

Inicialmente, pensei o mutirão como uma ferramenta de codesign para a construção dos viveiros. Meu objetivo era evidenciar o mutirão dentro do contexto do codesign, como uma prática de projeto possível e, mais do que isso, adaptado à cultura latino-americana. A Barbara, orientadora desta pesquisa, insistiu, e com razão, que o viveiro seria mais do que uma ferramenta. O mutirão é uma atividade muito antiga, anterior à noção de codesign, usado por diversos povos como um evento para realizar atividades comuns. Nossa proposta não era diminuir tudo que representasse o mutirão ao sugerir seu uso, entretanto mostrar, para designers participativos, que o mutirão é um processo colaborativo e comunitário muito potente e adaptado às condições culturais brasileiras e latino-americanas.

Se, no design participativo dinamarquês, que brotam as vertentes mais populares, existem os jogos de tabuleiro, uma prática da cultura europeia, o mutirão é uma atividade mais parecida com

uma festa, uma celebração e um modo de fazer, com poucos recursos, realizado pelo trabalho coletivo da comunidade. Observar o mutirão pela lente do design é também procurar entendê-lo em seu próprio contexto sociocultural.

Também não é intenção enquadrar um processo tão antigo e complexo como uma inovação social, passível de ser catalogada, sintetizada e vendida como ferramenta em um *toolkit* de design.

O termo “mutirão” é de origem tupi, *motyrõ*, que significa trabalho comum.⁵² Nossos vizinhos andinos chamam de “minga”, um termo que deriva do *quechua*. Existem muitos outros nomes para esse tipo de trabalho comunitário: *umuganda*, *kombit*, *kashar*, que são alguns desses sistemas de "trabalho comunitário e reciprocidade em que as pessoas não esperam nada em troca a parte do benefício coletivo" (TESTORI; D'AURIA, 2018). Nesse sentido, o mutirão é uma maneira de trabalho, potencializada pela ação coletiva e motivada pelo bem comum. Esse tipo de evento

[...] tem uma sólida formação cultural profundamente enraizada em milhares de anos de história eclética [...]. A sua longevidade e robustez são sustentadas por uma combinação de espiritualidade, solidariedade e reciprocidade que, mesmo nas diferentes geografias espaciais e políticas, a fizeram resistir ao longo dos séculos. Os princípios éticos e morais veem a autoajuda como fundamental para a construção da comunidade e, neste caso, estão vinculados a um comportamento cerimonial (TESTORI; D'AURIA, 2018).

Mutirão é uma realização de comunidades para alcançar algum objetivo. O projeto pode ser mais ou menos definido, conforme o rigor e a complexidade do que deve ser realizado. A participação é aberta e não demanda conhecimentos prévios. Cada pessoa pode participar, agregando conhecimento sobre o que já conhece, como produzindo a comida para os outros participantes ou servindo de mão de obra de trabalho.

Por se caracterizar por um modo de trabalho exploratório, colaborativo e criativo, valorizo o mutirão e o associo a processos de codesign. Em cada evento de codesign, o ponto de partida torna-se a preparação do próximo evento em um processo contínuo e em aberto. É este espaço de colaboração a partir do design que torna possível o progressivo desenvolvimento de uma abordagem compartilhada de questões e o amadurecimento de propostas criativas. O desafio do designer, portanto, está na criação de encontros sinérgicos, em que todas as pessoas envolvidas possam mobilizar os seus conhecimentos e as suas competências coletivamente.

Existe uma base ética subjacente ao codesign que reconhece a responsabilidade do design com os mundos que cria e as vidas daqueles que os habitam. Ao enfatizar que pessoas que costumam

⁵² Ver: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mutir%C3%A3o/>.

desempenhar uma atividade específica tem uma maior propriedade sobre seu próprio fazer (ROBERTSON; SIMONSEN, 2013), é preciso haver uma postura ética em relação ao respeito às *expertises* dos envolvidos e ao direito que eles têm de apresentar as suas atividades a outros.

Na Serra da Misericórdia, o trabalho começou antes do mutirão. A etapa de preparação garantiu que, no dia da instalação do viveiro, não faltasse nada. O primeiro viveiro, o do CEM, foi praticamente todo construído no local da sede. Com pouco espaço e sem as ferramentas adequadas, deu um bom trabalho para ser construído e levou alguns dias. A fim de facilitar a instalação dos próximos viveiros e darmos conta de fazer tudo em um dia, preparamos todas as peças antecipadamente na oficina da Esdi: cortamos as madeiras no tamanho certo, preparamos gabaritos de furação para os encaixes de madeira e passamos verniz marítimo, para proteger as madeiras das intempéries. Ainda, preparamos listas de materiais e ferramentas necessárias para o dia, assim como os preparativos do almoço e dos lanches.

Alguns dias antes, lançamos uma chamada no Instagram e em redes sociais, fazendo um convite para o mutirão. Dona Josefa é muito querida por onde passa e reuniu cerca de 10 pessoas, entre vizinhos, parceiros e amigos das redes socioambientais das quais ela faz parte.

Figura 53. Chamada no Instagram para o mutirão



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B5m-BuXpuSm/>.

No dia do mutirão, saímos cedo da Esdi com alguns voluntários, os materiais e os equipamentos. Nos encontramos com o pessoal no pé da escadaria da rua da Josefa, descarregamos o que levamos e fomos subindo com tudo aos poucos.

Figura 54. Dona Josefa recebendo o pessoal e apresentando sua horta



Fonte: Do autor (2020)

Em projetos participativos, o designer é redirecionado para uma atuação, como mediador, provocador e desencadeador (VENTURA, 2018). A experiência participativa pode trazer certa autonomia, ao incrementar as habilidades dos indivíduos, que visam agir para transformar a sua própria realidade (SANDERS; STAPPERS, 2008). Nesse sentido, Diego e eu coordenamos a montagem, já que havíamos projetado e preparado as peças do viveiro. Os participantes se dividiram espontaneamente nas atividades: revezamento na montagem do viveiro, arrumação da horta e preparo da refeição juntamente com a Dona Josefa. O revezamento foi voluntário, e o envolvimento em cada atividade dependeu da disposição de cada um, ninguém foi encarregado de fazer alguma atividade específica. Não existiram obrigações, apenas a intenção comum de terminar o viveiro até o final do dia.

Figura 55. Diego e Samuel revezando na montagem do viveiro



Fonte: Do autor (2020)

O ritmo desse trabalho não é o mesmo dos remunerados. O ritmo é dado pelos que participam e de acordo com o nível de habilidade. Ainda que alguns tenham habilidades relacionadas ou dominem a tarefa rapidamente, isto não acontece com todos, e o ritmo de trabalho vai oscilando durante o revezamento de atividades. Lembro-me de que alguns tinham receio de fazer furos nas madeiras com a furadeira e preferiam colocar os parafusos. Se o parafuso estivesse duro demais, outra pessoa tentaria atarraxá-lo. A cada tentativa, os envolvidos têm a oportunidade de aprender e fazer juntos. O tempo de revezamento e aprendizado é tão importante quanto o do cumprimento da tarefa, pois proporciona outras camadas ao fazer coletivo que não são objetivas nem produtivistas.

Ao mesmo tempo que há um lado produtivo, mas não produtivista, há também um lado educativo no processo, o momento incentiva trocas e estabelecimento de vínculos sociais. Processos de codesign também dão suporte a uma aprendizagem mútua entre os diferentes participantes, gerando uma reflexão na ação coletiva (IBARRA, 2018). Nesse sentido, os designers aprendem a realidade das pessoas, ao mesmo tempo que as pessoas estão dedicando-se à articulação de seus objetivos e ao aprendizado das formas pelas quais é possível atingi-los. Esse apoio à aprendizagem mútua é reforçado pela afirmação de Eriksen (apud IBARRA, 2018), destacando que o codesign é uma prática que funciona com o outro e não apenas para o outro. Assim, entende-se que a troca de saberes e experiências é um fundamento do processo de design e, também, do mutirão.

Figura 56. Colocação das telas do viveiro



Fonte: Samuel Barros (2020)

Cada um faz o que sabe e o que pode e, se não sabe, tem a possibilidade de aprender a fazer. Se a pessoa estava disposta a aprender, os que sabiam mostravam como fazer e, assim, iam dividindo o esforço braçal. Quando estávamos colocando as telas no viveiro, o Gabriel, um jovem vizinho da Josefa, se empolgou com a tarefa de fixar as telas de sombrite na estrutura de madeira do viveiro. Ele terminou fazendo quase todo o fechamento do viveiro com as telas, revezando com outros jovens e mostrando a eles como se faz. De certo modo, todos podem ser aprendizes, no sentido de que não possuem plena habilidade para aquela tarefa e, igualmente, instrutores, pois uma vez que tenham aprendido, podem compartilhar com os colegas, sem depender de um coordenador.

A tarefa, após algumas instruções básicas, vai sendo executada em uma hierarquia vertical. O trabalho vai se horizontalizando, à medida que mais participantes se envolvem na troca, aprendendo e ensinando, neste revezamento. A solidariedade move o mutirão do início ao fim. Afasta-se completamente de noções de indivíduo, tão importantes para projetos neoliberais. No mutirão, mobiliza-se uma rede comunal provisória em que o coletivo vem na frente.

Figura 57. Hora do almoço coletivo

Fonte: Samuel Barros (2020)

A Ana Santos não compareceu, mas preparou uma refeição, que foi complementada pela Dona Josefa. A hora da refeição é um momento importante de comunhão durante o mutirão. É o momento que todos param as suas atividades para comer, reabastecer as energias e conversar, há espaço para tecer redes, sem o foco na tarefa. A refeição é tanto a recompensa pela colaboração como símbolo da partilha das conquistas da atividade.

Talvez a maior recompensa pelo trabalho seja a realização em conjunto, expressa a partir do compartilhamento da refeição. Concluir o mutirão, depois de uma tarde de trabalho, aprendizados, trocas, fazer refeições em comunidade traz uma satisfação e inspiração para continuar lutando, sabendo que não estamos lutando a sós. A mobilização comunitária impulsiona os sonhos que sonhamos juntos.

Figura 58. Foto de encerramento do mutirão



Fonte: Instagram Arranjo Local Penha. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B52jx1ipU-1/>.

A participação no mutirão, diferentemente de projetos de codesign, orientados a produtos, não é a abertura democrática para o desenvolvimento de objetos, os quais as pessoas vão usar, mas a participação é a própria democracia em ação, para realizar algo pelo bem comum. O designer, aqui, não proporciona um ambiente para que a democracia seja exercida, mas depende da vontade democrática para que o projeto seja realizado. Se o mutirão não for pensado desde o início "com" e em vez de "para" a comunidade, corre-se o risco de o designer não perceber por quais ações passa a vontade democrática da comunidade. O que não tem apoio da população simplesmente não é realizado por falta de quem o execute.

Os desdobramentos do projeto expandem-se para além da atividade momentânea do mutirão em direção à construção de relações futuras entre as pessoas e os aprendizados compartilhados. O participante não aprende apenas fazendo, contudo, no fazer coletivo, assim como ensina durante o realizar. A troca forma uma rede de relações entre pessoas, lugares, coisas e a própria ação.

3.2.3 Aprendizados improvisados do viveiro da Evelin

Nesta seção, abordo como os viveiros serviram para entender como cada agricultor se envolve com o processo, estabelecendo o seu próprio, e tece a sua micro rede de parcerias e desenvolve ferramentas próprias.

Os viveiros não eram exatamente protótipos funcionais para serem testados nas casas dos moradores. Entretanto, havia um entendimento que levaria a reflexões sobre como eles poderiam ser usados e, por consequência, aprimorados com o tempo. Pensar nos viveiros como protótipos é um exercício de reflexão sobre o que foi feito e como isso se realiza em uso. Ao mesmo tempo que o viveiro estava pronto para uso, esta não era sua versão final. Estávamos aprendendo a fazer viveiros, a plantar mudas, a construir uma rede de agricultores e elaborar uma logística de circulação de mudas e aprendizados.

Nesse modo de projetar, os participantes fazem parte da construção e acompanham todo o processo, aprendendo e assimilando as propostas durante o andamento do projeto, que é fruto de um repertório coletivo. Orbitamos os viveiros, por meio do plantio, dos processos e de seu melhoramento. Logo, os viveiros estão sempre em um processo interativo de implementação, avaliação de uso e “refação”.

Entre os viveiros que instalamos, podemos resumir algumas observações. Dona Josefa transformou o viveiro em depósito e plantou em caixas de madeira ao lado do viveiro. A partir do incentivo a plantar, ela desenvolveu uma maneira que melhor lhe servia dentro do que ela sabia e dos recursos disponíveis. Evelin não teve bons resultados na germinação e desenvolvimento das mudas com o viveiro de janela na posição em que estava, avaliou que as mudas estavam muito expostas e não sobreviveriam. Começou a acomodar as mudas em lugares sombreados e teve melhores resultados. Ricardo instalou um sistema de irrigação no viveiro, com o propósito de garantir que as mudas estivessem sempre molhadas adequadamente. Pela sua experiência em aquaponia, horta e parceria com um biólogo, foi quem teve mais facilidade com o viveiro que, rapidamente, ficou pequeno para a sua produção. O CEM, que já tinha mudas em outras sedes, construiu outros viveiros

por conta própria, primeiro, uma versão provisória e, depois, ampliou-as com espaços distintos de germinação e rustificação⁵³.

Figura 59. Viveiro do Telhado Verde, gerenciado pelo Ricardo e Yuri



Fonte: Do autor (2020)

O que observamos é que cada agricultor adaptou o viveiro à sua rotina e ao seu entendimento de como manejar as plantas. A análise dos viveiros ajuda a entender a relação de uso e de aprendizado, as redes que se formam, pessoas parceiras, modo de interação, adaptação de ferramentas e adaptação do viveiro a condições específicas. Estabelecem-se relações afetivas que sustentam essa rede de ação, fomentando a autonomia das pessoas. Não é uma independência individual, eis que estamos falando de uma autonomia relacional e comunitária.

⁵³ Germinação é o estágio em que sementes, plantadas nas bandejas, germinam, e a planta começa a crescer. Ainda frágil, demanda maiores cuidados. Quando a planta estiver mais firme, é o momento de transplantá-la para sacos de terra, onde as raízes vão se espalhar e o caule vai engrossar, dando mais sustentação à planta. A essa etapa damos o nome de rustificação.

Figura 60. Viveiro do CEM



Fonte: Do autor (2020)

Ao tratar de comunidades e autonomia, Escobar (2016) nos traz a ideia de "clausura operativa", inspirado pela noção de autopoietica, elaborada por Maturana e Varela⁵⁴ para explicar sistemas biológicos. Trata-se de uma relação em que sistemas (corpos, comunidades) operam a partir de suas características internas em resposta aos estímulos externos, ou seja, possuem certa autonomia, sem se fechar às relações externas. As mudanças, estimuladas pelo exterior, se realizam de acordo com as maneiras pelas quais o sistema se organiza e opera. O sistema está aberto a seu entorno proporcionalmente à complexidade de sua clausura (ESCOBAR, 2016), ou seja, quanto mais organizada uma comunidade, por exemplo, maior será a sua capacidade de agir em relação aos estímulos externos, sem ser desestruturada por essas forças. Nesse caso, cada agricultor está em clausura operativa em relação à comunidade de produtores de mudas, desenvolvendo sua própria autonomia e cultura de cultivo, mas sempre em relação e troca com o grupo.

Analisaremos essas ideias a partir do viveiro da Evelin, que não foi uma das moradoras visitadas no início do projeto⁵⁵. O viveiro de janela, instalado em sua casa, foi construído para a Dona Gerci, da Roda de Mulheres de Educação e Saúde da Clínica da Família Felipe Cardoso.

⁵⁴ Maturana e Varela apresentaram a noção de autopoietica no livro *Autopoiesis and cognition: the realization of the living* (1980).

⁵⁵ Na primeira etapa de pesquisa, fizemos visitas a moradores que se candidataram para avaliar a possibilidade de instalar os viveiros.

Depois de alguns meses esperando e percebendo a violência aumentar na Penha, em 2019, Dona Gerci desistiu de participar do projeto.

No final de 2019, havíamos retomado a instalação dos viveiros. Ana estava procurando alguém para receber o viveiro, e Evelin, que também participava da Roda de Mulheres, demonstrou interesse em ter um viveiro. Por conta da pandemia, só nos sentimos seguros para instalá-lo em agosto de 2020. Evelin recebeu o viveiro de janela, com capacidade para cultivo de 200 mudas, em uma bandeja. É um modelo doméstico que serve mais para aprender a cultivar mudas do que para produção, visando à geração de renda.

Evelin é dona de casa, mãe de três filhos, formada como assistente social e moradora das Quatro Bicas, uma das favelas mais violentas da Penha. Não é incomum encontrar homens armados com fuzis na entrada principal da favela. Assim como não é incomum conseguir sair de casa por conta de tiroteios ou simplesmente subir até a laje para regar as plantas. A sua casa fica muito próxima à entrada, e chega-se a ela subindo a primeira rua à direita e caminhando até um bar de esquina. Não tem campainha, é preciso gritar para chamá-la. Ela aparece na janela, avisa que vai descer e logo está abrindo um portão de ferro. É uma casa grande de três andares. A escada para o segundo andar é íngreme, feita com degraus altos e estreitos. Passamos por um corredor que leva aos quartos, cruzamos a cozinha até a lavanderia, para acessar uma escada de mão encostada na parede para subir à laje. A laje cobre toda a casa, um espaço grande e coberto quase por completo por telhado, exceto no centro, onde o telhado caiu e as vigas de madeira estão comprometidas. Lá encontram-se algumas plantas ornamentais, encostadas no parapeito no qual bate mais sol. Há caixas d'água e também a Mel, a cachorra da casa.

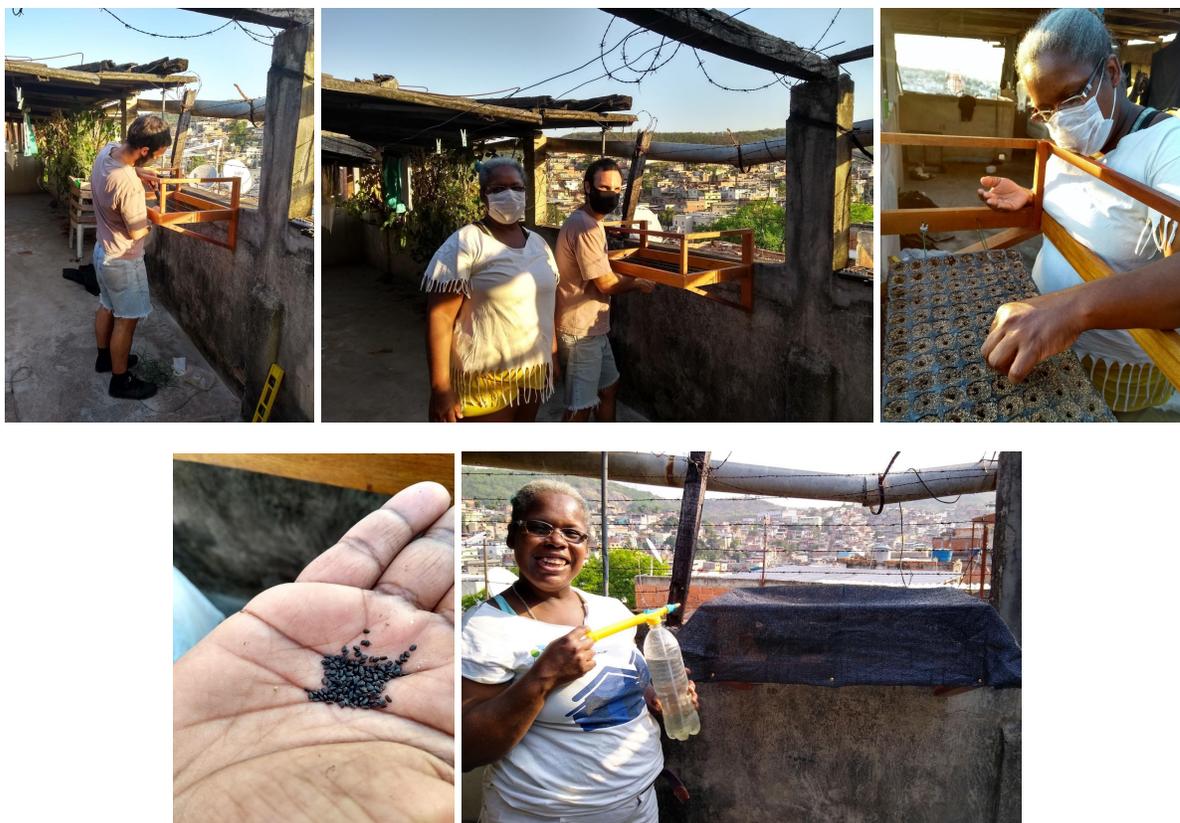
Diego e eu instalamos o viveiro onde parecia haver maior incidência de luz: o parapeito que não é coberto de telhado, praticamente no centro da laje. Durante a montagem, já constatamos a necessidade de modificar o projeto. Inicialmente, fora projetado para suspender a bandeja por arames, e percebemos que estes formavam uma barriga muito grande que não permitia firmar direito a bandeja. O sombrite também foi improvisado, e fizemos o seu fechamento com prendedores de roupa, os quais ficaram permanentes.

Plantamos inicialmente dália, girassol e zínia. Levamos sementes variadas, mas já havíamos perguntado a Evelin o que ela gostaria de plantar. Em todos os viveiros, começamos incentivando a agricultora a plantar o que era de seu interesse, tentando estabelecer uma vontade afetiva de cultivo,

como uma maneira de incentivá-la a se dedicar ao viveiro. Com o tempo, levamos novas sementes, propondo novos plantios, mas sempre nessa troca de interesses.

Propor à agricultora plantar o que ela quisesse não seria um mimo, porém, uma tentativa de estabelecer o primeiro laço entre a rede de agricultores, a agricultora e o viveiro. Esse processo nos leva a conhecer melhor a agricultora pelos seus gostos e motivações para plantar, possibilitando o cultivo de plantas diferentes das que são plantadas em outros viveiros e o aprendizado, que ocorreu de forma conjunta, sobre essas plantas e o seu cultivo. A agricultora, por sua vez, ao semear plantas do seu gosto, tem uma motivação pessoal para se dedicar ao viveiro, pois há uma recompensa no processo. Assim, para obter essa recompensa, a agricultora precisa cuidar do viveiro todos os dias e por conta própria.

Figura 61. Instalação do viveiro e primeira sementeira



Fonte: Diego Costa (2020)

As instruções iniciais foram passadas verbalmente e materializadas no fazer conjunto durante alguns encontros semanais: nos primeiros, mostramos como colocar o substrato na bandeja, semear e

regar. A experiência foi trocada no fazer em conjunto e, em contato pelo Whatsapp, conversando sobre o desenvolvimento das mudas.

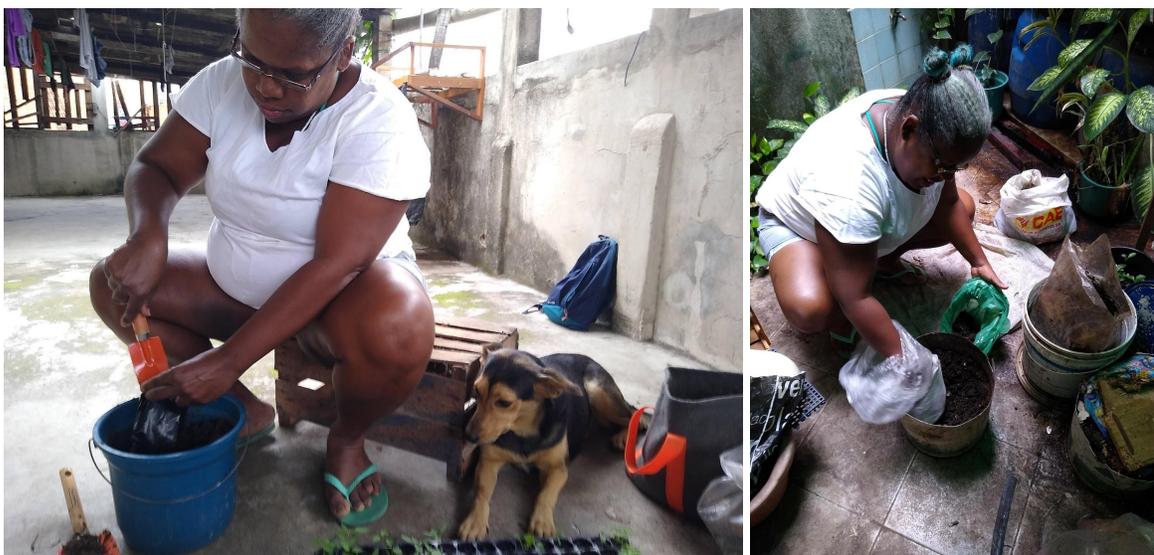
A agenda de encontros também dependia da situação da favela. Alguns encontros foram cancelados por conta de tiroteios. Exponho isso, porque a violência na favela é cotidiana, e os moradores se acostumam a viver dessa maneira e adaptam sua rotina às condições locais. A violência atrapalha o trabalho no viveiro, assim como os encontros, e é só mais um exemplo de como o potencial de vida dos moradores e das possibilidades de ação na favela são tolhidas constantemente.

As primeiras mudas não germinaram. No local do viveiro, batia muito sol e ventava demais e, no início, a Evelin não estava regando com a frequência adequada, logo, o solo secava muito mais rapidamente. Levei um borrifador de pressão que é acoplado em garrafas PETS, o que fora bastante simples de manejar. Como explicamos, as mudas são sensíveis, e Evelin já havia improvisado uma garrafa PET com furo na tampa para regar as plantas. Em nossas conversas, ela sempre demonstrou muita inventividade: sempre pensando em como criar coisas para casa, reaproveitando materiais, como uma estante de livros que construiu com caixas de frutas.

Quando a visitei juntamente com Diego, para fazer a repicagem⁵⁶ das mudas, conversamos com ela sobre a diferença entre os substratos. Levamos um pronto, de terra e vermiculita. Evelin já fazia compostagem das sobras de cascas e talos, porque ia juntando esses resíduos dentro de sacos e armazenando em um pátio nos fundos do primeiro pavimento. Juntamos o composto aos substratos que levamos, para podermos conversar sobre as suas diferenças e como preparar um substrato para semear e repicar mudas.

⁵⁶ Repicagem de mudas é o primeiro transplante de mudas que estão prontas na bandeja, ainda muito pequenas, para serem colocadas em vasos ou sacos de terra, a fim de continuar o seu desenvolvimento.

Figura 62. Evelin preparando composto para repicar as mudas



Fonte: Do autor (2020)

Colocamos sacos com diferentes substratos no chão e conversamos sobre cada um deles. Explicamos o que são, as suas características e qual a composição. Preparamos um substrato para repicar as mudas, misturando a terra com o composto que ela já produzia. As mudas de pimenta ornamental e physalis haviam germinado e se desenvolvido. Também, plantamos jiboia e boldão de estaca. Assim, mostramos outra técnica de reprodução de mudas, a partir de estacas, chamada “estaquia”, e não apenas de sementes. As trocas foram acontecendo de maneira orgânica, à medida que o processo ia ocorrendo, e a nossa interação pelas redes sociais trazia novas questões.

As primeiras mudas que entraram na lista do SOS Agricultura Urbana foram as de pimenta ornamental. Nesse momento, adicionamos a agricultora no grupo de Whatsapp de agricultores, o SOS Agricultura Urbana, que simbolizou o seu ingresso na rede de agricultores do projeto. A partir daí, ela estava a par das conversas gerais e das vendas e trocas de plantas.

Alguns insucessos em seu viveiro a levaram a tentar coisas diferentes para desenvolver as suas mudas. No dia que plantamos a jiboia de estaca, por exemplo, colocamos a muda em cima de uma caixa d'água no ponto com maior exposição de luz. Ela logo percebeu que as mudas não estavam se desenvolvendo e as colocou na sombra, observando e compartilhando os resultados no grupo de Whatsapp do SOS Agricultura Urbana. Desse modo, ela não apenas estava aprendendo com o processo, como ainda compartilhando o seu aprendizado com o grupo. Algumas coisas ela

compartilhava no grupo, e outras conversava diretamente comigo. Então, pude acompanhar o quanto ela ia demonstrando interesse pelo cultivo das mudas e, aos poucos, estava semeando e repicando mudas por conta própria.

Certo dia, recebi uma mensagem com uma foto de uma garrafa PET pequena, cortada de modo a fazer um funil. Portanto, ela conseguia encher os sacos de muda com substrato de maneira mais fácil. A partir da repicagem, Evelin elaborou uma ferramenta para agilizar o seu trabalho. É interessante observar como ela buscou uma maneira de facilitar a tarefa, e isto demonstra um engajamento pelo fazer e um exercício de reflexão sobre esse fazer. Até criar a ferramenta, ela deve ter ficado refletindo sobre aquele trabalho, e isto demanda um tempo de envolvimento para entender qual é o processo, como é possível adaptá-lo às condições e capacidades próprias, quais recursos estão disponíveis para fazer a ferramenta, testar o uso e refazê-lo, se for necessário.

Para facilitar a logística das entregas, Evelin, no início, levava as mudas encomendadas na semana até o CEM, que fica a uns 20 minutos de caminhada da sua casa. Tentando facilitar o trabalho para ela, sugeri que levasse todas as mudas que já estavam prontas para o viveiro no CEM de uma vez só, desta forma não precisaria ir toda a semana para levar uma ou duas mudas. Ela recusou a proposta, eis que queria manter as mudas em casa, para poder continuar aprendendo a cuidar delas. Esse é um ponto importante em que se percebe que os laços estão fortes, e a pessoa desenvolveu um nível de autonomia a partir do trabalho.

A instalação do viveiro de janela desencadeou uma série de situações inesperadas que transformaram e expandiram o viveiro por outras partes da laje. Junto com os acompanhamentos semanais, as trocas de experiências pelo grupo, o atendimento das demandas do trabalho e o seu envolvimento com a rede e as plantas, Evelin adaptou a sua rotina e desenvolveu métodos e ferramentas próprias para interagir com o seu viveiro.

Pensar nas apropriações dos viveiros me possibilitou mapear a rede de relações ampliada que foi tecida não apenas pelos nós do uso, mas, também, a afetividade que construiu estes nós, as interações com os parceiros, as plantas, o território, as ferramentas, os aprendizados, a interação social a partir dos grupos dos produtores de mudas etc. Percebemos, por essa experiência, que autonomia é uma palavra delicada, já que está sempre buscando um equilíbrio entre o dentro e o fora, o eu e os outros e as diferentes ecologias (GUATTARI, 1990): eu, nós, mundo.

3.3 O design na gestão de empreendimento social em tempos emergenciais

3.3.1 Pandemia

A pandemia nos fez antecipar etapas e mudar nosso modo de ver o projeto. Reestruturamos nossa atuação de uma maneira mais responsiva às condições do momento. No final das contas, foi uma mudança que trouxe muitos aprendizados, pois foi possível validar algumas perguntas iniciais que estavam previstas para serem investigadas ao longo do projeto.

Durante a pandemia de coronavírus, que começou no final de 2019, o projeto precisou se adaptar ao confinamento, aos cuidados de saúde e ao repentino desemprego de moradores da Serra da Misericórdia. Em março de 2020, devido ao crescente número de infectados e da declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), todo mundo estava começando a se trancar em casa. Todas as ações do Arranjo Local Penha tiveram que parar imediatamente, e a única atividade que conseguíamos fazer eram reuniões on-line. Entretanto, esta forma nunca fora muito fácil de ser realizada com o nosso grupo, pela falta de experiência com a tecnologia, Internet fraca e disponibilidade de tempo de alguns agricultores.

Na favela, fez-se urgente ajudar as famílias que perderam empregos da noite para o dia ou ficaram impedidas de realizar trabalhos informais. Paralisamos o Arranjo Local Penha por alguns meses, em função da urgência da pandemia, para acolher essas pessoas. O CEM lançou campanhas virtuais para busca de recursos, visando à compra de alimentos e higiene. Lançou também campanhas na favela sobre como se prevenir da contaminação, com dicas de higiene, alimentação etc. Durante esse período, eu conseguia colaborar na comunicação e na criação de campanhas do CEM. A campanha foi chamada de “Favela sem Corona”.

Figura 62. Cards de Instagram sobre cuidados na pandemia



Fonte: Autor (2020)

Apesar da necessidade de prestar alguma assistência, o CEM evitou o assistencialismo tradicional e procurou fazer diferente. A luta por autonomia sempre foi uma das bandeiras do CEM, que nunca considerou o seu trabalho como assistencialista. A urgência do momento demandou, como Ana Santos afirma, disputar um lugar na favela com as igrejas e o movimento, pois na favela, o assistencialismo é poder.

O CEM buscou fazer esse trabalho de modo muito particular. Para Ana, não bastava alimentar as pessoas, era preciso também oferecer comida de verdade a elas. "O morador da favela também tem direito a uma alimentação nutritiva e diversificada", defende Ana. O CEM tomou a decisão de distribuir menos cestas básicas, mas cestas agroecológicas, com frutas e legumes orgânicos. Com apoio do MST, da ASPTA, entre outros, a doação de cestas se tornou uma feira solidária.

Figura 63. Campanha de doação no Complexo da Penha

SOLIDARIEDADE / PESSOAS / SAÚDE / CARIDADE

CAMPANHA DE DOAÇÃO PARA O COMPLEXO DA PENHA

ID da vaquinha: 958566

Campanha de doação Complexo da Penha
#FAVELASEMCRONA

Pontos de coleta de alimentos

Feira orgânica de Olaria: Sábado de manhã
Praça Maurício Cardoso, s/n - Penha/Olaria.
Contato: Ana : Zap: 21 99744-4870 / VIVO: 97217-0011

Rua Aymoré - Penha / na escada: Todos os dias
Contato: Ana : Zap: 21 99744-4870 / VIVO: 97217-0011

Guanabara da Penha: Toda quarta manhã
Contato: Ana : Zap: 21 99744-4870 / VIVO: 97217-0011

Vakinha Virtual
Organizada pelo Olaria Verde p/ doação na favela
<http://vaka.me/958566>

Arrecadado
R\$ 3.501,00

Meta
R\$ 1.000,00

Apoiadores
32

Encerrada

Alan Mesquita Neto
Rio de Janeiro / RJ

Fonte: Autor (2020)

Em publicação pelo Instagram do CEM, no dia 21/07/2020, é descrita a ação realizada.

Acreditamos que o fortalecimento da favela deve vir através de uma busca por autonomia e pela força das redes de parceria.

Mais que distribuir alimentos orgânicos, tornamos esse um momento educativo, de troca e fortalecimento da agricultura urbana e familiar.

Para compartilhar entre todos a responsabilidade da partilha de alimentos, propusemos que cada família pudesse escolher o que quiser até 10kg de hortaliças, 3 verduras, além material de limpeza, arroz, feijão, farinha, canjiquinha e fubá orgânico. A possibilidade de escolha também é uma decisão importante tanto para que o alimento se adapte à alimentação daquela família, quanto abra possibilidade de experimentar coisas novas voluntariamente.

Ao trazer para mesa do morador a diversidade da agricultura fugimos do deserto nutricional dos industrializados. Taioba, abóbora, abacaxi, muitos temperos e ervas medicinais fizeram parte dessa feira agroecológica solidária.

Ao mesmo tempo que o CEM lançava campanhas de conscientização e articulava doações de cestas, Ana trouxe a ideia de construir uma cisterna na Terra Prometida, com o intuito de garantir água aos moradores. Água é um grande problema na Penha, porque falta com muita frequência, principalmente no verão, época que há mais demanda.

Figura 64. Feira solidária durante a pandemia



Fonte: CEM (2020)

No início da pandemia, havia uma grande mobilização para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade e muitos editais foram lançados para apoiar projetos sociais. Toda a semana, Ana trazia um edital novo e uma proposta de projeto. Ela convidou Diego e eu para escrevermos juntos algumas propostas. Entre um destes editais, estava uma campanha do Benfeitoria chamada "Enfrente". Tivemos apoio das organizadoras do LivMundi para preparar a proposta e submetemos a campanha "Água é Direito", com o objetivo de construir uma cisterna de 18 mil litros na Terra Prometida, visando a garantir água para os moradores e para irrigação das hortas que estávamos começando.

Ana montou uma equipe, contando com o pessoal do LivMundi e um técnico da ASPTA, especializado no modelo de cisterna do semiárido, com o propósito de apoiar o projeto e o orçamento. Nesse período, eu fiquei responsável por toda campanha, estabelecendo uma agenda de postagens e preparando os textos e os *cards* de postagem em redes sociais. Fizemos uma divulgação "aos sete ventos" e alcançamos nossa meta.

Durante as tratativas com o pedreiro, ele disse que conseguiria fazer uma cisterna três vezes maior com o mesmo recurso que arrecadamos. No fim, o pedreiro errou o cálculo de ampliação da cisterna em pelo menos quatro vezes do custo inicial. No projeto, estava contabilizado o envolvimento das mulheres tanto na gestão da obra quanto no preparo dos almoços dos pedreiros. Buscamos envolver o maior número de moradores na construção, mantendo e fazendo circular os recursos dentro da favela. Aos poucos, as mulheres, que já haviam sido pagas pelo trabalho, pararam de colaborar com a cozinha, e a Ana teve que preparar o almoço dos pedreiros. Essa situação ilustra as dificuldades de envolver pessoas nesse território. Também, mostra as diversas iniciativas que são realizadas ao mesmo tempo pelo CEM, e, como isso, em certos momentos, há uma sobrecarga para Ana e Marcelo. A construção da cisterna, até o final da escrita desta tese, ainda não estava pronta.

3.3.2 Retomada e redesenho do projeto

Mesmo com a mudança emergencial do foco de atividades para fortalecer a Serra da Misericórdia contra o coronavírus, o Arranjo Local Penha ainda estava no horizonte. Já tínhamos viveiros com mudas plantadas e em condições de serem utilizadas, e Ana teve a ideia de começar a vendê-las por tele-entrega. Dessa maneira, conseguiríamos mobilizar renda para a favela a partir do projeto. A comercialização estava prevista apenas para o final de 2020, depois de termos mais viveiros instalados, agricultores mais experientes, uma rede bem tramada e um esquema logístico bem definido. Antes da pandemia, estávamos na etapa de formação dos produtores, organizando oficinas sobre agricultura no local dos viveiros, fomentando a aproximação dos agricultores e demais interessados. As oficinas eram abertas ao público, sempre buscando disseminar e promover a cultura da agricultura urbana e fortalecer a rede.

Com a súbita retomada, tivemos que mudar o plano de ação. Tudo que fora planejado para realizarmos no projeto dos viveiros do Arranjo Local Penha teve que ser alterado em razão da pandemia. Elaboramos um cronograma de projeto, com etapas encadeadas, em um processo lento e gradual de preparação dos participantes para o cultivo de mudas.

Figura 65. Plano versus ação do Projeto Arranjo Local Penha



Fonte: Do autor (2020)

Em vez de atuarmos em etapas, começamos a movimentar pequenas partes de todas elas ao mesmo tempo. A inspiração veio do método Mínimo Produto Viável (MPV), elaborado para startups (RIES, 2011). Não aplicamos literalmente esse método, mas a noção de trabalhar em etapas curtas e fragmentadas ao invés de atacar o problema inteiro de uma vez e tentar criar um grande projeto antes

de ser lançado. Lançamos o que poderia ser chamado de um “MPV”, uma espécie de isca reflexiva, para incrementar o projeto em etapas. A iniciativa de começar a vender pela Internet foi da Ana Santos, buscando modos de gerar renda na favela, durante a pandemia de Covid-19.

Começamos criando apenas uma lista dos produtos e divulgando-os via Whatsapp. Não havia nenhuma arte ou foto das mudas e poucas informações sobre as vendas. Anunciamos pelas redes sociais a venda de mudas de plantas, organizamos rapidamente uma lista e preparamos um anúncio com a denominada "SOS Agricultura Urbana". A emergência da pandemia vinha com múltiplos sentidos, tanto para quem estava em casa trancado, e que tinha interesse em cultivar plantas, como para nós, que precisávamos gerar renda para apoiar as famílias da Serra da Misericórdia.

Figura 66. Evolução das postagens acompanhando a melhoria do serviço



Fonte: Autor (2021)

Criamos uma planilha com o estoque, uma lista de mudas de plantas e começamos a divulgar nas nossas redes sociais. Ana Santos, que teve a ideia, coordenou o trabalho no início, tendo o meu apoio na articulação de todas as atividades. Ana Santos, que teve a ideia, coordenou o trabalho no início, tendo o meu apoio na articulação de todas as atividades. Não sabíamos como as coisas iam acontecer, mas que, aos poucos, íamos aprendendo com a experiência e melhorando os nossos processos. A cada validação do que estávamos apresentando, acrescentávamos um novo elemento ao projeto. Assim, conseguimos crescer aos poucos, mas de modo constante, a cada etapa, e chegar mais perto de um modelo economicamente sustentável.

Criei um modelo visual para postagens, baseado na identidade visual do Arranjo Local Penha⁵⁷. Ter um modelo pronto ajudou a criar a rotina de postagens. Começamos com uma venda mensal, de poucos produtos, apenas para a região da grande Leopoldina. Ana assumiu as entregas e a organização da logística, enquanto eu fiquei no apoio, ajudando-a a organizar o processo. Criamos uma planilha de controle de estoque e, ao longo das primeiras semanas, procuramos mantê-la atualizada com informações sobre venda, perda, doação e entradas de novos itens. Nas primeiras semanas, foi possível manter a planilha atualizada, porém, à proporção que íamos crescendo, esta tarefa foi ficando cada vez mais difícil de ser realizada.

Ainda em meio a pandemia, não realizamos reuniões presenciais. Ana Santos já havia começado as vendas, com uma lista pequena, e começamos a incluir outros agricultores. Primeiro, integramos o Ricardo, que já tinha mudas prontas para venda e experiência em plantio, depois a Dona Josefa, que ainda estava se estruturando. A seguir, foi incluído o biólogo Yuri como parceiro de trabalho. Em relação à Josefa, tivemos que fazer um acompanhamento frequente de suas atividades.

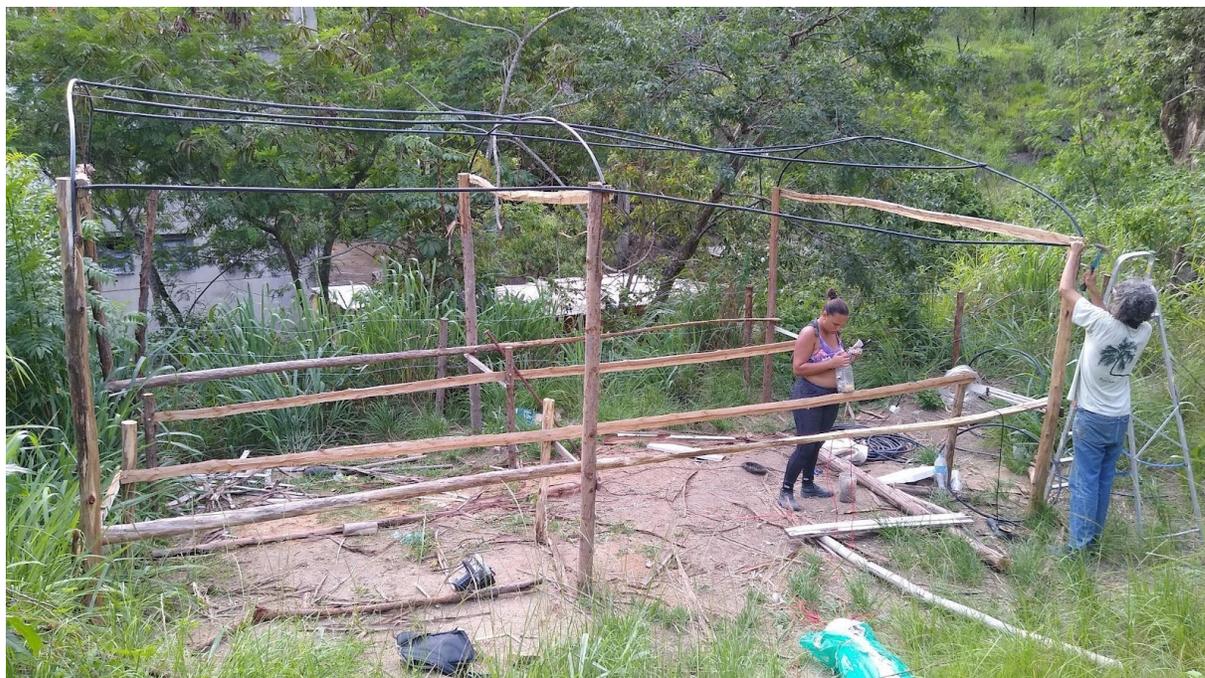
Criamos um grupo de Whatsapp com Ana Santos, Diego, Dona Josefa, Ricardo, Yuri e eu. No início, não foi fácil coordenar as atividades. Um dos nossos produtores estava com muita dificuldade de entender o processo, e a toda hora pedia ajuda sobre quais mudas tinha que selecionar e como atualizar o estoque, ou seja, se perdia em meio às mensagens e às combinações no grupo de Whatsapp. A postura, nesse momento, foi de promover o diálogo, tentar alinhar a comunicação, entender o que não estava funcionando e procurar criar meios que auxiliassem a todos. Havia um entendimento de que a falha de coordenação era uma falha de processo e não do agricultor.

As dificuldades também nos ajudaram a pensar em melhorias. Fizemos reuniões, discutimos possibilidades e tomamos decisões juntos. Da planilha de controle total e da centralização do estoque, passamos para a simples consolidação de uma lista semanal para divulgação dos produtos, deixando o controle do estoque para cada agricultor. Como os viveiros são descentralizados, fazia sentido o controle também sê-lo, pois a responsabilidade sobre cada viveiro cabia ao agricultor. Dessa maneira, os agricultores só precisavam informar, a cada semana, as mudas disponíveis para venda. Cada um ficou com mais autonomia para plantar, cuidar e oferecer o que tinha disponível, assim como gerir as suas perdas e doações, sem precisar reportar ao grupo. Assim, ficou mais

⁵⁷ A identidade visual do Arranjo Local foi criada juntamente com as designers, Angélica Silva, Ana Clara Orichio e Mariana França.

simples para nos mantermos atualizados, dispensando a necessidade de controle total sobre o que os agricultores estavam plantando. Essa iniciativa funcionou para descomplicar nossa comunicação, para coordenação e compreensão de todos sobre o que estava acontecendo no Arranjo Local Penha.

Figura 67. Ampliação do viveiro do CEM



Fonte: Do autor (2020)

No fim, a validação prévia da comercialização de mudas foi fundamental ao projeto. Pela emergência do momento, trouxemos uma etapa final para a frente do processo e conseguimos, ao mesmo tempo, experimentar tudo que estava sendo planejado em passos separados. Em vez de um encadeamento de processos sucessivos que validariam cada processo de modo gradual e separadamente, mas já com muitos participantes, pois a expectativa era instalar 10 viveiros, realizamos um projeto menor, com quatro viveiros e com diferentes processos simultâneos (produção, comunicação, venda, logística e administração).

Isso aconteceu graças à cooperação de todos os envolvidos, a troca de experiências e aprendizados constantes pelas redes sociais que inspiravam melhorias nas ferramentas e processos.

Estarmos abertos para a mudança do plano do projeto foi fundamental para que as coisas continuassem alinhadas ao contexto espacial e temporal.

3.3.3 A logística das vendas

O plano inicial era ter um controle centralizado do estoque. A grande vantagem era ter sempre registrada toda a nossa produção. Ficava fácil fazer as vendas sabendo o que estava disponível. Todas as entradas e saídas de mudas dos agricultores tinham que ser atualizadas semanalmente, na mesma planilha. Toda a semana, eu entrava em contato com o grupo a fim de saber a quantidade de mudas que tinha entrado na lista, o registro das saídas com as vendas e eventuais trocas ou perdas. No início, conseguimos gerenciar essa planilha, mas, à medida que a produção de mudas foi crescendo e integramos novos agricultores na lista, começamos a perder as contas do estoque.

Figura 68. Encontro do Arranjo Local Penha



Da esquerda para a direita: Ana Santos, Diego Costa, Evelin Dias, eu, Yuri Lopes, Dona Josefa, Leo Entregador e seu filho.

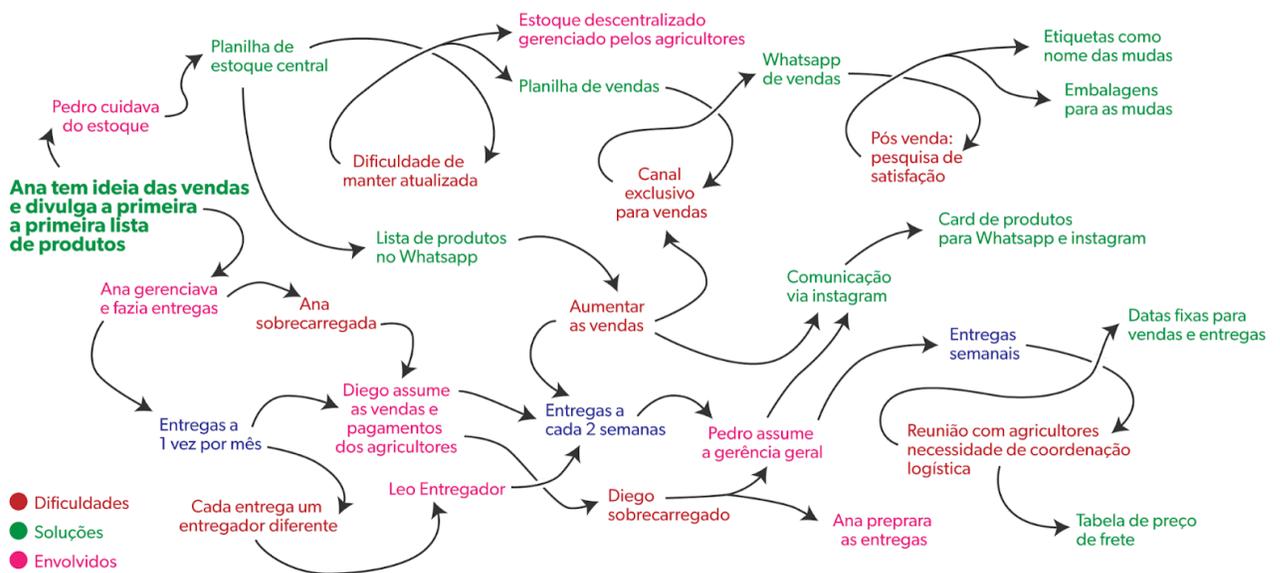
Fonte: Do autor (2020)

Pelo menos uma vez por mês, fazíamos reuniões, com o objetivo de fazer um balanço do andamento do processo. Conversávamos sobre o que estava acontecendo, quais os problemas, o que poderia melhorar, o que cada um estava precisando etc. Em uma dessas reuniões, decidimos mudar a maneira de registrar o estoque. O caminho encontrado foi reduzir o controle central e atribuir aos agricultores o controle do estoque. Não precisávamos estar sempre registrando saídas e entradas, pois cada agricultor faria isto de acordo com as suas possibilidades para a gerência do seu viveiro.

Desde então, toda semana atualizávamos apenas a lista de produtos. Todos os agricultores informavam quais mudas estavam disponíveis para venda naquela semana. O combinado é que deveriam ter, no mínimo, 10 mudas disponíveis para entrar na lista. Logo, não tínhamos noção do tamanho total da produção do agricultor, pois apenas registrávamos as mudas que estavam sendo vendidas.

Eu fui refazendo a planilha, para atender às demandas do momento, e toda semana íamos incrementando nosso processo. A vivência e a interação com o grupo foram fundamentais para a evolução desse processo. Embora eu estivesse gerindo a logística, não estava pensando sozinho no processo. As redes, criadas entre esses parceiros, formavam uma espécie de ponte de ação e reflexão, coordenação e colaboração.

Figura 69. Incrementos no processo do Arranjo Local Penha de 2020 a 2021



Fonte: Do autor (2022)

No início, foi difícil termos um alinhamento do grupo. Porém, tudo que fazíamos era discutido coletivamente, para que todos os integrantes pudessem participar das decisões e se sintonizarem com o que estava acontecendo. Como as conversas aconteciam por Whatsapp, bastava um não ler uma conversa para não conseguir entender o que estava acontecendo. A conversa ia se perdendo no histórico do aplicativo. Definitivamente esta não era a melhor maneira de coordenar a lista de pedidos.

Paralelamente ao grupo do projeto, tínhamos um outro do CEM, no qual discutíamos questões da gestão antes de serem publicadas no grupo. Algumas delas eram tomadas em paralelo. Os gestores dos projetos eram Ana, Diego e eu, e, em alguns momentos, eles conversavam sobre questões da gestão geral no grupo de Whatsapp do CEM. Fazíamos isso quando tínhamos de tomar decisões rápidas ou que não envolvesse a rede de agricultores.

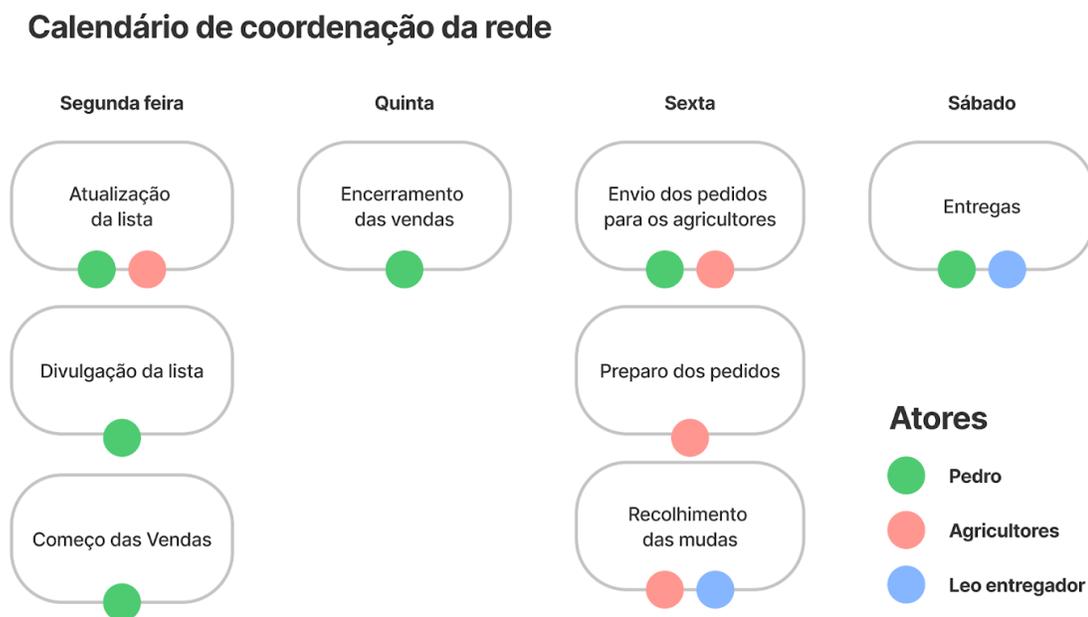
Começamos a vender a cada duas semanas e, conforme o volume de pedidos foi aumentando, passamos a lançar a lista de pedidos toda semana. Ana Santos começou a vender por Whatsapp e a repassar os pedidos para o nosso grupo também por lá. A contagem dos produtos era manual. Revezávamos na organização dos pedidos, vendas e entregas até decidirmos dividir tarefas: Diego cuidava das vendas, Ana organizava os pedidos e o eu fazia as entregas junto com o Leo, nosso entregador. Com o passar do tempo, eu propus cuidar de toda gestão das vendas e entregas, assumindo um papel maior na gestão da rede de agricultores. Nesse período, ficaram concentradas comigo as vendas, o contato com os agricultores, além da organização e das entregas, juntamente com o Leo.

Foi um aprendizado pelo fazer, visto que não havia nenhuma experiência anterior de gestão, logística, vendas e organizações cooperativas de grupo. Não sabíamos como fazer, mas sabíamos que, aos poucos, íamos aprendendo juntos. Nesse caminho, criamos ferramentas e protocolos de comunicação e datas-chave para as tarefas.

Como ninguém trabalhava integralmente com as mudas, nos organizamos para estabelecer uma coordenação, com datas fixas, em que cada um sabia o que precisava fazer. Dessa maneira, era possível que cada um organizasse as suas agendas, para cumprir a tarefa. O esquema, representado a seguir, levou muitas semanas para ser consolidado, entre muitas tentativas e erros, e isto só aconteceu nas vivências diárias do grupo – na disponibilidade de cada um, no que era possível, no que deu certo e no que não deu. Esse retrato da dinâmica ainda não é definitivo e continuou

mudando à medida que as pessoas precisavam realinhar as suas agendas. Nossa gestão não vinha de cima para baixo, como em uma empresa, na qual o funcionário recebe um treinamento para uma função. Essa gestão ocorreu, entretanto, de baixo para cima e para os lados, na qual aprendemos juntos e adaptamos as tarefas, conforme a disponibilidade e interesse do grupo.

Figura 70. Rotina de coordenação da rede de agricultores



Fonte: Do autor (2022)

A nossa rotina funcionava assim: no domingo ou na segunda, eu perguntava se havia atualização na lista de produtos, e os agricultores precisavam informar quais mudas saíam da lista e quais entravam. A planilha de vendas era atualizada e, em seguida, a arte de divulgação era atualizada e publicada nas redes sociais. Até quinta-feira, a loja virtual ficava aberta para vendas via Whatsapp. Na sexta, todos os pedidos eram agrupados e reorganizados em listas para cada agricultor. Os agricultores não sabiam quem eram os clientes e de quem era cada muda. Todas as mudas eram etiquetadas com nome para identificação e ficavam à disposição do entregador.

O entregador, às vezes, retirava os produtos na sexta e às vezes no sábado, e isto dependia da sua disponibilidade e a do agricultor. Esse era um ponto crítico da logística, porque cada agricultor morava em um lugar diferente e com condições de acesso diferentes. Josefa, que morava no alto de

uma escadaria, costumava pedir à sua neta para deixar as mudas no mercadinho da loja da esquina. Já Evelin esperava o entregador chegar e o encontrava na entrada da favela das 4 Bicas. No CEM, Marcelo descia até a porteira da pedreira⁵⁸, com um carrinho de mão e com os pedidos. No Ricardo, as mudas ficavam na porta de sua casa e Leo ia buscá-las a qualquer momento. Esse processo era bastante custoso e desequilibrado, pois não havia uma combinação padrão estabelecida. Toda semana a condição de retirada dos produtos mudava.

No dia das entregas, eu organizava outra lista com os pedidos para o entregador, com todas as mudas, e ele separava os pedidos em sacolas, estabelecia a ordem das entregas e saía para fazer as vendas. No início, eu acompanhava as entregas, mas, a partir de um determinado momento, Leo já havia dominado o processo, sabia identificar as mudas e conseguia fazer sozinho e, assim, deixei de acompanhá-lo. No final das entregas, apresentava no grupo o relatório de vendas, informando o que cada agricultor iria receber. O pagamento era feito durante a semana pelo Diego, que é o tesoureiro do CEM.

Essa dinâmica nunca estava completamente estabelecida. Primeiro, porque levávamos muito tempo até chegar a um fluxo otimizado, em que todos sabiam o seu papel e não precisavam ser cobrados para agir. Segundo, porque tínhamos que adaptar essas atividades às rotinas de cada um, pois esse não era um trabalho principal de nenhum dos participantes.

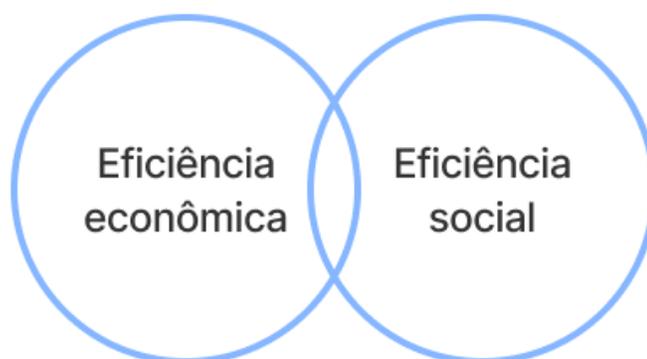
Operávamos em grupo, sincronizados, mas de modo autônomo. Trabalhávamos juntos com uma organização praticamente horizontal. Ao mesmo tempo que estávamos em rede e dependíamos uns dos outros, tínhamos autonomia para executar nossas tarefas da maneira que melhor funcionasse diante das condições locais.

Muitas vezes, a gestão da rede não era a mais eficiente se considerássemos como prioridade as vendas. A rede de agricultores é um empreendimento social, portanto não é possível nem desejável retirar as pessoas do processo. No geral, eu tentava incentivar mais as vendas, enquanto Ana defendia as questões sociais, como fazer o cliente entender que éramos um negócio agroecológico ou, em outras palavras, que a venda não pode prejudicar o agricultor. Era preciso explicar ao cliente que não teríamos as mesmas mudas o ano todo, que podemos ter problemas com o estoque de um dia para o outro, que a entrega pode ser adiada se estiver chovendo muito, pois o acesso do agricultor na favela é uma estrada de chão batido que virou barro.

⁵⁸ Acesso à favela Terra Prometida pela Vila Cosmos.

Poderíamos dizer que havia uma tensão entre a eficiência socioambiental e a eficiência econômica do empreendimento. Ou melhor, é preciso conciliar as duas na gestão de um empreendimento social, pois a tensão é saudável e desejável.

Figura 71. Conciliação entre empreendimento social e econômico



Fonte: Do autor (2022)

A adição da ideia de eficiência à noção de sustentabilidade enfatiza a necessidade de não sermos tão eficientes. A eficiência da máquina moderna é o que vem devastando nossos mundos. A eficiência é o que acelera, engole, processa e moe os mundos para sugar ao máximo a energia vital e transformar em produto consumível. Na lógica da eficiência, não resta nada para ninguém. Florestas inteiras viram folhas de papel e não sobra nada aos seres que ali habitavam. Grandes agricultores sugam toda água de regiões inteiras para alimentar as suas plantações de produtos do tipo exportação (como abacate, soja). Só sobram rejeitos, poluentes, tóxicos, os quais, em grandes quantidades, são descartados porque não são lucrativos.

3.3.4 Vendas de mudas

Como tínhamos poucos pedidos, conseguíamos gerir a logística por Whatsapp. Com o aumento, isso ficou impraticável e começamos a registrar em um documento compartilhado do Google Docs. Ainda assim, a contagem era manual até que criamos uma planilha de vendas.

No meio de 2021, eu pedi para não fazer mais as vendas e comecei a repassar a função para Evelin. Eu não estava no Rio de Janeiro nem consegui passar para a Evelin essa função

pessoalmente. Tudo precisou ser feito virtualmente e Evelin e eu começamos a trabalhar juntos nessa transição. Eu estava passando tudo que tinha aprendido com as vendas para ela, mas a incentivava a desenvolver os seus próprios métodos, de acordo com a sua rotina. Uma vez a cada duas semanas, pelo menos, marcávamos uma reunião virtual para conversar.

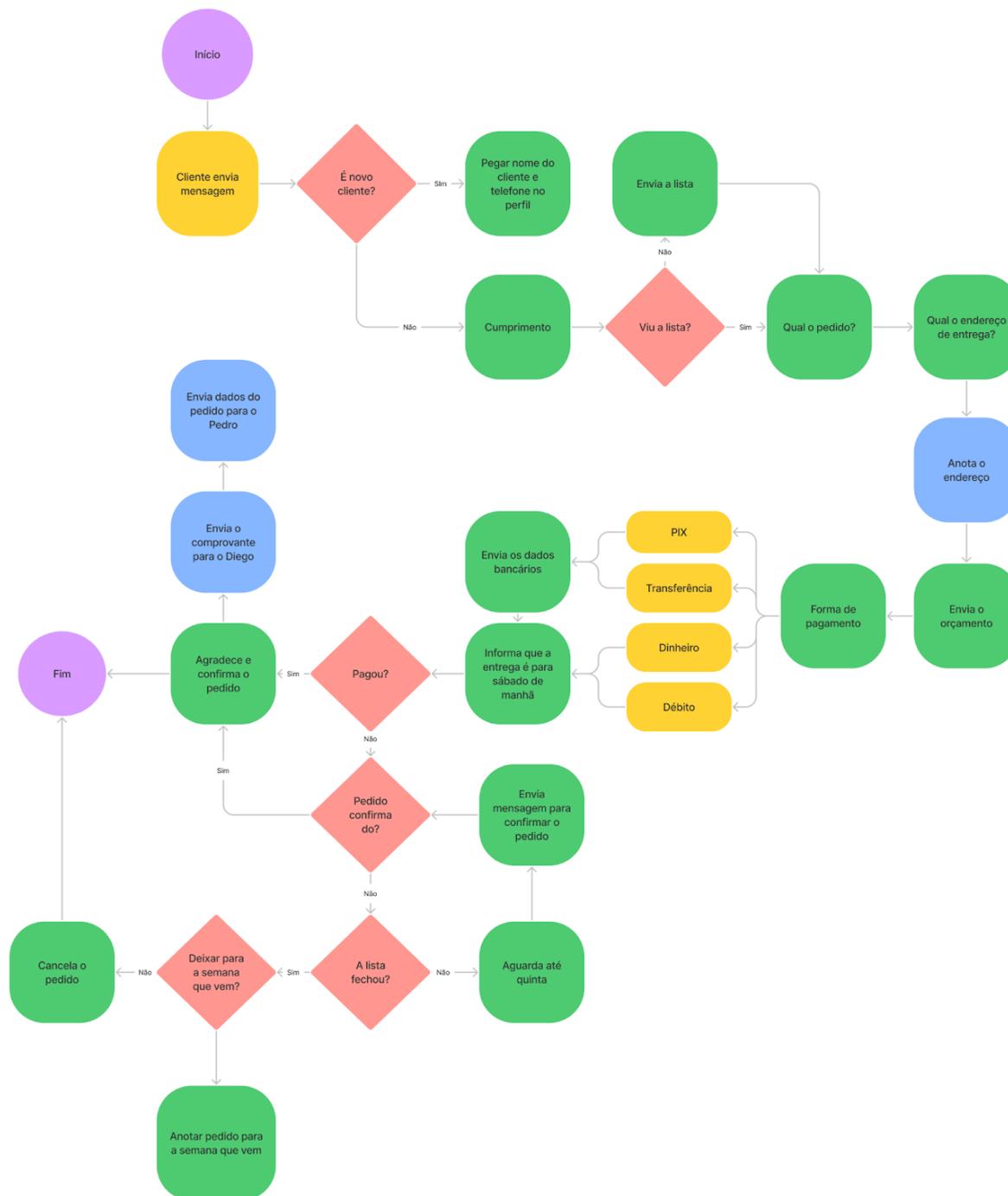
Evelin não recebia nada pelo trabalho e demonstrava que não tinha tempo para fazer as vendas nem tinha muito interesse, apesar de querer aprender. Vender demanda tempo, gosto por vender produtos, saber atender as pessoas e estar disponível para tirar dúvidas sobre as plantas, tarefa que tomei gosto com o tempo.

Em uma das reuniões com a Evelin, apresentei o fluxograma que desenvolvi com base nos aprendizados do período que fazia as vendas. Esse fluxograma reflete a minha experiência e aprendizado com as vendas. Estabeleci uma rotina em que conseguia conciliar o meu trabalho profissional com as vendas, sem que isto atrapalhasse demais o dia a dia. Mesmo assim, vender consumia muito tempo em pequenas parcelas diárias.

Ao conversar com Evelin, eu tentava não transmitir exatamente o procedimento, mas acompanhá-la durante o seu próprio processo de experiência de vendas. As condições que ela tinha, para vender, eram completamente diferentes das minhas. Ela não tinha acesso ao computador o tempo inteiro, não acessava o celular das vendas com a mesma frequência que eu, pois tinha outros trabalhos para realizar, muitos deles fora de casa. Além disso, não tinha a mesma motivação e, já que o trabalho inicialmente seria voluntário.

Eu conseguia fazer as vendas, porque tinha bons computadores e passava o dia com acesso a eles. Com conhecimento de planilhas, desenvolvi minhas próprias ferramentas, que somente eu conseguia usar. Ou seja, sem recursos tecnológicos e conhecimentos específicos, não teria sido possível realizar as vendas da maneira que aconteceram, e a favela carece desses recursos.

Figura 72. Fluxograma do vendedor



Fonte: Autor (2021)

Infelizmente, não conseguimos transmitir para os agricultores a parte das vendas e da divulgação dos produtos. Essas tarefas foram executadas por Ana, Diego ou eu durante quase todo o

processo. Não podemos falar em transformação social sem transferência de recursos financeiros, tecnologia e conhecimento. É possível improvisar muitas coisas, criar dinâmicas próprias, organizar pessoas coletivamente, isto é fundamental. Entretanto, a diferença entre morro e asfalto, nesses aspectos, é um grande indicativo da desigualdade e dificuldade que enfrentamos e, ao mesmo tempo, um dos caminhos possíveis para aproximar esses dois mundos. O caminho dessa transformação é longo, mas não é impossível, e o CEM vem mobilizando muitos parceiros há muitos anos e conseguindo avançar nessa trilha agroecológica.

3.4 Toda pessoa ou coletivo é praticante de seu próprio saber

Escobar afirma que, para se fazer design para autonomia, cada atividade deve começar a partir da premissa ética e política de que toda pessoa ou coletivo é praticante do próprio saber e, a partir daí, os designers devem "examinar como as pessoas entendem sua realidade" (ESCOBAR, 2016, p. 210). O contrário disso, na prática de design tradicional, as pessoas seriam levadas a praticar os conhecimentos dos outros, dos especialistas.

A afirmação de Escobar (2016) reflete um dos grandes erros de projetos em comunidades, que é entregar projetos prontos, respostas prontas, elaboradas por especialistas em relação aos problemas da comunidade. A chance disso não sair do papel nem durar muito tempo é grande, porque, junto das ações, vêm intenções, agendas (DEL GAUDIO, 2014) bem como interesses, e, quando não há um alinhamento desses fatores, não existe abertura para uma troca de saberes, capaz de produzir autonomia. Acredito que o saber precisa ser apropriado para não ser praticado como uma imposição colonizadora ou imitação mecânica.

No meu entendimento, ser praticante do seu próprio saber não é reconhecer que o conhecimento é endógeno e vem de dentro do indivíduo ou do coletivo. Como já discutimos na seção 2.4, nem indivíduos nem coletivos produzem conhecimento isolados. Esse conhecimento se produz em redes, humanas, animais, vegetais, miceliais. Não é nem exógeno nem endógeno, é um composto de fazeres, saberes, vontades e interações.

Muitas vezes, eu e o pessoal do CEM esperávamos que os moradores pudessem se voluntariar, para realizar atividades, e isto dificilmente acontecia. Diego, Ana ou eu acabávamos assumindo muitos compromissos para fazer as coisas acontecerem. Na nossa imaginação, ao trabalharmos juntos desde o começo com a comunidade, os moradores reconheceriam os benefícios do que estávamos construindo em conjunto e voluntariamente se candidatariam ao trabalho. Muitos

colaboravam, como já mencionei, mas não criavam laços duradouros. No relato da primeira e segunda fase do Arranjo Local Penha, essa situação fica bem evidente. Na terceira fase, na construção da rede de agricultores, isso foi acontecendo com o tempo, pois efetivamente estávamos construindo uma comunidade que compartilhava um comum muito claro. Havia uma disposição comunitária a partir da produção de mudas de plantas e da agricultura urbana.

Ao me colocar em um projeto coletivo pela/junto/na Serra da Misericórdia, comecei a fazer parte do mundo que estava sendo construído, mesmo não sendo um morador do local. Foi preciso fazer parte dele para conseguir projetá-lo, juntamente com essa comunidade, a partir dos nossos conhecimentos e dos outros participantes da rede. Como praticantes do seu próprio saber, pelas trocas e pelos aprendizados, todos esses aspectos levaram nossos parceiros a trilhar juntos, mas, ao mesmo tempo, pelos próprios caminhos. Também, cada agricultor adaptou o seu viveiro à sua rotina, às experiências e aprendizados, assim como todo o processo de gestão da rede. A partir do improvisado, praticamos saberes, aprendemos práticas e praticamos aprendizados.

Ou seja, mesmo quando a comunidade é estimulada por um designer, ela continua fazendo design de si mesma. A intervenção de design tende a terminar, retornando sempre ao fazer da comunidade. Assim, um dos grandes desafios dos designers é manter processos, iniciados junto com a comunidade, em funcionamento depois de sua saída. Acreditar que a comunidade vai continuar fazendo as coisas como os designers planejaram depois de sua saída é um engano muito comum em projetos de design para inovação social. Isso acontece, justamente, porque a comunidade continua fazendo um design de si mesma, com ou sem designer.

3.5 Nem individual, nem coletivo; nem projetado, nem improvisado: o codesign como compostagem

A decomposição é um processo natural que atravessa todas as formas de vida. A folha que cai da árvore começa a se decompor, sendo desintegrada por micro-organismos. A decomposição é um processo de renovação – um ciclo em que a vida se desfaz para fazer novas vidas. Os processos de decomposição têm tempos diferentes e envolvem organismos diferentes. Enquanto o plástico leva mais de 100 anos para se decompor e pouquíssimas bactérias são capazes de processá-lo, uma fruta não leva mais que algumas semanas para ser devorada por formigas, baratas, fungos e bactérias. Desse processo, talvez um animal coma as sementes da fruta, quebre a dormência dessas sementes

em seu sistema digestivo e excrete-as junto com um bolo fecal fértil e úmido, ideal para a germinação da árvore. A decomposição refaz a vida.

Já a compostagem é uma técnica de controle da decomposição para transformá-la em um material semelhante ao húmus (OLIVEIRA, 1997). O que era visto como lixo, como estragado, podre, um problema social e ambiental, torna-se algo fértil, rico. Essa técnica possui equipamentos e ferramentas de medição de temperatura e umidade. A ação humana vai até as medições e ajustes do processo, mas o processo de decomposição não é seu. O humano e as suas ferramentas e métodos, sem dúvida, fazem parte desse processo, porém ele nunca o faz sozinho, apesar de levar os créditos pelo trabalho. É um trabalho coletivo, simbiótico, em redes de muitos seres, improvisado no local de acordo com o arranjo da matéria de decomposição. Os tipos de decompositores que vão predominar no processo dependem do tipo de matéria, da temperatura, da quantidade de oxigênio e da sua presença no ambiente, além do modo que essa composteira é manejada. O humano depende dos outros muito mais que os outros dele, para que a compostagem aconteça. Alguma semelhança com o fazer comunitário e o fazer especializado do designer?

Sobre a maneira como meus colegas de doutorado e eu nos propomos a trabalhar juntos na Serra da Misericórdia, por inúmeras vezes, levantei muitas questões, e uma delas era se realmente o que estávamos fazendo era design. Por vezes, ia à Penha pensando quando, de fato, eu estava realmente fazendo design e o que separava o Pedro, designer, do Pedro voluntário, dentre outros Pedros. Essa resposta não está completamente respondida para mim, mas é possível esboçar algumas ideias a partir das leituras e das vivências.

Não tenho dúvidas de que o meu repertório, como designer, foi importante para tudo que experimentei na formação dessa comunidade. Às vezes, o trabalho era de design no sentido mais tradicional do termo, ao criar peças de comunicação visual, fundamentais para a divulgação das campanhas, dos produtos e da criação de uma memória visual dessa vivência; ou projetar e fabricar as estruturas dos viveiros na marcenaria da Esdi. Assim como o projeto, apresentado à Faperj, da criação de uma rede de mudas, não se distanciou da ideia de uma proposta participativa de sistema/serviço. Entretanto, minha participação nesse processo envolveu mais do que um trabalho de design. Assumi papéis de gestor, vendedor, educador, agricultor, voluntário, em diferentes momentos e contextos, ao longo da minha caminhada na Serra da Misericórdia.

Dos múltiplos papéis e ações, penso nas linhas de Ingold (2014). A partir das linhas, dos nós que estabelecem os encontros, relações, fricções, em certas ocasiões, me imaginei como um dos

tecelões que desenhavam esse tecido comunitário, puxando linhas, fiando novelos que enlaçavam os acontecimentos. Outras vezes, me sentia como um nó que mantinha linhas unidas, fazendo parte desse tecido. Como designer, minha intenção era ser um tecelão, que vê o tecido como a sua obra, e realmente era um dos tecelões, não "o", mas "um dos". Mas também era mais um nó dessa trama, um nó que, no início, não se sentia completamente parte daquele tecido, um remendo que unia pontas fracas e desgastadas que precisavam ser unidas para ganhar coesão e fixidez. Com essa imagem, pensei em quantas vezes estava lá, fazendo atividades necessárias para manter o processo em andamento, contudo, que não deveriam ser minhas atribuições como designer. Por vezes, era linha, por vezes, era nó e, às vezes, tecelão.

Com o tempo, percebi que ser linha e nó era tão fundamental quanto ser tecelão. O designer, nesse caso, não é um mediador que tece uma trama para os outros, que não se envolve, mas um interagente que coloca o seu corpo em correspondência e que faz parte daquela trama que também é sua. O corpo é a principal "ferramenta", se quisermos usar um termo familiar aos designers. Não preciso me valer de métodos e ferramentas já difundidas para fazer design. Ou melhor, no fazer comunitário, assumir papéis talvez seja a própria ferramenta de design.

Fui aprendendo que eu mesmo tinha que ser, muitas vezes, o tecelão, o nó da trama que estávamos fabricando e as linhas que formavam essa malha. Ninguém sonha mais do que nós mesmos nas realizações que desejamos. Ou melhor, a capacidade de ação é diretamente proporcional ao tamanho dos nossos sonhos. Essa lição levei um tempo para compreender. O desafio que se coloca, então, é ter o cuidado de não cobrir o tecido dos outros com o tecido que construímos para nós. Tecer em comunidade é como fazer uma colcha de retalhos desses outros sonhos paralelos aos nossos, um sonho que se sonha junto, como fala Ana Santos, no tempo e nos lugares das condições possíveis.

Decompor traz outro verbo complementar – “recompor”. Os prefixos se complementam em um processo cíclico. É preciso decompor elementos para depois recompô-los de volta, e aí temos a oportunidade de compor outra coisa. E se utilizarmos a metáfora da compostagem para pensarmos no fazer de comunidades?

O processo de fazer comunidade ressoa como um processo de compostagem, na qual juntamos muitas matérias diferentes, mais secas, mais úmidas, com mais carbono, com mais nitrogênio, cascas de banana, bichos mortos e, junto com diversos tipos de seres decompositores, esse composto esquenta, produz energia, libera odores e vai transformando uma massa estranha e

bagunçada, disforme, em um bolo coeso e muito fértil. Nesse processo, todos somos transformados de forma conjunta. Da casca de banana às bactérias. De quem manejou a composteira às plantas que receberam o composto. Todos nós crescemos fazendo junto, compostando ideias, ações, aprendizados, dificuldades, obstáculos e seguimos.

Os viveiros possibilitaram diferentes apropriações. As atividades eram acompanhadas, mas sempre com a interação e os desejos dos agricultores guiando as atividades. Aqui podemos observar uma recomposição de papéis. Enquanto os designers, a cada encontro de manutenção dos viveiros, precisavam lidar com uma situação diferente e a intenção não era padronizar o processo, mas fazer junto, com o agricultor em um processo de aprendizado mútuo; este, por sua vez, estava buscando dar sentido ao seu viveiro, isto é, estabelecer um processo de uso que fizesse sentido ao seu modo de aprender, pensar e fazer. Para fazermos juntos, primeiro, nos decompomos e, depois, nos recompomos com os outros em nossos próprios papéis sociais.

Assim como eu me recompus em diferentes papéis durante a jornada do Arranjo Local Penha, todos os envolvidos também se recompuseram. Os parceiros que sempre mencionei como agricultores não eram agricultores antes de começarmos o projeto. A atribuição de papéis fez parte da construção da comunidade. Para além dos papéis, cada história, relatada sobre o Arranjo Local Penha, é um composto de pessoas, equipamentos, bichos, plantas, ações, relações. Arranjo esse, meio improvisado, meio desordenado e que, aos poucos, foi se decompondo e recompondo de maneiras mais organizadas e férteis. Esse processo eu chamo de *codesign* como compostagem.

Um *codesign* compostado não dispensa o design, apenas aceita que esse programa esteja sujeito a todo tipo de atravessamento e que esses atravessamentos transformam o programa e são parte inerente do processo. Não cabe ao designer resistir para manter-se no programa, entretanto fluir nas tramas que se enredam. Assim, esboço alguns pontos que caracterizam esse *codesign* compostado que eu experienciei na Penha.

3.5.1 Tempo do processo

Em processos sociais, o tempo é muito importante e possui muitas facetas, desde a necessidade de ter mais horas para realizar atividades, a duração (dedicação de tempo) até a qualidade de tempo disponível (tempo de envolvimento). Além de dispor de mais tempo, aprendi a utilizá-lo melhor. A quantidade de tempo dedicada envolveu o aumento da frequência das visitas, a

duração de cada visita e o saber respeitar o tempo dos outros envolvidos. Dedicando mais horas ao processo, obtive mais qualidade de tempo ou um tempo de envolvimento melhor, para me aproximar e construir pontes mais sólidas, estabelecer laços mais fortes com as pessoas e o território, resolver problemas, refletir sobre o que estava acontecendo e conseguir mudar os rumos do processo, quando foi necessário.

Outro aspecto sobre o tempo importante é o constante jogo entre uma atuação no futuro e no presente. Esse tensionamento temporal acontece ao longo de todo o processo. O planejamento ou o projeto são necessários e impulsionam a ação, entretanto são colocados à prova no presente à medida que vão sendo realizados. "Ficar com o problema" foi a maneira que Haraway (2016) apresentou seu argumento para uma atuação no presente, lidando com as adversidades e todas as ações danosas do capitalismo e dos humanos e, mais importante, não procurando soluções idealizadas de futuro que eliminem todos os problemas.

Quando o planejamento é colocado à prova em um dado momento, chamo de ponto de imprevisibilidade, o instante em que os planos se chocam com o presente e deixam de fazer sentido. A partir daqui, é preciso improvisar.

3.5.2 Fazer semiaberto

Aprender a deixar os planos das atividades semiabertos envolve trabalhar com diretrizes mínimas, para fazer acontecer, mas permanecendo sensíveis aos acontecimentos que possam vir a se desenrolar. A partir de atividades semiabertas, todos podiam interferir e colocar um pouco de suas características na atividade. Estar preparado para o inesperado possibilita mais chances de engajamento, pois cada um se sentia parte das atividades e se dispunha a fazer acontecer.

Atividades semiabertas são ações planejadas até o ponto da imprevisibilidade tomar conta do processo. Em vez de o designer tentar controlar a forma, dar um fechamento ao processo, como tradicionalmente seria feito, é preciso improvisar, a fim de manter o processo em andamento. Isso demanda estar sempre em correspondência com as pessoas, os seres vivos e o ambiente.

Ao me aproximar, aprendi a me deixar levar pelas pessoas e as coisas em seu território. Ao deixar as atividades semiabertas, como na atividade do suco verde, estava aprendendo a trabalhar com as crianças e a refletir sobre múltiplos sentidos que a atividade proporcionou e como ela impactava os participantes de maneira diferente.

Os designers que estavam envolvidos no processo, Diego, Camille e eu, só conseguimos realizar práticas participativas, porque compreendemos, pela convivência frequente, como as dinâmicas na Serra da Misericórdia funcionavam. Não apenas se adaptaram às rotinas, como ainda criavam uma outra que possibilitava a adaptação àquelas rotinas. Ao entenderem que apenas planejar uma atividade não seria suficiente para executá-la e esperar alcançar resultados previstos, os designers anteviram a improvisação como parte do processo. Abriam-se, desta forma, sem a expectativa de alcançar um resultado que não fosse um que viesse da ação e, a partir desse, aprenderam não apenas sobre a própria ação, mas também sobre a reação daqueles em interação.

Quanto mais bem definido o projeto, menos espaço para a improvisação coletiva. Nos mutirões, realizados a partir de projetos bem delimitados – e isto pode ir tanto da coisa construída até a dinâmica de construção, tendo os participantes tarefas de execução bem delineadas e coordenadas – o espaço de variação do fazer fica mais vinculado ao aprender a fazer pelos participantes. Nesse caso, o resultado final é bastante previsível. No outro polo, em projetos pouco claros, em que muitas definições são deixadas para serem resolvidas no momento de fazer, abrindo possibilidade para a improvisação coletiva e resultados inesperados, a abertura para troca e aprendizado entre os participantes é maior.

3.5.3 Menos intervenção e mais interação

Projetos participativos bem definidos reduzem a improvisação, entretanto não dispensam a participação. Ainda é preciso realizar a atividade em conjunto, e isto continua dependendo da vontade de colaborar das pessoas. Nos mutirões, o planejamento da atividade funciona como um esqueleto da realização da atividade. É um "o quê?" Sem ter "como?", que se faz ao longo do dia, em comunhão, trocando e aprendendo durante a atividade. A improvisação é fundamental para a realização em parceria. Como a interação nunca é dada previamente, ela precisa ser construída e, para ser construída, é preciso haver aproximação, comunicação, colaboração e coordenação.

Isto aconteceu nas atividades no EDI. A realização das atividades programadas não apenas envolvia, como ainda dependia das interações com as crianças, professoras, da disponibilidade de material e do lugar. A incerteza sobre a à disposição de recursos conduzia a não fechar a atividade em situações dependentes de materiais que poderiam não estar disponíveis. Da disponibilidade das professoras às respostas das crianças, nenhum programa aconteceu da mesma maneira e ao mesmo

tempo, e cada vez que a atividade era apresentada em outra turma, a própria era aprimorada e adaptada, conforme o exemplo do suco verde.

3.5.4 Processo é um compromisso de vida

Estamos falando de um processo de vidas na construção de mundos. Não são produtos prontos para serem lançados no mercado. Quando os designers concluem o projeto e vão embora, a comunidade continua fazendo o design de si própria. Não tem um tempo determinado que caiba em um cronograma, porque o processo nunca termina. No entanto, como mencionamos, em uma articulação como essa, os designers fazem parte dessa comunidade.

Em conversa com Diego, ele expressou que se sentia tanto um amador quanto um profissional na Serra da Misericórdia, dado o seu envolvimento.

Quando você se envolve muito, no nível que você se envolve, você termina sendo muito mais amador do que você gostaria de ser. Quando você está num workshop de dois dias, você consegue fazer com as coisas andarem dentro do planejado. Quando termina você se afasta. Você está indo e vindo. Mas quando você se envolve muito, você tá ali. Você é muito mais amador do que você é profissional. E aí começa a cometer umas falhas que como profissionais não poderiam ser cometidas, mas como amador vão sendo cometidas. Em alguns momentos, eu me cobro pensando que não estava agindo como um designer. Mas meu envolvimento não é só como designer, eu sou o Diego, quase parte da família, eu tenho problemas. Eu acho que isso é muito particular, porque é um envolvimento voluntário. Não estamos recebendo pra fazer isso. E em vez de trabalhar 8h por dia, estamos trabalhando 24h. E nesse momento você vai falhar muito mais do que quando você tem um envolvimento superficial.⁵⁹

Não é tão simples sair desses processos, pois o envolvimento precisa ser muito maior. Nessas condições, os designers atuam em diferentes papéis, e os limites entre o profissional e o pessoal não são tão claros. Fazer parte é colocar todo o seu corpo para o processo e assumi-lo como um compromisso de vida.

3.5.5 Politizar o processo do design

A antropologia do design, para Escobar (2016), implica a análise crítica do design como um domínio do pensamento e da prática. O design tende a despolitizar e mercantilizar as questões em jogo. Sendo assim, os antropólogos poderiam contribuir para alimentar ações cada vez mais

⁵⁹ Em entrevista no dia 17 de fevereiro de 2022.

politizadas do design. Uma perspectiva possível seria examinar como os objetos e as instituições incorporam lógicas de poder e dominação. Isto significa sondar o entendimento dos designers sobre a inovação e a criatividade, na medida em que estas estão, usualmente, relacionadas com a reprodução do status quo capitalista e colonial. A importância de infundir o design com um sentido mais explícito da política é um dos desafios a serem introduzidos na prática de design (ESCOBAR, 2016).

Observo pelo menos dois movimentos que um processo de design mais politizado precisa assumir. O primeiro é reconhecer as implicações políticas do seu fazer, orientado por propósitos do desenvolvimento, seja ele sustentável ou não. Isto é o que Escobar (2016) chama de “design ontológico”, ou seja, que a própria orientação projetual condiciona o que vai ser projetado. Nesse caso, defendo o uso mais aberto de metodologias e ferramentas, validando práticas de improviso e reconhecendo outros fazeres.

O segundo movimento é a adoção de uma postura politizada por meio de um envolvimento ativo e, no nosso caso, nas disputas pela agricultura urbana, pelo direito de plantar na cidade a partir da agroecologia. Defendemos que os propósitos do design devem ser orientados ao fazer com, um fazer de outros mundos possíveis, em comunidade, visando à autonomia e compactuando valores como o bem viver e a soberania alimentar.

4 CONCLUSÕES

A abordagem que descrevo vem sendo desenvolvida há muito tempo, desde os experimentos do Espaços Verdes aos estudos e atividades do Laboratório de Design e Antropologia. Vem também de uma longa conversa com Ingold e Haraway, com plantas, minhocas, micélios, parceiros da Serra da Misericórdia, do solo e das pedras. É um processo lento de correspondência, simpoesis e compostagem. Como designer, treinado para controlar processos, o que proponho é uma tensão entre o improvisado do dia a dia e os esforços científicos do projeto.

Parece-me que há, pelo menos, duas coisas que já foram ditas ao longo desta tese que cabem um arremate: em primeiro lugar, o modo de atuar, um codesign como compostagem, em uma comunidade que já desenha a si mesma, não pode sobrepor ou substituir o fazer comunitário. Essa prática vem para articular linhas, tecer nós sensíveis, mas, sobretudo, compostar ações, papéis, sonhos, em busca de resultados comuns, contingentes e satisfatórios.

Essa atuação demanda uma postura mais cautelosa, convivendo com os diferentes tempos que envolvem a comunidade, um comprometimento em fazer parte, trazendo habilidades de design e sabendo improvisar junto com habilidades dos parceiros, e uma posição ativista, lutando, de forma conjunta, pelas mesmas causas, no nosso caso, a agricultura urbana, agroecologia, o bem viver e a soberania alimentar.

Ainda, um designer, focado em sustentabilidade, não pode imaginar que os problemas da comunidade podem ser resolvidos apenas reduzindo o lixo e plantando árvores. Fomentar a geração de renda é também importante. Abrir canais de comunicação é crucial para que a voz dessa comunidade ecoe pelo abismo e chegue no asfalto.

Em segundo lugar, para além da articulação sensível do designer com a comunidade, existe entremeada uma outra articulação sensível entre duas práticas ontologicamente distantes, a do design e a da agricultura urbana/agroecologia. Uma afetou a outra, em particular, por conta das composições pluriversais envolvidas. Para mim, faz todo sentido pensar em um (co)design que se aproxima de uma compostagem em seu modo de proceder.

Posso dizer que as aproximações entre design e agricultura urbana que promovemos foram muito frutíferas. Em práticas projetuais participativas para agricultura urbana, a agroecologia pode trazer relevantes lições ao design sobre como articular um processo com todas as formas de vidas, os seus saberes e modos de fazer. A agroecologia não é entendida somente como técnica, como

descreve a abordagem acadêmica, mas como uma causa social e ambiental, como defende Ana Santos do CEM e das redes de agricultura urbana.

A agroecologia apresenta princípios mais adequados aos modos pluriversais de enfrentar as crises ambientais que as propostas de sustentabilidade. Os desenvolvimentos em sustentabilidade, como vimos, servem principalmente às maneiras de viver pelo desenvolvimentismo. Ainda são abordagens importantes e necessárias que contribuem para que fiquemos com os problemas em tempos de terra tão agredida. Entretanto, a visão de projeto mira em um futuro limpo, quando a necessidade de ação precisa ser agora, no presente.

Incentivar a agricultura urbana a partir da agroecologia é uma maneira de trazer autonomia comunitária e sustentabilidade. Não se trata de um resgate da vida em relação à natureza frente a todos os conflitos e devastações ambientais. É a criação de uma nova comunidade, baseada em valores da terra que convive, combate e se reafirma a partir das crises ambientais e dos desafios locais.

Ao seguir pela agricultura urbana, designers escolhem disputar a cidade ao lado dos ambientalistas, saindo de sua tradicional posição junto aos desenvolvimentistas. Esse designer precisa ser cauteloso, simpoiético, sobretudo envolvido. A recomposição de papéis se mostrou um recurso de design de grande importância nesse processo. Não basta agir como um mediador, articulador, é preciso que a participação desse designer seja parte desse composto, no nosso caso, no mundo misericordiano. Além de fazer *com*, o designer precisa fazer *parte* desse composto.

Alguns comentários sobre o que deixamos de desenvolver na tese, mas que são fundamentais para o avanço de qualquer discussão sobre esse assunto, são colocados na sequência. Não é possível falar de agroecologia e sustentabilidade sem falar em racismo ambiental. As ações para sustentabilidade devem priorizar áreas pobres de predominância negra, indígena, quilombola, lugares historicamente degradados e esquecidos pelo poder público e esmagados pela iniciativa privada.

Combater o racismo ambiental deve começar pelo respeito a essas comunidades, seus modos de vida e de fazer o seu mundo e, sobretudo, parar de degradar os seus territórios. Não basta um designer que defende a autonomia comunal não ser racista, é fundamental ser antirracista, parafraseando a célebre expressão. Não basta ao designer lutar pela autonomia da uma comunidade e permitir que as mesmas injustiças continuem sendo perpetuadas pelo design em outros mundos.

Outro aspecto de grande relevância a ser apontado sobre a agroecologia é a importância de uma agroecologia feminista. Como clama Ana Santos, sem feminismo não há agroecologia. As ações do CEM na Serra da Misericórdia sempre estiveram focadas no fortalecimento da agricultura urbana a partir do trabalho das mulheres. O reconhecimento do papel da mulher na agricultura, em particular, na agricultura urbana, que é mobilizada principalmente por elas, além da garantia de direitos, deve pautar todas as ações que reivindicam o direito de plantar na cidade.

Outro ponto que não pode ser esquecido, o qual não desenvolvi, é a importância da transferência de renda para a favela. Uma das maneiras mais eficazes de promover melhorias na favela é pela injeção de recursos para execução de projetos, pagamento de bolsas, aquisição de alimentos, equipamentos etc. O dinheiro, nesse caso, articula redes e traz benefícios diretos e indiretos, pois ele continua circulando dentro da própria favela. O alimento comprado precisa ser cozido por uma cozinheira que, por sua vez, precisa encomendar o gás. As mulheres da cozinha processam esse alimento e colocam-no a venda, multiplicando os recursos para realimentar o sistema. Nesse sentido, o CEM empregou vizinhos, para manejar os viveiros, pois, além de dinheiro, levam mudas para casa para plantar nos seus quintais. A cisterna foi construída por pedreiros do lugar, os materiais comprados nas ferragens locais e por aí vai.

A rede de agricultores do Arranjo Local Penha não teria acontecido sem os recursos ganhos financiados pela Faperj. Deixo meu agradecimento especial à Instituição. Precisamos de mais incentivos financeiros de instituições públicas e privadas. Esses recursos promovem autonomia, pois permitem que a própria favela decida como utilizar esses recursos para o seu próprio benefício. A partir desses recursos, promovemos trocas, envolvimento e compostagens ainda mais complexas, mundanas, ambientais e relacionais.

Ressalto também que a experiência de campo foi muito significativa. Uso a palavra “campo” para descrever todas as visitas à Serra da Misericórdia, mas meu envolvimento transbordou para além de investigação acadêmica de campo. Mais do que uma investigação, este documento foi guiado pela ação e pelos afetos. Tudo que foi vivido e produzido não coube aqui, seja por incapacidade deste pesquisador de analisar e sintetizar tantas experiências, seja, talvez, porque nem caiba dentro do formato de uma tese.

Para finalizar esta conclusão, gostaria de manifestar minha inconformidade com o formato de escrita de tese. Diante de tantas, e esta tese é uma delas, propostas de pesquisas que defendem a necessidade de uma mudança no nosso modo de fazer a vida, fazer designer para pluriversos,

incentivar relações comunais com todas as formas de vida e tudo o mais, acredito que está mais do que na hora da produção de pesquisa acadêmica poder ser um processo comunitário do começo ao fim. Isto é, a possibilidade de produzir uma tese em conjunto, não apenas com a orientadora, mas também com outros pesquisadores e parceiros. Em um mundo que desejamos ser relacional, simpoiético, micelial, não é mais aceitável que a escrita seja necessariamente um processo individual e solitário. A escrita, na primeira pessoa do plural, precisa deixar de ser uma atividade com fantasmas escolásticos – em seus livros, pilhas de artigos e teorias – para ser uma escrita com todas as formas de vida efetivamente.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- ANUSAS, M. Different Presents in the Making. In: Otto, T.; SMITH, R. (Orgs.). **Designing Anthropological Futures**. London: Bloomsbury, 2016.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro**: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 197p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- ANASTASSAKIS, Z.; SZANIECKI, B. Conversation dispositifs: towards a transdisciplinary design anthropological approach. In: **Design Anthropological Futures**. London: Bloomsbury, 2016.
- BORGES, P. V. **Cultivos do comum**: comunicação e produção de ruralidades no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- BIZ, P.; COSTA, D.; THEMOTEO, P.; SOARES, F.; SZANIECKI, B.; ANASTASSAKIS, Z. Design micelial. Uma proposta para agricultura urbana a partir dos projetos do Laboratório Espaços Verdes da ESDI-UERJ. **Revista Lugar Comum**, n. 53, 2018.
- COSTA, D. S. **Projetando para agricultura urbana**: um estudo de caso no complexo de favelas da Penha, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- COSTA, D. S.; BIZ, P.; SILVA, J. C. A.; SANTOS, A. "Sementes Urbanas: aprendizados em um Laboratório de Design para inovação social", p. 673-684. In: **Anais do Simpósio de Design Sustentável 2019**. São Paulo: Blucher, 2019. ISSN 2318-6968, DOI 10.5151/7dsd-3.2.061.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUBBELING, M. "A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante das mudanças climáticas". In: **Revista de Agricultura Urbana**, n. 27, p. 2-12, 2014.
- DEL GAUDIO, C. **Design participativo e inovação social**: a influência dos fatores contextuais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2014.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**. La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

FAO. **Food for the cities**: Food for the cities. Roma: FAO/Fcit. 2014.

FRY, T. **Defuturing**: a new design philosophy. Nova Iorque: Bloomsbury Visual Arts, 2020.

GIVORS, M.; RASMI, J. Prêter attention au commun qui vient. **Multitudes**, n. 68, 2017.

GUATARRI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUIA, E. V. F. A Serra da Misericórdia como uma Zona de Sacrificio do Rio de Janeiro. In: Rodrigues, R. I. (Org.). **Vida social e política nas favelas : pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Ipea, 2016.

RODRIGUES, R. I. (Org.). **Vida social e política nas favelas**: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Brasília: Ipea, 2016.

GUNN, W. **Design Anthropology in Europe**. Oxford Research Encyclopedias, 2020.

GUNN, W.; OTTO, T.; SMITH, R. C. **Design anthropology**: theory and practice. Londres: Bloomsbury, 2013.

GUNN, W.; DONOVAN, J. Moving from objects to possibilites. In: GUNN, W.; DONOVAN, J. (Orgs.) **Design and Anthropology**. Farnham: Ashgate, 2012.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Platationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, v. 6, 2015.

HARAWAY, D. **Staying with the trouble**. Carolina do Norte: Duke University Press, 2016.

GUNN, W. **Design Anthropology in Europe**. Oxford Research Encyclopedias, 2020.

HENK, R.; CHLOE, N.; MARIELLE, D. **Superbfood - Sustainable urban and periurban food provision**. Leusden: RUAF Foundation, 2013.

HENK, R.; DUBBELING, M. Innovative experiences with (peri-)urban agriculture and urban food provisioning – Lessons to be learned from the global South. **Synthesis report**. Leusden: RUAF Foundation, 2013.

IBARRA, M. C. **Entrelaçando design com antropologia**: engajamentos com um grupo de moradores do bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

INGOLD, T. **A brief history of lines**. New York: Routledge, 2007.

INGOLD, T. **Being alive**. Londres: Routledge, 2011.

INGOLD, T. "On human correspondence". In: **Journal of the Royal Anthropological Institute**. n. 23, 2016.

INGOLD, T. **Making**. New York: Routledge, 2014.

IRWIN, T. The Emerging Transition Design Approach. In: **Proceedings of DRS Catalyst**. Universidade de Limerick, Irlanda. 2018.

KJÆRSGAARD, M.; OTTO, T. Anthropological fieldwork and designing potentials. In: GUNN, W.; DONOVAN, J. (Orgs.) **Design and anthropology**. Farnham: Ashgate, 2012.

LATOUR, B. **Facing Gaia**: eight lectures on the new climatic regime. Cambridge: Polity Press, 2017.

LENKJOLD, T. U. Accounts of a critical artefacts approach to design anthropology. **Nordic Design Research Conference**. Helsinki, 2011.

MANCEBO, F. Urban agriculture, commons and urban policies: scaling up local innovation. **Challenges in Sustainability**, v. 4, 2016.

MANZINI, E. **Design para inovação social e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2002.

MANZINI, E. **Design**: when everybody designs: an introduction to design for social innovation. Cambridge: MIT Press, 2015.

MATURANA, H.; VARELA, F. **Autopoiesis and cognition**: the realization of the living. Boston: Reidel Publishing Company, 1980.

MORELATO, R. **"Eu amo a Serra da Misericórdia"**: sobre comunicação, ambientalismo e comunidade. 2019. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, M., DUBBELING, M., SABEL-KOSCHELLA, U., ZEEUW, H. **Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**. DSE, Alemanha. 2000, p. 1-42.

LATOURE, B. **Um Prometeu cauteloso?** Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). Palestra para o encontro Networks of Design, da Design History Society. Falmouth, Cornualha, 3 de setembro de 2008.
<http://filosofiadodesign.com/wp-content/uploads/2014/10/Prometeu-cauteloso.pdf>.

LIMA, C. F.; BAPTISTA, S.; ARRUDA, S.; AMÂNCIO, C. A rede carioca de agricultura urbana e o direito à cidade. **Campo-território**, v. 14, n. 34, dez. 2019.

MACEDO, J. L. V. de. **Sistemas agroflorestais: princípios básicos**. Manaus: Instituto Amazônia, 2013.

OLIVEIRA, S. **Gestão dos resíduos sólidos urbanos na microrregião homogênea Serra de Botucatu**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. 1997.

PAPANÉK, V. **Design for the real world: human ecology and social change**. London: Thames & Hudson, 1984.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

PORTILHO, M. **Agricultura urbana, para além do plantar: cultivando relações no Arranjo Local da Penha**, Rio de Janeiro, RJ. 2019. Dissertação de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

PORTILHO, M.; RODRIGUES, C. G. O.; FERNANDEZ, A. C. F. Cultivando relações no Arranjo Local da Penha. **Cidades** [On-line], 42, 2021.

RIBEIRO, D. S.; TIEPOLO, E. V.; VARGAS, M. C.; SILVA, N. R. (Orgs.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RIES, E. **Lean Startup: how today's entrepreneurs use continuous innovation to create radically successful businesses**. Crown business, 2011.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/FAO, 2007.

ROBERTSON, T.; SIMONSEN, J. Participatory Design an Introduction. In: **Routledge Handbook of Participatory Design**, edited by J. Simonsen, and T. Robertson, 1-17. London: Routledge, 2013.

SANDERS, E. B.N.; Stappers, P. J. Co-creation and the new landscapes of design. **Co-design**, v. 4, n. 1, pp. 5-18, 2008.

SANTANA, C. S. **Agricultura urbana e direito à cidade**: análise do impacto do planejamento urbano na vida dos agricultores quilombolas do Maciço da Pedra Branca. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

SANTOS, A. **Proposta de projeto Arranjo Local Penha**: cultivo de mudas e composto orgânico em duas favelas do complexo da Penha a partir do design colaborativo. Edital de Empreendedorismo social 2018. Rio de Janeiro: Faperj, 2018.

SANTOS, J. D. A agroecologia em nossas vidas - reflexões e algumas rotas, em busca de um equilíbrio em tempos de crise. In: RIBEIRO, D. S.; TIEPOLO, E. V.; VARGAS, M. C.; IN: SILVA, N. R. (Orgs.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SERPA, B.; COSTARD, M. Design Anthropology para muitos mundos possíveis. **Arcos Design. Rio de Janeiro**, PPDESDI - UERJ. v. 11, n. 2, dez. 2018.

SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir**: dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2015.

SIMAS, E. N. B. **Tem meio ambiente na favela?** Ambientalismo na Serra da Misericórdia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UERJ, 2007.

SZANIECKI, B. Municipalismos: a cidade e o comum. **Revista Lugar Comum**. Rio de Janeiro: Universidade Nômade. n. 46, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2vJZtM2>. Acesso em: 4 maio 2022.

SZANIECKI, B. "Design no Multitudoceno: seguir as linhas, seguir as lutas". **Revista Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, n. 53, 2018a. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/45586/24569>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SZANIECKI, B. Design au Multitudocène. **Multitudes**, n. 70. Printemps 2018b. Acesso em: <https://www.multitudes.net/design-au-multitudocene/>.

SZANIECKI, B; ANASTASSAKIS, Z. Ocupar a cidade: a experiência da cidade: entre o projeto e o imprevisível. In: 3º encontro de Pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Artes do Estado do Rio de Janeiro, 2015, Rio de Janeiro. **A CIDADE EM OBRAS: Imaginar, Ocupar, Redesenhar**. Rio de Janeiro: PPG-Artes da EBA/UFRJ, 2014, v. 1.

SZANIECKI, B.; BIZ, P. Revolução dos baldinhos: um caso de *making e commoning* como alternativa ao neodesenvolvimentismo. In: MENDES, A.; COCCO, G. (Orgs.). **O trabalho das linhas**: política, democracia, escrita. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

SZANIECKI, B.; TIBOLA, T.; BIZ, P.; COSTA, D. "DESIGN.COM: práticas simpoiéticas no design contemporâneo", p. 632-640. In: **Anais do Simpósio de Design Sustentável 2019**. São Paulo: Blucher, 2019. ISSN 2318-6968, DOI 10.5151/7dsd-3.2.057.

TESTORI, G.; D'AURIA, V. Autonomía and Cultural Co-Design. Exploring the Andean minga practice as a basis for enabling design processes. **Strategic Design Research Journal**, v. 11, n. 2, pp. 92-102, May-August 2018.

THEMOTEO, P.; BIZ, P.; COSTA, D. Design plantado: questões para desenvolvimento do método. **Anais do 3º Simpósio de Pós-Graduação em Design da ESDI | SPGD 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

VELOSO, T. M. Parque ecológico da Serra da Misericórdia. Apresentação de trabalho de conclusão de curso. PUCRJ, 2020.

VENTURA, L.. **Design, democracia e cidadania**: a experiência do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças no Rio de Janeiro. 2018. 155f. Dissertação de Mestrado em Design da Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

World Commission on Environment and Development (WCED). **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.